



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FRANCISCO MÁRIO DE SOUSA SILVA

**TELEJORNALISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL:
aspectos da construção social da realidade no Cariri cearense**

RECIFE
2026

FRANCISCO MÁRIO DE SOUSA SILVA

**TELEJORNALISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL:
aspectos da construção social da realidade no Cariri cearense**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação.
Área de Concentração: Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha

RECIFE

2026

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Francisco Mário de Sousa.

Telejornalismo e Desenvolvimento Regional Sustentável:
aspectos da construção social da realidade no Cariri cearense /
Francisco Mário de Sousa Silva. - Recife, 2026.
196f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro
de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
2025.

Orientação: Heitor Costa Lima da Rocha.

Inclui Referências.

1. Construção Social da Realidade; 2. Jornalismo; 3. Linguagem
Televisual; 4. Desenvolvimento Regional Sustentável; 5.
Comunicação; 6. Discurso. I. Rocha, Heitor Costa Lima da. II.
Título.

UFPE-Biblioteca Central

FRANCISCO MÁRIO DE SOUSA SILVA

**TELEJORNALISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL:
aspectos da construção social da realidade no Cariri cearense**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação.
Área de Concentração: Comunicação.

Aprovado em: 26/ 12/ 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a. Dra. Giovana Borges Mesquita (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof.^a. Carolina Cavalcanti Falcão (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Prof. Dr. Ives Romero Tavares do Nascimento (Examinador Externo)
Universidade Federal do Cariri – UFCA

Prof.^a. Dra. Milanya Ribeiro da Silva (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Cariri - UFCA

Aos que me ajudaram a trilhar este
caminho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua misericórdia infinita.

Aos meus pais, Fernando Damião e Maria Zuila, pelos ensinamentos, sonhos e valores compartilhados.

Aos meus irmãos, Magno Ernando e Nadya Fernanda, pela torcida e pelas palavras de apoio.

Ao meu sobrinho, João Miguel, por ser luz.

A Damião Silva, pela motivação, partilhas, afeto e companheirismo.

Ao professor Heitor Rocha pelo acolhimento e excelência na orientação.

Aos professores Adriana Santana, Giovana Mesquita, Carolina Falcão, Milanya Ribeiro e Ives Tavares pelos conhecimentos compartilhados e pela participação nas bancas de qualificação ou defesa de tese.

À Elaine Satto, Fagner Andrade, Gustavo Silva, Marcos Carvalho, Maria Dágela, Padre Francisco, Padre Inácio, Paulo Ellery, Pedro Isaac, Raissa Nascimento, Wesley Danilo e Weverton Andrade que, durante este processo, me deram o presente da amizade, sentimento que inspira e fortalece.

Aos que comigo compartilharam orações, trabalhos, vivências acadêmicas e boas energias.

Ao Dr. Marcos Eduardo e à psicóloga Ana Paula Mota que, com suas habilidades humanas e clínicas, durante esse período, me ajudaram a superar desafios.

À minha fé.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

O estudo busca identificar e compreender inter-relações entre o telejornalismo promovido na Região do Cariri cearense e o Desenvolvimento Regional Sustentável deste território, sob a perspectiva da epistemologia construtivista. Delimitam-se como *corpus* na pesquisa as produções e os instrumentos jornalísticos televisivos do CETV 1ª Edição — Juazeiro do Norte (CE1 Cariri) e do Cariri 24 Horas, os dois telejornais contextuais com maior duração na programação das emissoras regionais, TV Verdes Mares Cariri e TV Verde Vale, sequencialmente. Os telejornais mencionados produzem e veiculam notícias com abrangência regional. Essa definição contextualiza as reflexões estabelecidas e indica o *lócus* da pesquisa. Como hipótese, apresenta-se a discussão de que o telejornalismo produzido no Cariri cearense, assim como em outros territórios brasileiros, pode motivar o desenvolvimento regional sustentável, por ser um instrumento com alto potencial democrático e partícipe da construção social da realidade. Todavia, no contexto dessa região, existem limites impostos por uma cultura política e econômica baseada em interesses privados e em relações de poder que geram exclusão e interação com as ausências de perspectivas aprofundadas nas pautas produzidas. Tais fatores comprometem a formação de uma opinião pública qualificada, instrumento central na articulação e na promoção de um processo de desenvolvimento regional que gere inclusão/liberdade, como ressaltado por Sen (2010). O estudo fundamenta-se em instrumentos metodológicos validados em pesquisas vinculadas ao campo da comunicação, com ênfase em aspectos teóricos e metodológicos da Teoria Crítica do Discurso, apresentadas por Van Dijk (2000, 2015) e Fairclough (2001, 2003), tendo como referência a epistemologia construtivista no jornalismo. Na pesquisa, são apresentados dados qualitativos e numéricos, a partir de estudos bibliográficos, documentais, entrevistas e do monitoramento do telejornalismo regional no período correspondente a março e abril de 2025, no que se refere ao CE1 Cariri, e de agosto e setembro de 2025, no que diz respeito ao telejornal Cariri 24 Horas, apresentando uma análise baseada em 237 matérias, contemplando um recorte temporal que abrange períodos relacionados aos dois semestres de 2025. Na pesquisa, foi possível perceber que o telejornalismo regional possui uma séria inadequação quanto à inclusão de versões e fontes no processo da produção noticiosa, apresentando, não uma diversidade significativa de versões e fontes, mas uma acentuada tendência à diversidade reprimida de versões, conforme as categorias

de Edward Herman (2016). Essa característica abre caminhos para o aprofundamento do debate sobre os limites impostos aos jornalistas e às fontes pelos ditames empresariais, regras editoriais, questões econômicas, pela implementação de técnicas características da busca pela “isenção/ neutralidade”, em nome da “objetividade”, e interesses privados que prejudicam a inclusão da diversidade significativa de vozes e versões que constituem a pluralidade de visões de mundo e da realidade existentes nessa região, comprometendo a qualidade dos produtos jornalísticos e a contribuição do campo para o fortalecimento da democracia e, como consequência, do desenvolvimento regional sustentável.

Palavras-chave: Construção Social da Realidade; Jornalismo; Linguagem Televisual; Desenvolvimento Regional Sustentável; Comunicação; Discurso.

ABSTRACT

This study seeks to identify and understand the interrelationships between television journalism in the Cariri region of Ceará and the sustainable regional development of this territory, from the perspective of constructivist epistemology. The corpus of this research is defined as the television journalistic productions and instruments of CETV 1ª Edição — Juazeiro do Norte (CE1 Cariri) and Cariri 24 Horas, the two longest contextual news programs on the schedules of the regional stations, TV Verdes Mares Cariri and TV Verde Vale, respectively. The aforementioned television news programs produce and broadcast news with regional scope. This definition contextualizes the reflections presented and indicates the locus of the research. As a hypothesis, the discussion presents the idea that television journalism produced in the Cariri region of Ceará, as well as in other Brazilian territories, can motivate sustainable regional development, as it is an instrument with high democratic potential and participates in the social construction of reality. However, in the context of this region, there are limits imposed by a political and economic culture based on private interests and power relations that generate exclusion and interact with the absence of in-depth perspectives on the agendas produced. These factors compromise the formation of a qualified public opinion, a central instrument in the articulation and promotion of a regional development process that generates inclusion/freedom, as highlighted by Sen (2010). This study is based on methodological instruments validated in research linked to the field of communication, with an emphasis on theoretical and methodological aspects of Critical Discourse Theory, as presented by Van Dijk (2000, 2015) and Fairclough (2001, 2003), using constructivist epistemology in journalism as a reference. The research presents qualitative and numerical data, based on bibliographic and documentary studies, interviews, and monitoring of regional television news during the period corresponding to March and April 2025, with regard to CE1 Cariri, and August and September 2025, with regard to the Cariri 24 Horas news program, presenting an analysis based on 237 news items, covering a time frame that encompasses periods related to both semesters of 2025. The research revealed that regional television journalism has a serious inadequacy regarding the inclusion of different versions and sources in the news production process, presenting not a significant diversity of versions and sources, but a marked tendency towards a repressed diversity of versions, according to the categories of Edward Herman (2016).

This characteristic opens avenues for deepening the debate on the limits imposed on journalists and sources by corporate dictates, editorial rules, economic issues, the implementation of techniques characteristic of the pursuit of "impartiality/neutrality" in the name of "objectivity," and private interests that hinder the inclusion of the significant diversity of voices and versions that constitute the plurality of worldviews and realities existing in this region, compromising the quality of journalistic products and the field's contribution to strengthening democracy and, consequently, sustainable regional development.

Keywords: Social Construction of Reality; Journalism; Television Language; Sustainable Regional Development; Communication; Discourse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O cariri cearense em pauta.....	89
Figura 2 - Triângulo CRAJUBAR.....	93
Figura 3 - Região Metropolitana do Cariri	94
Figura 4 - Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável	111
Figura 5 - Emissoras de televisão no Cariri cearense: sedes das TVs Verde Vale e Verdes Mares	113
Figura 6 - Versões do Cariri em destaque: entre o local ou o regional e o nacional.....	115
Figura 7 - Um movimento performático: a emissora como um lócus da cobertura jornalística	136
Figura 8 - Cariri 24 Horas: “Triplo homicídio em Juazeiro do Norte – CE”	138

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAJU - Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte - CE

CE1 Cariri – CETV 1ª Edição - Juazeiro do Norte

CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COP– Conferência das Partes

CQNUMC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDSC-BR – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil

INESP/CE- Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Ceará

RM Cariri – Região Metropolitana do Cariri

RMs – Regiões Metropolitanas

ONU – Organização das Nações Unidas

PRODER– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional sustentável

SSPDS/CE– Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFCA – Universidade Federal do Cariri

URCA – Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2- JORNALISMO, CONSTRUTIVISMO, TELEVISÃO E INFORMAÇÃO DE PROXIMIDADE: DISCUSSÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE	28
2.1 Jornalismo em questão	29
2.2 O jornalismo na democracia: uma breve discussão.....	34
2.3 Construtivismo: um paradigma interdisciplinar.....	38
2.3.1 O paradigma construtivista no estudo em Jornalismo.....	41
2.3.2 A objetividade no jornalismo	47
2.4 A teoria consensual da verdade do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas.....	53
2.4.1 A televisão no Brasil e a sua inserção no cotidiano social	56
2.4.2 Uma concessão pública em meio a interesses privados: histórias da televisão no Brasil	57
2.4.3 Dos grandes centros urbanos ao “jogo” da proximidade: considerações sobre a mídia local e regional	60
2.4.3.1 A informação de proximidade: relevância e desafios a serem superados ..	64
3 DESENVOLVIMENTO: UM PROCESSO INTEGRAL, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL	67
3.1 A evolução da degradação: aspectos do “progresso da humanidade” ...	67
3.2 Sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: conceitos e definições	71
3.3 Complexidade e polissemia: reflexões sobre o desenvolvimento para além do crescimento econômico.....	74
3.4 O desenvolvimento como instrumento de paz, democracia e liberdade ..	76
4 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CARIRI CEARENSE: UM REFLEXO DA HISTÓRIA DO NORDESTE	80
4.1 O Nordeste: um território brasileiro para além da geografia	80
4.1.1 O Nordeste como uma construção discursiva: desafios ao desenvolvimento regional	82
4.2 Cariri cearense: um território de múltiplas faces.....	85
4.2.1 Cariri cearense: histórias em uma terra sagrada	85

4.3 Desenvolvimento Regional Sustentável no Cariri cearense: entre discursos e possibilidades	90
4.4 As TVs Regionais do Cariri cearense.....	96
4.5 Por uma diversidade significativa de vozes e versões nos conteúdos noticiosos	100
4.6 Percursos metodológicos: instrumentos para o diálogo entre o telejornalismo e o desenvolvimento regional sustentável no Cariri	102
5 UMA ARENA DE DISPUTAS EM UM TERRITÓRIO PLURAL: ASPECTOS DO TELEJORNALISMO NO CARIRI CEARENSE.....	112
5.1 Jornalismo de qualidade: um direito do público cidadão – por onde anda o Cariri cearense?.....	113
5.1.1 O telejornalismo do Cariri no fomento ao desenvolvimento regional sustentável: uma realidade possível?	116
5.2 Entre diálogos e reflexões: A TV "com a cara e o jeito de nossa gente".....	144
5.2.1 TV Verde Vale: trajetórias profissionais, questões políticas e econômicas.....	145
5.2.2 Perspectivas do telejornalismo regional: proximidade, estratégias e improviso	149
5.2.3 Questões de gênero no jornalismo regional: um destaque necessário	153
5.2.4 A opinião também informa: a luta pelo direito a interpretar e ultrapassar a ideologia epistêmica da “objetividade jornalística”	156
5.2.5 Política editorial e divisão do trabalho no Cariri 24 Horas: uma discussão contextual.....	157
5.2.6 Entre compromisso social e assistencialismo: contribuição do telejornalismo regional para a superação de desafios sociais	161
5.2.7 A qualidade do jornalismo para além de questões técnicas: Um diálogo em convergência, entre a TV, plataformas digitais e assessorias	164
5.2.8 Os critérios de noticiabilidade, checagem e o ritmo de produção: possibilidades e desafios	167
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS.....	176

1 INTRODUÇÃO

Nas pesquisas em jornalismo, as discussões sobre o desenvolvimento sustentável, embora restritas, colocam em evidência o compromisso social e ético inerente ao campo e ao papel ativo das práticas jornalísticas na formação da opinião pública e no incentivo a mobilizações sociopolíticas em torno do tema. Nessa discussão, compreende-se que o jornalismo, quando promovido de forma ética e distanciando de pressões que negligenciam o seu compromisso social, tem a capacidade de dar notoriedade qualificada às pautas do desenvolvimento e de mobilizar diferentes atores e instituições para que esse processo aconteça de forma inclusiva, democrática e sustentável, em âmbito local, regional e além-fronteiras.

Em geral, os meios de comunicação, através dos conteúdos noticiosos, podem ampliar a visibilidade das pautas do desenvolvimento sustentável e favorecer a importância e a vontade pública sobre o tema. Isso acontece quando os assuntos “[...] são representados noticiosamente para o conhecimento da esfera pública, contribuindo na formação da opinião e da vontade do público-cidadão sobre a temática da sustentabilidade” (Coutinho, 2014, p.11). Assim, os conceitos de esfera pública¹ e opinião pública² devem estar no centro das investigações que se dedicam a discutir a relação entre a esfera midiática e o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável figura entre os temas de maior relevância da atualidade e recebe contribuições de diferentes campos do conhecimento, sendo conceituado como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias

¹ A esfera pública pode ser entendida como um espaço onde as pessoas podem dialogar sobre os múltiplos temas ligados à sociedade. Nela podem ser elaborados consensos autênticos, fundamentados na ética do discurso com caráter inclusivo e baseado no melhor argumento, mas também falsos consensos fabricados para satisfazer interesses dos grupos políticos que controlam os aparelhos de Estado e o dinheiro das corporações do mercado. No entanto, eventualmente, é possível aos cidadãos, por meio do diálogo, exercitar a crítica, o questionamento, a opinião e o consenso. Assim, a esfera pública não se constitui exclusivamente como um instrumento favorável à exclusão ou à imposição de versões dominantes, pois, no sentido contrário, a liberdade de fala e às opiniões divergentes podem ocupar um lugar elementar, valorizando a pluralidade das vozes e versões da coletividade para motivar compreensões e consensos racionais compartilhados e exercer influência democrática sobre o poder político (Habermas, 2003, 2023).

² Em Habermas (2003b) é possível conceber que é na esfera pública que se forma a opinião pública. Para o autor, a opinião pública decorre de um processo discursivo que deve ser pautado no debate e na argumentação racional, ou seja, no diálogo social. Nesse contexto, a legitimidade da opinião pública decorre da liberdade que caracteriza o processo discursivo. Assim, em espaços onde os sujeitos são alvos de manipulação e de exclusão, por meio de estratégias de dominação, há o enfraquecimento da opinião pública.

necessidades", definição apresentada pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988, p.46) e amplamente divulgado em estudos científicos, notícias jornalísticas, em planos de governos e encontros multilaterais.

Embora seja um tema com ampla inserção na arena e na agenda pública mundial, existem limites impostos a um efetivo processo de desenvolvimento sustentável, sobretudo, quando considerado os aspectos ideológicos característicos do sistema econômico globalizado. Assim, o avanço nessa discussão demanda esforço coletivo, a partir da mobilização dos diversos atores sociais, dos campos do conhecimento e dos setores da sociedade. Nesse debate, a imprensa e o jornalismo destacam-se como espaços legítimos de fomento a um movimento comprometido com os objetivos e as metas do desenvolvimento sustentável.

Na discussão apresentada, a televisão situa-se entre os meios de comunicação que protagonizam as pautas do desenvolvimento e, não apenas por noticiar aspectos desse processo, tendo em vista que o desenvolvimento de um território é estratégico para implantação e manutenção de uma emissora de televisão (Mattos, 2010; Oliveira, 2017; Gomes de Souza, 2022, 2023). Essa relação também é percebida por Cabral (2024) que visualiza, na mídia regional, um instrumento central no desenvolvimento do país. Mas, até que ponto os detentores das concessões de TVs e as políticas editoriais destes veículos preocupam-se, para além de benefícios privados, em favorecer um desenvolvimento regional sustentável³ nos territórios em que estão inseridos?

Se por um lado, a televisão pode ser vista como um instrumento para a promoção da democracia direta, da inclusão, do desenvolvimento e da luta por justiça, por outro, caso seja operada de forma negligente, este veículo de comunicação pode se converter em um "instrumento de opressão simbólica". Assim, todos os que interagem com a televisão, desde os seus produtores, entrevistados, telespectadores e até pesquisadores devem estabelecer, para com este veículo, interações críticas, questionando os processos que o envolvem (Bourdieu, 1997).

³ Na pesquisa, compreende-se a existência de aproximações conceituais entre os termos desenvolvimento sustentável e desenvolvimento regional sustentável. No entanto, são conceitos distintos. Enquanto o desenvolvimento sustentável possui maior abrangência conceitual e prática, o desenvolvimento regional sustentável envolve os princípios da sustentabilidade aplicados a partir de características territoriais específicas, considerando demandas ecológicas presentes e futuras sendo, no contexto brasileiro, um expressivo desafio (Banco do Brasil, 2004; Lima 2021; Silva; Chacon, 2024).

Nesse contexto, a pesquisa busca identificar e compreender inter-relações entre o telejornalismo promovido na Região do Cariri cearense e o desenvolvimento regional sustentável deste território, dispondo da compreensão de que, no Cariri, as emissoras de televisão com abrangência regional, mesmo ancoradas em parâmetros legais, possuem em seu cotidiano pressões políticas e econômicas que fragilizam a sua capacidade de mobilização social para uma real compreensão, monitoramento, formação e reivindicação de um processo de desenvolvimento regional que seja inclusivo, democrático e sustentável. As discussões sobre os interesses políticos e econômicos que envolvem os veículos de comunicação locais e ou regionais podem ser ampliadas a partir do diálogo com autores como Peruzzo (2005), Amaral (2011), Nascimento (2012), Savenhago (2012) e Cabral (2024).

No Nordeste, o Cariri cearense destaca-se pela sua importância geográfica, socioeconômica, política, ambiental e cultural. Autores como Oliveira (2017); Dumoulin (2017); Alves Batista e Guimarães Batista (2020) e Gonçalves (2022) estão entre os estudiosos que refletem sobre esta região e sobre o seu potencial territorial. Para além da localização privilegiada, o Cariri cearense possui um conjunto de elementos que o coloca no centro de importantes discussões sobre o desenvolvimento sustentável, mesmo assim, ainda passa por amplos e complexos desafios para a efetivação deste processo.

O cenário apresentado é reflexo da própria formação social, cultural e econômica do Brasil, perspectiva que pode ser compreendida a partir de diálogos com os pensamentos de autores como Freyre (2003); Furtado (2007); Prado Júnior (2011), Faoro (2012) e Holanda (2016), através dos quais se percebe que a manutenção de aspectos que restringem o processo de desenvolvimento no país tem forte ligação com características históricas e projetos econômicos, políticos e ideológicos ligados às elites. Nesse contexto, também se encontram ações midiáticas tendenciosas e fragmentadas.

Essa discussão se estende aos estudos em comunicação, notadamente quando considerado o histórico vínculo estabelecido entre a mídia e as elites, as quais possuem influência direta na construção dos produtos jornalísticos e na formação da opinião pública, muitas vezes, priorizando as suas próprias demandas (Sodré, 1999). No Brasil, poucas famílias controlam os oligopólios da mídia: há os latifundiários, hoje, ruralistas, e os proprietários dos meios de comunicação, ambos detêm um vasto

território; o segundo, midiático, pelas ondas das TVs e das rádios onde são alinhados interesses privados ao controle da opinião pública (RSF, 2017).

Nos estudos em jornalismo, Rocha (2021) chama a atenção para o necessário aprofundamento nas discussões sobre os conflitos de interesses ideológicos que se materializam no cotidiano dos veículos de comunicação, nos quais, por um lado, encontram-se os interesses empresariais dos proprietários e dirigentes dos veículos e, em outra perspectiva, as aspirações dos jornalistas empregados nestas instituições.

Essa discussão integra, para além de conflitos ideológicos, demandas éticas e aponta denúncias sobre restrições, manipulações e censuras às práticas jornalísticas, articuladas em âmbito de políticas editoriais, associadas aos interesses individuais e comerciais dos proprietários e dos dirigentes dos veículos. Tal perspectiva incide na concepção de que os jornalistas não são os definidores primários do enquadramento das notícias e no “tabu ético”, apresentado por Warren Breed (2016), onde percebe-se uma tentativa constante de ocultar a sobreposição dos ditames empresariais ao trabalho dos jornalistas (Rocha, 2021).

[...] figura como desafio para o aprofundamento da teoria do jornalismo uma compreensão consistentemente justificada dos papéis a serem desempenhados pelo jornalista, com sua aspiração de autonomia e responsabilidade social, pela organização empresarial e sua política editorial, com motivações do lucro e influência política, e pelo público cuja autoridade constitui a base da concepção republicana de democracia e seus princípios de soberania popular e auto-organização da sociedade (Rocha, 2021, p.14).

Embora seja frequente que forças ideológicas vinculadas ao sistema econômico dominante busquem enquadrar o jornalismo como uma extensão de seu poder, este campo detém um amplo potencial mobilizador de vozes alternativas, capazes de ir na contramão da ideologia dominante. Nessa perspectiva, o jornalismo e os seus profissionais também são vistos como detentores de poder e participantes ativos da construção social da realidade (Traquina, 2020).

Sob esse olhar, compreendemos que uma das principais vozes do jornalismo é o próprio jornalista, muitas vezes, silenciado pelos ditames da ideologia epistêmica positivista da objetividade e das singularidades das políticas editoriais dos veículos nos quais estão inseridos que, frequentemente, negam a possibilidade de opinar sobre os acontecimentos que ele mesmo apura.

Com muito mais relevância social, pode-se entender também a relação do jornalista com o seu direito de emitir juízo de valor sobre os acontecimentos que apura e investiga, de maneira a permitir a formação de consenso

intersubjetivo sobre a realidade pela comunidade de comunicação, ou seja, pelo seu público, instância máxima de validação dos significados e conhecimento (Rocha, 2021, p.22).

À vista da influência ideológica em questões territoriais, Albuquerque Júnior (2011) entende que o Nordeste, macrorregião brasileira onde se encontra o Cariri cearense, representa o fruto de uma construção histórica e simbólica, onde relações discursivas, inclusive, externas a esse território, acarretaram a ideia de um espaço homogêneo, com base em estereótipos que o colocam numa perspectiva de atraso e subdesenvolvimento. Essa construção ideológica passou a influenciar as percepções sociais e as políticas públicas propostas para a região, o que favoreceu a permanência de aspectos de desigualdades e exclusão. O jornalismo, nesse contexto, também se encontra entre as instituições que fomentam discursos controversos sobre o Nordeste, sobretudo, quando desconsidera vozes alternativas às do sistema hegemônico.

Este cenário possui reflexos diretos no Cariri cearense, particularmente quando consideradas as práticas discursivas e os vínculos sociopolíticos e econômicos que permeiam os veículos de comunicação locais e/ou regionais, entre eles, as emissoras de televisão. A título de exemplo, as duas emissoras com abrangência regional fazem parte de projetos ligados aos setores empresariais ou políticos empresariais.

Nesse contexto, enxergamos históricos desafios ao jornalismo: a busca por superar interesses privados, narrativas superficiais que promovem desigualdades e o risco de cair no equívoco de reproduzir estereótipos que excluem potenciais regionais para a superação de conflitos. Assim, somos motivados a refletir sobre a “qualidade do jornalismo” que segundo Lacy e Roseinstiel (2015) se traduz na possibilidade de o jornalismo exercer adequadamente as suas funções. Para os autores, a melhoria na qualidade do jornalismo exerce influência direta no cotidiano social, ao passo que possibilita aos cidadãos um repertório crítico para a adoção de melhores decisões e para se posicionarem contra abusos provenientes de governantes e instituições.

A qualidade dos produtos jornalísticos, em destaque, os televisivos, demanda a superação de repressões políticas, técnicas e ideológicas e incide na mobilização social, através da formação da opinião pública qualificada, para a participação ativa nas discussões que envolvem as pautas do desenvolvimento regional sustentável, aspecto medular deste estudo. Como consequência, pode fomentar a capacidade social de pressionar e atuar junto ao poder público na superação dos desafios promotores de degradação ambiental, desigualdades e exclusões. Por outro lado,

deficiências éticas, restrições técnicas, políticas e ideológicas no jornalismo podem promover o efeito reverso, favorecendo a manutenção de instrumentos geradores de retrocesso social, econômico, político, ambiental e cultural.

Assim, no estudo, acreditamos que as emissoras de televisão do Cariri cearense possuem um papel crucial na promoção do desenvolvimento regional sustentável desta região, haja vista sua inserção na realidade social local, pertinência nas discussões que promovem e a sua capacidade de apresentar aspectos do desenvolvimento sustentável, em suas múltiplas vertentes, para a arena e agenda pública regional. No entanto, para que seja atingida essa perspectiva, é necessário o distanciamento do reducionismo simbólico, a partir de práticas jornalísticas comprometidas com a ética e com os parâmetros de qualidade. Nessa discussão, temos por base a epistemologia construtivista.

O construtivismo no jornalismo tem raízes na “Guinada Linguística”, ou “Virada Linguística” que emergiu na segunda metade do século XX e marca um momento histórico nos estudos em jornalismo, propondo uma ruptura com o enrijecimento dos critérios positivistas aplicados ao campo e às suas práticas. A partir da guinada linguística, a linguagem passou a ser vista como instrumento central na produção do conhecimento. Essa nova forma de enxergar a construção do conhecimento não se restringiu apenas ao jornalismo (Gill, 2002; Traquina, 2020; Rocha, 2007).

A razão, restrita ao âmbito da subjetividade individual pela filosofia da consciência, passa a poder ser concebida em um espaço que extrapola os limites do indivíduo isolado e que se convencionou chamar de intersubjetividade, onde se tornou um produto humano coletivo destrancendentalizado, ou seja, não mais resultado da ação de um sujeito transcendental (Rocha, 2007, p. 174).

Na pesquisa, o debate sobre o construtivismo no Jornalismo é fortalecido pelo diálogo com autores como: Bourdieu (1997); Berger e Luckmann (2004); Habermas (2004; 2005); Alsina (2009); Meditsch (2010); Rocha (2007, 2021); Vizeu e Rocha (2011); Tuchman (2016) e Traquina (2020). Para os que estudam e buscam fortalecer uma teoria do jornalismo com base no paradigma construtivista, reflexões epistemológicas sobre conceitos como verdade e objetividade são fundamentais. Para além destes, as formas de legitimação presentes nos produtos jornalísticos também devem ser questionadas (Vizeu; Rocha, 2011).

Assim, na pesquisa, refletimos sobre teorias da verdade, entre elas, a leitura crítica sobre a percepção positivista da verdade como correspondência, que se alinha

à objetividade, como forma de legitimação da credibilidade da informação. Essa teoria é amplamente questionada na perspectiva do jornalismo construtivista, na qual a produção da notícia não é percebida como reflexo absoluto/ neutro da realidade objetiva, mas sim decorrente de uma construção que sofre influência de diferentes fatores, assim, damos ênfase a teoria consensual da verdade, a partir dos escritos de Habermas (2001; 2004).

Ademais, sob a perspectiva da epistemologia construtivista no jornalismo, a ética está no centro da discussão. Para Vizeu e Correia (2008), a verdade e a ética são fundamentos para uma teoria construtivista do jornalismo. Também, ao longo da pesquisa, apresentamos considerações sobre a notícia, perspectiva essencial aos estudos na área.

Frente a esta discussão, realizar uma tese doutoral com base em uma realidade teórica e territorial complexa só se faz possível a partir de uma visão interdisciplinar. A interdisciplinaridade possibilita maior interação entre práticas e saberes necessários para a construção de sentidos, não limitados a apenas uma disciplina e/ou território. Sob essa ótica, Farias Filho e Arruda Filho (2015) refletem que as intensas fragmentações da ciência, no contexto dos séculos XIX e XX, geraram um cenário de necessárias interações entre disciplinas, sendo inviável, na realidade atual, buscar conhecer os fenômenos a partir de apenas uma ciência.

Sobre o Cariri cearense, região-alvo da pesquisa, para além das características já citadas, consideramos o seu potencial midiático, incluindo, não apenas os veículos de comunicação, mas a formação de comunicadores, com destaque aos discentes e egressos do curso de jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Os estudantes, formados ou em formação por este curso e universidade, estão presentes nos diversos veículos de comunicação da região. Desse modo, as análises propostas também podem indicar caminhos sobre questões relacionadas à formação acadêmica de comunicadores.

Nesse debate é importante que seja mencionado o fato de o Cariri cearense possuir a Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri)⁴ e, nas proximidades de sua criação, em 2009, também se ampliou a produção de conteúdos midiáticos televisivos

⁴ A utilização da sigla "RM Cariri" diferencia-se da sigla RMC, descrita na Lei que a instituiu. Essa adaptação permite maior destaque à região, enquanto território, e pode evitar equívocos na compreensão da sigla ao ser associada a outras regiões metropolitanas, como as de Campinas e Curitiba (Nascimento, 2018, p. 22).

regionais, associada ao surgimento de duas emissoras de televisão: TV Verde Vale, que teve a sua fundação em 2006, e a TV Verdes Mares Cariri, fundada em 2009. As pautas contextuais que esporadicamente eram veiculadas nos telejornais com sede na capital do estado, Fortaleza, passaram a ser amplamente divulgadas, através das emissoras regionais.

Frente ao atual cenário do telejornalismo regional e a pulsante retórica sobre o desenvolvimento do território caririense, surgiu a questão e o objetivo geral da tese. Quais inter-relações podem ser percebidas entre o telejornalismo promovido na Região do Cariri cearense e o Desenvolvimento Regional Sustentável deste território? A busca por esta resposta é o principal objetivo da pesquisa: investigar a relação do telejornalismo com o desenvolvimento regional sustentável do Cariri cearense.

Como objetivos específicos propomos, (1) identificar, nos telejornais observados, a inserção de temas relacionados ao desenvolvimento regional; (2) perceber quais são as fontes consultadas e se existe diversidade significativa de versões e vozes; (3) discutir se as informações veiculadas são construídas a partir de uma percepção holística e ética do desenvolvimento; (4) identificar possíveis limitações impostas ao trabalho jornalístico por questões ideológicas e empresariais; (5) listar práticas telejornalísticas de fomento ao desenvolvimento regional sustentável do Cariri cearense.

Delimitam-se como produções/instrumentos jornalísticos televisivos a serem analisados os dois telejornais contextuais com maior duração na programação das emissoras regionais: CETV 1ª Edição – Juazeiro do Norte (CE1 Cariri) e Cariri 24 Horas das emissoras TV Verdes Mares e TV Verde Vale, sequencialmente. Os telejornais mencionados produzem e veiculam notícias com abrangência regional. Essa definição analítica contextualiza as reflexões estabelecidas e indica o lócus da pesquisa.

Tendo como base o objeto do estudo, na pesquisa, também apresentamos reflexões específicas sobre a mídia de proximidade, a qual pode ser compreendida como um anseio local/ regional. “Há interesse das pessoas em ver os temas de suas localidades retratados na mídia, como também há interesse por parte da mídia em ocupar o espaço regional com vistas a atingir seus objetivos mercadológicos” (Peruzzo, 2005, p.83). Nesse cenário, encontram-se também os “jogos” políticos e econômicos que, por vezes, impõem limites ao potencial local no protagonismo das informações de qualidade (Peruzzo, 2005).

Optamos por promover a investigação com ênfase em uma região geográfica específica na tentativa de elaborar um trabalho contextual que desenvolva possibilidades de dialogar, de forma mais intensa e próxima, com o fenômeno observado e, ao mesmo tempo, de contribuir com reflexões pertinentes ao território-alvo da pesquisa, sem deixar de considerar a possibilidade de interagir com outros estudos e territórios que envolvam os aspectos discutidos, em particular, no que se refere à relação do telejornalismo com o desenvolvimento regional sustentável.

Sabemos que “o que vale para um contexto não é válido de maneira holística para todas as espacialidades consideradas” (Barbosa, 2016, p.205). Todavia, quando se trata da mídia no Brasil, são frequentes elementos hegemônicos/colonizadores que se propagam do internacional para o nacional e do nacional para o local/regional e, sobre isso, apresentamos considerações. Também acreditamos que o ritmo socioeconômico do Cariri cearense conecta-se a outros territórios do Ceará e do Brasil, a partir de características que rompem fronteiras geográficas e, nesse sentido, aspectos aqui considerados podem dialogar diretamente com características presentes em outros contextos territoriais.

No Brasil, há uma tendência à replicação de padrões jornalísticos e midiáticos. Assim, aquilo que é tratado pela grande imprensa estende-se às cidades interioranas (Peruzzo, 2005).

[...] às vezes por exigência das matrizes, como no caso das redes de televisão, ou então como estratégia operativa. Por meio de contrato com agências de notícias, reprodução de colunas de articulistas renomados ou mesmo a apropriação de temas tratados em reportagens especiais, muitos jornais locais tendem a se ocupar mais de assuntos comumente tratados pelos jornais de circulação nacional do que com assuntos específicos locais que demandariam apuração jornalística e, possivelmente, a exposição pública do meio informativo diante de fatos, que, por vezes, a imprensa local não aborda para não prejudicar seus próprios interesses (Peruzzo, 2005, p.81).

Assim, embora a ênfase da pesquisa seja o Cariri cearense, buscou-se estabelecer, a partir das práticas metodológicas adotadas e das reflexões promovidas, ampla interação acadêmica. Na pesquisa, compreendemos que as dinâmicas desta região, em diversos aspectos, correspondem à realidade vivenciada em outros territórios brasileiros, especialmente se considerado a relação estrutural e política da RM Cariri com outras Regiões Metropolitanas (RMs) que, no Brasil, somam mais de 70, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022).

Tendo como referência a representatividade da televisão no cotidiano social, os vínculos políticos e econômicos característicos das emissoras observadas e o alcance dos conteúdos transmitidos, como hipótese, apresenta-se a discussão de que o telejornalismo produzido no Cariri cearense, assim como em outros territórios brasileiros, pode motivar o Desenvolvimento Regional Sustentável por ser um instrumento com alto potencial democrático, partícipe da construção social da realidade regional e capaz de contribuir com a qualificada formação da opinião e da vontade pública sobre os temas vinculados a este processo. Todavia, no contexto dessa região, existem limites impostos aos veículos de comunicação por culturas políticas baseadas em interesses privados, deficiências na percepção destes, como promotores de um desenvolvimento regional holístico, e relações de poder que geram exclusão e interagem com as ausências de perspectivas aprofundadas nas pautas produzidas. Tais fatores comprometem a implementação de uma ideia/processo de desenvolvimento regional pautado na inclusão/liberdade, como proposto por Sen (2010).

O desenvolvimento como liberdade, apontado pelo filósofo e economista indiano Amartya Sen (2010) apresenta uma abordagem integrada entre o processo de desenvolvimento e a expansão das liberdades humanas, as quais perpassam questões econômicas e envolvem, entre outros aspectos, as liberdades sociais e políticas. “Uma abordagem ampla desse tipo permite a apreciação simultânea dos papéis vitais, no processo de desenvolvimento, de muitas instituições diferentes [...] (incluindo o papel da mídia e outros meios de comunicação)” (Sen, 2010, p. 23).

A pesquisa apresenta-se como instrumento analítico de ampla relevância acadêmica e social e busca contribuir com o debate sobre o papel dos meios de comunicação, particularmente da televisão, no fomento ao desenvolvimento regional sustentável, tendo como referência a percepção do potencial telejornalístico na qualificação do debate público sobre o tema e, como consequência, na mobilização social para pressionar as Instituições a efetivarem estratégias que viabilizem uma proposta de desenvolvimento capaz de ultrapassar barreiras discursivas ou meramente econômicas.

A percepção apresentada tem como fundamentos o compromisso social inerente ao jornalismo, a necessária notoriedade às pautas do desenvolvimento sustentável e a relevância do debate sobre a qualidade das informações jornalísticas como instrumentos centrais no fomento ao desenvolvimento regional. No estudo,

enfatizamos a mídia televisiva, por sua alta representatividade, seu potencial democrático e sua inserção no cotidiano social.

Diante da hipótese levantada, faz-se necessário a elaboração de pesquisas que avaliem os parâmetros utilizados para a construção e para a difusão da informação na região do Cariri cearense, especialmente sobre os conteúdos que se baseiam nas nuances do desenvolvimento regional. Na pesquisa, o desenvolvimento é compreendido como fenômeno multidimensional, ultrapassando o entendimento limitado aos aspectos econômicos e disciplinares.

A abordagem territorial apresentada demarca uma opção não apenas acadêmica, pois promove uma referência política e valorativa. Desde a sua concepção, a proposta foi constituída por questões e interesses que fazem parte de uma dinâmica histórica de formação acadêmica e interação com o território pesquisado. Com formação em Jornalismo e Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável pela UFCA, oportunizou-se ao autor a inserção nos mais diversos debates que envolvem essa região, através de aulas, pesquisas, estágios, eventos e inserção em grupos de pesquisa e extensão. Como Braga (2016), acreditamos que a pesquisa é fruto de uma íntima relação entre a sensibilidade do pesquisador e a complexidade dos objetos pesquisados, além do conjunto de outros elementos que compõem a sua estrutura.

O estudo faz uso de metodologias pertinentes ao campo da comunicação e possui como referência a Teoria Crítica do Discurso, abordado por Van Dijk (2000, 2015) e Fairclough (2001, 2003). Enquanto fundamento teórico, tem ênfase na epistemologia construtivista aplicada ao estudo em jornalismo, que compreende o papel ativo das práticas jornalísticas na construção social da realidade. Van Dijk (2000, 2001) aborda o "discurso" a partir de sua complexidade e polissemia. São várias as definições que envolvem o termo, as quais nem sempre são convergentes. O conjunto de ideias sobre o conceito compõe um complexo e vasto campo denominado "estudos do discurso". Sobre eles, foram construídas parte significativa das análises propostas.

Na pesquisa são apresentados dados qualitativos e numéricos, a partir de estudos bibliográficos, documentais, entrevistas e o monitoramento do telejornalismo regional, no período correspondente a março e abril de 2025, no que se refere ao CE1 Cariri, e de agosto a setembro de 2025, no que diz respeito ao telejornal Cariri 24 Horas, apresentando uma análise baseada em 237 matérias, contemplando um recorte temporal que abrange períodos relacionados aos dois semestres de 2025, por

meio de clipagem eletrônica⁵. A definição deste recorte temporal teve como principal finalidade observar o conteúdo característico do cotidiano dos telejornais mencionados em meio ao afloramento das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, sobretudo, com as expectativas geradas em torno da COP30 e com a necessária avaliação sobre os avanços e retrocessos no cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

As categorias de análises propostas para a pesquisa fundamentam-se em aspectos teóricos e metodológicos da Teoria Crítica do Discurso e foram construídas a partir de indagações estratégicas feitas ao objeto da pesquisa: O telejornalismo regional pauta o desenvolvimento sustentável? Quais as fontes consultadas e em que setores da sociedade elas estão inseridas? Nas matérias veiculadas, existe uma percepção ética e holística do desenvolvimento regional? Há indícios de limitações técnicas, políticas ou ideológicas nos discursos? Os conteúdos veiculados utilizam-se de linguagem acessível/ educativa e estimulam práticas favoráveis ao desenvolvimento regional sustentável?

As matérias selecionadas também foram analisadas a partir das categorias propostas por Herman (2016), as quais se referem à diversidade significativa de versões e fontes e à diversidade reprimida ou marginalizada. A primeira categoria está intimamente relacionada à função social do jornalismo e a teoria democrática. A segunda possibilita a percepção de quando a cobertura dos telejornais regionais observados exclui versões e fontes da periferia social, favorecendo a representação das fontes e das versões da estrutura de poder e das elites que, habitualmente, posicionam-se pela reprodução de uma concepção de desenvolvimento com ênfase em questões econômicas que, via de regra, atendem interesses particulares, beneficiando, sobretudo, grupos sociais e econômicos específicos. Com base nas categorias de análises, buscamos identificar e apresentar considerações sobre os enquadramentos que contemplam o desenvolvimento sustentável nos telejornais observados.

Um enquadramento (*framing*) é construído por meio de operações como seleção, exclusão ou ênfase de determinados aspectos e informações, compondo perspectivas gerais para a compreensão de acontecimentos e

⁵ Instrumento para identificação, análise e arquivamento de informações veiculadas na mídia. Essa ferramenta é amplamente utilizada por assessorias de comunicação com o intuito de acompanhar citações midiáticas sobre as organizações. O *Clipping* também dialoga com outros instrumentos de análises, como as de conteúdo e de discurso (Duarte, 2018).

situações cotidianas. É uma idéia central que organiza a realidade a partir de certos eixos de apreciação (Rothberg, 2010, p. 23).

Assim, a pesquisa propõe discussões acadêmicas que tenham relevância social e científica, que possam servir como aporte para históricas, novas e atualizadas pesquisas sobre a região do Cariri cearense e que seja contributivo para o ciclo de estudos teóricos que envolvem os principais temas aqui discutidos, entre eles: jornalismo, construtivismo, desenvolvimento regional sustentável e linguagem televisual. Também, entendemos essa pesquisa como um contributo interativo com um conjunto de investigações que, historicamente, vêm sendo desenvolvidas nos campos da comunicação/ jornalismo e do desenvolvimento, apresentando singularidades, devido às experiências metodológicas adotadas no processo.

A pesquisa, encontra-se dividida em seis capítulos, cada um desenvolvido com ênfase na organização de ideias que contemplam a multiplicidade de elementos teóricos/analíticos, considerados necessários para a sua construção.

O primeiro capítulo introduz a proposta, elencando os principais elementos da pesquisa, situando os leitores sobre os aspectos estruturais da tese, dialogando com elementos teóricos e metodológicos.

No segundo capítulo, apresentamos discussões sobre o jornalismo, tendo em vista questões históricas, práticas profissionais e a sua relação com a teoria democrática, como fundamento para as discussões sobre o construtivismo no jornalismo. No capítulo, a epistemologia construtivista aplicada ao estudo em jornalismo é percebida como caminho para a superação de limites impostos por paradigmas considerados tradicionais ao campo, como a noção de objetividade. Também, apresentamos discussões sobre o telejornalismo, dando ênfase a aspectos relacionados ao telejornalismo local e regional, o que nos leva a interagir com o conceito de proximidade.

Do nosso ponto de vista, o conceito de proximidade pode ser explorado a partir de diferentes perspectivas, mas, quando se trata de mídia local e regional, ele se refere aos laços originados pela familiaridade e pela singularidade de uma determinada região, que têm muito a ver com a questão do locus territorial (Peruzzo, 2005, p. 76).

No terceiro capítulo, abordamos questões teóricas sobre o desenvolvimento, a partir de uma visão holística, interagindo com tópicos que correspondem à evolução e à consolidação global desse debate, apontando questões direcionadas à distinção entre o desenvolvimento meramente econômico e o desenvolvimento sustentável.

Neste capítulo, ainda tratamos sobre as pautas do desenvolvimento no Brasil e no Nordeste.

Já o quarto capítulo expõe questões contextuais ao território da pesquisa. Também, é neste capítulo que discorremos sobre os aspectos metodológicos do trabalho e apresentamos as emissoras e os telejornais observados. No capítulo, também apresentamos referências aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), princípios relevantes para esta pesquisa, sobretudo quando considerada a análise da relação entre o telejornalismo e o desenvolvimento regional sustentável.

No quinto capítulo, apresentamos os dados da pesquisa, considerando o arcabouço teórico e metodológico consultado e utilizado. É neste capítulo que expomos as principais considerações sobre o fenômeno observado. Já o sexto capítulo contempla as considerações finais do estudo, nas quais estão sintetizadas as principais contribuições da tese, seguidas das referências.

2- JORNALISMO, CONSTRUTIVISMO, TELEVISÃO E INFORMAÇÃO DE PROXIMIDADE: DISCUSSÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO JORNALISMO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

As compreensões epistemológicas sobre o paradigma ou os paradigmas que fundamentam uma pesquisa devem ser observadas com clareza (Canet, 2022). Este capítulo apresenta discussões teóricas e epistemológicas sobre a compreensão do jornalismo na perspectiva construtivista, televisão e informação de proximidade.

O construtivismo é uma tese epistemológica discutida em diferentes campos do conhecimento e aponta características atuais para, entre outras questões, compreensões que envolvem o conhecimento da realidade, sobretudo quanto a sua construção. Também favorece o aprofundamento em discussões e práticas de pesquisas que integram, mormente, as áreas das ciências sociais e humanas. No construtivismo, a realidade social não é percebida como homogênea, pelo contrário, é entendida como diversa e construída (Canet, 2022).

Na perspectiva do jornalismo, a epistemologia construtivista sugere críticas e atualizadas compreensões sobre teorias clássicas do campo e integra reflexões epistemológicas acerca de conceitos como verdade, objetividade e ética, além de avaliações críticas sobre as diferentes formas de legitimação dos produtos jornalísticos (Vizeu; Rocha, 2011).

No capítulo, apresentamos também, reflexões específicas sobre o jornalismo, enquanto história, prática profissional, campo do conhecimento e sua relação com a teoria democrática. Ainda, discutimos o telejornalismo e sua contribuição para a construção social da realidade, a partir da ampla influência que exerce na sociedade e do papel ativo que desempenha na formação da opinião pública.

As reflexões apresentadas enfatizam a perspectiva local e regional, em que o telejornalismo apresenta aspectos centrais e contextuais à compreensão e ao fortalecimento de uma concepção construtivista no jornalismo, considerando o papel ativo dos cidadãos, inclusive a possibilidade de seu protagonismo na definição dos rumos a serem tomados pela sociedade.

2.1 Jornalismo em questão

Antes de um aprofundamento sobre a epistemologia construtivista aplicada aos estudos em jornalismo, faz-se necessário que aspectos relacionados aos meios de comunicação, à imprensa e ao jornalismo, enquanto história, prática profissional, campo do conhecimento e sua relação com a teoria democrática sejam considerados. Na pesquisa, não temos o objetivo de, em profundidade, abordar esta variedade de temas, mas compreendemos a relevância deste diálogo para o desenvolvimento das reflexões que aqui propomos.

O jornalismo é uma importante instituição social, permeada por historicidade. Assim, aos estudos na área, é significativo que seja considerada e contextualizada essa característica, como um caminho para se compreender suas transformações, sua relação com a sociedade e a sua contribuição na construção social da realidade (Carvalho da Silva, 2012).

Sobre as sociedades ocidentais, Traquina (2020) aponta que foi no século XIX que o “campo jornalístico” emergiu. Os séculos XIX e XX destacam-se como períodos significativos na expansão do jornalismo e da imprensa, fase que esteve associada a conquistas de direitos e a própria democracia como forma de governo (Carvalho da Silva, 2010; Traquina, 2020). Em paralelo, foram intensas as transformações na sociedade capitalista. Sodré (1999) reforça: há uma estreita relação entre a história da imprensa e a história da sociedade capitalista, em que os meios de comunicação foram extensivamente utilizados como instrumentos de controle social e desenvolveram-se sob ampla influência desse sistema.

A expansão do jornalismo, no século XIX, demandou dos meios de comunicação maior produção e difusão de notícias, associada ao crescimento da “empresa jornalística”; ampla influência social e crescimento na oferta de postos de trabalho. Tais fatores, motivaram inovações estratégicas relacionadas à profissão, também geraram outros desafios, como a sujeição a índices de audiência e de lucratividade (Carvalho da Silva, 2010).

Nesse contexto, para além das questões estruturais, as mudanças também se referem aos conteúdos noticiosos, a distinção entre matérias informativas e opinativas e, novas demandas internas, como questões relacionadas à divisão do trabalho, que passou a integrar uma diversidade de funções, profissionais e exigências por especializações (Carvalho da Silva, 2010; Traquina, 2020).

Todavia, mesmo com as transformações ocorridas e a percepção pública sobre a relevância social do trabalho jornalístico, esta profissão enfrenta desafios históricos. Na perspectiva profissional, alguns movimentos beneficiaram a consolidação da profissionalização do jornalismo, entre eles, a criação de sindicatos e associações e o desenvolvimento e a ampliação da formação acadêmica universitária na área. Mas, foi em fins do século XIX que as questões deontológicas passaram a ser consideradas com maior força, embora, tenha sido no século XX a sua consolidação (Traquina, 2020).

Junto à lógica das notícias como informação e como produto gerador de lucro, a ideia de independência dos “laços políticos” ganhou mais impulso. “No novo enquadramento da democracia, com o princípio de ‘poder controla poder’ (*power checks power*), a imprensa (os media) seria o ‘quarto’ poder em relação aos outros três: o poder executivo, o legislativo e o judicial” (Traquina, 2020, p. 35). E foi na teoria da opinião pública que se fundamentou a ideia da imprensa/jornalismo como “Quarto Poder”. Nesse contexto, é expressivo perceber que o jornalismo:

[...]durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo – fornecer informação, e não propaganda. Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público – uma constelação de ideias que dá forma a uma nova visão do “polo intelectual” do campo jornalístico (Traquina, 2020, p.25).

Entre as críticas ao jornalismo, sobressai o fato de que a “empresa jornalística” se adaptou à lógica capitalista, aos seus propósitos e também às demandas dos setores dominantes. Para Genro Filho (2012), o jornalismo sempre esteve perpassado pela ideologia dominante. O autor enfatiza a perspectiva cultural deste processo que, na atualidade, é entendida como “indústria cultural” ou “cultura de massa”, lógica que visa à obtenção de lucro, sendo a grande mídia uma empresa capitalista (Ribeiro; Souza, 2023). Para Traquina (2020) a comercialização das notícias estimuladas no século XIX foi o segundo grande momento histórico do jornalismo na democracia.

Nesse contexto, Ribeiro e Souza (2023) chamam a atenção para os vínculos políticos/ideológicos que exercem controle sobre os aparelhos midiáticos e reforçam a relevância de uma compreensão aprofundada sobre as linguagens e as estratégias utilizadas que, a partir de práticas de manipulação, podem ou beneficiam apenas os interesses do capital.

Em um movimento contrário, também é possível perceber que outros agentes vêm ganhando força e expressão ao disputarem o sentido do jornalismo, defendendo narrativas pouco contempladas pela mídia hegemônica, como as abordagens relacionadas aos interesses dos grupos considerados minorias sociais (Ribeiro; Souza, 2023, p.14).

O jornalismo é uma profissão detentora de ampla responsabilidade social, sendo que os jornalistas, para além de trabalhadores, fazem parte de uma histórica luta por sua profissionalização, como um caminho gerador de independência, alinhada a um aprimoramento de seu estatuto social (Traquina, 2020). Assim, mesmo frente aos ditames do mercado capitalista, não há como desvincular o jornalismo de sua função social que deve ser percebida como o objetivo central de suas práticas (Traquina, 2020; Ribeiro; Souza, 2023). Mas, de que trata esta função social? Na teoria democrática, o jornalismo, por meio da informação, é percebido como um instrumento central no processo de formação cidadã para o reconhecimento de seus direitos, além de ser uma ferramenta que identifica e divulga as preocupações sociais (Coutinho, 2014). Nesse sentido, "Desde os seus estudos introdutórios, o jornalismo é percebido como uma ferramenta dotada de grande poder e influência na consolidação da opinião pública [...]" (Oliveira, 2017, p.28).

Nesse diálogo, a submissão aos interesses individuais em detrimento das questões coletivas fere princípios básicos do jornalismo, especialmente a autocompreensão normativa da mídia noticiosa de que deve se posicionar exclusivamente pelo interesse público e pelo bem-comum (Habermas, 1997). "Quando o poder age no sentido de subtrair ao cidadão a informação que lhe é devida, está corroendo as bases do exercício do jornalismo ético, que é o bom jornalismo, e corrompendo a sociedade" (Bucci, 2000, p.33).

O jornalismo é um instrumento promotor de acesso à informação e gerador do debate público (Barboza e Silva, 2024). Sob essa perspectiva, percebemos que os meios de comunicação e o jornalismo são instrumentos centrais na construção, na reconstrução e na promoção do conhecimento, particularmente das pautas do desenvolvimento sustentável, sobretudo quando considerado a sua capacidade de "dar notoriedade e significação pública" aos temas e práticas favoráveis a este processo, como ressaltado por Coutinho (2014).

Vale a pena resumir sucintamente a importância do jornalismo, ou, se preferirem, dos media noticiosos, e das notícias, em qualquer sociedade, incluindo as democráticas. Por um lado, determinam quais são os acontecimentos (assuntos e problemáticas) com direito a existência pública e

que, por isso, figuram na agenda de preocupações, como temas importantes da opinião pública (é o conceito de “agenda-setting”). Por outro lado, definem o(s) significado(s) dos acontecimentos (assuntos e problemáticas), oferecendo interpretações de como compreendê-los (Traquina, 2016, p.25).

Embora não seja o único caminho, a esfera pública apropria-se das pautas noticiadas pelos meios de comunicação, o que favorece, para além da formação da opinião pública, a própria vontade pública sobre os temas (Habermas, 1997). Barboza e Silva (2024) acrescentam: o direito à informação é um instrumento central na formação da opinião pública, capacitando o público cidadão a ser agente ativo na sociedade e a ter ciência dos seus direitos, assim, o direito à informação motiva o público cidadão a reconhecer e a buscar outros direitos que lhe são necessários. Nesse contexto, o jornalista ocupa o papel de intermediário (Almino, 1986). “Por isso, o espaço público contemporâneo é um espaço público mediatizado, o que quer dizer que ele é indissociável do papel dos meios de comunicação” (Soares, 2009, p.112).

Ao longo do século XX, a imprensa e o jornalismo foram fortalecidos pelo surgimento de novos meios de comunicação, ampliando seus espaços de atuação, sobretudo, com o advento do rádio e da televisão (Traquina, 2020). Ao aprofundar a história do jornalismo na democracia, para além de sua expansão e comercialização, Traquina (2020) observa outra perspectiva:

Concomitantemente, o polo econômico do campo jornalístico está em face da emergência do pólo intelectual com a profissionalização dos jornalistas e uma consequente definição das notícias em função de valores e normas que apontam para o papel social da informação numa democracia (Traquina, 2020, p.25).

A dimensão intelectual percebida por Traquina (2020) é reforçada por Pontes (2015) ao entender que: aqueles que investigam e escrevem sobre os acontecimentos da realidade social possuem um papel intelectual a ser exercido. Sob essa perspectiva, Ribeiro e Souza (2023, p.13), também compreendem o jornalismo como uma prática intelectual, “[...] que aproxima diferentes públicos e atua a partir de critérios de noticiabilidade que podem encantar, persuadir e até criar consenso a partir do contexto ao qual é submetido”. Ou seja, o jornalismo produz relatos à égide da “locomotiva social”.

Ao trabalhar com base no conhecimento intelectual, mas dialogando com interlocutores que necessariamente não a possuem, o jornalista, apesar dessa assimetria de conhecimento, visa justamente dois campos: ampliar essa base de compreensão dos fenômenos em seu interlocutor e ao mesmo tempo apresentar-lhe razões lógicas para compreendê-lo (Firmo da Silva, 2003, p.101).

Diante dessa discussão, percebe-se que são múltiplos os elementos que fazem parte da atividade jornalística e seria impossível, em um único trabalho, considerar todas as suas singularidades em profundidade, sobretudo, quando se referem às dimensões históricas e práticas cotidianas que se multiplicam nos mais diversos espaços e territórios e integram, entre outras questões, teorias, estratégias e interesses. Um exemplo são as operações enunciativas do jornalismo.

As formas da enunciação jornalística são marcadas por processos de raciocínio ou cadeias de razões que visam determinados efeitos de reconhecimento (apreensão, compreensão pela audiência) e podem restringir-se ao anúncio, a descrição, a argumentação, a demonstração e a persuasão (Vizeu, 2004, p. 113).

Frente a esta breve introdução historiográfica, abrem-se perspectivas para outros debates importantes a este estudo, entre elas, as definições sobre as notícias, a relação do jornalismo com a democracia; o compromisso social e a ética jornalística; teorias do jornalismo e a qualidade dos seus produtos.

Na atualidade, a mídia e o jornalismo encontram-se dentro de uma nova revolução, reflexo dos anseios da “Era da informação e do conhecimento”. No entanto, mais que um desafio aos meios de comunicação e aos seus profissionais, essa fase histórica constitui uma motivação para novas perspectivas de atuação (Carvalho da Silva, 2010). Nesse cenário, também se encontram os desafios motivados, sobretudo, por questões políticas, econômicas e ideológicas aliadas às pressões impostas às mídias tradicionais, decorrentes da migração do público leitor, ouvinte ou telespectador para outras plataformas (Barbosa; Silva, 2004).

Nessa conjuntura, corroboramos com Carvalho da Silva (2010) no entendimento de que as transformações do jornalismo continuam sendo uma realidade atual, especialmente quando consideradas as novas dinâmicas da sociedade e os avanços tecnológicos. No entanto, as mudanças que se sucedem devem estar acompanhadas de uma ampla, crítica e plural avaliação. Com base nesse percurso histórico, abrimos caminhos para análises mais profundas e críticas sobre o objeto deste estudo.

2.2 O jornalismo na democracia: uma breve discussão

O jornalismo que vigora nas sociedades democráticas provém da revolução ocorrida no século XIX, no qual aconteceu o desenvolvimento da imprensa e de novas maneiras de produzir e distribuir informações (Bucci, 2000; Traquina, 2020). Soares (2009) reforça que, enquanto conceito, não existe uma definição única sobre a democracia, mas existem diferentes perspectivas, sendo que, em cada perspectiva democrática, exigem-se ações específicas dos meios de comunicação.

Contudo, Bobbio (2014) apresenta uma compreensão teórica amplamente aceita sobre a democracia.

Etimologicamente, democracia significa "poder" (krátos) do "povo" (dêmos). Os gregos, de cuja língua a palavra deriva, distinguiam-na de outras formas de governo: aquela em que o poder pertence a uma única pessoa, "monarquia" no sentido positivo, "tirania" no sentido negativo, e aquelas em que o poder pertence a poucos, "aristocracia" no sentido positivo, "oligarquia" no sentido negativo. O significado geral permaneceu inalterado por séculos, embora entre nossos escritores políticos dos séculos XV e XVI, a expressão latina "governo popular" diferente do "principado" e do "governo dos notáveis" [...]. Ainda hoje, a democracia é entendida como uma forma de governo em que o povo é soberano (Bobbio, 2014, p.265, tradução nossa).

O autor diferencia a democracia moderna das democracias antigas, evidenciando que a principal distinção está na forma em que “ [...] o povo exerce o poder: diretamente, na praça ou ágora entre os gregos, nos comícios dos romanos, na arenga das antigas cidades medievais, ou indiretamente, por meio de representantes, nos estados modernos (Bobbio, 2014, p.265, tradução nossa).

Nessa discussão, encontra-se a noção de Estado democrático de direito que possui suas bases na democracia moderna e, embora existam diferentes versões, algo é característico, a soberania popular. Essa soberania abre possibilidades para a participação cidadã na política e, quanto maior a participação, maiores são as perspectivas de igualdade e liberdade, permitindo a forma republicana de governo (Costa; Rezende, 2019). Para os autores, “As questões da liberdade e da igualdade são essenciais à discussão acerca da democracia, pois são fios condutores da vivência democrática” (2019, p.274).

Todavia, na discussão da relação do jornalismo com a democracia, há polarização. Se por um lado alguns teóricos percebem o jornalismo como instrumento central na promoção da democracia, outros veem, na atuação jornalística das “empresas jornalísticas”, uma ferramenta de poder simbólico, em benefício de setores

específicos (Soares, 2009). As ideias de liberdade, compromisso social e distanciamento de censuras ganham destaque nesse debate.

A censura vai além de intervenções diretas. Na televisão, por exemplo, a programação integra interesses políticos, coletivos ou individuais. Também, existem os mecanismos de censuras invisíveis, causadas, entre outros fatores, pelo conformismo, pela tirania do tempo e até pelo medo de perder o emprego. “As pessoas se conformam por uma forma consciente ou inconsciente de autocensura, sem que haja necessidade de chamar sua atenção” (Bourdieu, 1997, p.19).

Nesse contexto, Traquina (2016) observa que, historicamente, os jornalistas e as empresas jornalísticas são alvos de tensões, promovidas por diversos atores sociais, como represália às ações contrárias aos seus interesses e as suas aspirações. Entre as estratégias está “[...] pôr em causa a seriedade e o profissionalismo dos jornalistas; alguns agentes sociais, mesmo ocupando posições de responsabilidade, ainda recorrem à ameaça física, à ação legal, ou à pura calúnia” (Traquina, 2016, p.25). Esse quadro, como retratado pelo autor, gera insegurança e dificulta ainda mais o trabalho dos jornalistas, distanciando-os da possibilidade de atuar de forma “ativa, crítica e autônoma”.

No Brasil, por exemplo, os ataques aos profissionais de comunicação e à mídia revestem-se de numerosas estratégias, desde as mais silenciosas ou “menos hostis” àquelas que deixam profundas marcas temporais na história do país. Em artigo recente, intitulado “Cala a boca, jornalista: intimidação e desinformação como políticas de Estado”, Vannuchi, Gabriel de Lima e Gasparian (2025) evidenciam os ataques às empresas e aos profissionais de comunicação no Brasil, durante o governo Bolsonaro (2019-2022), nos quais o próprio presidente da República posicionou-se, em diferentes situações, como um agente contrário ao jornalismo profissional e à liberdade de expressão. Essa percepção ganha maior profundidade quando considerado os dados divulgados em 2022, pela Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, no Relatório 2021 “Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil”.

Não há como o jornalismo exercer o seu compromisso nas sociedades democráticas a partir da censura. Assim, o jornalista é visto como um agente que luta por liberdade, independência, autonomia e construção contínua do seu estatuto social. Mas, mesmo em democracias estáveis, existem limites impostos ao jornalismo e aos seus profissionais. Esses limites estão ancorados em práticas políticas, econômicas

e técnicas que tencionam a possibilidade de um real sentimento de liberdade (Traquina, 2020). Para o autor, no jornalismo, existe apenas uma autonomia relativa, devido às exigências que lhe são postas, entre elas, as que decorrem da lógica comercial das notícias.

Não faria sentido - nem técnico, nem lógico, nem ético - que os jornalistas se mobilizassem contra a liberdade de imprensa. Seriam suicidas. A liberdade de imprensa, a propósito, é um princípio assegurado não por eles, jornalistas, mas pela sociedade, que deles precisa para mediar a comunicação pública (Bucci, 2000, p. 18).

Em uma sociedade democrática, o jornalismo exerce uma função primordial: informar o público, a partir de uma autonomia que lhe garanta o distanciamento de censuras, através de uma imprensa livre (Tuchman, 1983; Traquina, 2020). Mas, para além do distanciamento de censuras, a informação jornalística demanda qualidade, como base para que desenvolva o seu potencial de instrumento formador da opinião pública qualificada. Essa perspectiva perpassa aspectos técnicos e adentra outras dimensões do fazer jornalístico, como a própria ética.

A ética do jornalismo não se esvazia em si mesma, interage com diversas correntes filosóficas que contribuem para o enfrentamento dos desafios cotidianos. Assim, não deve ser percebida como regras ou valores a serem seguidos apenas por jornalistas, porque se aplica a todos os que integram a mídia. Ao público-cidadão também é necessário entender os princípios que a constituem, para que esteja atento aos desvios que possam ocorrer. Nesse sentido, o principal interessado na discussão ética é o público cidadão que cotidianamente consome os produtos jornalísticos e deve estar ciente da qualidade daquilo que consomem (Bucci, 2000).

Na teoria democrática, a ideologia profissional do jornalismo foi desenvolvida sob a perspectiva de que o jornalismo é um serviço público necessário para que os cidadãos possam ser informados e sejam, de maneira crítica, capazes de participar da democracia (Traquina, 2020). Essa perspectiva só é possível a partir de um jornalismo de qualidade, o qual Rothberg (2010) avalia que tem sido suprimido em âmbito do jornalismo comercial.

O momento atual é o da democracia que admite, acolhe e incentiva variadas formas de participação nos processos de definição de políticas públicas (em conselhos municipais, conselhos de orçamento participativo, consultas públicas *online* e assim por diante). E isto fundamenta a percepção de que o conceito de notícia hoje praticado por editoriais de política está cada vez mais distante das exigências do que tem sido chamado de cidadania informada.

As demandas cognitivas para o exercício dos direitos civis e políticos não têm sido atendidas pelo jornalismo comercial (Rothberg, 2010, p.22).

Como exposto anteriormente, mesmo tendo a ideia de compromisso social arraigada no seu desenvolvimento, nem o jornalismo, nem os meios de comunicação estiveram ou estão isentos de conflitos e interesses privados. Aliás, o jornalismo é um lugar de conflitos e, por este motivo, a ética é um dos principais fundamentos da comunicação social (Bucci, 2000). Também envolve o compromisso social dos jornalistas, desenvolver a criticidade diante das negligências midiáticas, a fim de revisar, propor e construir novas práticas de atuação (Miranda; Vieira; Máxima, 2014).

Os meios de comunicação são instrumentos centrais na condução do debate público, o que demanda responsabilidade. Não é porque o jornalismo luta pela liberdade de expressão que interesses ilegítimos devam ser levados a cabo como "passe livre" (Miranda; Vieira; Máxima, 2014).

Na teoria democrática, existe uma formulação conceitual compreendida como a liberdade positiva do jornalismo, que pauta, entre outras questões, o jornalismo/ a imprensa como um instrumento de formação cidadã, qualificando a opinião pública e motivando o público cidadão a exercer os seus direitos, discussão que dialoga com autores como Bobbio (2000), Costa e Rezende (2019) e Traquina (2020). Sobre esta perspectiva, Costa e Rezende 2019 (p.286) afirmam: “a liberdade positiva expressa a condição do sujeito que tem a possibilidade de orientar seu próprio querer, de tomar decisões, sem ser determinado pelo querer de outrem. A liberdade positiva assume a forma de autodeterminação ou autonomia”.

Nesse contexto, há o entendimento de que, com maior frequência, enquanto sujeitos históricos, a liberdade positiva aponta para questões de ordem coletiva e a liberdade negativa se refere, sobretudo, ao âmbito individual (Bobbio, 2000). Mas, o que seria a liberdade negativa? Na perspectiva da liberdade negativa, o jornalismo e os meios de comunicação são vistos como guardiões/ defensores do público cidadão, em relação às opressões dos governantes. Nessa há uma clara e crítica oposição do jornalismo/ imprensa para com o poder político (Traquina, 2020).

Para Costa e Rezende (2019, p.296): “[...] a liberdade positiva é caracterizada por demandas de participação do cidadão nas decisões políticas, além de assumir a forma de autodeterminação do sujeito e da coletividade, o que exige incremento na igualdade material”, mas tanto as liberdades individuais, como as coletivas são importantes à vivência democrática. Nesse debate, em uma perspectiva ‘ideal’:

[...] os membros desta comunidade interpretativa são pessoas comprometidas com os valores da profissão em que agem de forma desinteressada, fornecendo informação, ao serviço da opinião pública, e em constante vigilância na defesa da liberdade e da própria democracia (Traquina, 2020, p.105).

Nessa pesquisa, a ideia do agir desinteressado é sistematicamente questionada. Como há desinteresse quando “[...] a conseqüente transformação do jornalismo em campo de poder tornou-o *locus* de disputas pela manutenção de discursos e posicionamentos de caráter hegemônico?” (Oliveira, 2017, p.28). Como não haveria interesse, frente aos anseios deontológicos do jornalismo? São indagações como estas que nos levam a perceber o jornalismo como um campo dotado de conflitos e interesses.

No jornalismo existem várias teorias e, diferente de uma perspectiva de sobreposição, há convergências e complementaridades entre elas, assim, os estudos que buscam debater o jornalismo e suas práticas demandam uma compreensão teórica dialógica e interdisciplinar, antes mesmo de um aprofundamento específico. Nos estudos em jornalismo, as " [...] teorias não se excluem mutuamente, ou seja, não são puras ou necessariamente independentes umas das outras" (Traquina, 2020, p. 118). No estudo, por meio do diálogo entre teorias e práticas profissionais, damos ênfase às perspectivas construcionistas ou construtivistas.

2.3 Construtivismo: um paradigma interdisciplinar

As bases filosóficas e epistemológicas do construtivismo, embora, ao longo dos anos, tenham sido amplamente observadas e até mesmo reconsideradas, ressoam nas atuais discussões sobre esta abordagem. Mazzoni e Castañon (2014, p.230) indicam que “o termo ‘construtivismo’ é introduzido no pensamento contemporâneo por Jean Piaget (1967) na epistemologia genética. Nela, a metáfora da construção é evocada para indicar o papel ativo do sujeito na elaboração de suas estruturas cognitivas”.

Para Piaget (2007) o conhecimento é resultado de um processo de construção contínua. Segundo o autor (2006), é na interação e na descoberta que uma criança, por exemplo, constrói a sua percepção de realidade. Embora Piaget (1896-1980) figure entre as principais referências dessa discussão, existe uma pluralidade de

teóricos que discutem perspectivas construtivas, inclusive, apresentam aspectos convergentes: "uma epistemologia relativista, uma concepção das pessoas como agentes ativos e uma interpretação da construção do conhecimento como um processo social situado num contexto cultural e histórico" (Cubero Pérez, 2005, p.44, tradução nossa). A autora reflete, de forma prioritária, sobre os campos da educação e da psicologia, mas, na perspectiva do jornalismo, também identificamos tais semelhanças.

Outro expoente nas discussões sobre o construtivismo foi o psicólogo Lev Vygotsky (1896-1934). Acerca das teorias de Vygotsky, Santos, Oliveira e Junqueira (2014) identificam este teórico como um cognitivista, considerando as suas discussões sobre a gênese do conhecimento; um interacionista, pois compreendia que a construção do conhecimento se dá na relação do indivíduo com o meio e com os outros (Vygotsky, 1984) e também, como um construtivista, por compreender o papel ativo do indivíduo na construção do conhecimento.

Castañon (2005, p.46) aponta que, "o que divide fundamentalmente as interpretações do construtivismo são os posicionamentos que cada corrente assume frente ao estatuto ontológico do objeto do conhecimento". Ao citar Glasersfeld (1984, 1995); Richardson (1988) e Delval (1997), Cubero Pérez (2005) aponta alguns teóricos referenciais na formação do paradigma construtivista.

De acordo com diferentes explicações podemos encontrar suas raízes no trabalho de autores como Giambattista Vico (1724-1804), Immanuel Kant (1724-1804) ou na psicologia dos construtos pessoais de George A. Kelly (1955), que definiram o caráter do conhecimento como construção e como produto da ação humana (Cubero Pérez, 2005, p. 44, tradução nossa).

Immanuel Kant (1724-1804), já no século XVIII, apresentou discussões sobre o protagonismo dos sujeitos "na construção de suas representações da realidade", como ressaltado por Mazzoni e Castañon (2014, p. 230) "[...] a ideia de sujeito ativo na construção de suas representações da realidade generalizou-se na filosofia a partir da Crítica da razão pura de Kant[...]".

Em linhas gerais, no construtivismo o conhecimento é percebido como uma construção, possibilitada pela interação protagonista/ativa do sujeito com os aspectos físicos e sociais ao seu entorno, desvinculando-se da ideia de que o conhecimento deriva de características hereditárias ou é dado de alguma maneira (Becker, 1994). Assim, a construção social da realidade acontece a partir do protagonismo dos sujeitos

e considera, entre outros fatores, questões como: espaço e tempo, nas quais são percebidos aspectos subjetivos, a partir de uma ruptura com a ideia de verdades absolutas (Canet, 2022). Nesse contexto, “[...] O construtivismo abre perspectivas para resgatarmos algo que é da própria experiência humana: homens e mulheres são seres sociais e contribuem decisivamente para a construção do mundo que os cerca” (Vizeu; Rocha, 2011).

Essa compreensão pode ser lida no pensamento de Corcuff (2006) ao tratar sobre o construtivismo social, no qual se percebe que a realidade social não é dada, mas aprendida e construída. De maneira geral, Cubero Pérez (2005, p. 44, tradução nossa) entende que “o construtivismo é, antes de tudo, uma perspectiva epistemológica que tenta explicar e compreender a natureza do conhecimento, como ele é gerado e como ele muda”. Mas, para o alcance de definições que somem a esta abordagem se faz necessário considerar um complexo conjunto de argumentos que nem sempre são convergentes (Cubero Pérez, 2005).

Becker (1994) entende o construtivismo como um reflexo da evolução do pensamento científico e filosófico, no qual se abordam aspectos centrais da ação humana. Trata-se de um paradigma dinâmico, plural e interdisciplinar, especialmente quando considerados os aspectos comuns que integram as diversas perspectivas construtivas.

Na atualidade e, após uma revisão documental, pode-se afirmar que, dentro do paradigma construtivista, existem várias versões e correntes de pensamento tais como, o construtivismo psicológico, o pedagógico e o social, estes estão unidos pela ideia de que as pessoas (agentes sociais), participam como polo de uma complexa dialética na construção dos saberes, dos conhecimentos e da própria realidade (Canet, 2022, p. 154, tradução nossa).

Na perspectiva do jornalismo, Vizeu e Rocha (2011) também propõem pensar o construtivismo a partir de uma visão plural. Nos estudos comunicacionais, o paradigma construtivista tem fortalecido a compreensão sobre a ação comunicativa na realidade social. “Os processos de comunicação, na sociedade, se desenvolvem imbricados nos mais diversos processos sociais, de ordem política, educacional, econômica, organizacional, afetiva, etc” (Braga, 2016, p.86). Nesse contexto, ressalta-se:

[...] a ideia básica por trás daquilo que chamamos de construtivismo é a de um sujeito ativo, uma inteligência que constrói, organiza e dá forma às suas representações do mundo, que, por sua vez, se adaptam às limitações de sua estrutura cognitiva” (Mazzoni; Castañon, 2014, p. 230).

Embora existam características transversais, cada disciplina ou campo do conhecimento que se propõe a refletir o paradigma construtivista apresenta referências e contribuições peculiares. Fator que decorre, entre outras perspectivas: dos objetos estudados, do período envolvido, do espaço observado, do aprofundamento no conteúdo e das questões metodológicas aplicadas. Nas compreensões sobre o construtivismo no jornalismo, as teorias da verdade encontram-se no centro do debate.

2.3.1 O paradigma construtivista no estudo em Jornalismo

O paradigma construtivista no jornalismo emerge como uma relevante e atual discussão, sobretudo quando considerada a crítica aos entendimentos positivistas que distanciam a percepção do jornalismo e de seus atores como agentes ativos na construção social da realidade. “Falar em construtivismo, como a própria palavra diz, é pensar em construção, em construção do conhecimento” (Santos; Oliveira, Junqueira, 2014, p.9).

Enquanto instituição social, o jornalismo produz e reproduz conhecimentos (Meditsch, 1997; Burke, 2003). Ele não se limita a transmitir informações objetivas, como aponta a teoria do espelho, mas o seu principal produto, a notícia, é uma representação social da realidade, construída por complexos processos, entre eles, os institucionais (Alsina, 2009).

Alsina (2009) argumenta que na produção noticiosa há interações sociais, culturais e intelectuais, desde a identificação do acontecimento até a estruturação das notícias, sendo o jornalista um agente ativo nesse processo. Essa conjuntura relaciona-se com a percepção construtivista, na qual o jornalismo é visto como um intérprete da realidade social e a noticiabilidade dos fatos interage e ou se submete a influências diversas, entre elas, as ligadas à cultura profissional.

Assim, percebe-se o jornalismo para além da técnica. Trata-se de uma atividade criativa e intelectual capaz de traduzir acontecimentos e construir percepções sociais sobre o mundo, através de seu principal produto: a notícia. Mas, a criatividade jornalística não é isenta de tensões, pelo contrário, há um conjunto de restrições motivadas por questões como tempo, hierarquias e formatos (Traquina, 2020).

Filosoficamente, existe uma realidade social muito mais profunda a ser conhecida, a qual perpassa o que é dado “naturalmente” ou, a realidade social que decorre dos anseios individuais. “A ontologia complexa parece simples; uma ontologia simples parece complexa. Isto acontece porque a realidade social é criada por nós para os nossos propósitos [...]” Searle (1997, p.24, tradução nossa).

O paradigma das notícias como construção emergiu na segunda metade do século XX, em meio ao fortalecimento das pesquisas em jornalismo. O marco central desta percepção deu-se nos anos 70, com um distanciamento crítico das ideias que definiam as notícias como uma “distorção” ou como um “espelho da realidade” (Traquina, 2020).

Esse modo de conceber o jornalismo e suas práticas tem relação direta com a “virada linguística” que teve forte influência nas ciências humanas e sociais. Gill (2002, p. 245) aponta que “A ‘virada linguística’ foi precipitada por críticas ao positivismo, pelo prodigioso impacto das ideias estruturalistas e pós-estruturalistas, e pelos ataques pós-modernistas à epistemologia”. A autora apresenta características comuns a esta perspectiva.

1. A postura crítica com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão e um ceticismo com respeito à visão de que nossas observações do mundo nos revelam, sem problemas, sua natureza autêntica.
2. O reconhecimento de que as maneiras como nós normalmente compreendemos o mundo são histórica e culturalmente específicas e relativas.
3. A convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, que nossas maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais.
4. O compromisso de explorar as maneiras com os conhecimentos - a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas - estão ligados a ações/ práticas (Gill, 2002, p.245).

Rocha (2007) chama a atenção para os reflexos da virada linguística na forma de conceber o conhecimento da realidade. Neste paradigma, a linguagem é vista como o critério central de racionalidade e não como uma restrita consciência individual de um sujeito entendido como um ser transcendental. Ou seja, a razão passa a não ser compreendida como um produto de um indivíduo isolado, mas de uma ação coletiva descentralizada, compartilhada intersubjetivamente “[...] que implica o reconhecimento de que o mundo só se dá a conhecer, como coisa relatada, através da linguagem” (Rocha, 2007, p.174).

Diversos autores, como Traquina (2001); Aragão (2002) e Habermas (2004), com base em uma visão crítica sobre o conhecimento da realidade, também reforçam

a perspectiva da linguagem como critério central de racionalidade. Para Aragão (2002) é na linguagem que podemos acessar a razão.

Na perspectiva da epistemologia construtivista, a atuação jornalística não se restringe a fatores técnicos, existem aspectos que o constituem como um espaço de interação, construção, articulação, reprodução e promoção de conhecimento (Meditsch, 1992; Vizeu, 2011). Nessa percepção, o jornalista é um agente ativo na construção social da realidade, distanciando-se da ideia da objetividade jornalística presente nos discursos relacionados ao campo (Alsina, 2009).

Em frente a capacidade que os meios de comunicação, particularmente, através das práticas jornalísticas, possuem em mediar a nossa experiência histórica, dando sentido ao presente, Carneiro (2022) enfatiza que: no presente está a legitimação do jornalismo como instituição social. Essa temporalidade possibilita-o ser um instrumento capaz de mediar a organização do cotidiano social, propor e demarcar o sentido de realidade, processo que demanda tempo e qualidade.

Mas agora vivemos uma espécie de ultra-atualidade, que não permite mais a pausa necessária para esse tempo organizador da vida cotidiana. Nesse sentido, a relação do jornalismo com a atualidade ganha novos contornos, no tempo acelerado da internet, que não permite pausas nem durante a produção nem entre a veiculação, o consumo e o retorno opinativo da audiência, indicando já novos caminhos imediatos da produção ou até a revisão do que acabou de ser feito. Tudo no mesmo tempo: agora (Carneiro, 2022, p.128).

Essa realidade imposta ao jornalismo, e assumida pelos meios de comunicação, como forma de sobrevivência à lógica do mercado, tem motivado intensas mudanças no cotidiano jornalístico e na própria dinâmica social. Até que ponto o jornalismo pode mediar com qualidade a realidade social sem, muitas vezes, dispor do tempo suficiente para pensar naquilo que está comunicando?

É evidente que os meios de comunicação não são os únicos instrumentos de construção da realidade, mas participam ativamente desse processo. A construção da realidade provém de várias experiências, individuais e coletivas, mas quando se trata da comunicação mediada, a mídia assume um papel central na definição dos assuntos que ganham destaque no cotidiano social. A teoria da agenda *setting* apresenta explicações sobre este fenômeno (Fernandes, 2015).

Na perspectiva teórica, o agendamento se efetiva quando os meios de comunicação, por meio da seleção, da disposição e da incidência das notícias, impõem um conjunto seletivo de temas, que passam a ganhar notoriedade pública. Entretanto, apesar de reconhecer a presença da

chamada agenda pública, faz-se necessário refletir sobre o primeiro elemento que incide na seleção temática e contribui para a formação da teoria do agendamento: a agenda da mídia. O modo como os jornalistas, editores, redatores e demais profissionais da imprensa organizam e selecionam diariamente as informações, atribuindo ênfase a determinados aspectos de uma cobertura e ignorando outros, auxilia na construção da chamada agenda temática da mídia” (Fernandes, 2015, p.111-112).

No contexto brasileiro, Meditsch (2010) e Vizeu e Rocha (2011) evidenciam que existem lacunas expressivas em muitos dos debates que abordam a relação do jornalismo com a construção social da realidade. Para os autores, no Brasil, nem sempre as discussões que buscam entender essa relação apresentam clareza, tampouco aprofundamento epistemológico.

Pelo exposto, perceber o jornalismo como um lugar protagonista no processo de construção social da realidade ainda representa um desafio, especialmente porque o jornalismo, em muitos espaços, é visto como um espelho do real (Vizeu, 2004), visão vinculada à objetividade positivista que é oposta à concepção da construção social da realidade, fator amplamente questionado por Bourdieu (1997); Alsina (2009); Tuchman (2016) e Traquina (2020) devido às interações que se estabelecem no complexo processo de construção da notícia.

Assim, no jornalismo, o construtivismo, enquanto fundamentação epistemológica, aponta caminhos para a superação de visões positivistas que reduzem e negligenciam aspectos subjetivos presentes no campo e o referenciam como um transmissor da realidade objetiva, ou um reproduzidor de técnicas. Pensar o jornalismo somente a partir de suas técnicas ou do objetivismo é algo que reduz as possibilidades de compreendê-lo como um lugar de referência na produção e construção do real (Vizeu, 2004; Traquina, 2020). Os autores enfatizam que “[...] consideramos que a mídia não só transmite, mas prepara e apresenta uma realidade dentro das normas e das regras do campo jornalístico contribuindo dessa forma para a percepção do mundo da vida” (Vizeu, 2009, p.77).

No debate sobre o construtivismo aplicado ao estudo em jornalismo não existe a compreensão de que toda a realidade decorre de uma construção. Vizeu e Rocha (2011, p.750) argumentam que os jornalistas, ao enquadrarem realidades do cotidiano, realizam “uma seleção e construção do que é selecionado. [...] Não se trata de afirmar que toda a realidade é uma construção, mas de que a realidade social, sim, é”.

Todavia, o discurso do jornalismo objetivista que espelha a realidade não é característico apenas dos detentores dos meios de comunicação. O jornalismo, para muitos dos seus profissionais, é compreendido como a própria realidade e “a transgressão da fronteira entre realidade e ficção é um dos maiores pecados da profissão [...], merece a violenta condenação da comunidade e quase o fim de qualquer promissora carreira de jornalista” (Traquina, 2020, p.14). Nesse sentido, exclui-se a percepção de que a realidade apresentada pelos jornalistas é editada e fruto de fragmentos. As notícias são moldadas em torno de acontecimentos, tratados em meio a questões técnicas e fatores subjetivos (Alsina, 2009; Traquina, 2020).

Berger e Luckmann (2004); Alsina (2009) e Vizeu e Rocha (2011) entendem o jornalismo como uma prática social e cultural que surge no contexto de instituições, não estáticas, possuem historicidade que moldam enquadramentos. Assim, a prática jornalística deve ser percebida com base no contexto socioeconômico, histórico e cultural em que foi construída. Segundo Alsina (2009, p.185), “A notícia é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível”.

Com base nos “mundos do jornalismo” apresentados por Alsina (2009), Vizeu e Rocha (2011) destacam três conceitos de mundo, compreensões centrais à aplicação do construtivismo nos estudos em jornalismo: o mundo real, o mundo de referência e o mundo possível. O primeiro, refere-se aos fatos e acontecimentos, no qual o jornalismo é percebido como um intérprete da realidade social, definindo a noticiabilidade dos acontecimentos para que estes possam se tornar compreensíveis ao público cidadão.

Ao compreenderem os temas noticiados, as pessoas podem não apenas adaptar-se à realidade, mas mudá-la, a partir do seu protagonismo. A referência do jornalismo é a realidade e, no mundo de referência, determina-se a “verossimilhança”, a partir de um complexo conjunto de práticas presentes no cotidiano jornalístico que decorrem da cultura profissional, ou seja, o mundo de referência ancora-se nos pressupostos do mundo real. Os dois mundos apresentados, o mundo da narrativa e dos argumentos construídos pelo jornalista, o “sujeito enunciador”, e o mundo real a que se referem, fundamentam o mundo possível de ser interpretado e compreensível ao público cidadão (Alsina, 2009; Vizeu e Rocha, 2011).

Ao refletir sobre as instituições que exercem influência simbólica na construção social da realidade, Bourdieu (2004) percebe que elas estão presentes no cotidiano e

alimentam maneiras de “ser sociedade”. O autor caracteriza essa perspectiva como “poder simbólico”. Sobre este poder, Broquen (2007) avalia que os meios de comunicação exercem influência direta na realidade social, sobretudo, a televisão.

Este poder é exercido de diversas maneiras. Por um lado, os meios de comunicação social – e em particular a televisão – são o lugar onde nascem, se configuram e desconfiguram toda uma série de “comunidades invisíveis”, criando todo um sistema de laços sociais reais entre indivíduos que, a priori, nunca se veriam ou se conheceriam (Broquen, 2007, p. 32, tradução nossa).

A participação dos meios de comunicação na construção social da realidade, sobretudo da televisão, pode ser observada a partir de múltiplos aspectos, como apontam Bourdieu (2003); Castañon (2005) e Vizeu e Rocha (2011). “O conjunto dos acontecimentos construídos pela mídia como tendo transcendência social compõem um lugar de referência, para orientar a compreensão da realidade das pessoas e a sua ação no mundo” (Vizeu; Rocha, 2011, p. 762).

Encontra-se na base deste paradigma a verdade e a ética. “O jornalismo é uma utopia realizável e possível de um compromisso com a ética e a verdade. É dever do jornalismo a busca da verdade e a ética como singularidade. Uma utopia a ser perseguida diariamente” (Vizeu; Rocha, 2011, p. 754). Nesse sentido, os autores reforçam que, para o fortalecimento de uma Teoria do Jornalismo que dialogue com o paradigma construtivista, para além das discussões epistemológicas sobre a verdade e a ética, é fundamental discutir, de forma crítica, as questões que envolvem a ideologia positivista da objetividade e a legitimidade da ação e dos produtos jornalísticos.

Observada a relação do jornalismo com a reprodução e construção do conhecimento, abrem-se perspectivas para análises sobre a complexidade deste campo e a pertinência de uma formação qualificada para o exercício do jornalismo. Assim, entendemos que, no paradigma construtivista, existem diferentes critérios que, ao serem percebidos, denotam a influência de estruturas, métodos, práticas e instituições na construção social da realidade, sendo o jornalismo um lugar central e estratégico que participa ativamente desse processo.

Para Carneiro (2022), embora existam diferentes instrumentos e experiências que possibilitem a construção de sentidos, a mídia hegemônica continua exercendo um papel central na seleção de temas que devem ser lembrados ou esquecidos pela sociedade. Essa afirmação está diretamente relacionada à construção da memória

coletiva. "O papel de mediação ainda precisa estar no centro do debate, já que muitas vezes ainda é a pressão da imprensa hegemônica que muda cursos da história, influencia decisões políticas, provoca comoção e demanda popular" (Carneiro, 2022, p. 136).

Esse entendimento, característico das ideias construtivistas aplicadas aos estudos em jornalismo, abre possibilidades para a compreensão sobre a relevância da mídia na promoção do debate público acerca dos diversos temas sociopolíticos e ambientais tão caros à realidade atual, sendo uma questão necessária aos estudos que buscam perceber a relação dos meios de comunicação, sobretudo, a partir da atuação jornalística, na construção de um processo de desenvolvimento que seja inclusivo, democrático, sustentável e que promova a liberdade de participação no debate público e nos bens coletivos.

Os jornalistas têm a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido. Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel social (Alsina, 2009, p.47).

Assim, os destaques e silenciamentos da mídia fazem parte de estratégias de poder que influenciam a forma com que a sociedade percebe as suas realidades. Essa é uma questão central na compreensão das relações políticas e econômicas que buscam usurpar, na mídia, as demandas públicas, na medida em que impõem à sociedade processos que excluem do debate público vivências sociais que caracterizam as vozes e versões da coletividade, sobretudo, os excluídos da sociedade. "Portanto, a notícia jamais apreende o fato em si mesmo, mas a aparência de como foi objetivado por determinadas forças sociais" (Rocha, 2021, p.25).

2.3.2 A objetividade no jornalismo

A objetividade tornou-se um dos temas mais controversos nos estudos em jornalismo. Se por um lado alguns teóricos tratam este tópico como algo superado, outros, buscam fortalecer a percepção de que ela (a objetividade) deve estar nas bases das práticas jornalísticas. Em outra via, há aqueles que se dedicam a aprofundar, de forma crítica, as discussões sobre o jornalismo objetivista e sobre os seus efeitos na prática profissional e no cumprimento da função social do jornalismo.

Essa discussão demanda maior aprofundamento, porque para além do imaginário social, a busca da objetividade também encontra espaço na cultura e deontologia profissional dos jornalistas (Traquina, 2020).

Enxergamos significativos problemas na crença em um jornalismo objetivista que, na prática, materializa-se como um mecanismo de negação da autonomia relativa do jornalista e da exclusão de vozes alternativas às que decorrem da ideologia dominante. Com base nessa compreensão, interagimos com autores como Barros Filho (2003); Gans (2004); Rocha (2007, 2021); Schudson (2010); Tuchman (2016); Warren Bread (2016) e Traquina (2020).

Barros Filho (2003) explica que, enquanto conceito, a objetividade surgiu no final do século XIX, em meio a forte influência positivista, na qual a ciência projetava-se naquilo que era empiricamente verificável. O positivismo estava nas bases das ciências exatas e passou a exercer forte influência nas ciências sociais, incluindo as práticas jornalísticas (Mindich, 1998).

Ao propor uma leitura crítica ao positivismo, Rocha (2007) evidencia que esta corrente filosófica tornou-se um forte instrumento de negação das subjetividades humanas e, no jornalismo, fez emergir técnicas específicas que, em seu cotidiano, motivavam a crença na imparcialidade, como textos impessoais, uso de aspas e fontes com posições opostas, onde a elas era atribuída à informação. Em outras palavras, essas estratégias intencionavam excluir o jornalista da participação ativa na construção da notícia. Autores como Schudson (2010), Tuchman (2016) e Traquina (2020) também refletem sobre esta perspectiva.

Engessado na rígida liturgia do positivismo reinante, o jornalismo passou a reivindicar uma posição blindada a questionamentos, especialmente os de natureza éticos, respaldando-se na idealizadamente desinteressada representação simbólica construída da realidade, geralmente, com o intuito de fazer passar poderosos interesses particulares como expressão da opinião pública e do bem comum (Rocha, 2007, p.171-172).

A partir da concepção positivista da objetividade, no jornalismo houve uma mudança de mentalidade, na qual as opiniões foram secundarizadas pela busca dos “fatos” absolutos (Traquina, 2020). Questões como fato e juízo de valor, acontecimento e opinião, realidade e a sua interpretação, passaram a ser sistematicamente percebidos como aspectos opostos. Essa visão foi adotada por diferentes campos e, no jornalismo, motivou a distinção entre informação e opinião (Barros Filho, 2003).

A distinção entre informação e opinião é um argumento presente em diferentes leituras dos gêneros jornalísticos (Pena, 2005), mas partimos de uma compreensão diferente. Corroboramos com as análises propostas por Abramo (1988); Rocha (2007, 2021); Chaparro (2003); Miranda, Vieira e Máxima (2014) ao entenderem que, no jornalismo, há um constante diálogo entre informação e opinião. Essa reflexão incide na crítica à objetividade e na crença do desinteresse dos sujeitos na construção da informação. Abramo (1988) e Firmo da Silva (2003) salientam: no jornalismo, a opinião racional, ética, democrática e plural favorece a construção de uma opinião pública qualificada.

Assim como Chaparro (2003), entendemos que a opinião também informa. Não nos referimos à opinião como um fenômeno distanciado da razão e da ética. Aos jornalistas, a negação da possibilidade de opinar é uma coerção que favorece, exclusivamente, a interpretação da ideologia dominante revestida do “escudo” ilusório da objetividade.

Barros Filho (2003) evidencia que as históricas técnicas empregadas no jornalismo para a descrição do real propõem um distanciamento do jornalista de sua ação ativa na interpretação da realidade e de parte das responsabilidades sobre o que é noticiado, limitando a participação do profissional na elaboração de seus produtos, através da presunção positivista de que a notícia é capaz de espelhar a realidade. Essa compreensão decorre de uma das mais antigas teorias do jornalismo, como aponta Traquina (2020) ao descrever a “teoria do espelho”, concebendo o jornalista como “[...] um comunicador desinteressado, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer” (Traquina, 2020, p. 147).

Essa compreensão interage com a interpretação de Tuchman (2016) ao perceber que a objetividade se tornou um mecanismo estratégico, a ser acionado em caso de questionamentos sobre os fatos apresentados em forma de notícia. No entanto, a autora adverte que o uso da objetividade pelo jornalista é uma ilusão e não possui fundamentação científica.

Assim, a compreensão do jornalismo como um espelho do real é motivada pela própria ideologia profissional jornalística que percebe, nesse discurso, uma razão para a sua credibilidade, negligenciando o fato de que os produtos jornalísticos se constituem, em sua maioria, por fragmentos da realidade. Romper essa perspectiva

significa ir de encontro a uma lógica tradicional, que pode causar sérias restrições profissionais a quem dela se distancia (Traquina, 2020).

A concepção positivista da objetividade, que funda a visão do jornalismo como um espelho da realidade, a partir da descrição objetiva/ pura/ neutra e perfeita dos fatos tais como eles são, é amplamente refutada por teóricos como Meditsch (2001) e Rocha (2001, 2007). Para os autores, essa pretensão não passa de uma ilusão, porque desconsidera a complexidade das características que envolvem a construção da notícia, como exemplo a própria subjetividade dos jornalistas, além de aspectos históricos, sociais e culturais. Nesse contexto, há, uma visão favorável à substituição da objetividade pela intersubjetividade, "como critério de aferição de verdade".

Ao contrário da objetividade, porém, o parâmetro da intersubjetividade não é fixo nem arbitrário. Existem diversos níveis de intersubjetividade - diversos auditórios - que estabelecem diversos parâmetros de validade (como a ideologia, a cultura), alguns mais universais que outros. Em cada auditório, podem coexistir diversos campos de validação de argumentos cujos critérios eventualmente se contradigam (o filosófico e o religioso, as diferentes disciplinas científicas). E tanto estes auditórios quanto estes campos variam no espaço e no tempo, são construções não apenas sociais, mas também históricas (Meditsch, 2001, p.8).

No Brasil, a concepção tradicional do jornalismo como um espelho da realidade é habitualmente fortalecida (Vizeu, 2004), mas como a prática jornalística estaria isenta de aspectos institucionais, sociais, emocionais, técnicos entre outras características que envolvem a produção dos conteúdos jornalísticos? Considerando indagações como esta, percebe-se que a ideia do jornalismo como espelho do real é questionável. Em autores como Molotch e Lester (2016) e Rodrigues (2016) esse debate também pode ser aprofundado.

[...] os jornalistas constroem seus textos a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho da enunciação, produzirem discursos. E o trabalho que os profissionais do jornalismo realizam, ao operar sobre os vários discursos, resulta em construções que, no jargão jornalístico, podem ser chamadas de notícias (Vizeu, 2004, p.117).

Sobre a teoria do espelho, Traquina (2020) chama a atenção para duas perspectivas históricas que, entre os séculos XIX e XX, formaram a base dessa teoria. A primeira deu-se com o jornalismo dito apolítico de informação, ainda no século XIX, embasada na ideologia epistêmica positivista da objetividade, como representação absoluta do significado sem interferência de nenhuma opinião, quando, na realidade,

revestiu-se do pior tipo de viés político, porque dissimulado. A segunda, refere-se ao “surgimento do conceito de objetividade”. A crença na objetividade e a ideia de um jornalismo que espelha a realidade é amplamente questionável.

Tuchman (2016), por exemplo, percebe os produtos jornalísticos como uma representação simbólica e não como um reflexo preciso da realidade objetiva, como proposto na teoria do espelho, que se funda na crença da objetividade, na possibilidade de capturar, codificar e transmitir verdades absolutas, informações isentas, puras. Seria insustentável manter tais ideias positivistas, sobretudo, quando considerado as nuances do discurso e a ação ativa das mídias e de seus agentes na identificação, seleção, reconstrução e construção do acontecimento jornalístico (Rodrigues, 2016). O público consumidor também atua de forma ativa ao interagir com o acontecimento, a partir de sua bagagem histórico-cultural, porque “o resíduo de biografia, materiais anteriores disponibilizados pelos media e o presente contexto, tudo isso molda o trabalho do consumidor de construção de acontecimentos” (Molotch; Lester, 2016, p. 60).

Pena (2004) também lança críticas sobre a teoria do espelho, sobretudo, ao considerar que a linguagem não é neutra, que o jornalismo é um processo de mediação e que as notícias não são um reflexo da realidade objetiva, mas instrumentos para a construção da realidade. Todavia, o discurso da objetividade ainda se encontra vinculado a uma ideia forjada de qualidade e de credibilidade no jornalismo.

A ideia de neutralidade e objetividade no jornalismo parece não levar em conta que as notícias são influenciadas por fatores externos e internos, e para compreendê-las faz-se necessário observar as estruturas que as envolvem, sobretudo, a “cultura profissional da comunidade jornalística” (Vizeu, 2004; Traquina, 2020; Barbosa; Silva, 2024).

Indubitavelmente, a organização condiciona a produção não só no nível técnico, mas também no nível ideológico. A própria profissão do jornalismo se autolegitima no seu papel de puro e simples transmissor da realidade social. Mas dificilmente os jornalistas reconhecem que levam à frente uma construção da realidade social, como se isso fosse reconhecer a existência de uma espécie de “pecado original” do próprio jornalismo. As concepções sobre o próprio profissionalismo do jornalismo são várias, e, às vezes, contrapostas. Um dos temas-chave desta discussão, e no qual insisto, é o da objetividade (Alsina, 2009, p. 52).

A ênfase na ideia de um jornalismo objetivo que espelha a realidade é habitualmente utilizada para tornar invisíveis ações políticas/econômicas/ideológicas causadoras de opressão. Tais ações, favorecem projetos individuais, via de regra, ancorados no grande capital, transvestidos de interesses coletivos. Essa perspectiva é causadora de censura e opressão, comuns em veículos de comunicação, e que ganham legitimidade em ditames editoriais. Trata-se de um tabu ético. Assim, as políticas editoriais nos veículos de comunicação, em muitos casos, têm sido utilizadas como a fronteira imposta pelos controladores do poder aos seus jornalistas empregados (Breed, 2016). Na perspectiva da teoria organizacional, o autor denuncia que, na maioria dos casos, os jornalistas não protagonizam o enquadramento da notícia, em face dos constrangimentos impostos pela política editorial das organizações empresariais.

Esse cenário, amplia questões necessárias às discussões sobre a epistemologia positivista da objetividade no jornalismo que, distante de promover práticas democráticas capazes de interagir com a diversidade de vozes e versões sociais, tende a priorizar e a legitimar a ideologia dominante, como sendo uma interpretação que espelha a realidade absoluta, promovendo enquadramentos monológicos nas notícias, o que causa censuras aos jornalistas e à própria sociedade, porque tensiona as possibilidades para a vivência democrática, como aponta Gans em seu entendimento sobre "notícias multiperspectivas" (Rocha, 2021).

Alsina (2009, p.52) reforça que a notícia "[...] é apenas mais uma das realidades que nós, indivíduos, construímos todos os dias. Podemos discutir sobre a importância ou a relevância das diversas realidades socialmente construídas. Mas o que não podemos é cair na falácia da unicidade da realidade social"

Rocha (2007) vislumbra outra maneira de perceber a construção de sentidos, embora não seja a majoritária, ao se referir a perspectiva consensual da verdade, que emerge do debate livre e da opção pelo melhor argumento, através da validação dos conteúdos pela autoridade epistêmica do consenso intersubjetivo da comunidade de comunicação. No próximo tópico, apresentamos discussões sobre a teoria consensual da verdade, como base para as nossas reflexões acerca do paradigma construtivista no jornalismo.

2.4 A teoria consensual da verdade do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas

Os estudos em jornalismo devem interagir com as compreensões sobre a verdade, sobretudo porque a verdade é amplamente percebida como o princípio ético da prática jornalística.

Com o objetivo de aprofundarmos os debates sobre a epistemologia construtivista aplicada ao estudo em jornalismo, neste tópico, buscamos discutir aspectos da teoria consensual da verdade, do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas, compreendendo que, essa teoria, interage com as bases da análise do jornalismo na perspectiva epistemológica construtivista. Tal percepção, fundamenta-se na compreensão de que na epistemologia construtivista o conhecimento e a verdade não decorrem simplesmente de descobertas fundadas na realidade objetiva, mas, por meio da interação social são construídos intersubjetivamente.

A teoria consensual da verdade de Habermas difere da defesa da “verdade como correspondência” e integra o âmago das reflexões características da guinada linguística. “Com a virada linguística e pragmática, o ‘modelo correspondentista’ da verdade deixou de fazer sentido e ela deixou de ser vista como a correspondência entre o sujeito cognoscente e objeto conhecido” (Fraga Dantas, 2019, p.133).

Em Habermas (2005) a verdade não é vista simplesmente como um reflexo da realidade objetiva, pois interage com a linguagem em um contexto de ação, considerando, entre outras questões, a interação entre os sujeitos, o diálogo e a justificação racional, embora o autor compreenda que a verdade não está em qualquer discurso argumentativo ou diálogo.

A busca pela verdade acontece em âmbito do consenso racional que só pode viabilizar-se através da intercompreensão comunicativa. Assim, a verdade universalmente justificada ancora-se na ideia de que pode ser validada por todos os sujeitos que participam de um discurso racional (Habermas, 2004). Para o autor (2005), a verdade não é determinada exclusivamente pela relação entre o sujeito e o mundo, porque todo conhecimento encontra-se imerso na linguagem e permeado por crenças e usos linguísticos precedentes.

Nesse contexto, a verdade não representa algo absoluto, nem simplesmente subjetivo. Para Habermas (2005), o conceito de verdade emerge de aspectos relacionados às práticas comunicativas e também ao consenso intersubjetivo, em que

a interação social é vista como elemento fundamental para a construção do conhecimento, desvinculando-se da ideia de um conhecimento proveniente de estruturas mentais individuais de um sujeito transcendental.

É característico do pensamento de Habermas a sua posição realista, quando considerado questões epistêmicas. Ele acredita na existência do mundo objetivo, mas que este não depende somente de nossas descrições, e reforça uma concepção construtivista, quando se refere às questões morais, ao perceber que aspectos como valores e normas sociais decorrem de uma construção coletiva possibilitada pela comunicação e pelo consenso sobre a regularização normativa do mundo social (Habermas, 2004).

Para Habermas (2005) as alegações de que algo é verdadeiro devem passar não apenas por processos de argumentação racional, mas pela aceitação pública, o que não impede que essa perspectiva seja revisada. O autor faz uma distinção entre certezas subjetivas, que podem ser instáveis, e as proposições justificadas, através da argumentação que, nesse caso, dão maior confiabilidade. Assim, percebe-se que a verdade não é reduzida à certeza individual, mas também não se refere a uma simples justificação, ela se encontra em um processo de validação discursiva da comunidade de comunicação (Habermas, 2005). As reflexões de Habermas (2004, 2005) apontam para uma ampla crítica à epistemologia positivista da objetividade.

Neste contexto, foi sendo elaborado o paradigma construtivista, com a sua teoria consensual da verdade, na qual a concepção de mediação passa a ser adequadamente utilizada para indicar a relação entre as diversas interpretações intersubjetivas dos investigadores científicos que compõem a comunidade de comunicação, cujo consenso tem a capacidade de definir as noções de verdade, razão/lógica, legitimidade e justiça, como algo provisório e sempre passível de revisão pelos integrantes deste colegiado. Assim, liberto da exigência do conhecimento perfeito com acesso à verdade absoluta, a verdade passa a ser um conceito para definição da noção de realidade das pessoas elaborado através da discussão pública articulada e mediada pelo jornalismo (Rocha, 2021, p.22-23).

Vizeu e Rocha (2011) fazem uma importante leitura sobre a Teoria Consensual da Verdade de Habermas e apontam que nela há uma interação entre compreensões filosóficas, nas quais são considerados aspectos como: a posição epistemológica pluralista, que não nega a existência de um mundo objetivo, mas que este não depende de nossas descrições; também, nesta teoria, há o apontamento sobre os desafios da racionalidade comunicativa que pode auxiliar na resolução de problemas prático-morais presentes na sociedade, por meio da comunicação, baseada no

consenso intersubjetivo, como instrumento de integração social e de reversão da anomia, fruto de patologias sociais.

Habermas (2004) aponta três processos que, ao atuarem de forma simultânea, constituem a teoria pragmática do conhecimento. São eles:

A atitude de resolver problemas diante dos riscos impostos por um ambiente complexo; a justificação das alegações de validade diante de argumentos opostos; e um aprendizado cumulativo que depende do reexame dos próprios erros (Habermas, 2004, p.57).

A partir dessa percepção, Habermas (2004) sugere que é um erro separar a descoberta da construção, da interpretação e da justificação, porque esses processos acontecem de forma simultânea. Também, nega a ideia de um conhecimento humano puro, objetivo, que seja livre de subjetividades, das mediações intersubjetivas e da linguagem. Essa compreensão aponta que aquilo que conhecemos é mediado por aspectos como: experiência, interesse e, também, pela maneira que o comunicamos. A linguagem é a característica mediadora da comunicação (França, 2016).

Mesmo compreendendo aspectos subjetivos no processo de construção do conhecimento, Habermas (2004) não traduz a realidade como uma simples construção humana, porque existem objetos e fenômenos que independem de nós. Em Habermas (2004), percebe-se que não há uma abordagem relativista ao extremo, muito menos a crença em uma objetividade que nega a interação entre fatores, como a linguagem e a cultura, no processo de construção do conhecimento.

Assim, enquanto na epistemologia pragmática o processo do conhecimento é representado como um comportamento inteligente que resolve problemas e possibilita processos de aprendizagem, corrige erros e invalida objeções, na epistemologia positivista se tem a presunção enganadora de elaborar uma imagem perfeita de objetos (Vizeu; Rocha, 2011, p.761).

Para Habermas (2005) um consenso verdadeiro só pode acontecer se houver condições favoráveis para isso. Há necessidades fundamentais da discussão ética com a igualdade de direitos de fala e a ausência de violência, aspectos que distanciam do discurso argumentativo, características de manipulação e coerção. Assim, pode-se entender que na teoria consensual da verdade aquilo que é verdadeiro é compreendido não como uma correspondência da realidade, mas como fruto do consenso racional, formado dentro de condições favoráveis ao discurso (Habermas, 2004).

Aprofundaremos, no percurso da tese, as compreensões apresentadas. Nos próximos tópicos, traremos considerações sobre a televisão, como referência base para os argumentos a serem construídos em torno do objeto desta pesquisa.

2.4.1 A televisão no Brasil e a sua inserção no cotidiano social

Embora seja um meio de comunicação amplamente presente na realidade brasileira e extensivamente discutido em trabalhos acadêmicos, há um vasto campo de pesquisa a ser explorado sobre a televisão, particularmente, quando considerado que parcela significativa dos trabalhos acadêmicos busca compreender e ou discutir a televisão no Brasil a partir de espaços territoriais específicos do país, mas que, não contemplam as múltiplas perspectivas televisivas neste complexo e extenso território.

Há mais de 70 anos, aconteceu a primeira transmissão televisiva no Brasil e, mesmo com expressivas mudanças socioeconômicas e culturais no país, este veículo continua demarcando um papel central na construção social da realidade, por meio de ações, técnicas e conteúdos que interagem diretamente com o cotidiano de sua população. No Brasil, a televisão, desde os seus primórdios, constitui-se como um instrumento de poder, utilizado por diversos grupos sociais e econômicos, motivando mudanças comunicacionais, tecnológicas, econômicas e culturais.

A televisão havia chegado ao Brasil como novidade tecnológica incorporada às empresas de comunicação de Chateaubriand, financiada por verbas de origem política e administrada, segundo parâmetros pouco compatíveis com a lógica comercial. Numa sociedade de consumo incipiente, a televisão, como expressão genuína de um desenvolvido mercado de bens culturais de massa, assumiu formas e funções que lhe eram estranhas. Essas novas formas e funções, por sua vez, revelaram as características do desenvolvimento e da formação da cultura popular de massa e atribuíram à televisão destacado papel junto ao processo de modernização cultural do país (Barreto, 2008, p. 160).

Em âmbito das pesquisas acadêmicas, desde os seus primórdios, a televisão abriu caminhos para diversos estudos ligados ao campo da comunicação, sobretudo quando considerado às suas especificidades: “a força apelativa das suas mensagens, o seu poder de sedução, a facilidade como nela se processa a transição de fronteiras simbólico-realidade” (Esteves, 2011, p.383). Essas e outras características, fazem da televisão uma ferramenta central nos estudos comunicacionais.

Dados publicados pela Agência de Notícias do IBGE (2023), referindo-se a um levantamento realizado, considerando os anos 2021 e 2022, apontam que no Brasil

71,5 milhões de residências possuem aparelhos de TV. O que confirma a percepção de que a mídia televisiva no Brasil está inserida no cotidiano da população e, não apenas isso, que a televisão possui influência direta na percepção social sobre o espaço público (Bucci, 1997) e na constituição social da realidade.

No Brasil, assim como num grande número de países, a televisão transformou-se num importante fator em torno do qual as pessoas estruturam suas rotinas e seu ritmo de vida, suas ocupações domésticas e mesmo a arrumação de suas salas de visita. Para milhões de brasileiros a vida diária se compõe de dormir, comer, trabalhar e ver televisão (Jambeiro, 2001, p.106).

Ao se referir ao histórico da televisão no Brasil, Oliveira (2017) aponta que, ao longo dos anos, a televisão tornou-se um produto do cotidiano, um hábito para o povo, em que as famílias e outros grupos sociais se reuniam em torno do aparelho, não apenas para assistir aos produtos televisivos, mas para comentar sobre eles. No entanto, houve mudanças expressivas nesta forma de interagir com a televisão, especialmente com o advento das novas tecnologias do século XXI.

Embora sejam percebidas inúmeras mudanças sociais e maneiras de interagir com a informação, o século XXI constitui-se como um momento singular na história dos meios de comunicação e do jornalismo.

Mas, a televisão também mudou, pois, ao longo dos anos, passou por um amplo processo de evolução (Thompson, 2014). Em âmbito brasileiro, autores como Paternostro (2006), Mattos (2010) e Almeida *et al.*, (2019) também se referem a este processo e a exponencial inserção dos conteúdos televisivos no cotidiano social, inicialmente, acessível às elites e, posteriormente, introduzidos nas massas populacionais. Nesse contexto, é válido perceber a complexidade de elementos característicos dessa mídia, não apenas ao que se refere às questões históricas ou técnicas, mas também ao forte vínculo com estruturas de poder.

2.4.2 Uma concessão pública em meio a interesses privados: histórias da televisão no Brasil

Os meios de comunicação são habitualmente utilizados como instrumentos políticos e empresariais estratégicos, mas os serviços ofertados pela televisão aberta no Brasil fazem parte de uma concessão pública, embora existam possibilidades de interações comerciais.

A Constituição brasileira estabelece que cabe à União explorar diretamente ou mediante concessão os serviços de rádio e TV. Isso significa que aquele empresário detentor de uma concessão de rádio ou de televisão não é o dono daquele negócio, mas está apenas autorizado a explorá-lo por tempo determinado - 10 anos no caso do rádio e 15 no caso da TV (Brasil, *online*, 2007).

Todavia, no Brasil, ainda vigoram diversos mecanismos que usurpam o real sentido de uma concessão pública, fortalecendo poderes e favorecendo elites políticas e empresariais. Lima (2008) promove uma denúncia ao que chama de “coronelismo eletrônico”, com base na percepção de que, no país, as rádios e as televisões são alvos históricos de práticas políticas antidemocráticas que favorecem a inserção e a manutenção de oligarquias políticas no poder, inclusive, no Poder Legislativo Federal. O autor (2008, p.27) ressalta: “O Congresso Nacional, como se sabe, é a última instância de poder onde são outorgadas e renovadas as concessões desse serviço público e, mais que isso, aprovadas as leis que regem o setor”.

Este cenário implica um conjunto de questionamentos sobre a fragilidade da democracia no Brasil, visto que os principais espaços do poder público ainda são utilizados para atender finalidades privadas, transvestidas de interesses coletivos. Camargo (2015) reforça que os veículos de comunicação brasileiros seguem uma tendência latino-americana de singularidades políticas, sendo administrados por pequenos grupos ideológicos.

Em “mãos” erradas, habitualmente, as concessões de serviços públicos são utilizadas para finalidades distintas daquilo a que se propõem. Entre elas, obter benefícios privados em prol do lucro, dos votos e do próprio controle da opinião pública. Essa é uma realidade presente em diversas emissoras de televisão e rádio no Brasil, singularmente no interior do país (Nascimento, 2012).

Para Broquen (2007), a televisão tornou-se uma das principais ferramentas de articulação política e também mediadora das dinâmicas socioculturais e econômicas. “No que diz respeito aos tipos de programação que uma emissora pode oferecer, destaca-se a TV pública, a TV educativa e a TV comercial” (Fernandes, 2016, p. 7).

Nesse contexto e revisitando a história, a televisão surgiu no Brasil em 1950, como um projeto empresarial de Assis Chateaubriand, tendo a sua primeira transmissão durante a inauguração da TV Tupi (Almeida et al., 2019). Este marco inicial é significativo, porque reflete que as dinâmicas empresariais e políticas estão no centro do debate sobre este veículo.

A inserção social da televisão no Brasil, se comparada a de outros países, é bastante elevada, e é também caracterizada por ter se expandido graças à convivência com os interesses políticos de cada momento, fator este que permanece determinante em sua dinâmica atual (Oliveira, 2017, p.43).

Nessa relação econômica e política, alguns fatores sobressaem: Priolli (2010) enxerga uma forte relação entre o crescimento e a consolidação da TV no Brasil e o desenvolvimento do país. O autor se refere a uma perspectiva histórica, ao considerar que, inicialmente, a implantação da indústria televisiva no Brasil encontrou cenários adversos, sobretudo quando considerado os espaços urbanos fora das capitais ou das grandes cidades. Contudo, essa indústria fomentou o desenvolvimento do país e o desenvolvimento do país motivou o crescimento e a consolidação da indústria televisiva, haja vista que, sem um aparato estrutural, como infraestrutura urbana e um mercado consumidor, não haveria possibilidades de consolidação de uma indústria televisiva como existe hoje.

[...] a implantação da TV no Brasil se relaciona com a consolidação do modelo de crescimento econômico baseado na expansão da indústria de bens de consumo duráveis, ampliando o mercado de bens de consumo e consolidando os valores das classes dominantes (Temer, 2017, p. 78).

A expansão da televisão no Brasil aconteceu de forma rápida, em 1956, por exemplo, seis anos após a primeira transmissão, o número de telespectadores se aproximava a 1,5 milhão de pessoas (Fernandes, 2016). Na década seguinte, a tendência de crescimento e consolidação da televisão foi elevada.

Dez anos depois da chegada da televisão no país (eixo Rio-São Paulo), inicia-se o processo de descentralização e esse novo veículo de comunicação começa a habitar o âmbito regional. A televisão regional é um efeito advindo da combinação, sobretudo, de fatores tecnológicos, econômicos e políticos. A produção televisiva deixa de ser exclusividade da região Sudeste e se expande para outras regiões. A região Sul é a primeira a inaugurar uma emissora de televisão fora do eixo centralizador, Rio-São Paulo, no final da década de 50 (Gomes de Souza, 2022).

No período do regime militar, iniciado em 1964, a televisão foi vista como instrumento estratégico para comunicar aos brasileiros as "vantagens" desse regime político. Assim, o Estado passou a motivar a expansão da cobertura televisiva, como prioridade e suporte estratégico ao projeto de integração nacional. "A ditadura criou a Embratel e investiu maciçamente na infraestrutura de telecomunicações, implantando a rede básica de micro-ondas e interligando o país ao sistema internacional de satélites Intelsat (Priolli, 2010, p. 9).

A década de 1960 marcou a história da televisão brasileira. Para além da expansão no número de telespectadores, foi em 1969 que o país passou a acompanhar um novo modelo de telejornalismo, desta vez, com abrangência nacional, através do Jornal Nacional, estreado pela Rede Globo (Bolaño, 2004; Fernandes, 2016). Três anos depois, em 1972, outro avanço tecnológico significativo foi registrado: a transmissão em cores (Paternostro, 2006). Segundo a autora, já no início da década de 1990 a televisão brasileira passou a exportar produtos para outros países, como as telenovelas.

Não obstante a vastidão do país, desde 1980 a televisão alcançou a totalidade do território brasileiro. Contudo, dada a conhecida desigualdade de renda entre seus habitantes, até o final do século cerca de 15% das residências não possuíam aparelho de TV. Enquanto o rádio passou a ser predominantemente local e regional, a televisão tornou-se, desde os anos 70, o veículo nacional por excelência, atingindo todas as categorias de audiência (Jambeiro, 2001, p. 107).

Para Fernandes (2016), mesmo depois de décadas e, com o avanço de novas tecnologias, a televisão continua exercendo forte influência na sociedade brasileira, integrando e adaptando os seus produtos a diferentes ferramentas tecnológicas. Há uma convergência entre os produtos da televisão e as novas tecnologias, ampliando suas possibilidades e consolidando ainda mais sua hegemonia.

2.4.3 Dos grandes centros urbanos ao “jogo” da proximidade: considerações sobre a mídia local e regional

As discussões sobre a mídia local e regional constituem instrumentos centrais para as reflexões relacionadas ao objeto desta pesquisa, considerando que os veículos de comunicação observados se enquadram na perspectiva de produção e transmissão de conteúdos ancorados em características locais e regionais. No estudo, corroboramos com a compreensão de que as características de um território estão intimamente relacionadas à formação das consciências e da sociedade, o que reforça a relevância das pesquisas sobre a mídia local e regional. “O fenômeno abrange todo o país e demanda sua investigação para além do olhar de inferioridade, buscando compreender a complexidade e os laços dos mercados regionais e dos vínculos com a política” (Araújo Pinto, 2013, p. 101).

Compreendemos que existem diferenças teóricas e práticas entre a mídia local e a mídia regional, sobretudo quando considerado a abrangência da cobertura destes

veículos, sendo a mídia regional, caracterizada por uma maior amplitude contemplando, por exemplo, diferentes cidades de uma mesma região. Mesmo assim, são sutis as diferenças entre estas duas perspectivas.

Nesse debate, Camponez (2002) evidencia que as principais diferenças entre a mídia local, a regional e os veículos de comunicação de massa mais abrangentes, podem ser percebidas a partir da capacidade dos meios de comunicação em conectar-se e comprometer-se com os territórios aos quais estão inseridos. Assim, nos veículos locais e regionais, o projeto editorial, habitualmente, reflete os objetivos próprios de uma comunicação interativa e contextual. Se um veículo de comunicação local e regional sobrepõe informações genéricas e desconexas às realidades que representa, fragiliza a sua força de atuação. Porém, a mídia local e regional não está limitada apenas a temas e enquadramentos locais, pelo contrário, aquilo que é dito na comunicação local e regional, também importa à comunicação em maior escala. Para Peruzzo e Volpato (2009), discussões como essa não se limitam a “delimitações físico-geográficas”. Os autores enfatizam:

Os meios de comunicação, como suportes tecnológicos e de informação, acompanham os processos sociológicos em um movimento sinérgico no qual interagem com as dimensões sócio-espaciais, influenciando-as, ao mesmo tempo que são influenciados por elas (Peruzzo; Volpato, 2009, p.151).

Entende-se que "a mídia local se ancora na informação gerada dentro do território de pertença e de identidade em uma dada localidade ou região"; está intimamente relacionada à informação de proximidade, faz parte da gênese da comunicação de massa e exerce uma importante função social, mas não está isenta de distorções geradas durante a produção de seus conteúdos (Peruzzo, 2005, p.74-75). Sobre a mídia regional, Araújo Pinto (2013) percebe que, embora existam definições comuns, essa expressão midiática é heterogênea e complexa, porque se insere em espaços heterogêneos e complexos.

Historicamente o jornal, o rádio e a televisão, ao nascer, atingem apenas um raio de abrangência local ou regional. Alguns destes meios de comunicação desenvolvem seu potencial de alcance nacional ou internacional, outros permanecem locais (Peruzzo, 2005, p.69).

Em cada cenário, há um conjunto de fatores a serem considerados, entre eles, questões estruturais, econômicas e políticas. As redes regionais, encontram-se ligadas às emissoras nacionais. Jambeiro (2001, p.107) reforça essa perspectiva e

evidencia que: “A maioria se liga a grupos políticos regionais. Elas retransmitem a programação nacional e fortalecem o poder político e econômico de seus concessionários utilizando programas locais, sobretudo os noticiários”.

Na perspectiva da televisão, foi em 1960, com a utilização do videotape, que no Brasil houve uma maior abrangência nas transmissões televisivas e, esse processo foi fortalecido a partir da interação com outras tecnologias, projetos políticos e econômicos que possibilitaram a nacionalização das transmissões. Esse movimento esteve substancialmente vinculado à reprodução de conteúdos produzidos nas emissoras matrizes, sediadas em grandes cidades do país (Peruzzo, 2005).

Com o desenvolvimento da globalização da economia e das comunicações, num primeiro momento, chegou-se a pressupor o fim da comunicação local, para em seguida se constatar o contrário: a revalorização da mesma, sua emergência ou consolidação em diferentes contextos e sob múltiplas formas (Peruzzo, 2005, p. 70).

Em uma abordagem contrária ao fim da mídia local, em decorrência da globalização, Peruzzo (2003) entende que foi no processo de globalização que a mídia local se fortaleceu. Os produtos midiáticos locais e regionais estão presentes nos diversos veículos de comunicação, sobretudo, os noticiários e, no caso da televisão, ocupam uma parte importante, mesmo que reduzida, da programação (Peruzzo, 2005). A autora aponta que, por sua relevância, a mídia local tornou-se um importante objeto de pesquisa e, no Brasil, a década de 1990 marca a ampliação dos estudos sobre este fenômeno. Araújo Pinto (2013) acrescenta: no contexto brasileiro, as discussões sobre a mídia regional são estratégicas aos estudos comunicacionais, embora ainda existam lacunas.

O interesse da grande mídia pelo local, num primeiro momento, apresenta-se mais por seu lado mercadológico do que pela produção de conteúdo regionalizado. A televisão, por exemplo, explora a diferenciação local como nicho de mercado, interessada que está em captar os recursos provenientes da publicidade do interior do país (Peruzzo, 2005, p. 71).

Esse interesse não esteve restrito apenas à grande mídia, estendeu-se ao próprio governo federal (Araújo Pinto, 2013). Peruzzo (2005) percebe em ações como a implantação de emissoras locais/ regionais e a cobertura jornalística em um raio maior do que os limites geográficos das cidades que sediam as emissoras uma valorização estratégica dessa produção, em destaque, os programas jornalísticos. Mas, na lógica tradicional, mesmo com a abertura à produção de conteúdos

vinculados ao local/regional, há limitantes para uma maior expressividade, devido a questões como: tempo de veiculação das produções, horários das transmissões e às técnicas que buscam enquadrar o modo de comunicar a uma perspectiva empresarial ligada às grandes redes, o que influencia, inclusive, a negação de sotaques locais.

Todavia, seria restritivo negar que a mídia local e a regional não têm uma ampla relevância. No telejornalismo, por exemplo, Gomes de Souza (2023) observa que há uma identificação entre os produtos da mídia local com o seu público-alvo, o qual se vê representado nela, por sua característica de proximidade.

Embora permaneçam alguns entraves no campo da mídia local e regional, corroboramos com Araújo Pinto (2013) ao entender que a mídia regional não é homogênea, situa-se em meio a complexidades que motivam atualizados olhares sobre este fenômeno. Para a autora, essas discussões não se resumem a aspectos como dependência, fragilidade ou vínculos econômicos e políticos. “A mídia regional é apontada como elo mais fraco numa comparação com a mídia de referência nacional. Pouco se avança além das constatações da propriedade e dos vínculos políticos” (Araújo Pinto, 2013, p.100).

Assim, aos estudos da mídia, impõe-se o desafio de aprofundar outras possibilidades locais e regionais como instrumento para o debate e a compreensão atual sobre a relação da mídia com a sociedade. Entre os temas, destacam-se as transformações ocasionadas pelo desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e a sua influência nas produções midiáticas.

Os meios de comunicação sempre sofreram contínuas transformações, mas o atual desenvolvimento e o uso das tecnologias digitais intervêm nas relações econômicas, sociopolíticas e culturais na sociedade contemporânea globalizada, provocando intensas reconfigurações do modelo tradicional de produção, circulação e consumo de informações, inclusive da televisão (Becker, 2016, p.11).

Até que ponto os “proprietários”, dirigentes e demais atores dos veículos de comunicação têm identificado as novas possibilidades midiáticas como recurso para o aprimoramento dos conteúdos divulgados? Em que medida as pesquisas sobre a mídia local e regional têm avançado na avaliação sobre a qualidade dos conteúdos produzidos e difundidos, incluindo, os jornalísticos? Essas questões apontam para a representatividade dos atuais estudos sobre a mídia local e regional.

2.4.3.1 A informação de proximidade: relevância e desafios a serem superados

Embora alguns céticos apresentem resistências ao potencial local/regional para a promoção de um jornalismo de qualidade, diversas experiências têm demonstrado o contrário. Para Savenhago (2012), as demandas da sociedade contemporânea confirmam a relevância do jornalismo local/regional, sobretudo quando considerado que há um crescimento vertiginoso pela informação de proximidade. Para o autor, o jornalismo local/regional fornece um produto habitualmente diferente dos jornais nacionais/globais, porque as informações geradas se aproximam da vivência cotidiana da população-alvo da informação.

Uma pessoa que mora em determinada cidade do interior e distante da capital geralmente se interessa mais pelo que acontece nas ruas da sua cidade do que o congestionamento do trânsito nas avenidas da metrópole do seu estado ou do país, que comumente aparecem nos noticiários estaduais e nacionais. Da mesma forma, os assuntos políticos que envolvem a prefeitura da cidade podem impactar mais diretamente na vida da população do que um projeto de lei que tramita na Assembleia Legislativa do estado ou na Câmara Legislativa federal (Marcos, Negrini, 2023, p.398).

A informação de proximidade é um dos principais fundamentos para o jornalismo local (Peruzzo, 2005).

Entendemos por informação de proximidade aquela que expressa as especificidades de uma dada localidade, que retrate, portanto, os acontecimentos orgânicos a uma determinada região e seja capaz de ouvir e externar os diferentes pontos de vista, principalmente a partir dos cidadãos, das organizações e dos diferentes segmentos sociais. Enfim, a mídia de proximidade caracteriza-se por vínculos de pertença, enraizados na vivência e refletidos num compromisso com o lugar e com a informação de qualidade e não apenas com as forças políticas e econômicas no exercício do poder (Peruzzo, 2005, p. 81).

Assim, a mídia de proximidade atende a um apelo de um público que busca ver o seu contexto apresentado nos veículos de comunicação, mas, historicamente, tem sido utilizada como estratégia mercadológica, articulada em meio a contradições institucionais, interesses políticos e econômicos que afetam a qualidade da informação e o potencial local como referência na produção de conteúdos (Gomes, 2004; Peruzzo, 2005, Nascimento, 2012).

O meio de comunicação local tem a possibilidade de mostrar melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas,

bairros, zonas rurais etc. Por vezes, se cerca de distorções, como as que têm origem em vínculos com interesses político-partidários e econômicos, mas, mesmo acarretando vieses de informação, acaba contribuindo na divulgação de temas locais (Peruzzo, 2005, p.77-78).

Sob essa perspectiva, Savenhago (2012) observa que, habitualmente, os interesses financeiros têm sobreposto o exercício da cidadania nos veículos de comunicação locais/regionais e o espaço que poderia ser utilizado para potencializar vozes da sociedade limita-se às interferências do poder político e econômico. Esse contexto não só atinge os ouvintes, os leitores ou os telespectadores, mas também deteriora a ação jornalística. Em frente a essa discussão, as limitações que são percebidas no trabalho dos jornalistas ligados às emissoras locais/ regionais não se resumem a uma crítica aos profissionais da comunicação, os quais, muitas vezes, lutam por fornecer informações de qualidade, mas esbarram em forças políticas e econômicas maiores, entre elas, os ditames dos proprietários dos veículos de comunicação (Nascimento, 2012).

É fato que, no Brasil, as pressões políticas e econômicas impostas aos veículos de comunicação não são promovidas apenas por atores locais. Nascimento (2012), enxerga nos “jogos políticos”, presentes nas concessões das frequências de rádio e televisão, um dos principais elementos causador de danos à qualidade dos veículos e também um fator central na deterioração do potencial midiático para a formação das pessoas. “Lembrando que não se pode generalizar, é preciso reconhecer que alguns grupos de comunicação cumprem um papel importante no jornalismo regional, mas são exceções” (Nascimento, 2012, p.16).

Esse cenário tornou-se uma tendência causadora de danos significativos, comprometendo a promoção da informação de qualidade onde “é comum a existência de tratamento tendencioso da informação e até a omissão de fatos, em decorrência de ligações políticas com os detentores do poder local e dos interesses econômicos de donos da mídia” (Peruzzo, 2005, p.78). Para Amaral (2011), esse é um dos principais desafios da imprensa: se desvincular de estratégias de manipulação, que se encontram presentes no cotidiano midiático e que tencionam a sua credibilidade.

Por extensão, manipular o noticiário significa controlar, coagir, sugerir, induzir por meio da razão ou dos afetos. Atenderia à vontade de dominar indivíduos ou populações, orientando suas condutas. Assim, a manipulação é um complexo de controle social que contribui para a massificação das sociedades

e para a emergência de indivíduos que se movem por vontades alheias as suas (Christofolletti, 2018, p.60-61).

Nesse contexto, também podem ser consideradas as negociações administrativas, vendas de espaços publicitários, replicação de programações externas e divulgação de produtos que têm como critério principal o recebimento de valores ou o barateamento dos processos, colocando em primeiro plano os interesses econômicos. Essa lógica política/ administrativa/ econômica usurpa o tempo de veiculação de informações importantes, necessárias a um real e holístico desenvolvimento social e territorial, por meio do potencial formativo característico dos veículos de comunicação, sobretudo da televisão.

Peruzzo (2005) chama a atenção para as limitações nas coberturas jornalísticas em âmbito local e regional, sobretudo quando considerado a qualificação profissional, as questões estruturais e até mesmo o comodismo empresarial que, em nome da sustentabilidade dos processos, naturalizam estratégias como tornar o trabalho jornalístico uma extensão do discurso das fontes oficiais, anulando possibilidades de inserção de vozes alternativas.

Embora sejam muitos os desafios a serem superados, especialmente quando considerado os interesses privados que circundam os veículos de comunicação locais/ regionais, essa modalidade de mídia tem um papel real e central no fortalecimento de características territoriais, desde a perspectiva cultural até os anseios de grupos e movimentos sociais.

A busca pela informação de qualidade não deve ser vista como um fardo para os veículos de comunicação, pelo contrário, “quem fizer jornalismo de qualidade e atender ao público com notícias relevantes para a vida das pessoas terá mercado, espaço e visibilidade” (Nascimento, 2012, p.24).

3 DESENVOLVIMENTO: UM PROCESSO INTEGRAL, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL

No capítulo, são discutidos tópicos do desenvolvimento que se conectam a um amplo acervo teórico. Assim, se fez necessário estabelecer diálogos com um conjunto de pesquisadores, sobretudo com os que buscam compreender o desenvolvimento enquanto processo integral, inclusivo e sustentável. A perspectiva do desenvolvimento aqui apresentada é interdisciplinar e engloba, sobretudo, definições com base em referências multilaterais.

O capítulo aborda os impactos da degradação humana e ambiental decorrentes do modelo de progresso econômico global baseado na lógica da exploração e do consumo. Também faz referência aos conceitos sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Além de discutir o desenvolvimento, a partir de uma abordagem holística, considerando a expansão das liberdades humanas, como proposto por Amartya Sen (2010).

3.1 A evolução da degradação: aspectos do “progresso da humanidade”

Ainda no século XX, a humanidade contemplou extraordinários avanços científicos e tecnológicos e, em paralelo, observou o exponencial crescimento da degradação humana e ambiental (Buarque, 1994; Beck, 2011). Esse cenário relaciona-se ao modelo de crescimento econômico capitalista que vem gerando desequilíbrios entre os territórios e exaustão dos recursos naturais, “principalmente no período pós II Guerra mundial e conseqüentemente com o aumento do processo de urbanização em escala global” (Gomes Júnior, 2012, p. 85).

O crescimento econômico característico do pós-guerra impulsionou práticas industriais de produção e consumo, associado ao crescimento populacional, ampla utilização de recursos naturais, poluição atmosférica e mortes (Cherene; Paravidino, 2012). Tal cenário ainda persiste e com ampliados efeitos sobre o Planeta Terra e sobre a sua “comunidade de vida” (Chacon, 2007; Boff, 2014).

No atual modelo de desenvolvimento globalizado o homem é apenas mais um elemento, assim como também é a natureza, que deve ser preservado, úteis que são para a definição e reprodução de um modelo de exploração que se sustenta há séculos, desde que o homem passou a se julgar acima da

natureza, desde que achou que a dominava e ela estava a seu dispor (Chacon, 2007, p. 108).

O contexto apresentado destaca o processo histórico iniciado no fim do feudalismo, em que mudanças econômicas e territoriais passaram a ser observadas de maneira mais intensa, fortalecidas pela Revolução Industrial e pelo uso da ciência como aspecto mobilizador de recursos tecnológicos para objetivos militares e pela exacerbação do consumo. O modelo de evolução que caracterizou esse período é expressivamente excludente, beneficiando, de maneira particular, as pessoas e ou grupos que conseguiram se adequar a este padrão evolutivo (Chacon, 2007).

Existe um paradoxo entre os resultados positivos da lógica “capitalista/industrial/mercantil” e os seus efeitos negativos. Não há dúvidas de que esse processo promoveu avanços em questões importantes para a humanidade: o encurtamento de distâncias, encontros entre culturas e geração de comodidades como o automóvel, o avião e a televisão, mas “atualmente tudo leva a crer que ele esgotou suas virtualidades e passou a ser altamente dilacerador dos laços sociais e destrutivo das bases que sustentam a vida” (Boff, 2014, p. 42).

A percepção e sensibilização acerca dos danos ambientais, provenientes de ações antrópicas, sobretudo pautadas na lógica capitalista, abriu caminhos para um amplo debate sobre o meio ambiente. Nesse sentido, em 1972, por exemplo, aconteceu em Estocolmo, capital da Suécia, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que entrou na história como o primeiro grande encontro multilateral para discutir estes temas (Cherene; Paravidino, 2012).

Outros encontros multilaterais, também promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), se destacaram em avaliações e fomento ao desenvolvimento sustentável, como as Conferências ocorridas no Rio de Janeiro (1992-2012), Nova York (2000, 2015, 2019) e Joanesburgo (2002). Nessas Conferências, as questões ambientais foram colocadas em evidência, sem desconsiderar aspectos sociopolíticos e econômicos (Lago, 2013). Neste contexto, também ganham destaque as Conferências das Partes (COPs), Conferência criada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) que tratam, especialmente, sobre as mudanças climáticas. Em 2025, o Brasil sediou a COP30, realizada na cidade de Belém-PA.

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, centenas de encontros foram realizados e temas como o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável ganharam

destaque na arena e na agenda pública mundial. Para isso, diferentes instituições atuaram como promotoras das pautas discutidas, entre elas, e com realce, a mídia global. O papel da mídia, na formação da opinião pública sobre a temática da sustentabilidade, tornou-se objeto de estudos científicos, sobretudo, quando considerado a qualidade dos conteúdos noticiosos, como exposto por Coutinho (2014).

As atuais considerações sobre esse tema reafirmam e aprofundam discussões de décadas anteriores: as crises socioambientais da atualidade integram o cenário de degradação e exclusão que tem como movimento propulsor o sistema econômico capitalista globalizado e a lógica da Modernidade Ocidental. Entre os resultados desse processo de exploração têm-se a diminuição dos recursos naturais e o aumento das desigualdades sociais.

Nesse contexto, junto à exploração do meio ambiente, catástrofes têm promovido mortes prematuras; é o caso do uso de poluentes que, ao atingir a saúde de milhões de pessoas, potencializam elementos de degradação, e não apenas humana, também deteriora o solo, contamina as águas e contribui para aumentar as mazelas na saúde humana e ambiental, especialmente da população mais vulnerável, tendo como exemplo o uso deliberado de agrotóxicos (Francisco, 2015).

Segundo o Atlas dos Agrotóxicos da Fundação Heinrich Böll (2024), “385 milhões de pessoas adoecem todos os anos por envenenamento causados por agrotóxicos”. Na perspectiva brasileira, o cenário é ainda mais alarmante: o país ocupa os primeiros lugares no consumo de agroquímicos, como reflexo do atual modelo brasileiro de desenvolvimento que se ancora na lógica de produção de bens primários para fins de exportação (Facchini; Souza, 2015).

Na lógica capitalista do desenvolvimento, o clima também tem sido alvo. Para Beck (2011), ingressamos em uma sociedade de risco, ancorada nos múltiplos problemas socioambientais agravados na sociedade moderna. O nível de exploração descomunal do planeta Terra trouxe cenários de esgotamentos ambientais, inclusive a água potável, elemento vital para a vida humana, tornou-se cenário de disputas, fragilizando ainda mais espaços e populações vulneráveis (Francisco, 2015).

Os pobres são os que mais sofrem com os efeitos da insustentabilidade planetária e são cobrados por um débito que não produziram (Francisco, 2015). De fato, como colocar a culpa de determinadas catástrofes socioambientais nos pobres,

quando para eles falta o acesso aos recursos do “progresso”, para não dizer, recursos básicos para a sobrevivência em meio ao sistema econômico globalizado?

A realidade socioeconômica global distanciou-se de uma perspectiva sustentável, por não ser capaz de incluir e oferecer dignidade a todos (Boff, 2014). O autor se refere a uma concepção de sustentabilidade que se traduz em um modo de existência pautado na responsabilidade com o meio ambiente e com o futuro do Planeta. Reafirmamos: o ideal da sustentabilidade socioambiental tem sido constantemente negligenciado, por atores e instituições, que, movidos por interesses econômicos, rompem com sentimentos e valores necessários à dignidade da coletividade.

Nesse contexto, Francisco (2015) também exprime preocupação sobre a produção irrestrita de resíduos e chama a atenção para o fluxo natural dos ecossistemas e para o seu poder de transformação que diverge do atual movimento industrial. Todos os cenários de degradação, aponta o autor, ferem princípios humanos, como a espiritualidade, a fraternidade, a solidariedade e recaem, especialmente, nos mais pobres.

O cenário de exploração humana e ambiental requer mudança. As perspectivas apresentadas neste tópico não negam a compreensão de que, em outros momentos da história mundial, numerosos e até mesmo similares desafios estiveram presentes. Contudo, é salutar o entendimento de que os “avanços” da sociedade industrial e tecnológica não conseguiram reverter muitos dos quadros de degradação que eles mesmos causaram e, em alguns casos, ampliaram situações de exclusão social, danos ambientais irreversíveis e esquecimento de sentimentos básicos como solidariedade e fraternidade. Diversos autores, entre eles Chacon (2007), Beck (2011), Boff (2014) e Francisco (2015) também corroboram e reforçam esta compreensão.

Sabemos que não é possível zerar o impacto ambiental das ações antrópicas, mas faz-se necessário para a continuidade da história humana e de outras espécies que a natureza seja protegida e os seus ritmos respeitados, assim, devemos direcionar a nossa atenção para uma outra realidade, um mundo inclusivo, não apenas para a espécie humana mas para as outras formas de vida (Boff, 2014). Nesse debate, sobressai o desenvolvimento sustentável.

3.2 Sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: conceitos e definições

Nesta tese, as palavras: sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são vistos com frequência. Essas expressões, embora possuam particularidades, estão interligadas, mas nem sempre são compreendidas tampouco promovidas em âmbito prático. Assim, para que sejam viabilizadas as propostas necessárias à efetivação prática dos termos, é preciso clareza na disseminação de suas definições conceituais.

Feil e Schreiber (2017) apontam que embora sejam termos amplamente utilizados, há lacunas teóricas que os distanciam de um conceito axiomático. Para os autores, os termos: sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, embora sejam convergentes, possuem práxis específicas e significados distintos. Assim, tivemos a preocupação de ressaltar algumas considerações comuns, com o intuito de viabilizarmos as discussões que seguem.

O termo sustentável, por exemplo, enquanto “palavra” pode ser empregado em múltiplas situações. O nosso ponto de partida é compreendê-lo na perspectiva da ecologia, em que o adjetivo “sustentável” fundamenta reflexões sobre a manutenção e a continuidade de elementos naturais necessários ao presente e ao futuro da vida humana (Feil; Schreiber, 2017).

Sobre o termo, o nosso entendimento perpassa a compreensão restrita aos benefícios específicos à espécie humana, sobretudo quando considerado temas como interdependência ecológica e global. Boff (2014) reitera: fazemos parte de uma comunidade de vida interdependente, por isso, precisamos projetar um mundo que seja favorável a toda esta comunidade, o que é possível a partir de “um modo sustentável de vida”.

A Carta da Terra (2000) convoca a todos, indivíduos e instituições, para um modo de vida sustentável, o que inclui quatro pilares fundamentais: I- O respeito e o cuidado com a comunidade de vida; II- A atenção à integridade ecológica; III- A necessária justiça social e econômica e IV- O fortalecimento da democracia e da cultura de paz.

Cada dimensão mencionada carrega consigo um conjunto de perspectivas sustentáveis, ligadas a sentimentos básicos como respeito, ética, solidariedade e justiça socioeconômica. As definições que envolvem o adjetivo sustentável são a base

para discussões mais complexas como a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (Feil; Schreiber, 2017).

A sustentabilidade possui características mais abrangentes e percepções conceituais variadas (Ruscheinsky, 2004). Leonardo Boff (2014), um dos mais notados ecologistas brasileiros, define que a sustentabilidade, para além de um conceito, é um modo de vida pautado na harmonia entre as práticas humanas e as características, potencialidades e limites ambientais do Planeta Terra, tendo em vista não apenas as necessidades das gerações atuais, mas também das futuras gerações.

Embora seja um conceito amplamente debatido nas últimas décadas, a sustentabilidade tem raízes na silvicultura. Ainda no século XVI, a percepção de que a exploração das florestas estava alcançando patamares irracionais, fez emergir inquietações sobre a escassez da madeira e, em 1560, surgiu na Alemanha o termo *Nachhaltigkeit*, que tem como significado, sustentabilidade. Esse debate ganhou novas perspectivas na década de 1970, a partir das discussões propostas pelo Clube de Roma⁶, as quais acenderam alertas em outras instâncias sociais (Boff, 2014).

No entanto, as palavras “sustentável e sustentabilidade”, são habitualmente usadas por atores e instituições, mas sem um verdadeiro compromisso com a efetividade dos processos a elas inerentes, sendo trivialmente mencionadas como forma de agregar valor a produtos e processos. Essa falta de respeito ao conceito não é característica somente de empresas, inclui também governos e a mídia (Boff, 2014).

Mesmo com amplos avanços teóricos e ações práticas em curso, um dos grandes desafios da atualidade é discutir e promover os temas e práticas ligadas à sustentabilidade a partir de uma visão holística e ética que seja integrada à complexidade dos fenômenos característicos deste debate.

Para Jacobi (2003, p.192) a sustentabilidade esbarra com a sociedade de risco, ou seja, “Isto implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação em uma perspectiva integradora”. Ante as nuances de um tema tão relevante, atual, mas complexo, concordamos com a compreensão de Boff (2014) que considera:

⁶ A criação do Clube de Roma data de 1968 e, desde os seus primórdios, reuniu cientistas de diferentes países para debater temas ligados ao equilíbrio ecológico do planeta. No início da década de 1970, o Clube de Roma ganhou maior notoriedade com a publicação do relatório “*The Limits to Growth*”, ou, em português, “Os Limites do Crescimento”. Esse relatório, apresentou um avançado modelo matemático que evidenciava os desgastes e limites ecológicos da Terra, também alertava para a urgência global por discussões e adaptações sociais, políticas e econômicas para atenuar o cenário de degradação ecológica (FGV, 2025).

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida, a sociedade e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que os bens e serviços naturais sejam mantidos e enriquecidos em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (Boff, 2014, p. 107).

Estamos distantes de um mundo sustentável, mas avanços foram dados. Como exemplo, maior amplitude e qualidade nas informações sobre esta pauta, além de ações práticas que envolvem diferentes setores sociais (Bursztyn; Bursztyn, 2012). Embora “as palavras mágicas no momento referem-se a tudo o que diz respeito aos termos ‘sustentável’ e ‘sustentabilidade’, sendo utilizadas na estratégia para aprovar projetos econômicos ou para alterar políticas públicas, angariar fundos e conquistar mercados” (Ruscheinsky, 2004, p.15).

No caso do desenvolvimento sustentável, como citamos na introdução, de modo geral, a literatura conceitua-o a partir da compreensão divulgada no Relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988, p.46): “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”.

Essa proposta aponta para a necessidade ética de, enquanto humanidade, assumirmos um compromisso com a nossa e com as futuras gerações, tendo atenção à relevância de cada dimensão que o compõe (Sicsú, 2005). “De saída, impõe um sentido de justa medida e de autocontrole contra os impulsos produtivistas e consumistas, aos quais estamos acostumados em nossa cultura dominante” (Boff, 2014, p. 137).

A ética da sustentabilidade é um ponto de partida, um caminho para o desenvolvimento sustentável. Esse exercício torna-se ainda mais necessário para os detentores do poder sociopolítico que possuem importantes e amplas ferramentas para, ao menos, projetar ações que ampliem a perspectiva da sustentabilidade. Nas bases da sustentabilidade, há um projeto de respeito e responsabilidade a ser assumido entre gerações, como proposto pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988), Jonas (2006), Sen (2010), Carson (2010), Boff (2014), Klein (2014) e Francisco (2015, 2020) que apontam algumas considerações necessárias a este debate.

Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva (Carta da Terra, 2000).

A humanidade precisa mudar de direção. A maneira como estamos cuidando da "Casa Comum" não é sustentável, e os seus efeitos, desigualdades, exclusões, mudanças climáticas, fome e mortes prematuras não nos podem ser indiferentes (Francisco, 2015). Ainda somos capazes de acreditar e agir para a sobrevivência da nossa e de outras espécies e, para isso, precisamos entender o nosso lugar nesse tempo histórico e a força de nossas ações para uma mudança necessária.

3.3 Complexidade e polissemia: reflexões sobre o desenvolvimento para além do crescimento econômico.

É comum, pesquisadores e outros atores sociopolíticos fazerem recortes excludentes acerca do termo desenvolvimento. Por um lado, alguns supervalorizam a ideia de crescimento econômico, progresso, evolução tecnológica; em outra vertente, promovem-se reflexões que colocam em evidência questões ambientais, haja vista as atuais catástrofes ambientais. Em nosso caso, buscamos compreendê-lo como um processo que pode promover mudanças culturais necessárias à sustentabilidade do planeta.

Em Furtado (1974) é possível fazer uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento, na qual o crescimento reflete questões quantitativas, mais ligadas à economia; enquanto no caso do desenvolvimento há uma abordagem qualitativa, em que perspectivas socioculturais e econômicas são consideradas e estrategicamente articuladas com o intuito de promover uma melhoria nas condições de vida das populações-alvo desse processo.

Assim, é importante que seja situado o tipo de desenvolvimento que estamos tratando. Para isso, buscamos refleti-lo enquanto processo, termo e ou conceito polissêmico. Limitar a compreensão de desenvolvimento às questões econômicas representa uma visão restritiva, não somente aos debates, mas também aos resultados de um real e inclusivo processo de desenvolvimento. Essa percepção tem

sido amplamente discutida, de modo mais enfático, desde o início da década de 1960, como afirma Ferreira (2021).

Face a este aumento das desigualdades sociais, regionais e mundiais, em que outras formas de capital (o humano e o natural) foram descuradas, o foco até aí colocado no crescimento econômico começou a ser posto em causa. Outras dimensões deveriam fazer parte da noção de desenvolvimento, como a importância do ambiente [...]. O crescimento econômico começa a ser visto como uma condição necessária, mas não suficiente [...] (Ferreira, 2021, p. 11).

Nessa compreensão, quando consideradas as últimas décadas, evidencia-se que muitos territórios, inclusive, os economicamente prósperos, não possuem um processo real de desenvolvimento, haja vista aspectos como disparidades sociais e exclusões socioeconômicas, além de danos ambientais que comprometem, entre outros aspectos, a saúde da população. Um exemplo: "os Estados Unidos, país mais rico do mundo, têm alguns dos piores índices de pobreza no grupo dos países desenvolvidos" (Lissardy, *online*, 2020).

Sen (2010) também alerta que o processo de desenvolvimento perpassa as barreiras do crescimento econômico e da acumulação de riquezas. Para o autor, "Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros" (Sen, 2010, p. 26), salientando ainda que, o acesso a direitos básicos como saúde, educação e a possibilidade de integrar as discussões públicas também tornam-se indispensáveis a esse processo.

Para Sen (2010, p.28) "Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos 'fazer' com mais riqueza"? Nesse contexto, ainda cabem questões como: quais os tipos de riquezas valorizamos? Deve-se destacar que o desenvolvimento não pode ser visto com base apenas em questões econômicas, muito menos a sustentabilidade do planeta. "A concepção de sustentabilidade não pode ser reducionista e aplicar-se apenas ao crescimento/desenvolvimento, como é predominantemente nos tempos atuais" (Boff, 2014, p. 16).

As questões apresentadas são pertinentes aos mais diversos campos do conhecimento e setores da sociedade, haja vista que, muitas vezes, as próprias instituições e áreas do conhecimento que visam a promover culturas sustentáveis e desenvolvimentistas são fomentadoras de percepções fragmentadas que direcionam

este processo, desenvolvimento sustentável, somente para o campo das ideias e, nesse contexto, a mídia tem ampla participação.

É evidente que, ao longo dos anos, o termo desenvolvimento sustentável passou a integrar programas e projetos em todo o mundo, mas isso não garante que o processo seja efetivado (Chacon, 2007). Apropriações fragmentadas do conceito, especialmente, em espaços que promovem a construção da percepção social sobre o tema, como no caso da mídia, fragilizam e ou excluem o potencial de fomento a este processo.

O desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado a partir da coletividade, do diálogo, da ética, do respeito ao outro e da ruptura com conflitos socioeconômicos, ou seja, através de uma lógica de corresponsabilidade, na qual todos os seres humanos têm uma parcela de contribuição (Chacon, 2007). Contudo, são muitos os desafios a serem superados para que, neste processo, haja, efetivamente, a participação coletiva.

As desigualdades sociais, a pobreza e a fome, por exemplo, são situações que tencionam a construção de uma consciência coletiva que possa favorecer o desenvolvimento sustentável. “Como falar de agentes de desenvolvimento, ou de preservação da vida e dos recursos naturais para pessoas que veem seus filhos com fome, seja no Sertão do Ceará, no interior da África ou nos guetos de Nova Iorque?” (Chacon, 2007, p. 57).

Como falar de corresponsabilidade para os que, a partir de processos de degradação, dentro da lógica econômica dominante, promovem o aumento de “seus” recursos financeiros e consequentes regalias privativas? Poderá existir, de forma viável e ética, uma consciência social e ecológica coletiva, capaz de solucionar os atuais problemas socioambientais globais? Tais indagações apontam para uma reflexão sobre os caminhos, ideias e metodologias que possam favorecer o desenvolvimento sustentável.

3.4 O desenvolvimento como instrumento de paz, democracia e liberdade

As catástrofes climáticas, o acúmulo de resíduos, a fome, a falta de educação de qualidade, a insegurança, as lacunas nos sistemas de saúde, a poluição das águas, entre outros infortúnios apresentam-se como desafios para uma parcela significativa da população mundial. Essa desordem social, ambiental, tecnológica e humana

penetra intensamente o cotidiano de populações vulneráveis. Junto a este desafiante cenário, encontram-se as guerras, estimuladas por objetivos que negligenciam o valor de vidas e culturas.

O cenário de guerras perpassa as realidades que habitualmente são transmitidas pela mídia. De forma direta, os conflitos em territórios como: Iêmen, Síria, e as guerras estabelecidas entre Rússia e Ucrânia e Israel e o Hamas (CNN Brasil, 2023) enquadram-se no agendamento midiático global. Por outro lado, diversos e históricos conflitos que ceifam milhares de vidas não recebem a mesma atenção midiática, muito menos, ações sociopolíticas que possam mobilizar a cultura de paz.

A cultura de guerra tem raízes em interesses econômicos (Adams, 2010, p.58). “O dinheiro que é usado na cultura de guerra agora precisa ser aplicado na cultura de paz, e devemos encontrar uma forma para que o dinheiro utilizado na guerra seja direcionado ao desenvolvimento sustentável e equitativo [...]”. Nesse cenário, também devem ser questionadas, algumas das mobilizações globais que buscam “promover a paz”.

A guerra é claramente um caminho de retrocesso e desumanização, sendo a cultura de paz uma das principais direções para efetivação de um real e inclusivo processo de desenvolvimento. Na cultura de paz, há o fortalecimento de valores necessários à convivência socioambiental, ancorados no respeito à vida e à dignidade das pessoas e no valor de territórios e culturas. Nesse contexto, há uma compreensão valorativa sobre a igualdade de direitos, a participação democrática e o respeito à diversidade.

É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos, resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não militares para a paz e para a segurança, como a exclusão, a pobreza extrema e a degradação ambiental (Noletto, 2010, p.11-12).

Francisco (2015) expressa que a cultura e o sentimento de dominação podem cercear a vida na terra. O pontífice chamava a atenção para a “ecologia integral”, uma perspectiva filosófica/espiritual que rompe com barreiras fragmentadas de interação socioambiental e mobiliza uma conexão direta com a “essência do ser humano”. Em Francisco (2015), percebe-se uma profunda relação entre o desenvolvimento, a

liberdade e a cultura de paz, ao passo que aponta caminhos para o diálogo, a colaboração e o cuidado com a “Casa Comum”⁷.

Sobre esta perspectiva, o economista e filósofo Amartya Sen (2010) apresenta uma compreensão que consideramos fundamental, “o desenvolvimento como liberdade”, título dado a uma de suas principais obras. Nela, o autor adverte que para que o desenvolvimento aconteça é necessário que práticas de privação de liberdade sejam rompidas, desde a pobreza até as mazelas causadas por Estados repressivos.

No Brasil, por exemplo, a privação de liberdades possui diversas faces e resulta na exclusão de milhões de pessoas de um real processo de desenvolvimento. “O grau de humanidade de um grupo humano se avalia pelo nível de solidariedade, de cooperação e de compaixão que cultiva face aos coiguais necessitados. Por este critério, somos desumanos e perversos [...]” (Boff, 2014, p. 20).

O processo global da negação de liberdades diverge da retórica da democracia e da participação, amplamente presentes em discursos e regimes políticos atuais (Sen, 2010). Mas, como pensar em um processo de desenvolvimento que considere a participação social e práticas democráticas em meio à privação de liberdade? Na perspectiva da liberdade:

[...] as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade- na conformação do seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento (Sen, 2010, p. 77).

Habermas (2023) percebe que as democracias ocidentais estão internamente fragilizadas, particularmente quando consideradas as atuais e desregradas dinâmicas econômicas em torno do avanço das políticas neoliberais, além de questões sociais e ambientais que geram pressão sobre essas democracias.

Desde a mudança política neoliberal, no entanto, as democracias ocidentais entraram em uma fase de crescente desestabilização interna. Isso está agora sendo exacerbado pelos desafios da crise climática e pela crescente pressão migratória, bem como pela percepção de ascensão da China e outros “países emergentes” que resulta em mudanças na situação econômica e política mundial. Internamente, a desigualdade social aumentou à medida que o espaço de ação dos Estados nacionais foi sendo limitado pelos imperativos de mercados globalmente desregulamentados. Ao mesmo tempo, nas subculturas afetadas aumentaram os temores de declínio social e de uma

⁷ Na encíclica *Laudato Si'*, o Papa Francisco, por repetidas vezes, fez menção à “Casa Comum” ao se referir ao planeta Terra. Com este documento pontifício, o papa ampliou a discussão contemporânea sobre a responsabilidade de toda a sociedade para com o planeta e sua comunidade de vida (Francisco, 2016).

complexidade descontrolada das mudanças sociais aceleradas (Habermas, 2023, p. 48).

O desenvolvimento, em sua essência, está diretamente ligado à noção de liberdade, à participação social e à permanente construção da democracia, onde as políticas públicas e outras ferramentas são motivadas pela participação e pela igualdade de direitos, mas existem amplas lacunas teóricas e práticas para a efetivação desse processo.

O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais podem ser plenamente realizados (NAÇÕES UNIDAS, 1986).

Essa compreensão encontra-se intimamente ligada à visão de desenvolvimento sustentável que aqui buscamos tratar. O desenvolvimento é uma questão de ordem geopolítica, uma resposta aos atuais desafios socioambientais. Este processo só será viável a partir da ampliação das consciências sobre as características que o compõem. Assim, as pessoas terão senso crítico para propor ideias e fiscalizar ações.

4 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CARIRI CEARENSE: UM REFLEXO DA HISTÓRIA DO NORDESTE

O Cariri cearense é um território nordestino e o seu desenvolvimento está intimamente relacionado ao modelo de desenvolvimento do Nordeste, no qual há forte relação entre aspectos históricos com as atuais características socioeconômicas, políticas e culturais. Nesse contexto, existem conflitos que, mesmo silenciosos, impossibilitam um processo de desenvolvimento regional sustentável, reflexo de ações que sistematicamente construíram a imagem do Nordeste como um lugar de atraso e de subdesenvolvimento. A construção discursiva de um Nordeste do atraso nega o seu potencial territorial e tornou-se instrumento em benefício de interesses particulares (Albuquerque Júnior, 2011).

Em frente às questões históricas e atuais que estão na base do modelo de desenvolvimento percebido no Nordeste, é possível realizar leituras sobre a Região do Cariri cearense, território-alvo da pesquisa. Assim, antes de adentrarmos nas discussões sobre as inter-relações entre o telejornalismo promovido na Região do Cariri cearense e o Desenvolvimento Regional Sustentável deste território, sob a perspectiva da epistemologia construtivista, faz-se necessário expor aspectos do modelo de desenvolvimento característico do Nordeste. Também, neste capítulo, apresentamos aspectos territoriais relacionados ao lócus da pesquisa. Ainda, discorreremos sobre aspectos metodológicos que fundamentam a investigação.

4.1 O Nordeste: um território brasileiro para além da geografia

As pesquisas acadêmicas acerca do desenvolvimento do Nordeste implicam reflexões sobre processos históricos, políticos, econômicos e discursivos em um território plural. O conceito de território perpassa características geográficas e envolve questões como identidades culturais, temporalidades e potencialidades ecológicas (Leff, 2005).

Para Gottmann (2012), um território é composto por características materiais organizadas no espaço geográfico, seguindo as leis naturais. Mas, para além dessas características, um dos principais fatores que o constitui é a intervenção humana. "Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus

próprios objetivos" (Gottmann, 2012, p.523), assim, a ideia de território está intimamente relacionada às questões políticas.

As definições apresentadas por Gottmann (2012) integram-se às questões propostas pelo geógrafo brasileiro Milton Santos (1926-2021) que concebe território a partir de perspectivas relacionadas a questões históricas, sociais, técnicas e simbólicas (Santos, 2003). Este conceito perpassa aspectos materiais, sendo formado, sócio e historicamente, a partir da influência direta das ações e das relações humanas (Santos, 2003).

Um território também é constituído de relações de poder, com base em forças sociais, políticas e econômicas, sendo uma arena de disputas. Assim, aspectos subjetivos devem ser considerados, como os afetos e as experiências cotidianas sentidas por quem nele habita (Santos, 2003). Este conceito integra para além de questões políticas, aspectos relacionais. Um território é uma arena construída e construtora de complexas relações de poder, sejam eles sociais ou naturais. Assim, no planejamento de políticas públicas, deve-se considerar que, dentro de um território, existem diversas territorialidades que agregam outras formas de vida e, nesse contexto, inclui-se a discussão sobre as políticas da natureza. A Terra é um território que deve integrar toda a comunidade de vida e esse é um princípio que deve ser respeitado (Haesbaert, 2023).

Para lá das dimensões geográficas, surge um novo tipo de território, que pode ser de base cultural, ideológica, idiomática, de circulação da informação etc. Dimensões como as de familiaridade no campo das identidades histórico culturais (língua, tradições, valores, religião etc.) e de proximidade de interesses (ideológicos, políticos, de segurança, crenças etc.) são tão importantes quanto as de base física. São elementos propiciadores de elos culturais e laços comunitários que a simples delimitação geográfica pode não ser capaz de conter (Peruzzo, 2005, p. 74).

O território brasileiro, ainda na primeira metade do século XX, foi dividido em regiões, entre elas, a Região Nordeste. “As divisões regionais determinadas pelo IBGE induziram efeitos estruturantes na esfera pública – por meio de políticas, planos e programas –, na economia, na sociedade e na cultura brasileira” (Lucizani; Lima, 2021, p.125).

Nesse contexto, também é válido ressaltar que a criação de órgãos de planejamento regional, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) fez-se possível e necessário, a partir das propostas de regionalização definidas pelo IBGE (Bezzi, 2004). Lucizani e Lima (2021, p.136) afirmam que: “[...] o

processo de regionalização não se limita ao contexto socioeconômico e/ou teórico, está relacionado aos seus objetivos, que podem ter diversos interesses, entre eles: ambientais, sociais, econômico dentre outros”.

No caso do Nordeste, evidenciamos que a sua constituição teve forte influência de questões discursivas e de poderes políticos e econômicos. Sob esta perspectiva, apresentamos o próximo tópico.

4.1.1 O Nordeste como uma construção discursiva: desafios ao desenvolvimento regional

Na contramão de uma visão homogeneizada, os territórios que fazem parte do Nordeste são formados por múltiplas características socioeconômicas, ambientais e culturais. Essa compreensão é um dos mais importantes aspectos a ser discutido no contexto do desenvolvimento regional, haja vista que não há como promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável sem considerar as especificidades do território.

Dentre as Grandes Regiões Brasileiras, o Nordeste caracteriza-se como a que apresenta, em seu conjunto, a paisagem mais diversificada. Embora interessante, na medida em que confere à Região certas vantagens locais, a diversidade regional traz também implícitos problemas responsáveis, em grande parte, pelas dificuldades socioeconômicas da área (Carvalho, 2014, p.179).

Assim, propomos uma reflexão sobre características históricas, simbólicas e culturais relacionadas ao Nordeste. Esse exercício passa por múltiplas leituras, muitas delas apresentam-se como descontextualizadas, pautadas em pensamentos e interesses unilaterais.

A nossa discussão sobre o Nordeste interage, entre outros autores, com as reflexões propostas pelo historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011) que, de forma aprofundada e crítica, aponta e reflete sobre o processo de “nordestinização” deste território. Ao longo do século XX, houve a ‘invenção do Nordeste’ perpassada por características geográficas, mas que adentra na forte influência da ação discursiva presente em diferentes meios e práticas comunicativas, entre elas, a científica, a literatura e as artes plásticas.

A histórica compreensão do Nordeste e dos nordestinos esteve ancorada em discursos acadêmicos, políticos, obras literárias e outros entendimentos pautados em

conceitos como determinismo e culturalismo (Albuquerque Júnior, 2003). Nesse contexto, outro elemento fundamental é apresentado pelo autor: a visão do grupo social que pautou essa definição, na qual leituras elitistas se destacam. Uma elite de intelectuais regionais do século XX tiveram grande influência na construção da compreensão sobre o Nordeste e o nordestino e, constituíram, em um tempo histórico, a visão, a essência e a identidade deste lugar e deste povo (Albuquerque Júnior, 2003).

Essas imagens, que podem ser também estereótipos, fazem parte do complexo jogo das identidades, construídas numa teia de relações entre os de fora e os de dentro da região. Identidades que são, também, peças fundamentais na afirmação de interesses políticos, econômicos e de reconhecimento cultural (Bernardes, 2007, p.42).

Oliveira e Silva (2021) também percebem que, enquanto ideia, o Nordeste brasileiro é retrato de uma construção discursiva que teve ampla influência de produções culturais que propagaram a percepção de que este território constitui-se de características imutáveis. "Trata-se de um conjunto de significados e sentidos que foram inventados sobre o Nordeste, que 'contam', ao mesmo tempo que constroem, por meio do discurso, modos de ser e de viver dessa região" (Oliveira, Silva, 2021 p.41- 42).

Nesse entendimento, o Nordeste brasileiro, enquanto discurso e imagem, é fruto de ações sociopolíticas, econômicas e culturais que foram ancoradas em referências que, na atualidade, ainda marcam as imagens sociais construídas sobre este território, como é o caso da seca, da fome, das oligarquias, do coronelismo e do cangaço (Albuquerque Júnior, 2011). Ao tratar sobre "as imagens sociais do Nordeste", Bernardes (2007) chama a atenção para temas apresentados como característicos da região e de sua "história arcaica".

As imagens sociais do Nordeste, inclusive veiculadas pelas grandes emissoras de televisão, estão ligadas ao chamado coronelismo, ao cangaceirismo e à persistência de formas arcaicas de relações sociais, situadas no universo do pré-capitalismo. O Nordeste seria, assim, a região onde o arcaísmo se confunde com o atraso nas relações sociais e nas formas do exercício do poder [...]. Quanto à economia, misturam-se duas imagens: a do tradicional Nordeste agrário-pastoril e a do novo Nordeste, caracterizado pela industrialização pós-Sudene e pelos novos pólos agrícolas voltados para exportação de frutas (Bernardes, 2007, p.42)

A “invenção do Nordeste” também pode ser lida a partir de uma reação contrária à modernidade que, no início do século XX, adentrava na cultura brasileira e tencionava elites locais, fato observado na insuficiente produção de discursos e imagens que demarcavam a interação do território com os traços da modernidade. Seguindo essa perspectiva, aos detentores do poder não era interessante determinadas mudanças. Por outro lado, a história recente esclarece que houve tempo para as elites locais se apossarem de discursos e práticas sociais/políticas, como a seca e o coronelismo, em benefício próprio (Albuquerque Júnior, 2003, 2011).

Oliveira e Silva (2021) reforçam críticas sobre a histórica construção discursiva que define o Nordeste como um espaço homogêneo, marcado pelo atraso, percepção ancorada em aspectos discursivos que marginalizam a população e os espaços característicos deste território, desconsiderando a sua diversidade cultural e os avanços estruturais que se constituíram ao longo dos anos.

Entendemos que a leitura do que se compreende sobre o Nordeste e também sobre os nordestinos deve ser elaborada a partir da crítica, inclusive, à visão elitista de grandes intelectuais e outros atores que de forma folclórica, comparativa e deliberadamente, em discursos e narrativas, construíram uma “identidade coletiva”, estereótipos pautados no conservadorismo saudosista, para essas terras e para este povo, como aponta Albuquerque Júnior (2003, 2011).

O Nordeste homogeneizado, nordestinizado, é um produto recente que não contempla a complexidade deste território e do seu povo, construído por meio de relações discursivas, que tiveram sua origem, dentro e fora desta região (Albuquerque Júnior, 2011). “A região Nordeste do Brasil vem sendo construída/marcada discursivamente ao longo da história. Na maioria das vezes, enquanto o lugar da seca, do atraso, da pobreza” (Oliveira; Gomes da Silva, 2021, p.34).

Assim, nessa discussão, torna-se importante a percepção de características históricas, internas e externas, que influenciaram e continuam a influenciar, de modo significativo, as expectativas do desenvolvimento da região Nordeste. Nesse sentido, os elementos que formaram as bases da economia brasileira possuem relação direta com essa discussão. “A formação do que um dia viria a ser o Nordeste está diretamente ligada à história do espaço colonial brasileiro” (Bernardes, 2007, p.43).

4.2 Cariri cearense: um território de múltiplas faces

No Nordeste brasileiro existem duas regiões chamadas Cariri: Cariri paraibano e Cariri cearense, ambas com características socioambientais e econômicas específicas e que receberam essa denominação em referência aos indígenas Cariris. É no Cariri cearense que ancoramos as nossas reflexões. A região possui 32 municípios em uma área territorial superior a 18.130 Km², com uma população que supera a marca de 1.000.000 de habitantes (Guimarães Batista; Alves Batista, 2020).

O Vale do Cariri, ou, Cariri cearense abrange os municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Santana do Cariri, Missão Velha, Jardim e Nova Olinda, todos na microrregião do Cariri, atualmente, região metropolitana do Cariri. Além dessa, existem mais outras cinco microrregiões, compondo a macrorregião do Cariri cearense [...] (Guimarães Batista; Alves Batista, 2020, p. 33).

Em cada município deste território existe uma riqueza histórica significativa, mais ainda quando percebidas as conexões entre eles. Assim, é importante que suas histórias sejam registradas como instrumento de compreensão do passado e recurso para o planejamento do futuro. “Não bastasse a importância da região do Cariri cearense para o próprio estado do Ceará, ela também influenciou outros estados com quem divide fronteira, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco” (Alves Batista; Guimarães Batista, 2015, p.25).

Sobre os aspectos geográficos, percebe-se que, quando comparada a outros territórios do Nordeste, o Cariri cearense encontra-se em uma localização privilegiada, inclusive, para muitos, é considerado um oásis no semiárido, devido às suas características climáticas. Essa região também possui históricas tradições culturais, fertilidade em suas terras, sítios arqueológicos e, no campo educativo, um extenso conjunto de cursos de ensino superior (Cabral Guimarães, 2020). Os aspectos citados introduzem a história do Cariri cearense.

4.2.1 Cariri cearense: histórias em uma terra sagrada

Não temos o objetivo de descrever a história do Cariri cearense porque, inclusive, frente a sua multiplicidade, seria impossível em um único trabalho, mas buscamos interagir com perspectivas que possam evidenciar características centrais desse vasto e complexo espaço territorial. Para tanto, consultamos alguns estudos

que nos possibilitaram adentrar em compreensões sobre aspectos históricos que estão intrinsecamente relacionados à formação social, política, econômica e cultural da região.

Sabe-se que as características de um território exercem influência na construção dos sujeitos que nele habitam e, nesse contexto, aspectos socioterritoriais do Cariri cearense constituíram a base para a formação de personalidades que marcaram, não apenas a história dessa região, mas, além das suas fronteiras, entre elas, a do Padre Cícero Romão Batista (1844-1934), considerado santo por milhares de devotos e servo de Deus pela Igreja Católica Apostólica Romana. Padre Cícero é uma figura central na história do Cariri cearense, mas, ele mesmo, recebeu influência do misticismo, da cultura e da geografia dessa região (Dumoulin, 2017).

Antes de qualquer autoridade civil ou religiosa, até mesmo dos colonizadores, no Cariri cearense, viveram os Cariris. “Povo indígena que habitava o Ceará. Embora a língua que esse povo falava, hoje, esteja extinta, conforme se depreende de certa documentação dos séculos XVII e XVIII” (Alves Batista; Guimarães Batista, 2020, p.27), dos cariris, temos muito a aprender, especialmente sobre a sacralidade desse fértil território.

Já antes da chegada dos portugueses e dos missionários, os índios da região consideravam esse espaço, chamado de “Vale do Cariri”, como sagrado. Periodicamente, eles procuravam esse lugar para realizar seus rituais. Esse vale era para eles como um “caldo, mítico encantado”, onde retomavam forças nessa “terra de fertilidade” (Dumoulin, 2017, p. 43).

Dos indígenas e dos outros povos “originários” que no Cariri habitaram ficaram poucos registros, devido ao atroz processo colonizador que, assim como em outros solos brasileiros, negou a vida e a cultura desses povos (Alves Batista; Guimarães Batista, 2020). A negação de culturas e histórias trazem prejuízos imensuráveis a qualquer lugar. Essa negação, ainda pode ser percebida, inclusive, porque foi agravada pelo atual processo de desenvolvimento econômico globalizado.

De qualquer forma, a colonização da cruz e da espada adotada pelos portugueses não contemplava a convivência da cultura dos indígenas com a que trouxeram os colonizadores. De fato, todo o esforço despendido visava tão somente apossar-se da terra e ter à sua disposição mão de obra farta e barata. Daí a insatisfação dos índios que viram ser extirpados de si todos os seus valores culturais, suas crenças e a própria terra em que viviam desde tempos imemoriais (Alves Batista; Guimarães Batista, 2020, p. 27).

No processo citado não estiveram ausentes as lutas de resistência dos Cariris. Dumoulin (2017, p. 43-44) reforça que os indígenas foram defensores do Vale do Cariri

e compreendiam o seu potencial natural e místico “[...] cercado de montanhas (a Chapada do Araripe) cujas entranhas regurgitam água pura em abundância, com suas 348 fontes naturais”.

Essas características únicas e privilegiadas, em meio ao árido sertão, eram fonte de vida para este povo, e persistiram ao longo dos anos, fazendo deste lugar um oásis para muitos nordestinos, “um oásis no meio do sertão” (Dumoulin, 2017). Para a autora (2017, p.44), “na realidade, esse oásis muitas vezes não passa de uma miragem, pois a seca, quando se instala, não faz acepção de ninguém. A reputação do vale se conserva, entretanto, contra todo desespero, como um símbolo de fertilidade e abundância”.

As terras caririenses fazem parte da caatinga, bioma característico do Nordeste brasileiro. Embora aparente, em parte significativa do ano, a mortalidade desta vegetação, a caatinga é constituída por uma rica e vasta flora e fauna (Alves Batista; Guimarães Batista, 2020). O Cariri também abriga a Floresta Nacional (Flona) do Araripe – Apodi, a qual é orgulhosamente referenciada pelos habitantes dessas terras, como a primeira Floresta Nacional do Brasil.

A combinação de formação geológica e geográfica, relevo e solo, formando um vale na parte baixa e uma chapada na parte mais alta da região conferem ao vale e à chapada do Cariri uma condição atípica dentro do bioma da caatinga. Essa condição diferencia-se pela maior fertilidade do solo e, consequentemente, a maior riqueza de fauna e flora na região (Alves Batista; Guimarães Batista, 2020, p.42).

Assim, historicamente, a formação socioeconômica do Cariri cearense esteve ligada às suas possibilidades naturais. Este solo, para muitos sagrado e próspero, foi visto com olhares de interesse por seus colonizadores.

Entre os séculos XVIII e XIX, quando nos sertões a economia era fortemente movida pela agricultura e pecuária, o Cariri cearense, mesmo não sendo o epicentro do projeto econômico colonizador, por suas características naturais, foi um território estratégico para esse propósito (Santos Oliveira, 2022). Segundo o autor (2022, p.159) “O sul cearense, citado desde o período colonial como Cariri ou Cariris Novos teve como seu principal núcleo a Vila Real do Crato que dentro da organização do sul provincial concentrava as atividades econômicas e políticas”. Em decorrência dessa dinâmica, já no início século XIX, o Cariri passa por significativas transformações, em particular, no que se refere ao aumento populacional e surgimento de povoados (Santos Oliveira, 2022).

Os 32 municípios que integram o Cariri cearense foram formados, muitos deles, a partir de aldeamentos missionários, conforme o modelo colonialista português vigente na época, enquanto outros evoluíram, tendo como base a sede de fazendas que tinham capelas. Efetivamente, durante o movimento expansionista colonial, quando se instalaram grandes propriedades rurais, ora para a exploração pecuária, ora para se dedicar à agricultura canavieira, era comum a construção de capelas católicas no corpo do conjunto de suas edificações (Alves Batista; Guimarães Batista, 2020, p. 51).

A fé católica e suas conexões são aspectos significativos na história da região. Sobre a organização socioeconômica citada destaca-se a cultura canavieira como aspecto-base. “A formação do Cariri tem o cultivo da cana-de-açúcar e a fabricação dos seus derivados como sua característica marcante” (Oliveira, 2022, p. 164). Para o autor, no Cariri cearense, a produção da cana-de-açúcar aparentemente foi vista como possibilidade desde o início da colonização e tornou-se característica econômica central e histórica nesse território.

Com notável e contrastante oferta hídrica nos vales em torno da Chapada do Araripe, se instalaram engenhos rudimentares com a produção da rapadura, melaço e aguardente, assim como de outras culturas que também abasteciam muitas regiões próximas ao Cariri. A importância desse processo possibilitou a constituição de muitos povoados que se articulavam na produção agrícola e no comércio (Oliveira, 2022, p. 169).

As características naturais do Cariri cearense são frequentemente mencionadas em pesquisas acadêmicas e nos veículos de comunicação, não apenas no âmbito local, mas também nacional e internacional. O Cariri cearense, especialmente quando considerado o seu potencial ambiental, místico e cultural, também possui instrumentos centrais para o debate sobre a sustentabilidade do planeta.

Figura 1 - O cariri cearense em pauta



Fonte: Edição do Globo Repórter sobre a Região do Cariri Cearense. A produção foi ao ar, na sexta-feira, dia 22 de março de 2024. Em destaque: Soldadinho do Araripe, ave endêmica do Cariri e ameaçada de extinção.

Para além dos aspectos ambientais, no Cariri cearense a cultura é diversa e em constante movimento. Cada município que o integra apresenta ampla diversidade de expressões culturais. Alves Batista e Guimarães Batista (2020) chamam a atenção para a riqueza de tradições, comportamentos, crenças, costumes e superstições que fazem parte dessa região. Entre as expressões culturais características deste território destacam-se: os reisados; as renovações ao Sagrado Coração de Jesus; as romarias; as lapinhas; a Festa de Santo Antônio, em Barbalha; as feiras; as rezadeiras; as mezinheiras; os artesanatos; as Xilogravuras; a poesia; a religiosidade popular, sobretudo, as romarias; as peneiristas do Horto, mulheres empreendedoras; os museus orgânicos etc. Há também, quem considere o Cariri um “relicário”, devido às questões geológicas que o integram, além dos aspectos arqueológicos.

Terra também de milagres, destino de milhares de nordestinos que para lá se dirigem em peregrinação na busca de alcançar graças junto aos céus pela intercessão do padre Cícero. Lugar que abriga tradições populares, que resistem nos terreiros e quintais das casas humildes e contrastam com o “progresso”, que desponta junto aos arranha-céus. Estes últimos aos poucos vão modificando a típica paisagem daquelas cidades interioranas” (Oliveira, 2017, p. 11).

As culturas no Cariri integram elementos passados, presentes e perspectivas de futuro. Podem ser observados costumes, ainda característicos da colonização, suas convergências e ressignificações, também, novos elementos culturais, fortemente motivados pelos meios de comunicação que habitualmente impulsionam culturas globalizadas. O Cariri cearense produz cultura, recebe culturas e ressignifica culturas.

Nessa Região, outro grande destaque é o seu potencial educacional. Damos ênfase às duas universidades públicas com sede no Cariri cearense e que atendem a Região, a Universidade Regional do Cariri (URCA) e a Universidade Federal do Cariri (UFCA) que, para além de formar profissionais em diversas áreas do conhecimento, promovem pesquisas e práticas sociopolíticas, com ênfase nesse território.

Com o protagonismo das Universidades citadas, entre as mobilizações científicas que se dedicam a compreender e valorizar o Cariri cearense, destacam-se espaços como: o Araripe Geopark Mundial da UNESCO, com gestão administrativa ligada a URCA e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), da UFCA. Além de outros grupos de pesquisas, espaços e movimentos que buscam discutir questões regionais.

Outras expressões catalogadas são: experiências de reflorestamento; turismo ecológico; ecogastronomia; agricultura familiar; educação ambiental aplicada; reciclagem; extrativismo sustentável; uso de tecnologias limpas e associações comunitárias.

O Cariri cearense também possui inúmeros desafios, entre eles, o machismo, que coloca essa região em destaque no número de feminicídio; adaptações de práticas colonizadoras e coronelistas, imbuídas de corrupção; disparidades socioeconômicas; violência, em diferentes vertentes; degradação ambiental; históricos e atualizados problemas sociais; ambientais; estruturais; institucionais culturais e econômicos.

4.3 Desenvolvimento Regional Sustentável no Cariri cearense: entre discursos e possibilidades

No Cariri cearense, a pauta do desenvolvimento evidencia-se frequentemente em estudos acadêmicos, discursos políticos e projetos vinculados aos setores público e privado, seguindo a tendência global no uso do termo “desenvolvimento” e, por

vezes, “desenvolvimento sustentável”. Esse processo é percebido, por alguns atores, como algo “concreto”, haja vista as suas características territoriais e a crescente e pulsante dinâmica econômica, que envolve, entre outros aspectos, indústria e comércio (Guimarães, 2020).

No início da década de 1990, a imagem do Cariri cearense remetia à fé, especialmente quando consideradas as práticas devocionais, as romarias e a busca pela salvação, em torno do “fenômeno da hóstia”⁸, ocorrido em Juazeiro do Norte-CE, no final do século XIX (Malheiro, 2022). Para o autor, na época, essa imagem característica do Cariri cearense divergia da visão econômica e tecnológica do progresso, observada em outras regiões do país.

Para além das tradições religiosas, sobretudo em Juazeiro do Norte-CE, essa região é diversa em características que permeiam os espaços urbano e rural. Além disso, o Cariri cearense se comunica com outros territórios, todavia, a ausência de visibilidade sobre a multiplicidade de aspectos regionais é algo a ser considerado, particularmente, quando se refere à construção e à promoção de políticas públicas e de produções de conteúdos educativos e midiáticos.

Para os que buscam refletir sobre o desenvolvimento regional do Cariri cearense, sobretudo entre o final do século XX e o início do século XXI, quando considerado o crescimento de Juazeiro do Norte, uma questão chama a atenção: “onde estavam as demais cidades nesse período de crescimento regional [...]?” (Malheiro, 2022, p. 18).

Nesse contexto, é possível perceber que, nas últimas décadas, sobretudo a partir da virada do milênio, no Cariri cearense, registraram-se amplos, contínuos e complexos fenômenos de mudanças socioeconômicas, culturais e paisagísticas, sendo que em 2009, um conjunto de cidades passou a integrar a denominada Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri), na qual Juazeiro do Norte é a sede econômica.

No Brasil, a criação de Regiões Metropolitanas (RMs), ao menos nos discursos políticos, ancorou-se na perspectiva da promoção e ou do fortalecimento do desenvolvimento local e regional, considerando questões como integração

⁸ Em março de 1889, na capelinha do vilarejo, aconteceu pela primeira vez o “fenômeno da hóstia”. A hóstia consagrada, ministrada pelo padre Cícero, converteu-se em sangue na boca de uma jovem beata. Para muitos, um milagre eucarístico, o qual deu origem às romarias a Juazeiro do Norte e marcou profundamente a história de todos os membros da comunidade, sobretudo as do padre Cícero e da beata Maria de Araújo (Dumoulin, 2017).

socioeconômica, planejamento e gestão territorial. O discurso desenvolvimentista vinculado à criação das RMs legitima essa iniciativa (Queiroz, 2014).

No plano dos discursos políticos, tanto o projeto aprovado da RMCariri quanto o da RMS que ainda aguarda definição, apoiam-se na expectativa de promoção do desenvolvimento local e regional, além da integração socioeconômica das partes envolvidas (Queiroz, 2014, p.100).

Assim, no Brasil, a criação de regiões metropolitanas também pode ser compreendida a partir de interesses políticos e econômicos, para além da demanda de planejamento e gestão de um território. Esse processo encontra-se ligado às possibilidades de maior acesso a recursos provenientes de financiamentos públicos. Tal percepção, esteve presente na criação da RM Cariri, gerando expectativas quanto a avanços para o território, ao passo que também mobilizou o campo acadêmico a refletir sobre o assunto (Queiroz, 2014).

Do lado do Governo do Estado, a promoção do chamado Cariri Central ao status metropolitano e o cronograma de investimentos públicos anunciados para as cidades dessa região, representaram, em parte, um esforço por parte da atual gestão no sentido de reposicionar-se politicamente na região. Todavia, o caráter centralizador das decisões, sendo todas definidas na sede do Governo em Fortaleza, e a concentração de parte expressiva dos investimentos públicos em Juazeiro do Norte, suscitam preocupação e desconfiança por parte da população da RMCariri. Ademais, o caráter corporativo desses investimentos tem privilegiado as áreas mais dinâmicas da RMCariri, sobretudo de Juazeiro do Norte, portanto descoladas das demandas mais prementes da maior parte da população” (Queiroz, 2014, p.103).

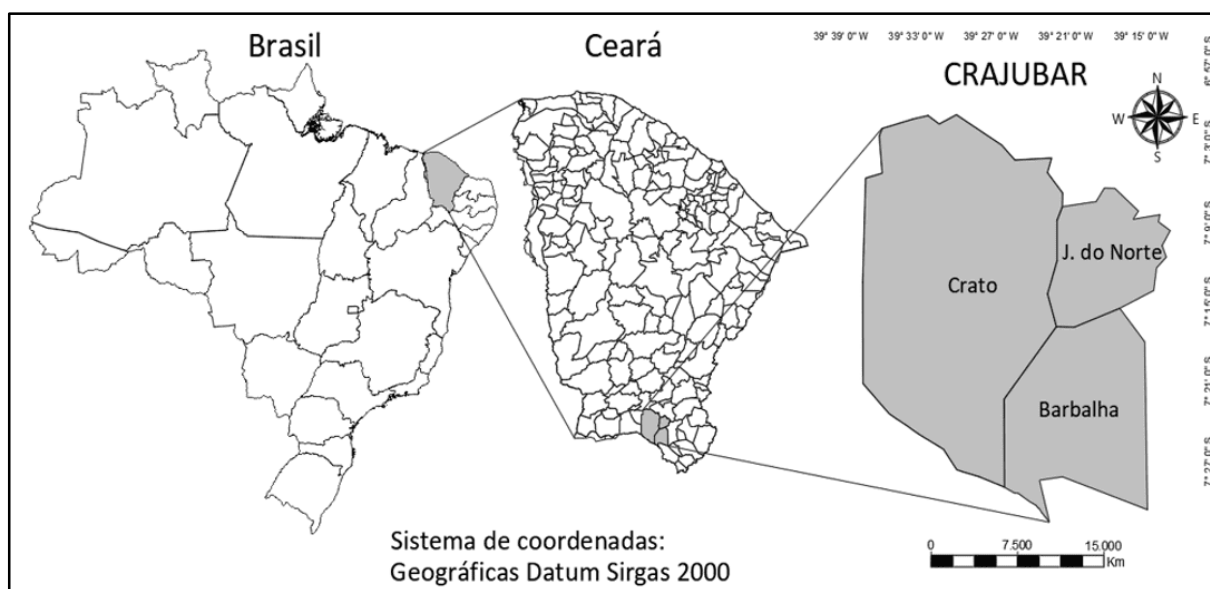
As características apresentadas referenciam aspectos centrais no processo de criação e consolidação da RM Cariri. Essa “recente” configuração do território caririense demanda revisões sistemáticas sobre os fluxos socioeconômicos, políticos e ambientais que constituíram este processo, na expectativa de tornar compreensível os efeitos da metropolização, tanto no cotidiano social como no desenvolvimento regional. Essa análise também passa pelos estudos comunicacionais.

A recente dinâmica econômica da RM Cariri resulta em mudanças paisagísticas, atualizadas perspectivas de vida e alterações no convívio social e territorial, especialmente no principal polo econômico da Região que compreende as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, conhecido como Triângulo Crajubar.

Queiroz (2014) compreende que no Crajubar existe um expressivo potencial econômico e político. Nas questões econômicas, percebe-se uma convergência que

integra a população local à "população flutuante" que diariamente circula neste espaço. Na perspectiva política, há um considerável atrativo: o número de eleitores, sendo um território-chave para a política no Ceará. Evidencia ainda que o Crajubar passa por um processo de conurbação e possui aspectos socioeconômicos integrados, incluindo a divisão estratégica na oferta de serviços, sejam públicos ou privados, que reforçam uma perspectiva de integração.

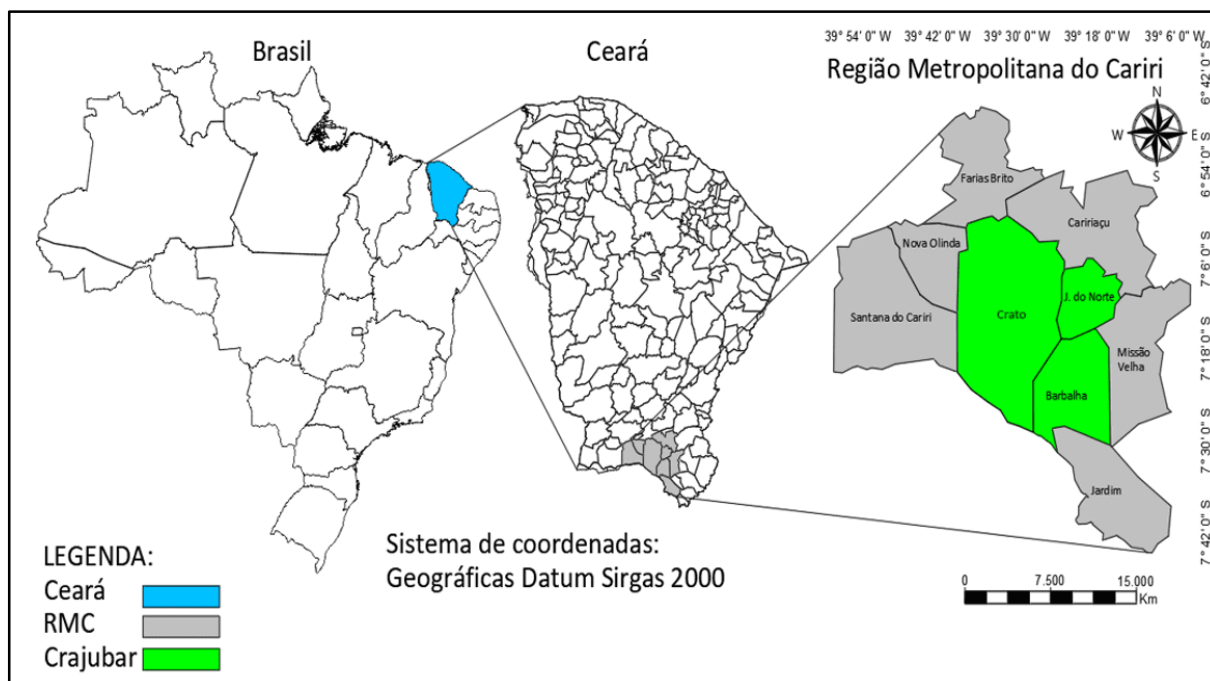
Figura 2 - Triângulo CRAJUBAR



Fonte: BARROS, Antônio Soares. LUNA, Raimundo Pereira. Análise do uso da metodologia *Building Informations Modeling (BIM)* nas prefeituras do Triângulo Crajubar/CE. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 09, Ed. 01, Vol. 02, pp. 118-132. Janeiro de 2024.

Embora as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha sejam o polo econômico e populacional da região, a RM Cariri, como expresso no tópico anterior, engloba outros municípios. Assim, parte do Cariri cearense vivencia os fluxos da metropolização, a metropolização de um território semiárido, que possui características próprias, mas ancorada em projetos que esquecem de estender a todos os benefícios desse processo. O progresso da metropolização trouxe questões a serem refletidas, sobretudo, quando observados cenários que sistematicamente ocultam aspectos da exclusão social e econômica, além da negligência aos danos ambientais.

Figura 3 - Região Metropolitana do Cariri



Fonte: BARROS, Antônio Soares. LUNA, Raimundo Pereira. Análise do uso da metodologia *Building Informations Modeling (BIM)* nas prefeituras do Triângulo Crajubar/CE. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 09, Ed. 01, Vol. 02, pp. 118-132. Janeiro de 2024.

São nove cidades que compõem a RM Cariri: Barbalha, Cariri, Crato, Farias Brito, Juazeiro do Norte, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, todas apresentam desigualdades estruturais internas e externas, quando comparadas aos demais municípios que compõem a região. No Cariri cearense há uma disparidade socioeconômica significativa entre os seus municípios e, mesmo contando com iniciativas que buscam mobilizar uma integração regional, cenários de amplas desigualdades estão presentes, como reflexo da consolidação e da reestruturação de práticas coloniais em benefício das elites locais. Um exemplo é a manutenção do poder político em torno de determinadas famílias e dos seus aliados, na qual, por vezes, novas alianças surgem, para manter o sistema. Essas características envolvem desde os menores municípios até o principal polo econômico da região, Juazeiro do Norte.

Como retrato de uma fragmentação no processo de desenvolvimento regional do Cariri cearense, algumas manchetes podem sinalizar aspectos significativos: "27 cidades do Cariri tem índice de desenvolvimento 'baixo' ou 'muito baixo', segundo IDSC-BR", publicado pelo Portal Miséria, em 05 de maio de 2024; "Com pior saneamento do Ceará, moradores de Juazeiro do Norte enfrentam problemas de

saúde”, publicado pelo G1 Ceará, em 27 de novembro de 2024; “Cariri tem mais de 17 mil pessoas sem banheiro ou sanitário em casa”, publicado pelo Jornal O Povo, em 13 de dezembro de 2024; “Cariri tem 200 crianças vivendo em união conjugal”, publicado pelo Jornal do Cariri, em 11 de novembro de 2025.

As reportagens citadas exemplificam pautas sobre os atuais desafios da região e apontam para a necessária superação de problemas históricos, ou seja, no Cariri cearense, pautas como história, progresso, modernidade, desenvolvimento, ou a ausência dele, conectam-se.

Em meio às discussões sobre o desenvolvimento, a Região ainda se encontra assolada pelo machismo, traços do patriarcalismo, do favoritismo, de corrupção, LGBTfobia, intolerância à diversidade religiosa, privatização de bens coletivos, contaminação de águas, ocultação de aspectos significativos em produções midiáticas, acúmulo de resíduos sólidos, degradação ambiental e a triste marca do feminicídio.

No histórico recente no Estado, desde 2018 - ano em que é possível consultar os dados oriundos do sistema de informação policial disponibilizados publicamente pela SSPDS - dos 157 feminicídios, 27 mulheres foram vítimas em cidades da Região Cariri. Os crimes do tipo, desde 2018, têm ocorrido de forma numerosa, e apesar das variações ano a ano, (com uma média de 30 casos anuais) não há redução expressiva das ocorrências (Diário do Nordeste, *online*, 2023).

Assim, voltamos à motivação inicial do tópico. No Cariri cearense, o desenvolvimento regional sustentável ancora-se em aspectos discursivos, mas demanda práticas efetivas e democráticas de articulação sociopolítica em torno deste processo, além de uma ruptura com negligências estruturais. Para um desenvolvimento que seja sustentável é necessário contar com a efetiva participação das instituições e da população no planejamento dos passos a serem trilhados.

No Cariri cearense, a participação da população pode indicar saberes necessários ao desenvolvimento regional sustentável como as práticas de convivência com o território, a agricultura familiar, a economia solidária, a educação para a paz, a educação ambiental, a resiliência e o manejo adequado do solo e das águas, aspectos presentes na região e na prática social de agentes que, por vezes, ou quase sempre, são colocados à margem do debate público.

4.4 As TVs Regionais do Cariri cearense

A região do Cariri cearense possui diversas instituições midiáticas, sendo as principais emissoras de televisão: a “TV Verdes Mares Cariri”, afiliada ao Grupo Globo de Televisão, e a “TV Verde Vale”, ambas, possuem concessão pública e estão sediadas na cidade de Juazeiro do Norte. Estas emissoras foram instauradas na região, em meio a um processo de expressivas mudanças socioeconômicas e paisagísticas, em plena expansão do “desenvolvimento” regional e nas proximidades da criação da Região Metropolitana do Cariri.

Mas a história da televisão na região não se resume à criação das duas emissoras citadas. No interior nordestino, o Cariri cearense foi um dos primeiros espaços interioranos a receber um sinal de televisão (Gomes de Souza, 2022). Atualmente, embora a TV Verdes Mares Cariri e a TV Verde Vale sejam as emissoras mais consolidadas da região, existem outras experiências televisivas em operação.

Ao considerar que o Ceará figura entre os primeiros estados nordestinos a inaugurar uma emissora de televisão, na década de 1960, e que, no Cariri, em 1965, foi instalada uma antena repetidora, Gomes de Souza (2022) avalia que o desenvolvimento da televisão no Ceará e no Cariri cearense teve como base interesses políticos e econômicos, sendo a primeira emissora de TV do Cariri, a TV Padre Cícero, inaugurada em 1999, como televisão comunitária.

Nesse contexto, a partir de significativos avanços tecnológicos e articulações políticas e econômicas, a televisão no Ceará sofreu diversas transformações. Um exemplo é a TV Verdes Mares que há mais de 50 anos é afiliada à Rede Globo de Televisão (Gomes de Souza, 2022). A emissora com sede na capital do estado, Fortaleza, passou por uma expansão e em 2009 foi inaugurada a TV Verdes Mares Cariri.

Assim, com a consolidação da TV Verdes Mares em Fortaleza e a sua afiliação à Rede Globo, como uma emissora retransmissora da programação dessa cabeça de rede no estado, tem-se um movimento de articulação para a sua expansão – não somente do sinal, mas de uma outra emissora do grupo Edson Queiroz (proprietário da Verdes Mares) para o interior do estado: como o caso da TV Verdes Mares Cariri na cidade de Juazeiro do Norte (Gomes de Souza, 2022, p.84).

A criação de emissoras regionais no Cariri seguiu as características da introdução da televisão no Ceará. Barreto (2008) expõe que, nos anos 60, período da

inauguração da TV Ceará, primeira TV aberta do Estado, havia um movimento de modernização da economia, no qual os coronéis direcionavam a atenção para uma economia urbanizada, pautada no desenvolvimentismo e na modernidade. “Para muitos estudiosos da cultura cearense a criação da TV Ceará representou, no estado, o momento de consolidação do mercado de bens culturais de massa e do estabelecimento de uma indústria cultural” (Barreto, 2008, p.155).

Na Região do Cariri cearense, as emissoras regionais também receberam influência de uma economia em pleno desenvolvimento. Para além da TV Verde Vale, TV educativa, inaugurada em 2006 e da TV Verdes Mares Cariri, TV comercial, inaugurada em 2009; em Juazeiro do Norte, existem a TV Juazeiro, inaugurada em 2019, e a TV Café com Leite, que deu início às suas atividades em 2021. O município ainda integra as experiências de WebTVs, como a TV Padre Cícero, TV comunitária, inaugurada em 1999 e a TV Web Mãe das Dores, inaugurada em 2016 (Gomes de Souza, 2023).

Embora a TV Padre Cícero tenha sido instalada na Região em 1999, a primeira emissora a receber uma concessão pública foi a TV Verde Vale, inaugurada em 20 de março de 2006. Atualmente, a TV Padre Cícero funciona na modalidade de WebTV, vinculada à TV Juazeiro, da Prefeitura Municipal, e conta com o apoio da Brisanet para a transmissão de seus conteúdos, além de parcerias com outros canais de TVs (Gomes de Souza, 2023).

Sob essa perspectiva, a Brisanet, empresa brasileira de telecomunicações, tem se posicionado estrategicamente na mídia local e regional, onde são catalogadas parcerias com diferentes veículos de comunicação. No caso da TV Juazeiro, a aliança política e empresarial também é uma constante.

A TV Juazeiro é uma concessão da prefeitura, iniciada em 2017, durante a gestão do prefeito José Arnon Bezerra de Menezes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Porém, o funcionamento dessa TV ocorre por meio de um acordo estabelecido com Roberto Bulhões, proprietário da TV Padre Cícero. A [...] TV Café com Leite (2021), afiliada à Rede Meio Norte localizada no Piauí. Surge como um programa dentro da TV Verde Vale em 2012, manteve o seu conteúdo na plataforma YouTube e, a partir de 2021, passou a funcionar como uma emissora comercial. A sua programação conta com a exibição de um programa que carrega o mesmo nome da emissora, com entrevistas, apresentado pelo Dr. Francisco Leite (Gomes de Souza, 2023).

A atenção deste estudo se volta à TV Verde Vale e à TV Verdes Mares, por serem emissoras com outorga de canal aberto e pela abrangência da cobertura que

realizam. A TV Verde Vale é oficialmente reconhecida como a primeira emissora de televisão do Cariri, possui concessão educativa, é afiliada à Nova Geração de Televisão (NGT) e integra a Fundação XV de Agosto. A emissora foi criada em março de 2006, sob o protagonismo e influência do político e empresário Manoel Salviano Sobrinho que, por repetidas vezes, ocupou cargos políticos. “[...] na época exercia seu quarto mandato como deputado federal. Anteriormente, Manoel Salviano já havia exercido os cargos de deputado estadual e prefeito da cidade de Juazeiro do Norte por duas vezes” (Oliveira, 2017, p.65).

A sua programação é composta por programas jornalísticos e de entretenimento, que, em geral, são programas independentes produzidos com o aluguel de espaço na grade de horário da televisão. A segunda emissora da região é a TV Verdes Mares Cariri, uma das 122 afiliadas da Rede Globo no Brasil e a segunda no Ceará. Fundada em 1º de outubro de 2009, ela pertence ao Sistema Verdes Mares de Comunicação – um dos cinco grupos midiáticos regionais com grande evidência no mercado (Gomes de Souza, 2023, p.9).

Sobre estes, buscaremos debater, com base no *corpus* da pesquisa: as produções e os instrumentos jornalísticos televisivos a serem analisados, “CETV 1ª Edição - Juazeiro do Norte/ CE1 Cariri” e “Cariri 24 Horas”, os dois telejornais contextuais com maior duração na programação das emissoras regionais, TV Verdes Mares Cariri e TV Verde Vale, sequencialmente, na busca por identificar e compreender inter-relações entre o telejornalismo promovido na região do Cariri cearense e o Desenvolvimento Regional Sustentável deste território, sob a perspectiva da epistemologia construtivista na avaliação do telejornalismo.

A TV Verdes Mares Cariri, para além de todos os municípios do Cariri cearense, abrange outras regiões do estado: o Centro-Sul, o Sertão dos Inhamuns, o Sertão Central e Crateús. O Cariri cearense é o foco da cobertura jornalística, mas no CE1 também são transmitidas informações provenientes da capital e entradas ao vivo de acordo com as demandas e ou agendamentos (dados da pesquisa, 2025).

O CE1 tem como apresentadora oficial a jornalista Lorena Tavares, embora, quando necessário, haja substituição. As transmissões deste telejornal acontecem de segunda a sexta-feira, das 11h45 às 13h. Aos sábados, o horário é dedicado a uma perspectiva estadual e é transmitido das 12h05 às 13h. No caso do CE2, telejornal noturno, a dinâmica de conteúdos abrange a perspectiva estadual, a partir da sede

em Fortaleza, com a possibilidade de inserção de pautas regionais sobre o Cariri cearense, sendo a sede local a produtora das informações (dados da pesquisa, 2025).

A inserção das TVs Verde Vale e Verdes Mares Cariri introduziu a televisão no interior do estado do Ceará e possibilitou o acesso à informação, entretenimento e lazer do ponto de vista local – e, não apenas da visão da televisão feita na capital. Esse processo de interiorização trouxe para o Cariri cearense a possibilidade de construir uma identidade televisiva própria [...] (Gomes de Souza, 2022, p. 86).

De acordo com os dados desta pesquisa, o Cariri 24 Horas é o principal produto jornalístico da TV Verde Vale, destacando-se como instrumento vital para a emissora. O telejornal abrange a cobertura jornalística da região do Cariri e o seu sinal atinge parte significativa dessa região. A emissora, por meio do Cariri 24 Horas, produz e divulga notícias sobre os acontecimentos do cotidiano regional, mantendo interações com o público. O telejornal aborda desde problemas sociais de ampla repercussão até questões que envolvem comunidades locais e anseios individuais dos telespectadores, como a busca pelo “cachorrinho que alguém perdeu” ou alguém que deseja parabenizar um familiar.

A Fundação XV de Agosto, detentora da TV Verde Vale, chegou a possuir uma emissora de Rádio e, muitas das técnicas adotadas na TV, desde a sua fundação, decorrem de adaptações ou influências de processos característicos da radiodifusão. Por meio da Brisa TV, a TV Verde Vale chega em todo o estado do Ceará e em estados vizinhos, como Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. No Cariri a TV opera no canal 13.1, pelo canal 137 na Brisanet e pelo YouTube pode ser acompanhada em qualquer lugar do mundo.

O Cariri 24 horas vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 11h às 12h, com notícias de variedades, havendo repórteres que se dedicam a editorias específicas. O telejornal é apresentado pelo radialista César Filho. A equipe do setor de jornalismo, responsável pela produção do telejornal, é constituída por profissionais ligados à área da comunicação, entre eles, jornalistas com graduação na área ou em formação. Algumas matérias produzidas pela TV Verde Vale também são utilizadas por outros canais como a TV Ceará e a TV Cultura.

Nesse contexto, compreendemos que existe uma pluralidade de aspectos que devem ser considerados nos estudos que buscam promover reflexões sobre a televisão e sobre o telejornalismo. Entre estes, destacamos: a linguagem utilizada, a formação dos comunicadores, as estratégias e metodologias adotadas para a

produção dos conteúdos, a liberdade de expressão e manipulação, políticas editoriais, relações de poder, características institucionais, questões territoriais, participação popular, ética, crítica, recursos e viabilidade de execução dos trabalhos, a televisão como concessão pública, convergência midiática, democracia, compromisso social, participação na construção social da realidade, participação do telejornalismo no desenvolvimento regional sustentável entre outros aspectos.

4.5 Por uma diversidade significativa de vozes e versões nos conteúdos noticiosos

A qualidade dos produtos jornalísticos e a capacidade dos meios de comunicação em favorecer a democracia e o desenvolvimento sustentável, a partir do alargamento das consciências sobre os acontecimentos sociais e do fomento à mobilização pública para os interesses da coletividade, perpassa um complexo conjunto de temas, entre eles, a autonomia dos jornalistas e a discussão sobre a diversidade significativa das vozes e versões que constituem as notícias.

Entre os expoentes nessa discussão, encontra-se o crítico da mídia, Edward Herman (2016), que reflete, com base na teoria democrática, sobre qual diversidade é significativa às notícias e ao público. O teórico percebe alguns pontos-chave nessa discussão, entre eles, a noção sobre "verdade", o interesse do público e a divulgação plural dos fatos e interpretações para a sociedade. Nessa perspectiva, o público é compreendido como participante ativo do processo da informação, sobretudo, quando considerado a sua capacidade de inspeção e interpretação das notícias.

No entanto, a partir de análises críticas sobre a atuação dos meios de comunicação de massa é possível perceber, em diferentes contextos, que o potencial da mídia em favorecer o debate e a mobilização pública para os interesses da coletividade é alvo frequente de grupos e instituições que, ao distorcerem informações e direcionarem a produção e a difusão dos conteúdos noticiosos para interesses privados, negligenciam pautas, negam a participação social e vozes alternativas à visão hegemônica, distorcem possibilidades de interpretações críticas, ferem princípios básicos do jornalismo, ou seja, enfraquecem a noção e a prática da democracia. Para Christofolletti (2018), no jornalismo, as interferências que visam estabelecer benefícios particulares em detrimento da coletividade são promotoras da manipulação da informação.

Assim, se apenas um conjunto de assuntos ou fatos é posto à disposição da população em geral, quer por censura tática ou oficial, a condições de diversidade significativa não é satisfeita. Ou se os temas, fatos e perspectivas que se desviam da perspectiva geral estabelecida estão confinados aos limites dos media e não chegam ao grosso da população, o resultado é o que pode ser chamado de diversidade sem sentido ou “marginalizada” (Herman, 2016, p.284).

O autor apresenta estas considerações avaliando a atuação dos meios de comunicação de massa norte-americanos que, assim como em outras realidades territoriais, estão concentrados sob o domínio de alguns grupos dirigentes que se consideram capazes de estabelecer o valor e o fluxo das notícias para o público-cidadão. Estes grupos possuem fortes relações com o sistema econômico capitalista, dependência de publicidade e estreitos laços pessoais/políticos e comerciais.

Herman (2016) percebe que nos meios de comunicação de massa existem maneiras de agir que podem ser categorizadas como homogêneas, frequentemente, fortalecendo posicionamentos oficiais/ institucionais/ governamentais e aqueles demais que derivam da classe dirigente/ hegemônica. Essa relação está estritamente ligada à ideia massiva de credibilidade das mídias, estruturada a partir:

Das fontes convencionais, da ideologia, do patriotismo e do poder do governo sobre as principais fontes dos media que definem a noticiabilidade e os enquadramentos do discurso. A autocensura, as forças do mercado e as normas das práticas noticiosas podem produzir e manter uma perspectiva particular tão eficazmente como uma censura formal do Estado (Herman, 2016, p. 285).

Esse contexto incide na análise que o autor faz sobre a “propaganda framework”, na qual se percebe fortes laços entre os meios de comunicação, o mercado e o governo. O governo, nesse contexto, é percebido como uma instituição amplamente e estruturalmente presente na produção e disseminação de conteúdos noticiosos, sobretudo, quando é identificado como fonte principal. Assim, estruturas como o governo e o mercado podem sinalizar, mesmo que sutilmente, aos meios de comunicação de massa, formas de contar “estórias”, sobretudo, quando de interesses convenientes a estes grupos. Ou seja, a ideologia do mercado e do governo podem ser identificados como mecanismos propulsores daquilo que é produzido e disseminado como notícia pelos meios de comunicação de massa e mobilizadores da opinião pública para aquilo que lhe é conveniente. Assim, podem exercer influência sobre a mídia, sobre o público e sobre a própria realidade, quando considerado que

se torna difícil propor como “verdade” uma “estória” alternativa àquelas propagadas pelas fontes oficiais e pela grande mídia. Assim, sutilmente, ou não, às influências do governo e do mercado podem dirigir os rumos das notícias e da própria sociedade. Por outro lado, interesses contrários a estes grupos podem ser sistematicamente distorcidos ou negligenciados/ marginalizados.

Em resumo, uma 'propaganda *framework*' aborda a questão da tendência principal dos media na construção do consenso e da ideologia, mais do que os episódios individuais de conflito a propósito de uma “estória” particular e as exceções à margem dessa tendência. Usando uma “propaganda *framework*”, toda a vastidão da cobertura de um acontecimento particular nos vários media é tratada como uma campanha de publicidade maciça. A analogia é suscetível de várias qualidades (Herman, 2016, p.286).

Nos estudos em jornalismo, perceber a diversidade de vozes e versões na construção e difusão das notícias é um exercício que possibilita aos pesquisadores, adentrar em cenários, por vezes, pouco explorados, sobretudo pela sutileza com que determinados enquadramentos favorecem grupos políticos e econômicos que moldam percepções sociais sobre determinados acontecimentos, a partir de seus próprios interesses.

Essa discussão reflete no debate sobre a qualidade do jornalismo que, necessariamente, demanda a vivência de valores como liberdade e autonomia por parte dos jornalistas. Estes valores são fundamentais para o desempenho de suas atribuições (Reese, 2023). Nesse sentido, o autor lança críticas sobre políticas editoriais que geram pressões organizacionais e negligenciam a possibilidade de os jornalistas exercerem a sua liberdade/ autonomia.

As pressões políticas e empresariais frequentemente impostas aos jornalistas também possuem reflexos diretos no público que consome os seus produtos. Por isso, é fundamental que todos os trabalhos que buscam avaliar a qualidade dos produtos jornalísticos levem em consideração os incentivos e as ameaças que circundam o cotidiano destes profissionais (Reese, 2023).

4.6 Percursos metodológicos: instrumentos para o diálogo entre o telejornalismo e o desenvolvimento regional sustentável no Cariri

Os procedimentos metodológicos e técnicas proposta para esta pesquisa apoiam-se na avaliação preliminar sobre a conjuntura teórica referente aos métodos

característicos de pesquisas em comunicação. “Para cada ciência, os recursos utilizados são determinados por sua própria natureza” (Pradanov; Freitas, 2013, p. 11). Nesse contexto, mais do que a adoção de parâmetros técnicos, buscou-se abrir caminhos ao “pensamento metodológico”, baseado na ética, na crítica e na reflexividade, porque, o pensamento metodológico exige “[...] inserir em nossas reflexões questões relativas aos dilemas e problemas específicos do campo de conhecimento onde nos inserimos, mas também daqueles que estão em torno” (Barbosa, 2016, p.196).

O estudo possui caráter exploratório-descritivo, associado a uma abordagem analítico-interpretativa e busca identificar e compreender inter-relações entre o telejornalismo promovido no Cariri cearense e o desenvolvimento regional sustentável deste território, sob a perspectiva da epistemologia construtivista. Possui como *corpus* as produções e os instrumentos jornalísticos televisivos do CETV 1ª Edição — Juazeiro do Norte (CE1 Cariri) e do Cariri 24 Horas, os dois telejornais contextuais com maior duração na programação das emissoras regionais, TV Verdes Mares Cariri e TV Verde Vale, sequencialmente.

O monitoramento do telejornalismo regional foi realizado no período correspondente a março e abril de 2025, no que se refere ao CE1 Cariri, e de agosto a setembro de 2025, no que diz respeito ao telejornal Cariri 24 Horas, apresentando uma análise baseada em 237 matérias, contemplando um recorte temporal que abrange períodos relacionados aos dois semestres de 2025, por meio de clipagem eletrônica, tendo como fonte de consultas plataformas digitais relacionadas aos dois telejornais. Com relação ao CETV 1ª Edição - Juazeiro do Norte, foi utilizado o acesso a plataforma Globoplay e, no caso do acompanhamento do telejornal Cariri 24 Horas, utilizou-se a plataforma YouTube.

Este recorte temporal teve como principal finalidade observar o conteúdo característico do cotidiano dos telejornais mencionados em meio ao afloramento das discussões sobre o desenvolvimento sustentável no Brasil, sobretudo, com as expectativas geradas em torno da COP30 e com a necessária avaliação acerca dos avanços e retrocessos no cumprimento da Agenda 2030 da ONU. Destaca-se ainda que, para além de uma posição estratégica na região, as duas emissoras possuem outorga para a transmissão em canal aberto, critério central na escolha do lócus e do *corpus* da pesquisa.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, apresentando também dados numéricos. Na perspectiva qualitativa, assume uma postura que refuta o “[...] pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza” (Goldenberg, 2022, p.16).

Embora existam argumentos errôneos ao seu respeito, a construção das pesquisas qualitativas exige, de forma profunda, responsabilidades técnicas e habilidades específicas, desde a coleta dos dados até a sua interpretação (Gil, 2021). A pesquisa qualitativa, em alguns casos, representa o caminho mais viável para compreender, em profundidade, fenômenos sociais (Nogueiro, 2009). Sendo um “Campo fértil das ciências humanas e sociais, a pesquisa qualitativa centraliza-se na linguagem e, por assim dizer, tudo que é dito, é dito para alguém em algum lugar, de algum lugar ou para algum lugar” (Sousa; Santos, 2020, p. 1397).

A percepção apresentada interage com a compreensão de que o discurso possui intencionalidade (Barcellos; Dellagnelo, 2014). Essa intencionalidade decorre das estruturas e práticas sociais circundantes aos agentes da comunicação. Assim, interagimos com a compreensão de que o discurso jornalístico não é isento das influências estruturais, sociais, políticas, econômicas e territoriais que o envolvem, muito menos, das características sociais e das subjetividades de quem o produz.

Para o estudo, a revisão bibliográfica possibilitou a estruturação de um marco teórico considerado necessário às reflexões propostas. Na perspectiva documental, empregamos a consulta aos arquivos dos telejornais observados, considerando o período correspondente à coleta dos dados. Também, fizemos o uso de textos que apresentam características das duas emissoras, haja vista que adentrar em um ambiente institucional e dialogar em profundidade com os que nele atuam nem sempre é possível.

Também, para a coleta de dados, utilizamos entrevistas semiestruturadas realizadas com comunicadores da TV Verde Vale. As entrevistas foram feitas com base em questões éticas e mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Os interlocutores compõem a produção do telejornal Cariri 24 Horas, entre eles, cinegrafistas, editores, repórteres e apresentador. As entrevistas foram compostas por questões relacionadas a quatro dimensões específicas: a organização do trabalho, as políticas editoriais, aspectos econômicos e aos códigos deontológicos aplicados ao telejornal.

Assim, através das entrevistas, foi possível mapear características como o perfil dos profissionais, além de outras informações acerca de questões institucionais, metodologias e técnicas empregadas no processo de construção das notícias.

[...] os jornalistas constroem seus textos a partir da cultura profissional, da organização do trabalho, dos processos produtivos, dos códigos particulares (as regras de redação), da língua e das regras do campo das linguagens para, no trabalho da enunciação, produzirem discursos. E o trabalho que os profissionais do jornalismo realizam, ao operar sobre os vários discursos, resulta em construções que, no jargão jornalístico, podem ser chamadas de notícias (Vizeu, 2004, p. 117).

Não foi possível realizar entrevistas com o apoio institucional da TV Verdes Mares pela ausência de abertura à investigação. Nesse contexto, entendemos que uma das barreiras prováveis às pesquisas científicas são as limitações impostas durante a busca por informações institucionais, as quais nem sempre são de fácil acesso, sobretudo, porque podem expor fragilidades. “Afim, informantes que se recusam a dar entrevistas, fontes que nada revelam sobre o objeto ou antagonizam com o viés da pesquisa fazem parte da experiência de escrever uma dissertação ou tese” (Roxo, 2016, p. 127).

Na perspectiva analítica, utilizamos características de análise de conteúdo, mas a ênfase se encontra em aspectos teóricos e metodológicos da Teoria Crítica do Discurso, tendo em vista que “é o objeto que determina a metodologia a ser escolhida para equacionar a problemática construída [...]” (Barichello, 2016, p. 144).

Assim, no estudo, percebe-se o discurso como peça-chave para a compreensão da realidade, porque ele próprio constrói sentidos para a realidade. Desta maneira, o discurso pode ser entendido como a própria realidade, produzida e situada em um contexto histórico e espacial, a partir da interpretação dos objetos da realidade (Carrieri, *et. al*, 2006). Assim, o discurso representa um lugar que possibilita ao jornalismo a participação ativa na construção social da realidade (Vizeu, 2004).

Van Dijk (2000) entende que o termo “discurso” é um conceito polissêmico e as descrições que envolvem os estudos do discurso fundam-se em diferentes, porém integradas, perspectivas: “a linguagem, as crenças e a interação social”, ou seja, os estudos do discurso não se limitam ao texto ou a uma única forma de linguagem, mas à complexa polissemia entre o que é comunicado, como é comunicado e o contexto em que é comunicado (Van Dijk, 2000).

No discurso existem muito mais elementos do que aquilo que é percebido superficialmente. As suas estruturas podem integrar, “naturalizar”, promover preconceitos e outros instrumentos de dominação. Nesse contexto, o jornalismo e a mídia são vistos como lugares que favorecem a manutenção de estruturas de poder, os seus abusos e, como consequência, cenários de desigualdades e exclusões (Van Dijk, 1993).

Sob essa perspectiva, o autor (2015) evidencia que a análise crítica do discurso integra os estudos do discurso e favorece a compreensão dos mecanismos de desigualdades e de exclusões promovidas pelo abuso de poder. Nesse contexto, aspectos como ideologia e cognição passam a ser compreendidos como tópicos de destaque nas discussões propostas pelo campo da análise do discurso (Van Dijk, 2008).

Para Fairclough (2001, 2003, 2005), a partir da análise crítica do discurso torna-se possível perceber quais são os mecanismos de dominação impostos pela ideologia dominante e compreender como o discurso influencia na produção de comportamentos, normas e representações sociais e favorece a manutenção de situações de exclusão e desigualdades. “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001, p. 91).

Sob essa perspectiva, Van Dijk (2015) percebe na análise do discurso um instrumento não apenas de identificação de mecanismos de dominação, mas também da observação das resistências construídas pelos grupos que sofrem abusos de poder. O autor (1998) ainda destaca os efeitos pragmáticos dos mecanismos de dominação nas mentes e nas ações dos sujeitos.

A partir do exposto, a presente tese busca o distanciamento dos rígidos critérios positivistas que negam as subjetividades presentes na ciência e adota como referência a Teoria Crítica do Discurso, abordada por Van Dijk (2000, 2015) e Fairclough (2001, 2003). Enquanto fundamento teórico, o estudo tem ênfase na epistemologia construtivista aplicada aos estudos em jornalismo que compreende o papel ativo das práticas jornalísticas na construção social da realidade.

As metodologias adotadas nas pesquisas em comunicação e os seus consequentes resultados apresentam-se como importantes experiências científicas. Muitas delas desenvolveram-se por meio da ruptura com engessamentos metodológicos de uma cultura científica baseada nas ideias de neutralidade e

objetividade, na medida em que existem diferentes paradigmas que caracterizam o campo da comunicação. “No caso da pesquisa científica, o paradigma dirige nosso olhar e orienta nossas indagações e o próprio processo de conhecimento” (França, 2016, p.158).

A antropóloga Mirian Goldenberg (2022) reflete que a ciência é um processo também subjetivo, mesmo quando se utiliza de elementos numéricos, nesse contexto, as pesquisas científicas não se limitam aos aspectos do ideal de objetividade. Nas áreas das ciências sociais e humanas, essa característica torna-se ainda mais evidente.

Nesse contexto, para a construção da pesquisa foram considerados diversos instrumentos teóricos e técnicos e, no percurso, surgiram desafios significativos, alguns superados e outros não. Talvez, parte desses desafios só poderão ser apresentados aqui como motivações para novas experiências de pesquisas. Assim compreendemos essa tese como contributo à ciência, desvinculada da ideia de construção de verdades absolutas.

Não é incomum que estudos científicos sejam refutados, objetos passem a ser observados por outros ângulos e contribuições posteriores possam agregar elementos às iniciativas de pesquisa. Muitas das principais referências científicas publicadas passaram por processos de revisão, ampliação e até mesmo receberam importantes contribuições e ou contestações. O imprescindível é que cada iniciativa de pesquisa fundamente-se em características éticas e métodos coerentes, buscando construir elementos que possam ser contributivos com a ciência e, como consequência, com a sociedade.

Segundo Barbosa (2016) o método constitui um componente primário para o desenvolvimento de um campo científico, proporcionando, inclusive, mudanças nas percepções teóricas. A ciência apresenta-se como móvel e demonstra abertura para atuais reflexões e novas conquistas no processo de compreensão dos fenômenos, fator que gera sentido ao esforço dispensado nos trabalhos dos pesquisadores vinculados aos mais diversos campos do conhecimento.

As categorias de análises foram propostas considerando os aspectos teóricos e metodológicos da Teoria Crítica do Discurso e construídas a partir de indagações estratégicas feitas ao objeto da pesquisa. O telejornalismo regional pauta o desenvolvimento sustentável? Quais as fontes consultadas e em que setores da sociedade elas estão inseridas? Nas matérias veiculadas, existe uma percepção ética

e holística do desenvolvimento regional? Há indícios de limitações técnicas, políticas ou ideológicas nos discursos? Os conteúdos veiculados utilizam linguagem acessível/educativa e estimulam práticas favoráveis ao desenvolvimento regional sustentável?

As matérias selecionadas também foram analisadas a partir das categorias propostas por Herman (2016), as quais se referem à diversidade significativa de versões e fontes e à diversidade reprimida ou marginalizada. A primeira categoria está intimamente relacionada à função social do jornalismo e à teoria democrática. A segunda possibilita a percepção de quando a cobertura dos telejornais regionais observados exclui versões e fontes da periferia social, favorecendo a representação das fontes e versões da estrutura de poder e das elites que, habitualmente, posicionam-se pela reprodução de uma concepção de desenvolvimento com ênfase em questões econômicas que, via de regra, atende interesses particulares, beneficiando grupos sociais e econômicos específicos. As categorias de análises propostas buscam identificar e apresentar considerações sobre os enquadramentos que contemplam o desenvolvimento sustentável nos telejornais observados.

As categorias propostas por Herman (2016) também favorecem a observação sobre a distorção sistemática da informação, aspecto propulsor de manipulação. Advíncula, Martins e Rocha (2019) chamam a atenção para a distorção sistemática da comunicação como resultado da prevalência de critérios mercadológicos e burocráticos no processo de seleção dos acontecimentos, produção e difusão das notícias. Esse processo reflete estratégias de dominação, características dos aparelhos de Estado e do mercado, sobrepondo e "naturalizando" a visão hegemônica, marginalizando fontes alternativas e, conseqüentemente, desconsiderando a possibilidade de o jornalismo contribuir efetivamente com a formação de consciências e com a motivação social para a contestação da ordem estabelecida.

Para Benetti (2010), no jornalismo, mesmo em um discurso polifônico, podem existir restrições à pluralidade de vozes e versões, quando há apenas um complemento da ideia entre uma fonte e outra, seguindo as mesmas perspectivas e interesses. Já Mauro Porto (2004) propõe diferentes categorias de análises dos enquadramentos jornalísticos. O autor percebe, nos enquadramentos, um mecanismo de poder e refuta as ideias tradicionais de objetividade e neutralidade nas informações jornalísticas, sobretudo, quando relacionadas às questões políticas.

Além de constituir um paradigma alternativo à abordagem da objetividade, o conceito de enquadramento tem contribuído também para dinamizar perspectivas teóricas existentes, particularmente as pesquisas sobre a função de agendamento da mídia ou *agenda setting* [...] (Porto, 2004, p.76).

Porto (2004) considera que os "segmentos do conteúdo da mídia" podem apresentar mais de um enquadramento, categorizando como restritos aqueles que são formados apenas por "um único enquadramento interpretativo", ou seja, apenas uma versão e fonte, e plurais aqueles que incluem mais de uma versão, fonte/enquadramento. O autor subdivide os segmentos "plurais" em "plurais-abertos" e "plurais-fechados", o primeiro se refere à possibilidade da diversidade de enquadramentos, versões e fontes, sem privilegiar uma em detrimento das outras e o segundo, à pluralidade de enquadramentos que coloca em evidência uma versão, fonte, interpretação, dialogando assim com a visão crítica de Benetti (2010) sobre os discursos que aparentam ser polifônicos, mas não o são. Porto (2004), também apresenta referências ao que denominou de enquadramento "episódico", pautado na descrição jornalística e na ausência de enquadramentos interpretativos.

Tendo em vista as reflexões propostas por Porto (2004), Benetti (2010) e Herman (2016), como Advíncula, Martins e Rocha (2019), consideramos perceber nas matérias selecionadas se há: 1) Diversidade significativa de vozes e versões; 2) versão única; 3) Versão única com mais de uma fonte; 4) Diversidade reprimida ou marginalizada e 5) Enquadramento episódico.

Assim, no contexto do jornalismo, corroboramos com a compreensão de Rothberg (2016), quando considera que enquadramentos temáticos, constituídos a partir de "abordagens contextualizadas, plurais e abrangentes" podem motivar o desenvolvimento da percepção social sobre temas como participação, políticas públicas e a busca por soluções coletivas para os problemas os sociais.

Outros procedimentos foram utilizados como mecanismos de antecipação/familiarização com as produções-alvo da pesquisa. Trata-se do contato com os telejornais regionais, como sujeito/pesquisador participante da audiência e também diálogos não sistemáticos com profissionais que fazem parte das emissoras citadas.

Em uma perspectiva exploratória, foram consideradas três matérias por edição, número classificado como relevante, tendo como referência a média de matérias veiculadas e a duração dos telejornais. Esta seleção teve como principal critério a identificação de conteúdos locais e regionais ligados aos municípios que compõem a

região do Cariri cearense. Considerou-se também a diversidade de repórteres e de municípios, para além de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, o CRAJUBAR, cidades que sobressaem nos telejornais observados. As entrevistas e matérias veiculadas diretamente dos estúdios das TVs foram catalogadas como produções tendo como município-base, Juazeiro do Norte, mesmo tratando de conteúdos relacionados a outras cidades. Essa lógica também foi aplicada para matérias nas quais os repórteres realizam a passagem em locais “neutros e ou representativos” neste município, mas se referindo a outras cidades. A partir deste recorte, foi possível destacar as principais matérias que compõem o corpus do objeto empírico.

Como critério para a identificação da relação entre as matérias veiculadas e as dimensões e os objetivos de desenvolvimento sustentável, utilizaram-se elementos da análise do discurso. Esse enquadramento possibilitou identificar características como: temas, aspectos linguísticos e características argumentativas que, nas matérias, se conectam com as dimensões e objetivos de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, foi estabelecido um quantitativo de até três dimensões e objetivos por matéria. Essa delimitação, deu-se, sobretudo, como estratégia operacional, a fim de evitar o excesso de interpretação ou a negligência às principais ligações a serem percebidas. A estratégia também possibilitou promover comparações entre os dados coletados e identificar quais dimensões e ODS são mais contemplados nas matérias.

Para além das dimensões clássicas do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental, amplamente discutidas desde o relatório de Brundtland (1987), o estudo considerou outras duas: cultural e institucional/governança. Sobre a dimensão institucional/governança, a discussão pode ser ampliada através do diálogo com Veiga (2005); Sachs (2007); CEPAL (2019) e Rodrigues, Alves e Rodrigues (2024). No que tange à dimensão cultural, nos posicionamos a favor da ideia de que, o desenvolvimento só pode ser sustentável se for capaz de interagir, de forma ética, com os aspectos culturais do território. Sendo assim, a dimensão cultural um instrumento central nesse processo (Kovács, 2020).

Na perspectiva dos ODS, entre a Rio+20 (2012) e a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (2015), o mundo viu nascer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formalmente, adotados durante a Cúpula (2015). Os ODS fazem parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela ONU e integram 17 objetivos interdependentes que consideram

questões socioambientais e econômicas (Embrapa, 2022). Cada ODS envolve múltiplas características e metas a serem alcançadas.

Figura 4 - Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas Brasil (2025).

Para as análises foram considerados diferentes gêneros e formatos jornalísticos, haja vista a multiplicidade de perspectivas textuais e de linguagem relacionadas ao fenômeno observado, destacando-se os gêneros informativo e opinativo e, como principais formatos notícias, reportagem e entrevista.

5 UMA ARENA DE DISPUTAS EM UM TERRITÓRIO PLURAL: ASPECTOS DO TELEJORNALISMO NO CARIRI CEARENSE

Tendo como referência as bases teóricas, metodológicas e epistemológicas da pesquisa, o capítulo apresenta análises sobre o telejornalismo regional do Cariri cearense a partir de uma reflexão crítica acerca do campo jornalístico que, distante da concepção tradicional positivista da objetividade e do jornalismo como um espelho do real, fundamenta-se na compreensão de que esse é um campo de disputas.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes e de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças (Bourdieu, 1997, p. 57).

O campo jornalístico não é neutro, muito menos os atores e instituições que nele atuam. Suas práticas envolvem técnicas, interesses e aspectos simbólicos que apontam para a sua multidimensionalidade. Essas questões dão início às reflexões propostas no capítulo que trata sobre a influência do telejornalismo regional na promoção do desenvolvimento sustentável.

O capítulo encontra-se dividido em dois tópicos fundamentais. O primeiro se refere às análises realizadas a partir do monitoramento do telejornalismo regional no período correspondente a março e abril de 2025, no que se refere ao CE1 Cariri, e agosto e setembro de 2025, no que diz respeito ao telejornal Cariri 24 Horas, apresentando uma análise baseada em 237 matérias, contemplando um recorte temporal que abrange períodos relacionados aos dois semestres de 2025.

O segundo aspecto estruturante do capítulo apresenta uma avaliação dialógica do telejornalismo regional, com ênfase específica na TV Verde Vale, a partir das falas dos interlocutores da pesquisa; comunicadores que atuam na emissora e fazem parte da produção do telejornal Cariri 24 Horas. No que se refere à TV Verdes Mares Cariri, as considerações foram articuladas em torno da análise do discurso das matérias selecionadas, haja vista restrições a pesquisas acadêmicas que demandam avaliações sobre características internas.

5.1 Jornalismo de qualidade: um direito do público cidadão – por onde anda o Cariri cearense?

Nos últimos dezenove anos, o Cariri cearense viu nascer uma nova oportunidade de produção, difusão e consumo de conteúdos midiáticos regionais, a partir de uma abordagem “mais próxima” às realidades locais. Um projeto ambicioso que possibilitaria ao público local e regional se ver na TV, “segundo as suas realidades”. Em 2006 foi inaugurada a TV Verde Vale, em 2009, a TV Verdes Mares, ambas sediadas em Juazeiro do Norte.

Figura 5 - Emissoras de televisão no Cariri cearense: sedes das TVs Verde Vale e Verdes Mares



Fotografias: 1, 2 e 3: Sede da TV Verde Vale. Fotografia 4: Sede da TV Verdes Mares. Fonte: autoria própria (Juazeiro do Norte - CE, 2025).

O projeto das TVs regionais no Cariri cearense revestiu-se de ampla seriedade, com destaque aos produtos jornalísticos que pautam questões locais e/ou regionais. Assim, a população passou a “se ver” por meio de um jornalismo que se disse “comprometido” com o território e com o povo caririense, considerando a perspectiva de que: “O jornalismo exerce uma função social muito importante, que é levar

informações com credibilidade ao público, fornecendo subsídios para que a população possa compreender o seu contexto social” (Marques, Negrini, 2023, p. 396).

No contexto regional, a televisão, por meio do jornalismo, tem o potencial de favorecer sentimentos de pertencimento e, por meio de práticas éticas e comprometidas com a coletividade, favorecer a desconstrução de estereótipos que limitam possibilidades de avanços nas questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável dos territórios.

Para além de ver notícias, o público dos telejornais ou dos programas televisivos que tem o jornalismo como elemento formador, também quer ver a si mesmo, reconhecer suas demandas, ver seu cotidiano, seus costumes e seus locais exibidos nos telejornais, seja nas notícias, seja nas reportagens ou em quadros específicos. Tais presenças são capazes de estimular, por sua vez, sensações de pertencimento, que ajudam na constituição de laços dos próprios telejornais com seus diversos públicos. E é nesse cenário de uma busca por especificidades de abordagens mais próximas do local, que o telejornalismo regional aparece como protagonista (Jesus, 2024, p.68).

Com o surgimento das TVs no Cariri, o território que antes era visto apenas ocasionalmente na televisão passou a ser palco de diversas produções midiáticas locais, regionais, estaduais e nacionais. Assim, as expectativas em torno dessas emissoras foram e continuam sendo amplas, sobretudo quando considerado que, para a sua existência, há uma necessária adesão a um projeto maior, ancorado em concessões públicas que buscam, ou deveriam favorecer, o interesse público. A Figura 6 retrata versões jornalísticas que, a partir da contribuição local e regional, pautam o Cariri em rede nacional.

Figura 6 - Versões do Cariri em destaque: entre o local ou o regional e o nacional



Imagens: 1 - "Jornal Nacional: Vaticano autoriza abertura do processo de beatificação de Padre Cícero". Data de Veiculação: 20 de ago. 2022. / 2 - "É de Casa: Comunidade quilombola do Ceará preserva as tradições passando de geração para geração". Data de Veiculação: 28 de set. 2024. / 3 - "Jornal Hoje: Fábricas clandestinas de fogos explodem no CE". Data de Veiculação: 13 de nov. 2025. / 4 - "Fantástico: Nossa Senhora de Fátima gigante atrai multidão ao Cariri Cearense". Data de Veiculação: 16 de nov. 2025. Fonte: globooplay.globo.com. Acesso em: 17 nov. 2025.

Nesse cenário, discutir sobre o telejornalismo local ou regional implica compreender um fenômeno que, para além de técnico, é cultural e social. "[...] a compreensão da TV e dos noticiários televisivos como fenômenos culturais permite ter maior clareza dos atuais processos de comunicação e da centralidade da mídia na vida social contemporânea no Brasil e no mundo" (Becker, 2016, p.121).

Como Sales Júnior (2024), compreendemos que, para além de espaços físicos, os territórios ocupados pela televisão envolvem questões e poderes simbólicos que exercem significativa influência na realidade social. Nesse contexto, seria restritivo e insuficiente pensar o telejornalismo do Cariri cearense como uma prática limitada apenas ao seu território físico. As versões televisivas do Cariri ultrapassam barreiras físicas por meio de retransmissões, por aplicativos virtuais, pelo compartilhamento de conteúdo exclusivos e também pelos fluxos culturais.

Nesse contexto, as emissoras regionais possuem ampla responsabilidade social que não deveria estar limitada a uma escolha, aos ditames empresariais ou ao mercado. É realmente este o caso? Ao longo do capítulo, buscaremos aprofundar

essa questão. Todavia, compreendemos que, a divulgação de conteúdos de qualidade, sobretudo os jornalísticos, é um dever ético a ser assumido cotidianamente pelas emissoras.

A produção de conteúdos jornalísticos de qualidade, nesse contexto, deve ser compreendida e projetada a partir de um compromisso político, ético e social estabelecido para com a população local e regional e para com o governo federal, nesse caso, representado pelo Ministério das Comunicações.

Em frente ao debate regional, é importante que seja mencionado que, na literatura sobre o Cariri cearense, habitualmente, existe uma discrepância acerca do número de cidades que compõem essa região, sendo citada, por vezes, como uma região que integra 29 municípios e, em outros contextos, evidencia-se que são 32 os municípios que integram o Cariri. Nessa discussão, tomamos por base, a indicação de Alves Batista e Guimarães Batista (2020) na publicação feita pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Sobre o Desenvolvimento do Ceará – INESP, no qual, apontam que são 32 os municípios.

Embora os conteúdos veiculados pelas TVs Verde Vale e Verdes Mares Cariri tenham conexões com produções realizadas em outros ou sobre outros contextos territoriais, especialmente através de parcerias, os conteúdos jornalísticos que produzem possuem ênfase em questões locais e ou regionais, sobretudo na região do Cariri cearense, como percebido nos discursos avaliados e no número de matérias divulgadas que pautam este território ou cidades deste território.

5.1.1 O telejornalismo do Cariri no fomento ao desenvolvimento regional sustentável: uma realidade possível?

Neste tópico, apresentamos características que levantam questões sobre a capacidade de diálogo entre o telejornalismo e a região do Cariri cearense, a partir de práticas jornalísticas comprometidas com os interesses da coletividade e com o fomento a um processo de desenvolvimento regional que seja inclusivo, democrático e sustentável. As categorias de análises, que aqui propomos, fundamentam-se em aspectos teóricos e metodológicos da Teoria Crítica do Discurso e foram construídas a partir de indagações estratégicas feitas ao objeto da pesquisa.

Nesse debate, consideramos que os meios de comunicação apresentam-se como instrumentos centrais para o fortalecimento da busca pelo desenvolvimento

sustentável, sendo capazes de favorecer a ampliação das consciências sobre os temas ligados a este processo e de mobilizar a opinião pública e a atuação do público cidadão em seu benefício.

Assim, critérios básicos como a ética, o rompimento com superficialidades discursivas e a superação de restrições impostas pelos setores hegemônicos não podem ser negligenciados. Nesse contexto, expomos o primeiro quadro analítico. O telejornalismo regional do Cariri cearense pauta o desenvolvimento sustentável? Quando considerado o conteúdo das matérias analisadas, evidenciamos que sim. Os temas noticiados possuem relação direta com as dimensões e os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Quadro 1 - Matérias selecionadas e analisadas: CETV 1ª Edição - Juazeiro do Norte / CE1 Cariri

Data de veiculação/ Manchete	Enquadramento
06/03/2025 - “Programa Desenrola Rural” pode dar descontos de até 90% e beneficiar 90 mil famílias.	Versão única.
06/03/2025 - Polícia apreende 74 animais silvestres no Crato.	Versão única.
06/03/2025 - Polícia investiga morte de homem que foi atropelado e espancado em Santana do Cariri.	Enquadramento episódico.
07/03/2025 - Quaresma faz crescer venda de peixe em Juazeiro do Norte.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
07/03/2025 - Incêndio destrói casa no Crato.	Versão única.
07/03/2025 - Mulher é suspeita de matar companheiro em Mauriti.	Enquadramento episódico.
10/03/2025 - Juazeiro do Norte tem 369 mil procedimentos perdidos em 2024 por ausências.	Versão única.
10/03/2025 - Família de jovem atropelado no Crato faz protesto.	Versão única.
10/03/2025 - Moradores de Várzea Alegre protestam em BR-230 por redutor de velocidade e iluminação.	Versão única.
11/03/2025 - Homem é assassinado por amigo em Juazeiro do Norte; suspeito é PM.	Enquadramento episódico.
11/03/2025 - Droga é apreendida em ônibus e homens são presos em Araripe.	Enquadramento episódico.
11/03/2025 - Oito pessoas são presas suspeitas de planejar morte de ex-prefeito de Nova Olinda.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
12/03/2025 - Veja como foi a Caminhada das Mulheres Negras no	Diversidade reprimida

Crato.	ou marginalizada.
12/03/2025 - Dia Mundial do Glaucoma: conheça e saiba como se prevenir da doença ocular.	Versão única.
12/03/2025 - PM é preso em motel de Várzea Alegre após matar ourives em Juazeiro do Norte.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
13/03/2025 - Semana do Consumidor: Decon do Crato fala sobre direitos.	Versão única.
13/03/2025 - Mauriti: mulher morre em acidente após bater em uma vaca.	Enquadramento episódico.
13/03/2025 - Andando pelo Sertão: conheça a Mandacá, boneca inspirada no mandacaru.	Versão única com mais de uma fonte.
14/03/2025 - Dono de empresa de sucata de Barbalha é detido por receptação de cabos.	Enquadramento episódico.
14/03/2025 - Agenda Cultural: veja a programação gratuita no Cariri para o fim de semana.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
14/03/2025 - Defensoria Pública oferta serviços gratuitos em praça de Juazeiro do Norte.	Versão única.
17/03/2025 - Escola de Juazeiro do Norte tem alunos afastados devido à doença mão-pé-boca.	Versão única.
17/03/2025 - Família morre em acidente após carro cair em açude no Cariri.	Versão única com mais de uma fonte.
17/03/2025 - Primeiro Núcleo de Defesa da Saúde do Interior é inaugurado no Cariri.	Versão única.
18/03/2025 - Barbalha: família de vigilante espera por justiça 2 anos após atropelamento.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
18/03/2025 - Juazeiro do Norte: homem e mulher presos com cerca de 5kg de drogas.	Enquadramento episódico.
18/03/2025 - Esporte é Saúde: conheça a calistenia, o uso do peso do corpo para exercício.	Versão única com mais de uma fonte.
20/03/2025 - Semana do Pe. Cícero começa nesta quinta (20) com celebrações, shows e corrida.	Versão única com mais de uma fonte.
20/03/2025 - Telão G1: Prefeitura do Crato tem vagas para estagiários com bolsas de até R\$718.	Versão única.
20/03/2025 - Família de Barbalha pede ajuda para encontrar idoso.	Versão única.
21/03/2025 - Agenda Cultural: veja a programação gratuita do fim de semana no Cariri.	Enquadramento episódico.
21/03/2025 - Salitre: padrasto é condenado a 46 anos de prisão por matar enteada.	Enquadramento episódico.
21/03/2025 - Dia Internacional da Síndrome de Down: conheça direitos de pessoas nessa condição.	Diversidade reprimida ou marginalizada.

24/03/2025 - Cinema e Padre Cícero: há 100 anos, era lançado o 1º filme rodado em Juazeiro do Norte.	Versão única com mais de uma fonte.
24/03/2025 - Farias Brito: cães são mortos por envenenamento no bairro Mutirão.	Enquadramento episódico.
24/03/2025 - Pega essa Dica: saiba o que consumir para evitar gripe e resfriado.	Versão única com mais de uma fonte.
26/03/2025 - Crato: câmera de segurança filma acidente no Muriti.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
26/03/2025 - Casa da Mulher Cearense completa três anos no Cariri.	Versão única.
26/03/2025 - Potengi: idosa morre em incêndio após casa pegar fogo.	Enquadramento episódico.
27/03/2025 - Moradores da zona rural do Crato cobram calçamento.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
27/03/2025 - Jovem é encontrado morto em Barbalha; família pede liberação do corpo no IML.	Versão única.
27/03/2025 - Homem é preso com drogas, suspeito de vender entorpecentes em Potengi.	Enquadramento episódico.
28/03/2025 - Paciente reclama da falta de bolsa de colostomia em Juazeiro do Norte.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
28/03/2025 - Acidentes com motos deixa mortos em Abaiara e Tauá.	Enquadramento episódico.
28/03/2025 - Ex-secretário de Lavras da Mangabeira é preso, suspeito de estupro.	Enquadramento episódico.
31/03/2025 - Pega essa Dica: saiba como reconhecer os alimentos fakes.	Versão única.
31/03/2025 - Polícia Militar apreende armas em Jardim; suspeito foi levado para a delegacia.	Enquadramento episódico.
31/03/2025 - Adolescente é atropelada por moto em Várzea Alegre.	Enquadramento episódico.
01/04/2025 - Esporte é Saúde: conheça os studios de musculação que atraem cada vez mais adeptos.	Versão única com mais de uma fonte.
01/04/2025 - Garantia-Safra assegura renda mínima para 200 mil cearenses.	Versão única com mais de uma fonte.
01/04/2025 - Família procura casal que desapareceu entre Nova Olinda e Crato.	Versão única com mais de uma fonte.
02/04/2025 - Momento Pet: UPA Lessa completa primeiro ano com 50 mil atendimentos realizados.	Versão única com mais de uma fonte.
02/04/2025 - Mulher precisa de exame do aneurisma e pede ajuda em Juazeiro do Norte.	Diversidade Significativa de vozes e versões.
02/04/2025 - Assaré tem prejuízos após fortes chuvas.	Enquadramento

	episódico.
03/04/2025 - 25 fósseis de insetos do Cariri são devolvidos ao Brasil.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
03/04/2025 - AVC tem atingido jovens adultos com frequência; saiba como se prevenir.	Versão única.
03/04/2025 - Beata Benigna vai ganhar nova estátua em Santana do Cariri.	Enquadramento episódico.
04/04/2025 - Dia Mundial dos Animais de Rua: moradores pedem ações das prefeituras do Cariri.	Diversidade Significativa de vozes e versões.
04/04/2025 - Educação no trânsito inspira livro infantil escrito por agente do Demutran de Barbalha.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
04/04/2025 - Tia é presa suspeita de torturar sobrinhos em Caririaçu.	Enquadramento episódico.
07/04/2025 - Estudante que perdeu perna em acidente recebe alta de hospital em Juazeiro do Norte.	Versão única.
07/04/2025 - Saiba como identificar a violência obstétrica.	Versão única.
07/04/2025 - Casal é atropelado por moto em Várzea Alegre.	Enquadramento episódico.
08/04/2025 - Cariri fica sem representantes na série A do campeonato Cearense.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
08/04/2025 - Mulher morre em acidente de moto em Juazeiro do Norte.	Diversidade Significativa de vozes e versões.
08/04/2025 - Esporte é Saúde: conheça benefícios da musculação para idosos.	Diversidade Significativa de vozes e versões.
09/04/2025 - Momento Pet: conheça a criação de jabutis de biólogo no Crato.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
09/04/2025 - Famílias de vítimas de morte violenta pedem justiça em protesto no Crato.	Diversidade Significativa de vozes e versões.
09/04/2025 - Homem coloca fogo em casa com esposa e crianças dentro, no Barro.	Versão única.
10/04/2025 - Demutran de Várzea Alegre destrói cerca de 40 escapamentos de motos irregulares.	Enquadramento episódico.
10/04/2025 - Estátua de Benigna será reconstruída após críticas.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
10/04/2025 - Polícia apreende quase 1kg de droga em Araripe.	Enquadramento episódico.
11/04/2025 - Caminhão de lixo bate em casa no distrito de Dom Quintino, Crato.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
11/04/2025 - Esporte: Crato faz teste pra sub-20; crianças de Milagres aprendem jiu-jítsu.	Versão única com mais de uma fonte.

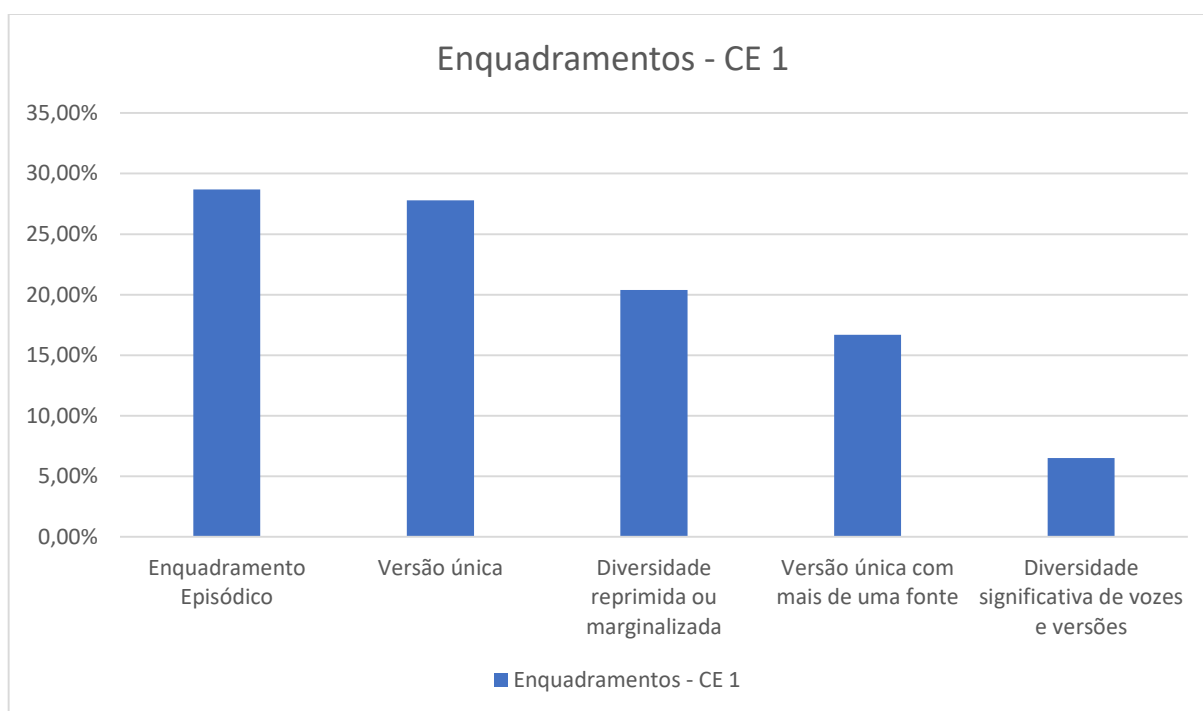
11/04/2025 - Homem é procurado por furto em supermercado de Barbalha.	Enquadramento episódico.
14/04/2025 - Pega essa dica: saiba como preparar ovos de páscoa.	Versão única.
14/04/2025 - Cedro: açude Ubaldinho sangrou nesta segunda-feira (14).	Versão única.
14/04/2025 - Penaforte: homem é preso por tráfico de drogas.	Enquadramento episódico.
15/04/2025 - Milagres terá maior encenação da Paixão de Cristo no Cariri.	Versão única com mais de uma fonte.
15/04/2025 - Moradores da zona rural do Crato e Farias Brito reclamam de estradas.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
15/04/2025 - Saiba o que é a Doença de Chagas e como se prevenir.	Versão única.
16/04/2025 - Missão Velha: polícia investiga suposta agressão em escola.	Diversidade Significativa de vozes e versões.
16/04/2025 - Ceará Sem Fome: 6 mil cartões entregues no Cariri.	Versão única.
16/04/2025 - Juazeiro do Norte: PF faz operação contra crimes eleitorais.	Enquadramento episódico.
17/04/2025 - Crato: Justiça condena dono de clínica por cárcere privado.	Enquadramento episódico.
17/04/2025 - Jardim: Festa dos Caretas neste domingo (20).	Enquadramento episódico.
17/04/2025 - Milagres: diretor fala sobre espetáculo da Paixão de Cristo.	Versão única.
22/04/2025 - Barbalha: casos gripais lotam Hospital São Vicente.	Versão única com mais de uma fonte.
22/04/2025 - Brejo Santo: acidente com moto mata bebê.	Enquadramento Episódico.
22/04/2025 - Mauriti: homem morre em acidente. Caririáçu: crianças de 4 e 5 anos ficam feridas.	Enquadramento Episódico.
23/04/2025 - Momento Pet: SinPatinhas, o cadastro nacional de animais domésticos.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
23/04/2025 - 40 padres visitaram Santuário da Beata Benigna.	Versão única com mais de uma fonte.
23/04/2025 - Dupla é presa com 21kg de drogas na CE-292.	Enquadramento Episódico.
24/04/2025 - Santana do Cariri: museu de paleontologia tem nova exposição.	Versão única com mais de uma fonte.
24/04/2025 - Dia do Milho: saiba quais são os nutrientes do cereal.	Diversidade reprimida ou marginalizada.

24/04/2025 - Crato: moradores do bairro Aderson Tavares cobram iluminação.	Versão única com mais de uma fonte.
25/04/2025 - Expo Emprego 2025 tem oferta de vagas, oficina e palestra.	Versão única com mais de uma fonte.
25/04/2025 - Barbalha: casas do Jardim Buriti estão com estrutura comprometida.	Diversidade Significativa de vozes e versões.
25/04/2025 - Agenda destaca 3 anos do Centro Cultural do Cariri.	Enquadramento Episódico.
28/04/2025 - Ônibus do Cariri: elevadores para cadeirantes sem funcionar.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
28/04/2025 - Barbalha: saiba qual é a programação da festa de Santo Antônio.	Versão única.
28/04/2025 - Aumentada pena para violência psicológica contra mulher.	Versão única.
29/04/2025 - CNH popular: começa agendamento no Cariri.	Versão única.
29/04/2025 - Assaré: família pede justiça por mototaxista assassinado.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
29/04/2025 - 1º Encontro Nacional de parteiras começa nesta quarta (30).	Versão única.
30/04/2025 - Missão Velha: conheça o projeto de futebol Dom Tita.	Versão única com mais de uma fonte.
30/04/2025 - Assaré: advogado defende suspeito de matar mototaxista.	Versão única.
30/04/2025 - Juazeiro do Norte: 2ª Feira de Empregabilidade.	Diversidade reprimida ou marginalizada.

Total: 108 matérias. Fonte: Dados da Pesquisa (2025). Manchetes disponíveis em: portal do CETV 1ª Edição - Juazeiro do Norte, na plataforma Globoplay.

Nos gráficos 1 e 2 destacamos os enquadramentos identificados e a forte limitação para a inclusão plural de vozes e versões sociais nas matérias, sobretudo as alternativas às dos setores e dos grupos dominantes do mercado e dos aparelhos de Estado, embora tenham sido catalogadas interações com os setores ligados aos movimentos sociais, culturais e ambientais. Essa perspectiva excludente se fortalece ainda mais quando consideradas as notícias promovidas a partir de enquadramentos episódicos e aquelas que apresentam versão única, versão única com mais de uma fonte e diversidade reprimida ou marginalizada.

Gráfico 1 – Enquadramento das notícias identificadas no CE 1



Fonte: dados da pesquisa, 2025.

A partir do recorte apresentado no Quadro 1, serão evidenciadas algumas matérias como instrumentos favoráveis às reflexões propostas, entendendo que, para a avaliação da qualidade dos produtos jornalísticos analisados, considerou-se também a capacidade de integração entre os conteúdos produzidos e veiculados e os principais fenômenos relacionados ao (s) tema abordado (s).

Na matéria, “Moradores de Várzea Alegre protestam em BR-230 por redutor de velocidade e iluminação” veiculada pelo CE1, em 10 de março de 2025, evidencia-se que, embora tenha sido anunciado que a TV esteve em contato com os manifestantes, o conteúdo apresentou versão única: uma líder comunitária, adicionado de informações fornecidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). As informações da PRF foram veiculadas sob a perspectiva de enquadramento episódico, sem acrescentar uma discussão relevante ao tema abordado, apenas informando que a via “voltou ao normal após o protesto”.

Durante a participação da líder comunitária, não havia repórter e nem equipamento técnico característico deste telejornal, o que denota que o contato com a comunidade foi feito à distância, apresentando um conteúdo técnico e interativo limitado, quando comparado aos acontecimentos cobertos presencialmente pela emissora. Essa lógica, redutora de custos, também reduz a capacidade de mediação

entre os jornalistas e o público cidadão e é uma tendência no telejornalismo do Cariri cearense, no qual imagens de terceiros são utilizadas para relatar acontecimentos, geralmente, sob a perspectiva de enquadramento episódico. Na matéria, houve menção aos participantes, entre eles, familiares de vítimas e autoridades, mas apenas uma versão foi apresentada.

O conteúdo reforça a ampla insatisfação da comunidade com a insuficiência da segurança viária, mas aspectos relevantes ao discurso foram suprimidos como: políticas públicas de segurança, deficiência no planejamento urbano e a ausência de respostas efetivas do Estado. Essa característica limita a percepção social sobre as questões estruturais que envolvem o problema. Evidencia-se também outros aspectos secundarizados como a deficiência na educação no trânsito no contexto regional e nacional, além de mortes e traumas sociais que poderiam ser evitados. Assim, a ausência de atenção do Estado a estes aspectos, como da mídia, por sua contribuição na construção social da percepção pública sobre o tema, implica em uma “normalização” de acidentes de trânsito, como consequência do “progresso”, ferindo aspectos base do desenvolvimento sustentável, como a dignidade humana, a justiça social e também o direito à cidade, em seus múltiplos espaços.

Na matéria: “Cedro: açude Ubaldinho sangrou nesta segunda-feira (14)”, veiculada pela TV Verdes Mares, em 14 de abril de 2025, sobressaem alguns aspectos. O município-base na produção da notícia foi Crato-CE, apresentando referências aos municípios de Aurora-CE, Caririaçu-CE, Cedro-CE, Granjeiro-CE, Icó-CE, Lavras da Mangabeira-CE e Várzea Alegre-CE.

Embora os municípios de Cedro e Icó pertençam ao Centro-sul do Estado, a reportagem/ a passagem e a entrevista foram realizadas no município de Crato e apresentaram ampla referência a cidades da região do Cariri cearense. Com base nos ODS, avalia-se que a pauta central, “segurança hídrica”, ao ser aprofundada, poderia estabelecer um conjunto de informações que foram suprimidas ou marginalizadas. Como exemplo, tem-se a relevância da discussão sobre o acesso democrático à água e ao seu uso sustentável, além da necessária proteção e restauração dos ecossistemas para a sustentabilidade hídrica. Outros tópicos pertinentes ao debate tratam-se das mudanças climáticas, mitigação dos seus efeitos, adaptação e resiliência. Além do tema “seca”, tão pertinente a essa região.

No curso da reportagem, que contou apenas com um entrevistado, uma fonte oficial, observou-se a expressiva limitação e repressão a um conjunto de vozes e

versões que poderiam representar a pluralidade social, ampliando possibilidades democráticas para o fortalecimento do conteúdo veiculado. O fator tempo também foi definitivo para a construção e veiculação de um conteúdo limitado que, embora tenha abordado diferentes características, citando cidades e regiões distintas, contou apenas com 3 minutos e 36 segundos, considerando as falas da apresentadora e do repórter. Essa característica, tempo exíguo, repete-se em outras matérias veiculadas nas duas emissoras. Nesse contexto, particularmente quando se trata de notícias com enquadramentos episódicos, versão única e diversidade reprimida ou marginalizada, questiona-se: como se dá a relação de distribuição de tempo entre as matérias?

Em seguida, verificamos que a matéria “Missão Velha: polícia investiga suposta agressão em escola”, veiculada pelo CE1 em 16 de abril de 2025, apresentou diversidade significativa de vozes e versões, caracterizada pela participação de diferentes atores sociais, contemplando diferentes narrativas. Entrevistados: a mãe da criança; os advogados que representam a família; uma representante de uma associação; a diretora da Escola e a secretária da educação do município. Essa produção, para além de apresentar diferentes narrativas, trouxe ao público caririense um tema sensível que, por vezes, é marginalizado: a violação à direitos básicos de uma criança, entre eles, a segurança. Nesse caso, a denúncia aponta para uma questão ainda mais complexa: agressões dentro de uma escola pública a uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O tema abordado pode gerar múltiplos discursos e reflexões, sobretudo quando considerado debates como: segurança ou insegurança no ambiente escolar, a cultura da violência e as estratégias para a promoção de uma cultura de paz, a negligência a direitos fundamentais da criança, a importância das denúncias sobre agressão, a necessária transparência nos processos escolares e o diálogo sobre a responsabilidade compartilhada na proteção de crianças e adolescentes. Esse debate estende-se aos demais espaços sociais, incluindo, a própria convivência com a família. Todavia, a matéria não conseguiu dialogar, de forma abrangente, com a variedade de temas concernentes à esta pauta, focando na denúncia ocorrida em Missão Velha.

Já a matéria "Agenda destaca 3 anos do Centro Cultural do Cariri", veiculada pelo CE1, em 25 de abril de 2025, com duração de 7m01s tratou sobre a programação cultural da região, dando destaque aos três anos do Centro Cultural do Cariri, um dos mais importantes equipamentos públicos deste território. O conteúdo foi

majoritariamente organizado sob uma perspectiva de enquadramento episódico, embora tenha apresentado dois depoimentos que juntos não somaram 25s. O repórter, em sua apresentação, trouxe questões importantes para a divulgação do espaço, mas as versões e vozes de membros da comunidade, profissionais da cultura e outros agentes de promoção cultural foram marginalizadas.

Espaços como o Centro Cultural do Cariri podem favorecer, para além de um maior repertório cultural, uma melhor percepção pública sobre o direito à cidade e ao bem-estar. Nesse contexto, para além de peças teatrais, exposições e outras frentes artísticas, as possibilidades esportivas oferecidas pelo espaço também podem ser vistas como uma estratégia para reduzir vulnerabilidades, haja vista, a convergência de pessoas para um equipamento seguro, gratuito e interativo. Outros aspectos ainda são ressaltados neste âmbito, como a valorização da cultura local, o contato com a diversidade cultural, a interação cidadã e o fomento à economia criativa. A proposta do Centro Cultural, ao ser conhecida, pode gerar o debate e a atuação cidadã na reivindicação pela promoção de novos espaços públicos que atendam as demandas culturais dos municípios caririenses, interagindo assim, de forma direta, com as motivações de um desenvolvimento regional inclusivo, democrático e sustentável.

Por último, a matéria “Juazeiro do Norte: 2ª Feira de Empregabilidade”, veiculada em 30 de abril de 2025, apresenta um tema de ampla repercussão social: a promoção de trabalho digno, um dos principais desafios para os territórios que almejam desenvolver-se de forma sustentável. A matéria apresentou diversidade reprimida ou marginalizada, com prioridade à versão oficial: a participação da secretária municipal de desenvolvimento social e trabalho do município. Embora a repórter tenha buscado dialogar, de forma espontânea, com os candidatos que estavam buscando uma oportunidade de emprego, percebeu-se constrangimento e até recusa. A busca por uma oportunidade de trabalho ainda está vinculada à vulnerabilidades e estigmas sociais. Dentro desse contexto, surgem diversos pontos de reflexão, sobretudo, quando se trata das questões estruturais que marginalizam grupos sociais e impedem a viabilidade do desenvolvimento de habilidades compatíveis com as demandas das ofertas de trabalho. Nesse sentido, durante a matéria, percebeu-se fragilidades discursivas, pois limitou-se a propagar a possibilidade de encontrar um emprego, por meio da interação com o evento.

Por sua multidimensionalidade, assim como no jornalismo, o desenvolvimento sustentável dialoga com os mais variados aspectos da vida em sociedade, o que inclui

questões ambientais, culturais, econômicas, territoriais e sociais (Sachs, 2002). Deste modo, avaliamos que aquilo que é apresentado pelo telejornalismo regional do Cariri cearense possui relação direta com os temas do desenvolvimento sustentável. Todavia, percebeu-se, ao longo das análises, uma profunda desconexão com o potencial reflexivo e crítico necessário a este processo.

Quando considerado a frequência dos ODS que mais se destacaram nas 108 matérias selecionadas, a partir do telejornal CETV 1ª Edição – Juazeiro do Norte, o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, esteve presente em 59,26% das matérias analisadas; o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, em 47,22%; o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, em 41,67%; o ODS 10 – Redução das Desigualdades, em 23,15%; o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação, em 20,37%; o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, em 17,59% e o ODS 4 – Educação de Qualidade, em 16,67%. Os demais ODS variam entre 0,93% e 12,96%.

Nesse cenário, é possível perceber que as matérias veiculadas pelo CE1 possuem forte relação com as discussões concernentes ao desenvolvimento sustentável, embora, nesse telejornal, sejam frequentes fragilidades discursivas, sobretudo quando considerado o aprofundamento em aspectos centrais aos temas noticiados, associado à tendência à marginalização da pluralidade de vozes e versões sociais, especialmente às alternativas às fontes técnicas ou oficiais. Constatou-se uma maior fragilidade em discussões que tratam sobre temas como: Água Potável e Saneamento (ODS 6, 0,93%); Energia Limpa e Acessível (ODS 7, 0,93%) e Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS 2, 6,48%).

Quando se refere às Dimensões do Desenvolvimento Sustentável nas matérias selecionadas, destacam-se: Social, em 90,74% das matérias; institucional/governança, em 88,89%; econômica, em 31,48%; cultural, em 16,67% e ambiental, em 13,89%. Sobre a interação entre os telejornais analisados e a pluralidade das vozes e versões sociais, os Gráficos 1 e 2 apontam aspectos da capacidade de o telejornalismo regional dialogar com a diversidade de vozes e versões sociais que representam a pluralidade regional.

Com base nos dados apresentados, a avaliação da relação entre as matérias e as dimensões e os objetivos de desenvolvimento sustentável, nesse estudo, é percebida como uma estratégia a ser aplicada nas redações, especialmente quando há um projeto editorial que possui abertura para a produção e difusão de conteúdos que, de forma explícita, possam considerar o desenvolvimento sustentável e suas

nuances, sobretudo, a partir de características estruturais que causam tensões à realidade territorial regional. Nesse contexto, o Quadro 2 apresenta elementos centrais à essa discussão, tendo como referência as matérias selecionadas e analisadas, a partir do telejornal Cariri 24 Horas.

Quadro 2 - Matérias selecionadas e analisadas: Cariri 24 Horas

Data de Veiculação/ Tema	Enquadramentos
01/ 08/ 2025 - Polícia Federal e Receita Federal apreendem itens importados.	Versão única.
01/ 08/ 2025 - Riscos ocasionados por misturas de produtos de limpeza.	Versão única.
01/ 08/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento Episódico.
04/ 08/ 2025 - CDL de Crato promove homenagem ao Padre Cícero.	Versão única com mais de uma fonte.
04/ 08/ 2025 - Vacinação antirrábica na zona rural de Juazeiro do Norte-CE.	Enquadramento episódico.
04/ 08/ 2025 - Evento de Empreendedorismo é realizado no Cariri.	Versão única com mais de uma fonte.
05/ 08/ 2025 - Novos investimentos para a Universidade Federal do Cariri.	Versão única.
05/ 08/ 2025 - Liberação de recursos para a reforma do Memorial Padre Cícero.	Versão única.
05/ 08/ 2025 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos realiza projeto na Praça Padre Cícero em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única.
06/ 08/ 2025 - Desabamento de uma laje causa a morte de uma mulher de 48 anos.	Enquadramento episódico.
06/ 08/ 2025 - Aula-Espectáculo do projeto ciclo de saberes na UFCA.	Diversidade significativa de vozes e versões.
06/ 08/ 2025 - Regularização de permissionários em espaços públicos de Juazeiro do Norte-CE.	Versão única.
07/ 08/ 2025 - Exporecicla Sustentável no Cariri discute sobre resíduos sólidos.	Versão única com mais de uma fonte.
07/ 08/ 2025 - Retorno às aulas em Juazeiro do Norte-CE e acolhimento às crianças.	Versão única com mais de uma fonte.
07/ 08/ 2025 - Obras no Cemitério São João Batista, em Juazeiro do Norte, foram iniciadas.	Versão única com mais de uma fonte.

08/ 08/ 2025 - Ministra da Cultura retorna ao Cariri para participar do lançamento do projeto Kariri Criativo.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
08/ 08/ 2025 - Solidariedade e informação: telespectadora pede ajuda para realizar um exame médico.	Versão única.
08/ 08/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.
11/ 08/ 2025 - Programação do Complexo Ambiental Caminhos do Horto.	Versão única.
11/ 08/ 2025 - Professor Renato Casimiro passou a ocupar a cadeira de número 1, na sessão de ciências, no Instituto Cultural do Cariri.	Versão única.
11/ 08/ 2025 - Criança de Crato é selecionada para participar de um programa de jovens talentos do ITA.	Versão única com mais de uma fonte.
12/ 08/ 2025 - Juazeiro do Norte recebe a 9ª Edição do Cariri Peças.	Versão única.
12/ 08/ 2025 - UFCA abre seleção para professores substitutos.	Versão única.
12/ 08/ 2025 - Agosto Dourado: Conscientização e Incentivo ao aleitamento materno.	Versão única.
13/ 08/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
13/ 08/ 2025 - Se aproxima a Mostra SESC Cariri de Cultura.	Enquadramento episódico.
13/ 08/ 2025 - Missão Velhense foi um dos vencedores da 4ª Edição do Prêmio CAMP da Democracia.	Versão única.
14/ 08/ 2025 - Começa a entrega do vale gás social em Juazeiro do Norte-CE.	Enquadramento Episódico.
14/ 08/ 2025 - UFCA anuncia curso de graduação em terapia ocupacional.	Versão única.
14/ 08/ 2025 - Comunidade do sítio Logradouro, em Juazeiro do Norte-CE, realiza tríduo em honra a Santa Dulce.	Versão única com mais de uma fonte.
15/ 08/ 2025 - Horta do Sítio Sabiá em Juazeiro do Norte: tradição e fonte de renda para as famílias.	Versão única com mais de uma fonte.
15/ 08/ 2025 - Força na Peruca Cariri: Associação ajuda mulheres e crianças em tratamento oncológico.	Versão única.
15/ 08/ 2025 - Casa da Mulher Cearense no Agosto Lilás: Mês de Conscientização e Combate a Violência Contra a Mulher.	Versão única.
18/ 08/ 2025 - Agosto verde claro: prevenção e combate à leishmaniose em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única.
18/ 08/ 2025 - Segurança alimentar: Celebração de um ano da reabertura do restaurante popular em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única com mais de uma fonte.
18/ 08/ 2025 - Informações sobre a Segurança pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.

19/ 08/ 2025 - Técnica de primeiros socorros: aprenda a fazer a manobra de heimlich.	Versão única.
19/ 08/ 2025 - O povo vai falar. População reclama sobre esgoto a céu aberto.	Versão única com mais de uma fonte.
19/ 08/ 2025 - Grupamento de Policiamento de Trânsito - GPTran recupera moto roubada em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única.
20/ 08/ 2025 - Casa Museu do Padre Cícero em Juazeiro do Norte-CE: local de história e visitação.	Versão única com mais de uma fonte.
20/ 08/ 2025 - Segurança hídrica. Comitê da Bacia do Salgado discute política estadual de recursos hídricos.	Versão única com mais de uma fonte.
20/ 08/ 2025 - Representantes da Secretaria de Proteção Social do Governo do estado do Ceará visitam instituições parceiras em Juazeiro do Norte-CE.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
21/ 08/ 2025 - Perigo em poste de luz em local de grande fluxo de pessoas em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única com mais de uma fonte.
21/ 08/ 2025 - Estudante de Juazeiro do Norte protagoniza projeto de educação ambiental e inclusão e se prepara para participar da Conferência Nacional infantojuvenil pelo meio ambiente, em Brasília-DF.	Versão única com mais de uma fonte.
21/ 08/ 2025 - Suspensão dos atendimentos realizados pelo Instituto Heitor Coelho, por falta de repasse de verbas pela Prefeitura, gerou ampla repercussão pública em Juazeiro do Norte-CE.	Diversidade Significativa de vozes e versões.
22/ 08/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.
22/ 08/ 2025 - Teve início a Mostra Sesc Cariri de Culturas 2025 e o Festival Mistura SENAC.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
22/ 08/ 2025 - Tem início a I Conferência dos legislativos do Cariri.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
25/ 08/ 2025 - Balanço da I Conferência dos legislativos do Cariri.	Diversidade significativa de vozes e versões.
25/ 08/ 2025 - Museu orgânico é inaugurado em Barbalha - CE.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
25/ 08/ 2025 - Cariri é cinema: realizado o I Encontro de Cinema e Educação da UFCA.	Diversidade significativa de vozes e versões.
26/ 08/ 2025 - Exposição em Juazeiro do Norte-CE retrata a cultura nordestina.	Versão única.
26/ 08/ 2025 - Expectativas pela sessão ordinária na câmara municipal de Juazeiro do Norte-CE - atenção especial ao caso do instituto Heitor Coelho.	Enquadramento episódico.
26/ 08/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.

27/ 08/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.
27/ 08/ 2025 - Tem início a 5ª Edição do Simpósio de Gestão de Cidades promovido pela UFCA.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
27/ 08/ 2025 - Aumento de temperatura, ação humana e ventos fortes estimulam queimadas.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
28/ 08/ 2025 - O Complexo Ambiental Caminhos do Horto anuncia meia-entrada para as últimas quartas-feiras de cada mês.	Versão única.
28/ 08/ 2025 - Vozes do Cariri: um destaque a beata Maria de Araújo - A beata do milagre.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
28/ 08/ 2025 - Lançamento do plano safra 2025 e 2026 na Região do Cariri.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
29/ 08/ 2025 - Uninassau realiza campanha solidária em parceria com o Hemonúcleo de Juazeiro do Norte-CE.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
29/ 08/ 2025 - 3ª marcha pela infância e juventude é realizada em Juazeiro do Norte-CE.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
29/ 08/ 2025 - Convite para Audiência Pública na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte-CE. Tema "Mobilidade Urbana e Passe Livre".	Enquadramento: Episódico.
01/ 09/ 2025 - Tem início às inscrições do vestibular da URCA.	Versão única com mais de uma fonte.
01/ 09/ 2025 - Foram abertos os festejos da padroeira de Juazeiro, Nossa Senhora das Dores.	Versão única.
01/ 09/ 2025 - Festejos a Nossa Senhora da Penha, padroeira da Diocese e da Cidade do Crato.	Enquadramento episódico.
02/ 09/ 2025 - Demutran realiza intervenção na Avenida Castelo Branco em Juazeiro do Norte-CE com foco em diminuir acidentes.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
02/ 09/ 2025 - HMSVP adquiriu um novo equipamento de hemodinâmica.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
02/ 09/ 2025 - Religiosidade: Encerramento dos festejos de Nossa Senhora da Penha em Crato-CE.	Enquadramento episódico.
03/ 09/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.
03/ 09/ 2025 - Desfiles Cívicos: Semana da Pátria em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única com mais de uma fonte.
03/09/ 2025 - 46ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte-CE.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
04/09/2025 - Grupo Leitte Contabilidade promove ação solidária.	Versão única.
04/09/2025 - Investimentos em manutenção de praças: o deputado Yury do Paredão "colocou 1,5 milhão de reais para a manutenção de cinco praças".	Versão única com mais de uma fonte.

04/09/2025 - Complexo Ambiental Caminhos do Horto divulga programação.	Versão única.
05/ 09/ 2025 - Estão abertas as inscrições para a FECIJUNO Juazeiro do Norte-CE.	Versão única.
05/ 09/ 2025 - Informações sobre a Segurança pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.
05/ 09/ 2025 - Desfiles Cívicos na Semana da Pátria em Juazeiro do Norte.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
08/ 09/ 2025 - Audiência pública é realizada em Juazeiro para discutir o Plano Plurianual (PPA).	Versão única.
08/ 09/ 2025 - Desfile de 7 de setembro em Juazeiro do Norte-CE.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
08/ 09/ 2025 - O Ministro da saúde, Alexandre Padilha, visita o Cariri.	Versão única com mais de uma fonte.
09/ 09/ 2025 - Juazeiro em Festa: chegada dos romeiros durante a Romaria de Nossa Senhora das Dores.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
09/ 09/ 2025 - Vacinação contra o HPV em Juazeiro do Norte.	Versão única.
09/ 09/ 2025 - 15 anos de história: tem início a IX Semana de Jornalismo da UFCA.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
10/ 09/ 2025 - Espaço cultural - Vila Taboleiro Grande nos Festejos de Nossa Senhora das Dores.	Versão única com mais de uma fonte.
10/ 09/ 2025 - Doação de órgãos pode salvar vidas.	Versão única.
10/ 09/ 2025 - Praça Padre Cícero na Romaria de Nossa Senhora das Dores.	Versão única.
11/ 09/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.
11/ 09/ 2025 - Meio ambiente: política de regulamentação dos resíduos sólidos urbanos - os lixões no Cariri.	Versão única com mais de uma fonte.
11/ 09/ 2025 - Maus tratos a animais no lixão de Juazeiro do Norte-CE.	Versão única.
12/ 09/ 2025 - Vozes do Cariri: devoção popular à "mártir Francisca", a menina que sofreu feminicídio.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
12/ 09/ 2025 - Em Juazeiro, o IFCE celebra 35 anos.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
12/ 09/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.
15/ 09/ 2025 - Vila São Geraldo, da fábrica de refrigerantes, recebe romeiros ao som de forró.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
15/ 09/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.

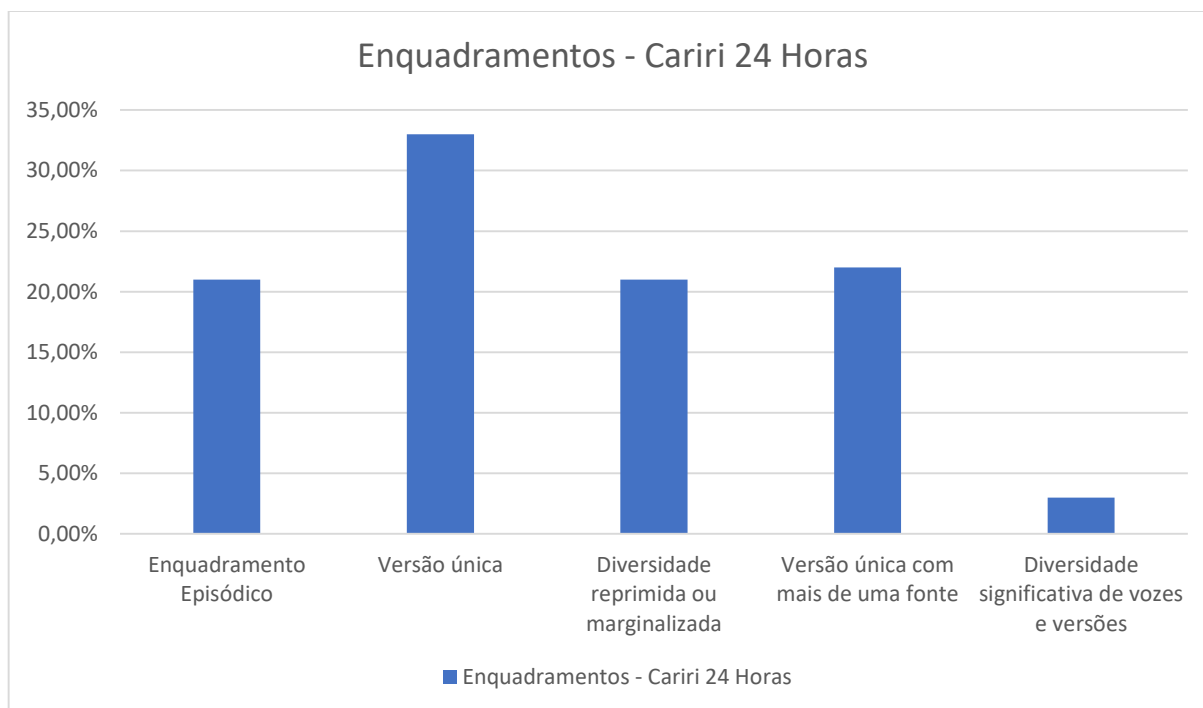
15/ 09/ 2025 - Acontece a tradicional procissão dos meios de transportes, 'procissão dos bombons', em Juazeiro do Norte-CE.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
16/ 09/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento Episódico.
16/ 09/ 2025 - Novos serviços da Prefeitura serão realizados no Vapt Vupt.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
16/ 09/ 2025 - Informações sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.
17/ 09/ 2025 - Crato: Homem foi preso após atear fogo em uma Área de Proteção Ambiental (APA).	Enquadramento episódico.
17/ 09/ 2025 - Saúde da pele: Importância do uso diário do protetor solar.	Versão única.
17/ 09/ 2025 - Cariri se prepara para a ExpoVaq 2025.	Versão única com mais de uma fonte.
18/ 09/ 2025 - Juazeiro do Norte: Estudante do Colégio da Polícia Militar salva idoso de engasgo.	Enquadramento episódico.
18/ 09/ 2025 - Crato: Servidores públicos da educação e da cultura realizam manifesto por melhorias nas condições de trabalho.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
18/ 09/ 2025 - Alerta: aumento da incidência de escorpiões nas residências.	Versão única.
19/ 09/ 2025 - Informação sobre a Segurança Pública no Cariri 24 Horas.	Enquadramento episódico.
19/ 09/ 2025 - Juazeiro do Norte realiza campanha de vacinação com foco em crianças e adolescentes.	Enquadramento Episódico.
19/ 09/ 2025 - Congresso do Ministério Público é realizado no Cariri e discute questões sociais, culturais e ambientais.	Versão única com mais de uma fonte.
22/ 09/ 2025 - Triplo homicídio em Juazeiro do Norte-CE.	Enquadramento episódico.
22/ 09/ 2025 - Farias Brito realiza ExpoVaq 2025.	Versão única com mais de uma fonte.
22/ 09/ 2025 - Atualização do cartão do SUS e sua implementação.	Versão única.
23/ 09/ 2025 - Juazeiro do Norte se prepara para o novenário de São Francisco.	Versão única.
23/ 09/ 2025 - Uninassau realiza ação social.	Versão única com mais de uma fonte.
23/ 09/ 2025 - Prefeitura de Juazeiro do Norte intensifica fiscalização e recolhimento de animais em vias públicas.	Versão única.
24/ 09/ 2025 - Detran no Cariri intensifica ações educativas na Semana Nacional do Trânsito.	Versão única com mais de uma fonte.
24/ 09/ 2025 - Receita Federal libera consulta ao último lote do Imposto de Renda.	Versão única.

24/ 09/ 2025 - Secretaria de Assistência Social e os Telecentros de Juazeiro do Norte anunciam vagas remanescentes para cursos profissionalizantes.	Versão única.
25/ 09/ 2025 - Moradores do Antônio Vieira, em Juazeiro do Norte, reclamam por problemas na infraestrutura da rua Antônio Domingos dos Santos.	Versão única com mais de uma fonte.
25/ 09/ 2025 - Setembro Verde: Cariri e Ceará são destaques na doação de córneas.	Versão única.
25/ 09/ 2025 - Vozes Cariri: Lideranças negras e feministas, Verônica e Valéria, recebem o título de doutorado honoris causa pela Urca.	Enquadramento episódico.
26/ 09/ 2025 - Dia D do encoleiramento antiparasitário é realizado em Juazeiro do Norte-CE.	Diversidade reprimida ou marginalizada.
26/ 09/ 2025 - Tema: Toma posse o novo colegiado do Conselho Municipal dos Direitos LGBT.	Versão única.
26/ 09/ 2025 - "Passagem para Canindé" durante a Festa em honra a São Francisco.	Versão única com mais de uma fonte.
29/ 09/ 2025 - Tema: 44ª Edição da Prefeitura no seu bairro acontece em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única com mais de uma fonte.
29/ 09/ 2025 - Denúncia: Casa abandonada vira foco de animais sinantrópicos no bairro Salesiano em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única.
29/ 09/ 2025 - Secretaria de Infraestrutura de Juazeiro do Norte realiza intervenção em via no bairro São José.	Versão única.
30/ 09/ 2025 - Idosa morre em acidente em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única.
30/ 09/ 2025 - Horto do Padre Cícero acolhe romeiros na "Passagem para Canindé".	Diversidade reprimida ou marginalizada.
30/ 09/ 2025 - Campanha de imunização contra o sarampo em Juazeiro do Norte-CE.	Versão única.

Fonte: Dados da Pesquisa (2025). Os títulos apresentados são descritivos, construídos a partir dos conteúdos veiculados nas matérias. Acessos: Canal da TV Verde Vale no YouTube (@tvverdevale13.1).

No contexto do Cariri 24 Horas, percebe-se uma expressiva discrepância entre as matérias que apresentam diversidade significativa de vozes e versões e as matérias que apresentam enquadramentos restritivos, sobretudo, as que se constituem como versões únicas, geralmente construídas em torno de fontes oficiais que representam as estruturas de poder social e econômica. Junto às fontes oficiais também se encontram ideologias e estratégias próprias destes grupos. Na perspectiva dos enquadramentos identificamos:

Gráfico 2 – Enquadramento das notícias identificadas no Cariri 24 Horas



Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Considerando o recorte apresentado no Quadro 2, na sequência destaca-se um conjunto de matérias analisadas a partir da capacidade de integração entre os conteúdos, os principais fenômenos relacionados ao (s) tema (s) abordado (s) e as vozes e versões contempladas, estratégia empregada como instrumento de avaliação da qualidade das informações.

A matéria “Exporecicla Sustentável no Cariri discute sobre resíduos sólidos” veiculada pelo Cariri 24 Horas, no dia 7 de agosto de 2025, retrata aspectos centrais ao desenvolvimento sustentável. O conteúdo apresentou versão única com mais de uma fonte: o presidente do Sindicato das Empresas de Reciclagem de Resíduos Sólidos Domésticos e Industriais do Estado do Ceará (Sindiverde) e o Vice-presidente do mesmo sindicato, limitando-se às explicações sobre a iniciativa, com ênfase na programação. A mediação realizada, deteve-se a perceber que o desenvolvimento sustentável é uma “temática que está em alta”, sem aprofundar questões estruturais sobre o tema, apresentando profunda limitação pedagógica e de inclusão de vozes e versões alternativas que poderiam favorecer a percepção e o debate público sobre este fenômeno. A matéria foi produzida na sede da emissora, em um espaço alternativo ao estúdio. Essa estratégia é usada pelas TVs regionais e possibilita a “falsa” percepção de movimento na cobertura dos acontecimentos.

Figura 7 - Um movimento performático: a emissora como um lócus da cobertura jornalística



Imagem: 1 Sede da TV Verde Vale. Imagem 2: Espaço em frente à TV Verdes Mares. Fonte: Canal da TV Verde Vale no YouTube e arquivos da TV Verdes Mares no Globoplay.

O uso das dependências da emissora para transmitir informações fora do estúdio foi percebido majoritariamente em conteúdos veiculados pelo telejornal Cariri 24 Horas. Nos estúdios das emissoras, matérias com enquadramentos episódicos e entrevistas conduzidas pelos apresentadores também possuem a sede da emissora como o lócus da informação, mesmo se referindo a outros espaços.

Já a matéria “Vozes Cariri: Lideranças negras e feministas, Verônica e Valéria, recebem o título de doutorado honoris causa pela URCA” foi promovida a partir de uma parceria com a UFCA, através do projeto Vozes do Cariri e veiculada em 09 de setembro de 2025. O tema possui alto valor simbólico, sobretudo, quando consideradas as pautas assumidas pelas homenageadas que envolvem, entre outros aspectos, a luta pelo bem-viver e a superação social de práticas de exclusão. O evento, que marcou a entrega do título, reuniu lideranças políticas, comunitárias e sociais que poderiam participar como interlocutores da matéria, mas o conteúdo foi

construído a partir de enquadramento episódico. Embora, por meio da narrativa, tenham sido apresentados aspectos importantes e contextuais ao momento, o enquadramento episódico, nesse contexto, motivou silêncios que só poderiam ser sanados a partir da abertura midiática para interagir com a diversidade de vozes e versões que caracterizou o momento. A negação ou impossibilidade de fala, nesse contexto, mesmo não sendo proposital, reforça uma perspectiva de exclusão, vivenciada por diferentes grupos sociais minoritários.

A matéria "Meio ambiente: política de regulamentação dos resíduos sólidos urbanos - os lixões no Cariri" foi veiculada em 11 de setembro de 2025, pelo Cariri 24 Horas, tendo como município-base na produção da notícia Juazeiro do Norte, e citando as cidades de Crato, Barbalha, Caririaçu e o Cariri, enquanto região. A matéria teve duração de 4m 07s, apresentou versão única com mais de uma fonte, tendo como entrevistado uma gerente comercial e o superintendente da Autarquia Municipal de Meio Ambiente (AMAJU) de Juazeiro do Norte.

O discurso, majoritariamente oficial, apresentou justificativas ao não fechamento do lixão, incluindo a preocupação do município com os catadores de materiais recicláveis. As imagens veiculadas na matéria apontam para um cenário de ampla vulnerabilidade social com riscos iminentes de doenças e acidentes. Nesse contexto, até que ponto a preocupação pública estava sendo efetiva, para justificar o não cumprimento, em tempo hábil, de uma obrigação legal? Embora tenham-se percebido fragilidades na matéria, sobretudo pela não participação de vozes que cotidianamente vivenciam as realidades dos lixões, o conteúdo veiculado trouxe ao público um tema de ampla relevância socioambiental e imagens que, mesmo não evidenciando rostos e histórias, foram capazes de tornar visíveis um cenário estrategicamente invisibilizado.

No dia 22 de setembro de 2025, o Cariri 24 Horas veiculou a matéria "Triplo homicídio em Juazeiro do Norte-CE", com duração de 10m13s, majoritariamente sob perspectiva de enquadramento episódico, mesmo com a participação de um delegado da Polícia Civil, além do apresentador e dois repórteres. O conteúdo apresentou ampla sensibilidade: as três vítimas fatais são mulheres, sendo duas, menores de idade, uma delas, criança. As especulações em torno do crime apontavam para disputas entre facções. Nesse acontecimento, um adolescente de 17 anos também foi ferido e um cachorro morto a tiros.

Embora tenha apresentado um tempo superior à média de matérias divulgadas por este telejornal, o conteúdo esteve restrito ao relato do acontecimento, de forma isolada, reconhecendo o trabalho da polícia e apresentando detalhes como: o endereço onde aconteceram os crimes, calibres das armas utilizadas e vestígios de sangue. Esse conteúdo relaciona-se a diversas perspectivas analíticas, sobretudo quando considerado a triste marca do feminicídio no Cariri cearense, a ocupação da cidade pelo tráfico, a perda prematura de vidas e a insegurança que ganha proporções ainda maiores na periferia. Nenhum desses tópicos foi aprofundado, alguns deles não foram nem mencionados. O conteúdo apresenta graves falhas, do ponto de vista do fomento a uma percepção pública capaz de enxergar as características estruturais da violência.

Figura 8 - Cariri 24 Horas: “Triplo homicídio em Juazeiro do Norte – CE”



Imagens: 1, 2, 3 e 4. Fonte: Canal da TV Verde Vale no YouTube.

Quando considerada a frequência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que mais se destacaram nas 129 matérias selecionadas tem-se: ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação, esteve presente em 53,48% das matérias analisadas, ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, em 48,6%; ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, em 37,20%; ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, em 36,43%; ODS 10 – Redução das Desigualdades, em 23,25%; ODS 4 – Educação de Qualidade, em 22,48% e ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, em

20,93%. Os demais ODS variam entre 0% e 12,40%. Apenas o ODS 14 – Vida na Água, não apareceu como destaque em nenhuma das matérias.

Assim, percebe-se que as matérias analisadas possuem forte relação com temas centrais ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, mesmo apresentando fragilidades discursivas ou desconsiderando a multidimensionalidade dos temas apresentados. Com base nos dados coletados, evidencia-se que as pautas do Cariri 24 Horas consideram, sobretudo, questões relacionadas à necessária atuação do Estado nas demandas da coletividade e destacam a relevância das parcerias entre os setores sociais, aspecto evidenciado pela frequência de conexões estabelecidas com o ODS 17.

O ODS 17 destaca o potencial da colaboração multissetorial para a promoção do desenvolvimento sustentável. Todavia, objetivos importantes que pautam questões como: Erradicação da Pobreza (ODS 1, 5,43%); Consumo e Produção Responsáveis (ODS 12, 4,65%) e Energia Limpa e Acessível (ODS 7, 0,78%) figuram entre as conexões menos percebidas com os temas apresentados pelo Cariri 24 Horas.

Quando se refere às Dimensões do Desenvolvimento Sustentável nas matérias selecionadas destacam-se: institucional/governança em 95,35% das matérias; social, em 93,80%; econômica, em 27,13%; cultural, em 19,38% e ambiental, em 15,50%.

Outro ponto de análise se refere à busca pela certificação ao questionamento: nas matérias veiculadas, existe uma percepção ética e holística do desenvolvimento regional? Com base nos dados da pesquisa, podemos afirmar que não. Sobretudo, quando considerado a exclusão sistemática de vozes e versões da participação nos conteúdos veiculados, a negligência a tópicos centrais em temas abordados, a ausências de pautas que tratam explicitamente sobre dimensões e objetivos do desenvolvimento sustentável, a falta de problematização em questões estruturais que geram desigualdades e exclusões e, sobretudo, a exclusão de realidades territoriais dentro do próprio Cariri cearense.

No contexto dos telejornais regionais, percebeu-se que as matérias que tratam sobre as cidades fora do Triângulo CRAJUBAR possuem uma forte tendência ao enquadramento episódico ou diversidade reprimida, adicionado a recursos como notas institucionais e dados de pesquisas. As notas institucionais, no jornalismo, geralmente aparecem com justificativas e “isenções” de responsabilidades, flexibilizam a interação e validam respostas estratégicas em detrimento das que

decorrem de uma entrevista “cara a cara”, por exemplo. Pedro Sousa (2006) avalia que:

A grande dependência de informações que os órgãos de comunicação jornalística sentem em conjunção com a institucionalização de determinadas fontes e com a atenção voltada às figuras-públicas gera, por seu turno, as seguintes consequências: 1) Acesso socialmente estratificado aos meios noticiosos; 2) A utilização dos meios noticiosos para difusão de notícias oriundas das agências de relações públicas e de assessoria de imprensa, de outras organizações ou até de determinadas pessoas; 3) Utilização frequente da informação de agência, muitas vezes em detrimento da produção própria, o que traz por consequência uma diminuição da polifonia democratizante em favor da uniformidade; e 4) Impossibilidade de substituição das fontes institucionais, sob pena de parar o fluxo informações (Pedro Sousa, 2006, p.259).

Sobre a perspectiva da participação dos municípios nas matérias observadas, percebe-se um sério grau de exclusão de territórios caririenses, mesmo sendo considerado o distanciamento “amenizado” pelo uso de notas institucionais e de imagens disponibilizadas por terceiros. Assim, questiona-se: até que ponto o Cariri cearense possui um real telejornalismo regional?

Seguindo a estratégia adotada para a identificação de municípios-base na produção das notícias, das 129 matérias selecionadas e analisadas, a partir do telejornal Cariri 24 Horas, Juazeiro do Norte-CE foi o município-base para a produção de 89,15% das matérias; Crato-CE, 6,20%; Barbalha, 3,10%; Farias Brito e Aurora, 0,78%. Todavia, houve citações ao Cariri, enquanto região, e a cidades como: Missão Velha (2); Porteiras (2); Caririaçu (2) e Potengi (2). Uma das matérias apresentou como município-base, Barbalha e Juazeiro do Norte, sendo categorizada, nessa referência, como produzida em Barbalha-CE. No caso do CETV 1ª Edição, essa tendência se mantém, apresentando variações.

A inclusão de cidades que estão à margem de uma dinâmica econômica “superior”, quando comparadas às principais economias regionais, é deixada em segundo plano. Nesse contexto, percebem-se ausências de notícias sobre a multiplicidade de territórios do Cariri cearense; restrição de tempo de veiculação de matérias e enquadramentos episódicos. É importante ressaltar que embora a Região Metropolitana do Cariri, especialmente o triângulo CRAJUBAR, integre as principais instituições políticas e econômicas da região, isso não inviabiliza a intensa dinâmica sociocultural, política e econômica vivenciada em outros territórios caririenses.

Ainda sobre o questionamento da existência de uma percepção ética e holística do desenvolvimento regional, podem-se considerar alguns elementos que fortalecem

a compreensão de que não há, devido a quadros de insegurança na atuação jornalística e/ou à ausência de discussões críticas sobre alguns temas. Como exemplo, pode-se considerar a mediação feita pelos apresentadores dos telejornais que ocupam o papel de introduzir e contextualizar os temas e de encerrar as reportagens: com frequência, tecem comentários “objetivos”, “neutros”, reforçando sentimento de indignação, alegria, crítica entre outros, apenas seguindo o fluxo daquilo que foi comunicado na matéria.

Outra característica que reforça essa avaliação trata-se do espaço de fala ocupado pelos repórteres que, quase sempre, limitam-se às pesquisas feitas sobre o tema da matéria, muitas vezes, sem apresentar uma clareza real das fontes utilizadas e sem dar uma abertura significativa a opiniões, ocupando uma narrativa de contextualização sem posição de fala ativa para mediar aquilo que está sendo apresentado.

Acreditamos que a promoção de práticas jornalísticas regionais que favoreçam o desenvolvimento sustentável no Cariri cearense passa pela capacidade crítica (a ser cotidianamente aprimorada) pelos atores e instituições que atuam no jornalismo regional para superar limites técnicos, econômicos e ideológicos que fragilizam a capacidade de o jornalismo regional atender majoritariamente aos interesses da coletividade.

Para além disso, existem desafios diários e, ainda maiores, inseridos nas estruturas das organizações jornalísticas, como aponta Soloski (2016) ao evidenciar mecanismos de controle, promovidos e solidificados dentro das organizações, através de normas profissionais que limitam o trabalho dos jornalistas e outros atores na promoção da informação de qualidade. “As organizações jornalísticas confiam na interação do profissionalismo e das políticas editoriais para controlar o comportamento dos jornalistas” (Soloski, 2016, p.126).

A influência de pressões políticas, sociais e econômicas na construção dos produtos jornalísticos constitui um tema de grande relevância aos estudos em comunicação. Essas pressões são geradoras de múltiplos efeitos e, mesmo não sendo diretamente percebidas, pela sutileza com que muitas delas se apresentam, os constrangimentos impostos ao campo jornalístico restringem a qualidade dos produtos e o potencial democrático dos meios de comunicação.

Percebeu-se que as críticas ao mercado e as ideologias políticas regionais são pouco exploradas, para além de uma cobrança, através de demanda pública, acerca

de questões pontuais relacionadas aos serviços de infraestrutura. Aspectos nucleares causadores de problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais apresentam-se como pautas sistematicamente distorcidas, ao serem observadas de forma isolada ou com poucas conexões. Mas, como realizar sólidas e aprofundadas críticas políticas e econômicas quando as emissoras possuem múltiplos vínculos políticos e econômicos com as estruturas de poder?

Nesse contexto, corroboramos com a compreensão de Bourdieu (1997) que entende o potencial democrático da televisão, mas caso não seja pensada para além das demandas técnicas, de políticas editoriais e do mercado, pode converter-se “em um instrumento de opressão simbólica”, sendo que os jornalistas também fazem parte das instituições e podem impor estes mesmos processos ao público. Essa reflexão permite aos jornalistas e demais atores que avancem em estratégias para mitigar e até mesmo superar coletivamente “as ameaças de instrumentalização”.

Associada às características apresentadas estão as limitações próprias da lógica capitalista no jornalismo, o “fazer mais com menos”; compreensão que, no contexto do Cariri cearense, são reforçadas a partir de diversos fatores como: restrições no número de jornalistas contratados para a cobertura de pautas regionais; uso de notas institucionais, como estratégia de fortalecimento da informação e diálogo com os setores sociais, sem o deslocamento para as entrevistas; aproveitamento de imagens de terceiros e “passagens” em fundos estratégicos que não demandem deslocamentos e custos adicionais, além dos enquadramentos episódicos ou conteúdos que possuem fortes características desse tipo de enquadramento.

Na perspectiva da existência de indícios de limitações técnicas, políticas ou ideológicas nos discursos, os dados apontam que sim, existem diversas limitações. Como não haveria, quando considerado os silêncios estratégicos; o pouco tempo para a veiculação dos conteúdos jornalísticos regionais; o baixo número de repórteres; os enquadramentos que não consideram diversidade de vozes e versões; o uso frequente de notas e dados institucionais, ou, até mesmo, as restrições empresariais a interagir com pesquisas acadêmicas?

Para Bourdieu (1997), mesmo que de forma sutil ou “invisível”, a televisão e o telejornalismo são alvos de censura. Essa condição decorre de diferentes fatores, entre eles a imposição dos temas aos entrevistados, as características técnicas e estruturais adotadas na programação, a limitação do tempo na TV e as expectativas políticas e econômicas que envolvem o veículo. Para o autor, essa reflexão passa por

uma condição estrutural, a qual pode ser sentida, sobretudo, por jornalistas, e demais comunicadores, e pelos entrevistados.

O que pode ser dito? Como vou dizer? O que posso permitir que digam? Até que ponto posso exercitar a crítica? Quem pode ser criticado? Questionamentos como esses fazem parte de uma autocensura que é potencializada pela precarização do trabalho dos comunicadores, incluindo, os jornalistas, configurando-se assim como um sistema ideológico que vitimiza diferentes atores e a própria sociedade que consome as informações veiculadas. Esse contexto é percebido por Bourdieu (1997, p.22) como uma danosa forma de violência simbólica, porque, muitas vezes, invisível. “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem também com frequência dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”.

No contexto do Cariri cearense, as análises sobre as estratégias utilizadas pelos jornalistas e demais comunicadores para evitar práticas de manipulação, ainda representam uma incógnita. Seria possível, sem restrições, obter respostas acerca de constrangimentos cotidianos nas emissoras regionais, a partir do diálogo com os jornalistas vinculados à essas emissoras? Nas matérias analisadas, tivemos a oportunidade de identificar alguns traços indicativos de manipulação, sobretudo, a partir do não aprofundamento em temas essenciais para o exercício da cidadania, da ausência de conexões com questões estruturais relacionados à problemas socioambientais e do silêncio estratégico diante de questões que poderiam ser qualificadas através de um posicionamento verdadeiramente crítico dos jornalistas. Outras censuras podem ser identificadas pela falta de representatividade social em um número significativo de matérias.

Como expressei, a autonomia de um veículo de comunicação e dos seus empregados, incluindo os jornalistas, possui relação direta com quem financia as atividades, os quais exercem influência sobre aquilo que é dito, como é dito e também sobre aquilo que não é dito. Todavia, não é somente os financiadores que exercem influência nos veículos de comunicação e no jornalismo, pois as fontes oficiais também ditam as regras do jogo. No caso dos jornalistas, a sua autonomia depende de um conjunto de fatores, muitas vezes os colocando em situação de vulnerabilidade, dependência, pressões e adesão a um projeto que difere de sua ideologia profissional (Bourdieu, 1997).

Essa perspectiva, vista com frequência nos meios de comunicação brasileiros, negligencia aspectos centrais à promoção de um debate público qualificado, particularmente, quando se trata de temas que caminham em oposição aos interesses dominantes e que não geram ampla audiência ou lucro publicitário. Até que ponto existe liberdade de expressão no telejornalismo regional? Essa liberdade é exercida ou reivindicada ou há conformismo frente aos ditames empresariais? A liberdade de expressão também pode ser identificada na qualidade da crítica jornalística que, no contexto dessa região, ainda apresenta fortes fragilidades.

Nesse debate, outros aspectos devem ser considerados. Mesmo com autonomia relativa, o jornalismo é alvo de pressões internas e externas que decorrem, sobretudo, da ação do campo econômico que se materializa, entre outras formas, através do índice de audiência. O poder de controle econômico no jornalismo, particularmente, na televisão, é um dos principais mecanismos utilizados em práticas sutis e agressivas de censura, nos limites impostos à autonomia dos jornalistas e na negação ao público do direito à informação de qualidade, a qual possa favorecer à sua formação cidadã e à participação ativa na democracia (Bourdieu, 1997).

5.2 Entre diálogos e reflexões: A TV "com a cara e o jeito de nossa gente"

Este tópico articula-se em torno das falas dos interlocutores da pesquisa, todos profissionais da comunicação que atuam na TV Verde Vale e protagonizam as produções do telejornal Cariri 24 Horas. Os diálogos foram construídos a partir de entrevistas semiestruturadas, na busca por entender os processos que envolvem a produção das notícias veiculadas no telejornal da TV que tem “a cara e o jeito de nossa gente”.

O texto apresenta características descritivas-argumentativas e possui um complexo conjunto de elementos pertinentes às questões propostas na tese, as quais foram refletidas a partir da problematização. A problematização, nesse contexto, é percebida como um caminho necessário para o aprofundamento na compreensão sobre a organização do trabalho, as políticas editoriais, aspectos econômicos e aos códigos deontológicos aplicados ao telejornal observado. Assim, consideramos que os argumentos aqui construídos podem indicar aspectos favoráveis a um debate ainda mais amplo sobre o telejornalismo local e/ou regional, seja no Cariri cearense ou em outros contextos territoriais. Além disso, os aspectos apresentados compõem a base

da discussão sobre a relação do telejornalismo regional do Cariri cearense com o desenvolvimento regional sustentável deste território.

Vizeu (2009) argumenta que, assim como no campo da educação, a problematização apresenta-se como um fator central aos estudos e às práticas jornalísticas. Essa compreensão insere-se no debate sobre o jornalismo como um produtor de conhecimento e não como uma prática limitada à replicação de técnicas, rotinas profissionais e/ou a reprodução da realidade objetiva.

Não é possível se falar em conhecimento do jornalismo sem uma problematização constante das práticas jornalísticas, na função do Jornalismo de informar. Outro aspecto importante é a também centralidade do diálogo nos processos jornalísticos de construção do real, o fazer jornalístico é um “estar em diálogo” (Vizeu, 2009, p. 80).

Alguns atores buscam naturalizar, neutralizar, tornar objetivas as práticas jornalísticas, mas elas se inserem em um complexo campo de produção de conhecimento que para ser compreendido torna-se necessário, a partir de uma posição crítica, questionar os seus processos, como a forma como se dá a construção dos produtos jornalísticos, as motivações visíveis e veladas em torno desse processo e, também, os efeitos que as práticas e os produtos jornalísticos geram na sociedade. Esses aspectos são considerados na avaliação sobre o telejornalismo regional do Cariri cearense, a partir das práticas metodológicas adotadas no estudo.

5.2.1 TV Verde Vale: trajetórias profissionais, questões políticas e econômicas

Durante as entrevistas, para além das informações diretamente relacionadas ao Cariri 24 Horas, foi possível perceber aspectos do perfil profissional dos que atuam neste telejornal e da dinâmica institucional característica da TV. Nesse contexto, identificou-se uma estreita relação entre membros da equipe de jornalismo com a UFCA, polo de formação de comunicadores na região. Não obstante as questões acadêmicas, alguns membros da redação, que não possuem formação acadêmica na área de jornalismo, evidenciaram competências técnicas, desenvolvidas através de experiências anteriores e, por esse motivo, o domínio técnico sobre as atividades que exercem no telejornal.

O comunicador 4 (2025) falou sobre sua experiência profissional na TV Verde Vale, a qual teve início na unidade entre a Rádio e a TV Verde Vale, sob a

administração do “mesmo proprietário”. A sua primeira participação na TV se deu em 2009, a partir de um convite institucional, tendo em vista as habilidades na comunicação esportiva que exercia na extinta Rádio Verde Vale. O comunicador relata que, na TV, entrou “no ar” pela primeira vez sem: “[...] uma noção técnica de enquadramento, do que seria tudo aquilo, e assim a gente fez a nossa participação e apenas coloquei no ar o que eu tinha terminado de fazer na minha participação no rádio [...]”. Explica ainda que essa participação virou rotina e se estendeu por aproximadamente três anos.

A convergência entre rádio e televisão fez parte da história da TV no Brasil (Mattos, 2010). Na emissora, essa realidade é compreendida como uma característica concreta. O comunicador 4 (2025) reforçou que em 2012, após questões internas políticas/administrativas que “[...] a convite do próprio doutor Salviano [...] tive essa oportunidade de apresentar esse programa, que é esse misto de informações” (Comunicador 4, 2025).

Nesse contexto, surgem alguns pontos a serem observados, entre eles, a participação ativa de um político/empresário na definição de uma função de destaque no telejornalismo desta emissora e o debate sobre a qualificação profissional da equipe. Longe de buscar diminuir a credibilidade profissional do Comunicador 4, pontuamos que, mesmo não possuindo formação acadêmica na área, este profissional atua em um dos principais cargos do telejornal. De forma específica, no jornalismo, defendemos a validade e a pertinência da formação acadêmica integralizada, sobretudo quando considerado a relação da qualidade dos produtos jornalísticos com a formação qualificada da opinião pública.

A justificativa para a exigência da habilitação deriva do reconhecimento de que a atividade do jornalismo necessita, quando efetuada de modo profissional, de conhecimentos específicos, relacionados com a sociologia, comunicação, história e discussão de problemas contemporâneos, além de técnicas de redação. Questões derivadas dessas matérias compõem o acervo de conhecimento mínimo que o jornalista profissional precisa possuir, sem prejuízo da óbvia compreensão da deontologia específica (Jesus, *online*, 2002).

Todavia, essa relação não impede que o jornalismo dialogue com outras áreas. Tal discussão pode ser fortalecida a partir do diálogo com autores como Bourdieu (1997); Traquina (2005) e Alsina (2009), no qual se percebe a heterogeneidade do campo e da prática profissional jornalística. É na multiplicidade de saberes e de atuação que os produtos jornalísticos formam-se. Esses saberes não se restringem

apenas às questões institucionais, pois são potencializados a partir da diversidade de vozes e versões sociais. Nessa perspectiva, o Comunicador 5 (2025) evidencia: “Olha, o jornalismo você não faz só, é um coletivo. Existe a redação para isso”. O comunicador percebe que é na coletividade que o jornalismo consegue expressar com qualidade as informações para o telespectador.

A TV Verde Vale também se destaca como um polo de desenvolvimento de profissionais, sobretudo quando considerado que, ao longo de sua história, diversos comunicadores, inclusive, renomados, passaram pela experiência profissional na emissora e outros, percebem neste espaço, uma oportunidade de aprendizagem e crescimento profissional.

Minha primeira experiência prática realmente foi aqui na TV Verde Vale. E aqui eu pude aprender e entender que há muito mais a se conhecer além das salas de aula. Apesar da universidade ter um ensino incrível, sobre isso eu não posso contestar, mas ainda assim tem coisas que somente a experiência cotidiana, do dia-a-dia de trabalho vai lhe oferecer. E aprendo diariamente (Comunicadora 2, 2025).

A percepção apresentada pela Comunicadora 2 não incide em uma crítica à formação acadêmica, mas no entendimento de que a práxis jornalística possibilita ao profissional conhecer aspectos e sentimentos inerentes ao ambiente de trabalho jornalístico.

Quando eu fui convidado para vir trabalhar aqui na TV Verde Vale, eu estava muito ocupado, eu tinha uma locadora de vídeo e fazia filmagens de final de semana, casamento, aniversário [...]. Então, no dia 10 de novembro de 2006, foi o meu primeiro dia aqui [...] e estou até hoje. Então, aqui eu já passei pela edição, já... Só não fiz matérias completas, mas já teve [sic] eventos que eu fui sozinho e entrevistei a pessoa, tudo [...]. Eu sou formado como técnico em contabilidade, trabalhei em escritório de contabilidade. Trabalhei em três instituições financeiras, como caixa executivo de banco (Comunicador 5, 2025).

A fala do Comunicador 5 expõe aspectos que abrem caminhos para discussões mais profundas, sobretudo, quando consideradas as assimetrias no mercado de trabalho de comunicação e os acordos estipulados em âmbito das emissoras regionais nas contratações de profissionais que assumem postos na comunicação.

[...] essa TV tem essa parcela de contribuição, ela é uma escola, na verdade. A cada jovem que chega aqui, muitas vezes vão fazer alguns estágios e quando eles passam, eu fico olhando e vai ser mais um, que vai despontar e a gente vai ter um pouquinho, uma parcela de contribuição” (Comunicador 4, 2025).

O Cariri 24 Horas conta com um grupo de profissionais que envolve: dois cinegrafistas, dois editores de imagem, um editor de jornalismo, um apresentador e três repórteres. Esses profissionais, por vezes, desenvolvem tarefas complementares, dentro do conjunto de atividades do telejornal (dados da pesquisa, 2025).

Essa configuração segue a tendência de que, no jornalismo, os comunicadores podem e/ou devem ser multiprofissionais: uma resposta efetiva ao mercado jornalístico. Banjac, Juarez Miro e Hanunsch (2024) percebem o jornalismo como uma profissão que se encontra em meio a um conjunto de expectativas.

Essas expectativas, muitas delas econômicas, moldam maneiras de atuação e, como consequência, a produção de conteúdo. Para os jornalistas, as expectativas em torno das políticas editoriais e das questões financeiras transmutam-se em pressões, as quais, muitas vezes, estão em regras que não precisam ser ditas, apenas aderidas.

Um dia desses, um dos profissionais aqui da TV, infelizmente, sofreu um acidente e eu tive que ser cinegrafista e produtora e repórter. Então, é um tipo de coisa que não é um cenário ideal, mas infelizmente acontece. E a gente tem que se adaptar pra [sic] sobreviver nesse meio. [...]. Em um cenário ideal deveria existir? Não, infelizmente seria muito bom se cada um pudesse exercer somente aquilo que lhe é dado. Mas a gente sabe que na vida real não é assim, por isso que eu falo muito sobre teoria e prática, porque na prática a gente entende que aquela teoria perfeita não existe, mas ainda assim aquele preparo vai lhe servir para atuar no mercado de trabalho (Comunicadora 2).

A fala da comunicadora 2 expressa algo muito comum em redações que possuem equipe reduzida. Na atualidade, ser um profissional dinâmico, ou melhor, polivalente, não configura apenas uma possibilidade, mas uma forma de sobrevivência nesse meio, especialmente quando consideradas as atuais demandas mercadológicas.

Silva, Pereira e Ribeiro (2013, p.51) percebem que essa configuração se encontra estritamente relacionada às mudanças tecnológicas, as quais influenciam as rotinas jornalísticas e motivam alterações em seus processos e, como consequência, exigem mudanças nos perfis dos profissionais que atuam nesse meio: “Uma das maiores expressões desse fenômeno é a imposição da incorporação de funções anteriormente desempenhadas por diferentes profissionais de jornalismo, exigindo dele múltiplas habilidades [...]”.

Sob essa perspectiva, destacam-se três aspectos principais: a demanda por produtividade, “não podemos parar”; a pressão do tempo, característico das organizações jornalísticas; e a falta de pessoal, o que indica, inclusive, restrições no

número de vagas disponíveis para determinadas funções. São muitos os desafios que envolvem as atividades de comunicadores, sobretudo dos jornalistas.

Desafios. A gente até para para pensar, são tantos, né? Mas eu acho que o principal nesse momento é que o mercado está se transformando. Não dá para você falar sobre jornalismo e sobre inúmeras outras áreas sem falar sobre a tecnologia, sobre os portais de notícias, sobre o envolvimento que agora os profissionais têm que ter e essa habilidade de se desdobrar em mil. [...] às vezes o repórter, ele tem que saber várias outras funções, ele tem que entender um pouquinho de edição, porque se surgiu um factual, ele tem que saber desenrolar aquilo. Da mesma forma, uma gravação tem que ser feita também (Comunicadora 2, 2025).

O jornalismo sofre constantes tensões e, enquanto profissão, tem se enfraquecido devido aos constantes constrangimentos aos quais os seus atores são submetidos, entre eles, pressões relacionadas à concorrência e à exigência por atualização, sobretudo quando consideradas as novas tecnologias. "Nesse cenário, para não se tornar obsoleto, o jornalista é compelido a desenvolver novas habilidades em função de práticas emergentes e a cada nova tecnologia criada" (Silva; Pereira; Ribeiro, 2013, p.51).

A fragilização da profissão ainda é reforçada por outros cenários como instabilidade nos postos de trabalho, a lógica do mercado em "fazer mais com menos", as disputas de espaço e até mesmo o adoecimento, fator presente no cotidiano das emissoras.

Nesse quadro, há um destaque na relação da teoria com a prática, a partir de um distanciamento daquilo que é percebido como referência ao desempenho de um trabalho jornalístico de qualidade. Até que ponto a teoria pode ser colocada em prática? As demandas técnicas, econômicas e políticas não devem prejudicar a capacidade reflexiva e crítica necessária ao jornalismo de qualidade.

5.2.2 Perspectivas do telejornalismo regional: proximidade, estratégias e improviso

Entre as características mais relevantes da televisão, sobretudo quando se trata dos estudos relacionados às emissoras de TVs locais e ou regionais, está a sua capacidade em, através de seus produtos, gerar múltiplas conexões com o público de telespectadores, público esse heterogêneo. Essas conexões decorrem de diferentes estratégias, desde o modo de narrar as histórias até os mecanismos que, sutilmente,

permitem aos telespectadores se reconhecerem naquilo que está sendo veiculado. Assim, "[...] tais laços são fortalecidos quando o que é exibido contribui para criar uma sensação de reconhecimento neste público, que por meio deste (re)conhecer-se, acaba produzindo e/ou reforçando vínculos de pertencimento" (Jesus, 2024, p.66).

O regionalismo pode ser compreendido como um campo social, fenômeno que não é natural ou imutável, pelo contrário, há construções e disputas, as quais podem e/ou são utilizadas de forma estratégica como instrumento de manipulação simbólica (Bazi, 2001). Nesse processo, utilizam-se diversos recursos, desde representações mentais até representações objetais. Dentro dessa dinâmica, Bourdieu (2004) entende que, de forma discursiva, os que se apropriam ou constroem o discurso regionalista buscam legitimar socialmente compreensões sobre determinado território. Enquanto instituição, a televisão e o telejornalismo têm esse poder e participam ativamente da construção social da realidade.

O telejornalismo local e/ou regional utiliza-se dessa dinâmica, no intuito de gerar conexões ainda mais profundas com os seus públicos. Nesse contexto, vale-se de elementos estéticos, culturais e de linguagens que permitem aos telespectadores se reconhecerem no processo daquilo que é comunicado.

A minha facilidade em encarar o jornalismo da região é por conhecer a nossa região, é por conhecer as pessoas. Então, a vida política de alguém, os prefeitos da época, que a gente conseguiu trabalhar junto com eles, muitas vezes trabalhando em serviço público, em várias gestões municipais. Então, esse entendimento nos traz a facilidade de fazer um jornal. E chegar aqui, se você não me oferecer nenhuma informação, eu faço o jornal de uma hora, de uma hora e meia (Comunicador 04, 2025).

Os elementos que configuram a fala do Comunicador 4 implicam em complexos debates sobre os laços políticos e sociais que permeiam o jornalismo. Se por um lado, o jornalismo local e/ou regional pode favorecer a qualificação do debate público e a formação da opinião pública qualificada, por outro, pode cair no equívoco de se restringir aos limites políticos, econômicos e institucionais que, mesmo “indiretamente”, influi naquilo que é produzido e noticiado.

Jesus (2024) evidencia que o telejornalismo regional de qualidade pode favorecer a superação de visões estereotipadas sobre determinado território/cultura/povo, especialmente quando considerada a dimensão da proximidade, instrumento que favorece a construção de conteúdos mais compatíveis com as realidades locais e gera o sentimento de pertencimento “[...] mas para isso

eles precisam estar alinhados com a realidade local, destacando as potencialidades, bem como valorizando as múltiplas identidades" (Jesus, 2024, 74).

Mas, como falar em múltiplas identidades, quando em conteúdos jornalísticos falta diversidade de vozes e versões? Como falar em proximidade, quando no jornalismo regional determinadas cidades passam despercebidas? Quem e quais lugares importam nesse processo? Outros aspectos também podem ser considerados no debate sobre o telejornalismo regional, a partir da experiência observada, entre eles, o improviso e a inserção de conteúdos comerciais.

Eu tenho duas experiências na TV. No meu primeiro momento, eu era contra o teleprompter. [...]. Eu trabalhava apenas com retranca de matéria. Eu montava a retranca e a cabeça eu montava na hora. Saber qual era o tema, sequer, muitas vezes dá tempo você assistir a matéria. Mas a gente confia muito na nossa equipe, onde tem um bom editor, onde ele tá lá, além de editando a matéria, tá vendo o que pode ir, o que não pode. E muitas vezes você pega pela retranca e já sabe mais ou menos o que é a matéria. [...]. Mas depois, com o passar do tempo e tudo, eu vim entendendo a segurança que nos dá também a gente tá com o teleprompter. Nesse sentido. Até porque vem uma grade de merchandising e tem alguns 'merchans' que eles vêm do jeito que a agência cobra que seja feito daquele formato (Comunicador 4, 2025).

O espaço do Cariri 24 Horas também é comercial. Assim, o jornalismo unido ao marketing, pode ser entendido como uma perspectiva estratégica para atender ao mercado de bens e serviços regionais. Esses apoiadores, através de negociações financeiras, ocupam o espaço de fala que, na TV, é restrito. O espaço concedido ao comércio, por vezes, nega a outros atores e serviços a possibilidade de participação. Camponez (2002) percebe que a lógica do mercado da proximidade tornou-se uma alternativa rentável frente à competitividade de produtos midiáticos de maior abrangência.

Sim, aí depende muito do alinhamento do setor comercial da televisão. Por exemplo, a gente vai receber algumas coisas e a gente não pode fazer porque ou é de concorrentes, de empresas que anunciam aqui. Se a pauta for interessante, a gente pega a pauta e faz com quem é parceiro da gente. Ou a gente faz sozinho. Mas a gente já barrou muita pauta porque não pode [...]. Aí tem todo esse alinhamento com o departamento comercial (Comunicador 1, 2025).

Entre os pedidos de inserção (PIs), também existem os conteúdos próprios do governo. Na mídia local, os pedidos de inserção governamentais podem estar vinculados às instituições locais, regionais e nacionais. No caso da TV Verde Vale, os PIs não se referem apenas ao horário do jornal, mas a toda a grade da programação,

como expresso pelo Comunicador 1 (2025) “Recebe essas mídias dessas PIs do governo. Chega, até porque como é uma concessão, tem que rodar. Chega sim. Tanto dentro do jornal como da programação toda”.

A mídia local, então, em alguns casos, configura-se como empresa midiática e se insere no contexto da esfera mercadológica por visar o lucro através da captação de recursos provenientes de publicidade e de outros contratos como matérias pagas, publicação de *press releases* e prestação de serviços para as instâncias do poder público e privado. Desta tendência resultam alinhamentos político-editoriais aos grupos e em exercício do poder local e regional o que compromete a autonomia e a qualidade da informação. Outra característica seriam as limitações de ordem tecnológica e profissional. Em alguns casos, nota-se a tendência à ausência de mão-de-obra qualificada e de infraestrutura adequada para a cobertura jornalística do local ou região (Volpato, 2020, p. 142).

No caso da TV Verde Vale, mesmo havendo um discurso de não interferência política do empresário Manoel Salviano, político que conseguiu a concessão da outorga de TV Educativa para a emissora, percebe-se um vínculo econômico com este ator. Os detalhes das relações políticas, administrativas e econômicas do cotidiano da emissora podem ser aprofundados, caso haja abertura, a partir de estudos que se dediquem a compreender, em profundidade, estas relações.

O Salviano, enquanto deputado, ele trouxe, conseguiu a concessão para a Fundação 15 de Agosto, mas ele nunca fez parte da fundação. Ele sempre foi um apoiador da emissora/da TV. Até hoje ele tem algumas empresas que estão anunciando. Ele é um apoiador cultural da TV. A fundação é uma fundação independente. E dentro da fundação tem a TV Verde Vale, que age de forma independente também, mas que responde à fundação, com sua diretoria, seus diretores, seus gestores de cada departamento e os funcionários. Acima de todos nós daqui tem a presidenta da fundação, a diretoria da fundação (Comunicador 1, 2025).

O Comunicador 4, mesmo tendo sido convidado a trabalhar na emissora pelo próprio Manoel Salviano, disse não existir expectativas, por parte deste ator, em torno do seu trabalho. As informações, por vezes, abrem perspectivas para compreensões diferentes. Como alguém que não tem influência em uma emissora, convida um profissional para atuar em um telejornal?

Olha, veja só. Essa atuação nossa aqui, eu gosto muito de separar o joio do trigo. A questão com o fundador da TV, o doutor Salviano, era uma amizade que já vinha de outros carnavais, ou seja, de outras situações. Trabalhei junto com ele na Prefeitura Municipal de Juazeiro. A gente sempre teve essa maior aproximação, mas depois, isso tudo é separado quando eu passo do portão pra cá. [...]. Eu fui desafiado a um convite. De entrar na TV no momento que essa TV internamente teve um problema político, vivenciou um problema político dentro dela, político-administrativo, político também ratificado que foi a situação que gerou todo esse convite e muitos profissionais vieram aqui

buscar a oportunidade de assumir esse jornal e eu fui convidado pelo dono [...] (Comunicador 4, 2025).

Evidentemente, no campo jornalístico, há diversas relações econômicas e políticas, sendo que as dinâmicas comerciais possibilitam a sustentabilidade dos processos. Porém, como Ribeiro (2005) acreditamos que essas relações não devem sobrepor princípios éticos do jornalismo e o consequente compromisso social com a qualidade da informação fornecida ao público. Esse quadro só pode ser atendido quando os diversos setores da instituição jornalística assumem esse compromisso. “Os jornalistas trabalham melhor a partir do momento em que o setor comercial e a redação tem comprometimento com o público e com os valores da profissão” (Ribeiro, 2005, p.82).

5.2.3 Questões de gênero no jornalismo regional: um destaque necessário

Dos três repórteres que atuam no Cariri 24 Horas, dois ocupam a função de estagiários, são estudantes de jornalismo da UFCA, e apenas um repórter possui graduação completa na área. Somado a esse quadro, o editor de jornalismo também atua como repórter, sendo uma voz presente nas notícias veiculadas no telejornal. Nesse contexto, parte significativa dos atores que atuam na produção do Cariri 24 Horas possuem formação completa ou em andamento em jornalismo.

Na equipe citada, há apenas uma mulher, que exerce a função de repórter, em cargo de estagiária. Assim, percebemos um grave problema na composição da equipe, devido à desigualdade de gênero. O cargo ocupado também emite um alerta, haja vista que, em um organograma institucional, os estagiários ocupam os níveis mais baixos e, se considerada a Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008), essa modalidade não se configura como um vínculo empregatício.

Indícios do tensionamento de gênero e sexualidade sobre as práticas comunicacionais surgem, por exemplo, em pesquisas que investigam seu caráter gendrado; em pressões pela inclusão de mulheres em posições de chefia e de tomadas de decisão nas indústrias midiáticas; em críticas de mídia que interpelam regimes de visibilidade e conjuntos representacionais patriarcais cisheteronormativos; em lutas por igualdade salarial; no combate ao assédio e às violências de gênero (Barbosa; Varão, 2024, p.162-163).

Neste debate e, frente à configuração da equipe do telejornal Cariri 24 Horas, optou-se por apresentar um destaque às questões de gênero no telejornal. Ao ser

indagada sobre como se sente ocupando um espaço de protagonismo no telejornal, a repórter expressou:

Aqui, você tem a oportunidade de enxergar as coisas diferentes, assim como de se impor, em determinadas situações. Você pode ter a voz, ter o espaço de voz, que muitas vezes não teria caso você, a presença feminina, não estivesse aqui. Então, eu fico feliz de saber que quando uma mulher saiu daqui eu cheguei [ela se refere a comunicadora que atuava na equipe]. E quando eu sair, provavelmente outra vai chegar, ou então até mesmo enquanto eu estou [sic] aqui. Para que tenha esse espaço, para que a gente levante pautas que são importantes para outras mulheres também. Não como um favor [...], mas porque isso é um direito. É uma pauta fundamental, tá aqui, acontece. Então, se eu não faço isso, quem é que faz? (Comunicadora 2, 2025).

Assim, a comunicadora percebe que o lugar que ocupa não se restringe a sua voz e/ou versão, na medida em que favorece a participação de pautas que contemplam demandas das mulheres, em suas múltiplas vertentes. A repórter destacou ainda que a sensibilidade feminina acompanha aquilo que ela desenvolve como trabalho.

A sensibilidade feminina é fundamental, um olhar feminino. Claramente existe uma diferença de olhares e não necessariamente é uma coisa ruim. Cada um tem o seu papel ali. Então, óbvio que eu vou ter um olhar mais delicado quando eu vejo um caso relacionado a alguma mulher que sofreu algum tipo de violência, seja física, psicológica, moral, enfim, diversas outras. Claramente é necessário que haja esse profissional para fazer esse acolhimento, porque ela vai ter uma sensibilidade genuína, bem maior do que qualquer homem poderia ter. Não necessariamente porque um homem é um profissional ruim, não, jamais, são profissionais extremamente qualificados, mas porque uma mulher vai ter a empatia necessária para realizar aquele tipo de processo. Então, eu acho isso muito importante (Comunicadora 2, 2025).

Considerando as questões de gênero, a comunicadora chama a atenção para a diferença de percepções jornalísticas; não com base em uma perspectiva de sobreposição, mas a experiência das mulheres, sobretudo quando considerada as questões sociais de gênero, pode contribuir efetivamente para uma diversidade de olhares e versões dentro do jornalismo, algo que favorece a qualidade daquilo que é comunicado.

Nesse contexto, reforçamos a compreensão de que a qualidade dos produtos jornalísticos não se limita às questões técnicas, econômicas, editoriais e ou ideológicas, mas a possibilidade de incluir vozes e versões em sua construção. Sob essa perspectiva, não nos referimos apenas às fontes, mas aos próprios jornalistas, atores centrais nesse campo. Assim, as questões de gênero também podem ser entendidas como uma pauta central na discussão sobre a qualidade do jornalismo.

O debate sobre as questões de gênero também pode implicar em uma efetiva denúncia aos ditames excludentes da concepção positivista da objetividade jornalística. A atuação das mulheres e/ou minorias no jornalismo pode e deve ser percebida como uma luta diária.

É bem interessante porque muitos veículos de comunicação costumam encontrar datas específicas, como o dia contra a violência contra a mulher, o outubro rosa, enfim, datas específicas são voltadas àquilo. Mas quando você é mulher, você vive isso, então você não sai procurando datas, você... Todos os dias existem essas ocasiões, todos os dias existem pautas que podem e devem ser feitas. Então eu não vou esperar só na data específica para fazer o meu papel e olhar por outras mulheres. Eu vou diariamente estar aqui em defesa delas também, porque eu sei que defendendo elas eu estou defendendo as futuras gerações de mulheres também e outras mulheres que vão exercer esse papel de cuidar e proteger (Comunicadora 2, 2025).

Figura como um desafio aos meios de comunicação e ao campo jornalístico a necessária discussão sobre as questões de gênero no campo e a relevância da igualdade de oportunidades para a promoção de conteúdos qualificados e capazes de dialogar com diferentes experiências sociais, incluindo as mulheres e as minorias.

Quando eu estou acompanhando um caso de violência contra a mulher, uma mulher que foi violentada, agredida de alguma forma, e eu vou lá e converso com alguém da delegacia da mulher sobre o caso e trago as informações. Esse é o meu papel, trazer as informações. Mas ainda assim, como jornalista, eu me sinto na obrigação de mostrar que eu também não compactuo com esse tipo de coisa, porque ainda assim eu estou lá de frente às câmeras e alguém que está lá do outro lado da tela vai se importar com aquilo que eu falei, vai parar por um segundo para refletir. É muito simples eu dizer diga não à violência contra a mulher, mas eu também posso falar. Existem diariamente milhares de mulheres que sofrem com isso. E é nosso papel denunciar. Não existe isso de: ai, porque briga marido e mulher, não se mete a colher. Mete o garfo, mete a faca, mete tudo, minha gente. Passou dessa época. Não é apenas errado, é crime. Então, muitas vezes, a gente pode passar a notícia, mas você pode fazer muito mais se você mostrar na prática que você tem essa consciência e instigar a pessoa do outro lado da tela a ter essa consciência também. Você pode passar a informação, pode, mas você pode fazer muito mais. Se você puder passar aquelas experiências de vida também, que são coerentes com o seu trabalho, para o telespectador (Comunicadora 2, 2025).

O debate apresentado pela comunicadora aponta para outra discussão fundamental ao aprofundamento do estudo e das práticas jornalísticas que diz respeito ao valor da opinião que, longe de ferir os códigos deontológicos da profissão, favorece a discussão pública sobre aquilo que está sendo tratado.

5.2.4 A opinião também informa: a luta pelo direito a interpretar e ultrapassar a ideologia epistêmica da “objetividade jornalística”

Nos posicionamos criticamente contrários à ideologia positivista da objetividade jornalística, perspectiva que aponta para a necessária busca e transmissão da realidade objetiva, a partir da consideração de fatos como puros, neutros, absolutos e que não abre possibilidades à interpretação jornalística. Essa ideologia figura no âmbito de uma proposta de “neutralidade” que desconsidera um complexo conjunto de fatores, entre eles a própria humanidade e capacidade crítica de quem produz e de quem recebe a informação.

A concepção epistemológica do fato puro, absoluto, e seu conhecimento como pré-existente ao esforço cognitivo do jornalista para interpretar a realidade, não autoriza qualquer possibilidade de compreensão diversa daquela apresentada como unívoca e de inquestionável facticidade (Rocha, 2021, p.27).

Essa posição ideológica é totalmente contraditória quando considerado o complexo conjunto de processos e perspectivas que envolvem os produtos jornalísticos, entre eles as rotinas profissionais, os enquadramentos das notícias, os vínculos políticos e ideológicos presentes nos veículos de comunicação e o potencial do jornalismo em atuar de forma crítica e reflexiva.

O debate sobre a objetividade jornalística é amplamente difundido e, por muitos, utilizado como mecanismo para “escapar” de responsabilidades. Nas redações e nos espaços de formação de comunicadores, esse discurso ainda é presente, inclusive, o identificamos no diálogo estabelecido com o Comunicador 3 (2025) que disse acreditar nesta ideologia.

Todavia, a Comunicadora 2 (2025) expressou uma importante reflexão sobre este tema, a partir da sua crença na necessidade de o jornalista opinar e se desvincular da ideia de neutralidade, como um critério de compromisso social. O jornalista deve omitir opinião:

Porque se ele não se porta dessa forma, ele está se colocando em cima do muro. Ele está se ausentando de um papel que ele tem por obrigação [...]. Claramente, se ausentar de dar determinadas opiniões é muito mais fácil. É muito difícil você estar diante de uma câmera e impor sua opinião e saber que muitas pessoas podem ser contrárias a ela. Mas ainda assim, quem está nesse lado gosta de se arriscar, gosta de viver isso. Realmente eu gosto disso. E não necessariamente é a mão de Deus. Claro que a gente pode errar em determinadas situações. Mas é um aprendizado diário, se você não está disposto a isso, não deveria ter entrado na área (Comunicadora 2, 2025).

Em diálogo com Rocha (2021) reconhecemos que, no contexto dos estudos em jornalismo, as discussões que envolvem a interpretação da realidade, protagonizadas também pelas práticas jornalísticas, são complexas e caminham em um percurso contrário à crença irrefletida na objetividade jornalística e na ideia de um jornalismo que se identifica como um espelho da realidade. Como pensar em interpretação quando se busca identificar e transmitir fatos puros, neutros, objetivos? Assim, o aprofundamento nessa discussão implica revisões teóricas, epistemológicas, metodológicas e estruturais, sobretudo quando considerado aspectos como a autonomia relativa dos jornalistas, as políticas editoriais dos veículos de comunicação e a ambiguidade percebida na ideologia do profissionalismo jornalístico.

5.2.5 Política editorial e divisão do trabalho no Cariri 24 Horas: uma discussão contextual

A política editorial do Cariri 24 Horas dialoga com as diretrizes da TV Verde Vale, considerando o perfil de sua concessão (outorga de TV educativa); tende a priorizar informações regionais e, através de parcerias, também produz conteúdos com maior abrangência, sendo um elo entre o Cariri cearense e as demais regiões do estado, até mesmo, com o território nacional.

Além disso, a gente prioriza muito mostrar o que de fato acontece na região do Cariri. No máximo de editorias que a gente conseguir colocar dentro do jornal, com os factuais, o que acontece no dia a dia, além da produção de matérias mais elaboradas, matérias especiais, de diversos temas, religiosidade, cultura, sempre passando uma mensagem positiva da nossa região para quem nos assiste. E hoje, como a gente é afiliado à TV Cultura, também, essas matérias, a gente manda para lá, para rodar em todo o Brasil (Comunicador 1, 2025).

As expectativas em torno de produções que contemplam a região do Cariri cearense nem sempre se materializam, especialmente quando considerada a sobreposição de conteúdos que pautam apenas acontecimentos do principal polo econômico da região, Juazeiro do Norte. Essa restrição aponta para questões logísticas e econômicas, perspectiva comum em TVs regionais. Segundo Silva (2006, p. 292) “as tevês regionais, por uma série de questões, procuram dar cobertura maior para a cidade mais importante de sua região. Este fato tem gerado muitas críticas e discussões sobre o papel que as emissoras deveriam prestar para a região”.

Acreditamos que um telejornal dito regional, seja no Cariri cearense ou em outras regiões do Brasil, possui o compromisso social e ético de considerar as múltiplas possibilidades dentro do seu território de atuação. A supressão de espaços, vozes e versões limita a qualidade dos conteúdos veiculados e a referência à “proximidade” tão presente nos veículos de comunicação locais e ou regionais.

Identificou-se que na dinâmica do Cariri 24 Horas, não há uma divisão clara de cobertura por editorias: “[...] aqui todo mundo faz um pouco de tudo para ter essa bagagem, conhecer como de fato é cada linha de trabalho dentro do jornalismo” (Comunicador 1, 2025); “Aqui cada um faz de tudo um pouquinho [...]” (Comunicadora 2, 2025). Com relação às questões estruturais, a TV apresenta estrutura limitada, mas “comporta as necessidades” da produção (Comunicador 1, 2025).

As entrevistas indicam que as notícias veiculadas no Cariri 24 Horas resultam de ações coletivas. São diversos os atores que propõem as pautas desse telejornal, entre eles, parceiros e os próprios gestores da instituição. Sob essa perspectiva, Rocha (2021) apresenta uma discussão essencial ao estudo em jornalismo que diz respeito ao aprofundamento da compreensão acerca das funções desempenhadas pelos atores que integram este campo, entre eles os jornalistas, a organização empresarial, sobretudo quando consideradas a política editorial dos veículos, e o público.

A maneira completamente irrefletida ou acrítica com que são tratadas estas questões, estigmatizando as denúncias de manipulação do grande capital, que monopoliza a propriedade da mídia convencional, sobre a produção de notícias como sendo resultado de teorias conspiratórias, é uma postura quase padrão no estado da arte da área, com exceção de poucos autores (Rocha, 2021, p.15).

Essa postura crítica demanda estudos contextuais, haja vista a multiplicidade de veículos de comunicação no Brasil e a variação de perspectivas de atuação. No caso da hierarquia, no contexto da TV Verde Vale, o comunicador 1 (2025) explica sobre a relação entre gestores e pautas: “Justamente, por ser uma relação tranquila... [...] eles sempre mandam e a gente consegue encaixar”. Nesse contexto, alinhamentos internos que envolvem o grupo de colaboradores geralmente são conduzidos considerando questões hierárquicas.

Nos diálogos, percebeu-se um discurso de “liberdade” no quesito sugestões de pautas, considerando a apreciação do editor que, entre as suas funções, “busca aprofundar aquilo que está sendo pautado e direcionar o foco da informação, por

exemplo, dando maior evidência à perspectiva social” (Comunicador 1, 2025). O editor, nesse contexto, pode ser entendido como um “mediador da qualidade”. Essa discussão coloca em xeque o sentido de mediação. Quais influências fazem parte desse processo? Essa pergunta conduz a diferentes interpretações, incluindo o discurso de manipulação da notícia.

A identificação de casos de manipulação informativa tem sido um serviço recorrente da crítica de mídia no Brasil, identificando práticas indesejáveis e, indiretamente, contribuindo para o aperfeiçoamento de procedimentos e para a criação e implementação de mecanismos de controle de qualidade nas organizações jornalísticas (Christofolletti, 2018, p.77).

Sobre os enquadramentos das notícias, na equipe, foi identificado uma perspectiva comum: as mudanças de enquadramentos previamente estabelecidos se dão, sobretudo, pela complexidade dos espaços onde as matérias são desenvolvidas. Em alguns casos, a matéria não “rende”, como previsto, sendo necessário adaptações. Em outro cenário, aquilo que foi planejado ultrapassa as expectativas e o conteúdo final sofre alterações. No quesito enquadramento da notícia, a comunicadora 2 (2025) expressou:

Com certeza, ele é previamente definido. O que a gente vai fazer, sobre o que vamos falar, de que forma, muitas vezes até o cenário em que vamos gravar. [...]. Então, tem [sic] coisas, muitas coisas que são previamente ditas e isso é interessante que não mude. Claro que, se houver realmente a necessidade, nós temos essa liberdade [...]. Mas aquele trabalho de produção deve ser respeitado, porque o produtor também dá orientações antes da gravação, justamente para que o trabalho do repórter seja aproveitado da forma correta. Ele esteja em um cenário melhor, em um ambiente melhor, falando sobre um assunto coerente, com perguntas que vão agregar naquele material (Comunicadora 2, 2025).

O Comunicador 3 (2025) expressou que, na sua rotina de trabalho, possui “liberdade” na produção dos conteúdos e utiliza como referência a compreensão sobre o contexto em que realiza as apurações. Porém, essa autonomia configura-se como relativa e, em caso de dúvidas, ele busca orientações de profissionais mais experientes como o editor de jornalismo e o apresentador do telejornal, destacando que o apresentador: “não tem a formação de jornalista, mas tem uma vivência muito boa”. Assim, esses atores possuem influência direta naquilo que é produzido. Nessa perspectiva, sobre o que é planejado anteriormente, o interlocutor afirma:

Assim, a gente não segue 100% à risca, né? A gente, tipo, é aquela coisa, quando a gente vai marcar a pauta, a gente marca com intuição de seguir daquela maneira. Mas muitas vezes quando a gente vai pra [sic] rua, a gente

vê que o viés é outro, o direcionamento é outro. Então a gente acaba reformulando, mas sempre indicando, né? Pra [sic] equipe de produção, ó, a gente fez isso por causa disso, disso, disso” (Comunicador 3, 2025).

Na perspectiva da captura das imagens, o Comunicador 5 (2025) demonstrou compreender a relevância da captação de imagens de qualidade como instrumento central na sua atuação, essa captura acontece a partir de diferentes ângulos e do diálogo com o repórter, especialmente em caso de necessidade de mudança de enquadramento. Ele demonstrou ampla preocupação com a qualidade técnica dos registros que realiza.

Você discute com o repórter. Vamos trocar de posição? Pega aqui. Ele diz, não, mas eu quero pegar essa imagem aqui de fundo. Aí você vai mudar pelo menos o ângulo. Aí muda o ângulo conversando com o repórter. Não é só o repórter dizer, eu quero fazer aqui, você faz. Depois que a imagem chega na edição, eles vão chamar a pessoa que fez a imagem, não o repórter. Então, por isso, você tem que ter cuidado (Comunicador 4).

O enquadramento jornalístico representa uma ferramenta presente e estratégica nos modos de contar histórias. No contexto observado, sobretudo a partir dos diálogos estabelecidos, percebe-se, no enquadramento, um parâmetro de qualidade técnica, uma estratégia política, econômica e de produtividade. Melo (2011) observa que nos estudos em jornalismo, o debate sobre o enquadramento é uma perspectiva central, haja vista que, o enquadramento é algo inerente ao discurso. Ao referenciar o campo midiático, a partir da visão contemporânea desse como um espaço público, a autora aponta que os diversos outros campos buscam espaço nele.

Ao dar visibilidade ao real, o campo jornalístico procede a um trabalho simbólico de construção da realidade. Contra a tendência da naturalização do processo de produção de notícias, coloca-se a importância da discussão teórica acerca do enquadramento como uma dimensão presente na cultura jornalística e no processo de noticiabilidade. Em variados graus de tensão, os enquadramentos podem engessar o debate público ou refletir certa abertura para tal, abrindo novas possibilidades de diálogo e contribuindo para uma visão mais plural de enfoque sobre as notícias (Melo, 2011, p.13).

Nesse debate, pode-se perceber, no diálogo, uma das principais formas de discurso. Vizeu (2009) percebe no diálogo o elemento central da participação do jornalismo na construção social da realidade. Esse argumento reforça a percepção de que o jornalismo não se constitui como uma prática isolada, e a sua participação na construção social do real decorre de processos de interação que envolvem, para além dos jornalistas e de suas fontes, questões sociais, aspectos territoriais, códigos deontológicos da profissão e outros membros da equipe que fazem parte da produção,

incluindo os gestores e os demais dirigentes e também o público. Esse contexto é permeado por diversos processos de negociações.

No Cariri 24 Horas, o público também sugere pautas, essencialmente, através dos canais da emissora em plataformas digitais e até mesmo na portaria, como relata o comunicador 01 (2025): “[...] a Portaria da TV. Muita gente ainda procura aqui [...]. Às vezes, quando o pessoal tem alguma dúvida, pergunta e a gente dá as orientações para atender da melhor forma”.

A gente tem essa identificação na rua, quando vai passando, as pessoas... O homem do jornal... Rapaz, olha, tem [sic] esse buraco aqui, tem não sei o que, a gente volta, já liga pra nossa produção. Rapaz, olha, tem um reclame da população aí, tá se desenhando, tem um momento de solidariedade. A gente tem essa identidade também com a religiosidade aqui na cidade [...] a gente traz também essa informação que ela recheia muito a nossa grade, o caminho também dos padrões culturais, a identidade que a gente tem por muito tempo com os grupos de tradição na região, tem essa identificação aí, a gente tem muito esse alinhamento (Comunicador 4, 2025).

Para Volpato (2020, p. 144), "diante das principais tendências da mídia local, observa-se que a ideia de 'proximidade' é uma de suas principais características, já que se relaciona com aquilo que é familiar[...]". Esse, é um dos contextos que aponta para uma relação muito sutil entre o desempenho de um jornalismo majoritariamente local em contraponto a uma ideia de jornalismo regional, como expresso no próprio nome do telejornal “Cariri 24 Horas”.

5.2.6 Entre compromisso social e assistencialismo: contribuição do telejornalismo regional para a superação de desafios sociais

A TV Verde Vale, através do Cariri 24 Horas, também desempenha uma função social que perpassa a informação, motivando ações concretas na resolução de problemas individuais e/ou coletivos. O retorno social é mensurável, desde o contato com instituições, na busca por respostas, até problemas relatados por populares e a assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Às vezes vem gente aqui dizendo, não tenho o que comer na minha casa. Aí, termina o jornal, e já vem alguém deixar uma cesta básica. Ou, queria marcar uma cirurgia. Ou então minha casa pegou fogo. Depois vem aqui de novo, agradecer porque me ajudaram, a população comprou a minha ideia, melhorei, arrumei um emprego. Tem [sic] sim, de fato, essa resposta social e por incrível que pareça é muito rápida também. Já veio gente aqui pedindo um carrinho de mão para poder trabalhar e no outro dia o carrinho de mão já estava aqui. A gente avisou, avisou no Jornal de novo, pode vir, entramos em

contato, pode vir buscar. Essa resposta ainda é muito rápida, muito também da grande generosidade do público que acompanha a TV Verde Vale (Comunicador 1).

Sobre essa perspectiva, Moraes e Kneipp (2022) avaliam que ações assistencialistas podem ser percebidas como uma estratégia muito comum nos meios de comunicação locais. Para os autores, essa prática não apenas aproxima o público das emissoras, mas se refere a uma perspectiva estética que gera engajamento em torno de disputas de audiência pelo viés da popularidade. Moraes (2023, p.60) acrescenta: “Midiatizada a solidariedade ganha outra conotação”.

Percebemos uma expressiva fragilidade na manutenção de práticas assistencialistas, sobretudo no campo midiático, no qual a ênfase na formação da opinião pública qualificada, através de um jornalismo de qualidade, pode motivar ações e estratégias muito mais efetivas para a superação de problemas estruturais que se solidificam na sociedade.

Guareschi, Dias e Hartmann (2007) percebem no assistencialismo um instrumento de legitimação das sociedades capitalistas, sendo o campo midiático, um espaço favorável a esta prática. Para os autores, trata-se de um assistencialismo midiático, um atualizado formato de assistencialismo, potencializado pela presença na mídia.

Essa prática, construída em torno da ajuda aos necessitados, não possui força para a superação dos problemas estruturais da desigualdade, pelo contrário, mantém a ordem social e, no campo midiático, torna-se ainda mais eficiente, pela sua influência simbólica e pelo “espetáculo” gerado em meio a situações de vulnerabilidade. Guareschi, Dias e Hartmann (2007) evidenciam que, no contexto brasileiro, o assistencialismo faz parte de suas raízes e pode ser percebido em diferentes momentos da formação social do país. Para os autores, essa estratégia não está limitada às questões midiáticas, embora, no campo midiático, encontre força expressiva. O assistencialismo gera também sentimentos diversos como orgulho e gratidão.

O nosso trabalho, simples como é [...], mas a gente conseguiu transformar a vida de muitas pessoas. Perfil de pessoas que saíram do momento de aflição para hoje de serenidade. Ou seja, isso relata muito do que eu estou querendo dizer. Pessoas que muitas vezes chegaram aqui em busca de uma oportunidade. E saíram daqui com um norte diferente de vida. Para melhor. Pessoas que vieram fazer um apelo nessa emissora e conseguiram transformar sua vida. [...] eu posso dizer que sou muito feliz com o que faço, eu não estou aqui mais pelo que ganho [...] e claro que tudo tem a sua época.

Amanhã ou depois o desafio vai passar. Mas eu vou levar comigo um legado de ter construído oportunidades a muitas pessoas, inclusive a mim mesmo (Comunicador 4, 2025).

Guareschi, Dias e Hartmann (2007) fazem uma leitura histórica, sociológica e econômica do Brasil, na qual há dominantes e dominados, os donos do poder e os explorados. Essa perspectiva remete à leitura marxista sobre a sociedade capitalista. No caso da mídia brasileira, como apresentado no tópico introdutório, há uma concentração do poder midiático. Essa concentração reflete desde os grandes grupos de comunicação em "mãos" de poucos até os laços políticos e econômicos que se fortalecem em torno das elites locais e regionais.

Ora, os meios de comunicação, em vez de atuarem como um serviço público como reza a Constituição, passaram a ser propriedade privada de algumas pessoas, ou grupos, os novos latifundiários midiáticos. E assim como na história brasileira, em que uma minoria de latifundiários da terra e de capitães da indústria mantiveram sua posição de hegemonia e dominação através de práticas assistencialistas, hoje também, para garantir e reproduzir essa dominação, os novos latifundiários midiáticos, ao redor de dez famílias, recorrem a essa mesma estratégia, agora, contudo, sob nova forma: o assistencialismo midiático. É a partir dessas informações conseguidas através da investigação, que podemos, então, sublinhar o forte cunho ideológico de nossa mídia, principalmente a que se dirige mais diretamente à população pobre, que pode assistir apenas a programas de canais de TV aberta (Guareschi; Dias; Hartmann, 2007, p.15-16).

Os autores apontam uma solução para este cenário, que se traduz em uma educação midiática que possibilite aos diversos públicos da mídia realizarem uma leitura crítica sobre aquilo que consomem. Mas, não é apenas os detentores do poder que utilizam essa estratégia; as pessoas também se reconhecem nelas, sobretudo, quando buscam sanar problemas individuais. O público também procura os veículos de comunicação para denunciar problemas estruturais dos locais onde vivem, sobretudo, porque afetam a sua rotina individual e/ou familiar.

Nesse contexto, frente aos relatos, destacam-se como as principais pautas sugeridas pela população a cobertura de temas ligados à “falta de infraestrutura” e à deficiência em serviços públicos. “Às vezes a gente não faz nem a reportagem, consegue resolver porque a gente tem contato mais fácil com os órgãos, seja prefeitura ou alguma outra entidade” (Comunicador 1). A comunicadora 2 (2025), demonstrou-se mais sensível e atenta à mediação entre o telespectador e às instituições.

Por exemplo, uma senhorita veio aqui reclamar que tem um problema na infraestrutura do seu bairro. A nossa equipe foi lá, fez a reclamação, entrou

em contato com o setor responsável da CAGECE e eles disseram que ia [sic] resolver. No dia seguinte, eu entrei em contato com a assessoria e a CAGECE disse que havia sido resolvido. Entrei em contato novamente com essa senhorinha da comunidade para confirmar e ela disse que não. Depois eu falei novamente com a CAGECE, eles deram um retorno dizendo que havia acontecido um equívoco, um imprevisto, e que iam resolver. Então, não é só gravar e deixar. Não, não é sobre isso. A gente realmente tem uma missão, tem um papel ali com o público, um compromisso com quem está assistindo. Então, não é só sobre falar, é sobre ver que aquela situação ou foi resolvida ou está sendo feito o necessário para que ela se resolva e a gente continua acompanhando. Entra em contato com quem for necessário para poder saber se realmente aquela situação houve uma melhoria desde o nosso contato com eles, desde a nossa participação. Acho que esse é o papel diário, né? (Comunicadora 2).

A atenção ao problema relatado expressa responsabilidade com à questão assumida como pauta, mas acreditamos que a mídia possui um compromisso ainda maior, sobretudo, quando possibilita a identificação das raízes dos problemas sociais, os quais ultrapassam demandas individuais ou ações pontuais.

5.2.7 A qualidade do jornalismo para além de questões técnicas: Um diálogo em convergência, entre a TV, plataformas digitais e assessorias

Nas falas dos interlocutores, há uma defesa sobre a qualidade do conteúdo produzido para o Cariri 24 Horas, sobretudo, quando comparado às informações veiculadas nas mídias sociais digitais. “O grande diferencial é que a matéria para a televisão é bem mais elaborada” (Comunicador 1). Mas, a convergência entre mídias também faz parte da rotina desse telejornal.

A TV Verde Vale faz uso de plataformas digitais para divulgar conteúdo. O *Instagram*, por exemplo, é utilizado para postagens de recortes das matérias. Esse recurso é atrelado à mecanismos de integração com a plataforma da emissora no YouTube. As interações com as redes sociais digitais não se limitam à divulgação de conteúdos, pois essas mídias também se configuram como instrumentos de identificação de pautas locais e ou regionais, haja vista que a mídia local também divulga conteúdos de interesse do público.

A gente reproduz pautas da mídia local e sempre a gente tenta trazer algo novo. Transformar aquilo que é o assunto do momento em algo independente e algo novo para não ficar mais do mesmo. A gente fala muito disso aqui, como fazer diferente, passando a mesma notícia, tentar abordar com outro viés. Mas como a maioria não trabalha só aqui na TV, tem outra função, aí todo mundo acaba ficando muito bem atualizado, trabalha em rádio, trabalha em outros sites. E já tem que ter essa criatividade de mostrar em cada veículo do seu jeito (Comunicador 1).

Essa abordagem sinaliza um conjunto de características comuns aos veículos de comunicação e aos comunicadores na região. Até que ponto essa “nova perspectiva” de informar é viável, frente às pressões relacionadas ao tempo de produção? Quais possibilidades de reflexões críticas, de buscas por vozes alternativas e/ou enquadramentos diferentes existem para um profissional que, muitas vezes, além de assumir mais de um vínculo empregatício (quando se configura essa modalidade), ainda precisa nestes vínculos se “desdobrar em mil”? Esse debate abre perspectivas para um conjunto significativo de reflexões, entre elas, o contato com as fontes.

Para Alsina (2009, p.52) "um elemento fundamental no processo de produção da informação são as fontes. A relação entre acontecimento-fonte-notícia é essencial para a compreensão da construção social da realidade da informação". Sobre essa perspectiva, o Comunicador 1 (2025) expressou:

Hoje o contato com as fontes é muito tranquilo porque, basicamente, com o crescimento do investimento em comunicação, boa parte dos órgãos já tem assessoria e facilita muito. Às vezes, os assessores até perguntam: qual fonte vocês querem? Aí a gente escolhe por já conhecer algumas fontes. Não, queremos falar com fonte tal... com o secretário, com o prefeito, tem que ser essa fonte, ou com um técnico, algum especialista e tem essa liberdade também, até porque do outro lado tem um jornalista também, ele vai entender o que é melhor, ou então às vezes, ah, eu quero tal fonte, aí o assessor, não, é melhor falar com esse técnico que é mais voltado à área dele, e facilita esse trabalho, essa comunicação de jornalista, de redação, com o jornalista da assessoria (Comunicador 01).

Percebe-se nessa fala uma relação de dependência para com as assessorias de imprensa, o que pode limitar o papel mediador do jornalismo e a autonomia dos jornalistas, sobretudo, quando considerado as vozes e versões possibilitadas por este intermédio. Esse quadro ganha ainda mais força ao serem percebidos os interesses institucionais e ou políticos empresariais que permeiam as assessorias de comunicação. Quem são as fontes escolhidas? Podem não ser as que vivenciam na prática determinada realidade, mas as que detêm habilidades comunicacionais de “representar bem” as instituições, sendo que muitas delas se encontram no topo da hierarquia.

Pronto, em relação à questão das fontes, de definição de fonte, vai muito também de uma conversa que a gente tem com as assessorias, principalmente em pautas que realmente tem um intermédio das assessorias. E aí, quando é possível... que a fonte, que é indicada por nós, é atendida, seja que vai nos atender, ela nos atende. Se não for, a gente tenta entrar nessa negociação [...]. Ainda tem muito essa questão da negociação entre

repórter, assessoria, produtor e assessoria. E eu estou diretamente envolvido. Justamente por isso, por estar envolvido nessa questão, tanto de me dividir entre a função de produtor e a função de repórter (Comunicador 3, 2025).

O papel mediador da mídia é percebido por Habermas (2023) como uma ferramenta capaz de considerar e interpretar a pluralidade de visões de mundo. Ao efetivar esse processo, os meios de comunicação possuem a capacidade de apresentar ao público, mesmo diante da complexidade social, pontos favoráveis ao debate e ao entendimento plural e racional.

Diante da complexidade social, a mídia é aquela instância de mediação que, na diversidade de perspectivas de situações de vida social e formas culturais de vida, extrai um núcleo de interpretação intersubjetivamente compartilhado entre as visões de mundo concorrentes e assegura que seja aceito racionalmente de modo geral (Habermas, 2023, p. 62).

A dependência de fontes institucionais, habitualmente percebida na mídia regional do Cariri cearense, representa uma estratégia que reforça as vozes e as versões dominantes: os prefeitos, os secretários, os gestores de instituições, muitas vezes, eliminando por completo as versões dos públicos atendidos por esses atores e/ou instituições, sobretudo, quando se trata dos enquadramentos episódicos, amplamente presentes na mídia local e regional. Nesse quadro, onde estão as vozes das minorias sociais, dos cidadãos comuns e até mesmo de setores independentes que podem trazer um contraponto aos argumentos hegemônicos? Por outro lado, o Comunicador 3 (2025) ressaltou:

Olha, a gente sempre busca trazer fontes que realmente estão inteiradas daquele assunto que a gente está abordando, que tem um envolvimento total com aquilo que está sendo abordado. Isso quando a gente vai falar de pautas que a gente tem justamente esse envolvimento da assessoria. Agora, pautas que a gente tem um envolvimento maior da população, a gente sempre busca entender como é que elas estão sendo impactadas com tal... com tal acontecimento. Vamos falar sobre a questão de temperaturas, vamos para a rua ver como é que a população está se virando para se livrar desse calorão. A gente faz sempre disso, da população a gente entender o impacto e com as fontes institucionais, governamentais, explicar o que é aquilo que está acontecendo [...]. Pronto, principalmente assessorias de secretarias municipais, de instituições, de figuras políticas. É, de um modo geral é isso. As assessorias que a gente tem mais contato é justamente essa, de secretarias, instituições, figuras políticas e também de clubes de futebol, caso a gente vá para uma pauta mais esportiva (Comunicador 3, 2025).

Essa mediação realizada pelas assessorias também pode ser percebida a partir da ótica do conformismo, um conformismo que reforça a logística da agilidade, gerando uma tendência de replicação das mesmas vozes e versões. Não à toa, para

facilitar determinados processos, as assessorias promovem as coletivas de imprensa e ditam a voz e ou vozes que irão falar a "verdade" a ser contada ao público cidadão. A Comunicadora 2 (2025) também destaca:

Então, elas podem surgir de diversas formas, a gente tem uma parceria muito significativa com os órgãos públicos, então sempre que é necessário ter algum tipo de informação, confirmar, seja com a prefeitura, seja com o governo do estado, a gente entra em trabalho através das assessorias, o que é fundamental, ter esse contato com as assessorias, ou então até mesmo com a comunidade (Comunicadora 2).

Durante as observações realizadas nesse estudo, também identificamos a estratégia de “neutralização de conflitos”, utilizadas massivamente, através das notas institucionais, justificando a “isenção” de pessoas e instituições em determinados problemas.

Entendemos que o debate sobre a qualidade do jornalismo implica na constante reflexão crítica sobre as ações que envolvem a produção dos conteúdos jornalísticos e sobre as relações que se estabelecem durante este processo, no qual, mesmo que de forma sutil, instrumentos de manipulação podem se estabelecer e implicar na ocultação de vozes e versões alternativas ao sistema dominante, negando princípios básicos do jornalismo e o direito da população à informação de qualidade.

5.2.8 Os critérios de noticiabilidade, checagem e o ritmo de produção: possibilidades e desafios

A partir das observações realizadas e dos discursos proferidos pelos interlocutores da pesquisa, identificou-se que, como critérios de noticiabilidade, o Cariri 24 Horas adota algumas posturas, sendo as principais delas: a atenção à política editorial do telejornal, que tem como fundamento o perfil da concessão da emissora, um canal educativo; a factualidade das notícias; o impacto social, entre outros parâmetros como atualidade e proximidade. Esses critérios são utilizados na rotina de cobertura jornalística e difusão das informações. O Comunicador 1 (2025) expressou: “Então a gente sempre busca pesar o que vai abranger o maior número de pessoas, qual a informação é mais importante para o maior número de pessoas”. Ou seja, os critérios de noticiabilidade de um telejornal conduzem, mais uma vez, a discussão sobre o jornalismo como um espaço em movimento, não limitado à neutralidade ou a questões meramente técnicas.

O exemplo ilustra bem que na rotina dos jornalistas, na hora de decidir o que é noticiável ou não, o que vai para o ar ou não, a preocupação com a audiência está presente de uma forma implícita. O profissional, de uma maneira ou de outra, está sempre preocupado com o que o público, um público presumido, espera de uma notícia. Nessa tensão diária, as questões éticas estão sempre presentes. A notícia é um “produto” à venda, mas não um produto como outro qualquer. É através do que está sendo noticiado que as pessoas tomam contato com o mundo que as cerca. A informação ganha uma dimensão central na vida contemporânea. É um bem público. Ciente disso, o jornalista deve tomar todo o cuidado – e essa não é uma tarefa fácil – em não transformar a notícia num espetáculo (Vizeu, 2002, p.1).

Corroboramos com o autor na compreensão de que essas escolhas demandam uma ampla, complexa e importante discussão ética no jornalismo, sobretudo no que se refere aos critérios de noticiabilidade, muitas vezes assumidos considerando o atendimento a um desejo de um público presumido, da audiência própria do telejornal e das tendências de mercado, em detrimento da cobertura e da promoção de conteúdos que contemplem e beneficiem diretamente a coletividade. Essa escolha ainda é mais difícil quando o que é coletivo não se traduz como interesse dos proprietários da mídia.

Na Televisão, aquilo que é noticiado também se ancora em características como viabilidade logística e financeira, perspectivas diretamente relacionadas ao fator tempo. A comunicadora 2 (2025) expressou que, no contexto do Cariri 24 Horas, o tempo de produção está diretamente relacionado com a profundidade do conteúdo planejado, podendo inclusive superar meses de produção.

Muito pouco tempo e existe toda uma questão logística também. Tem [sic] uma quantidade de cinegrafistas, tem uma quantidade de editores, eles trabalham durante determinado período do dia, sendo assim tem uma limitação de materiais que nós podemos produzir. Então a produção é feita de forma intercalada. Não tem um tempo X para cada material que é feito. Aí vai depender da profundidade, como por exemplo, quando é uma matéria mais trabalhada, ela pode levar uma semana inteira, até mais de uma. Recentemente, a gente estava produzindo uma matéria que foi mais de um mês para fazer. Por quê? Existe a necessidade de apuração de informações, assim como também tem que ser analisada a disponibilidade das fontes que vão conceder entrevistas. Além disso, você também tem que dar um tempo para que o repórter possa fazer o seu texto da forma adequada, buscando todo tipo de auxílio que considere necessário. E considerar também o tempo de edição. Então, no fim, a montagem de uma matéria pode levar tranquilamente mais de dois meses, dependendo do assunto e da seriedade também. Existem claramente factuais. Tem uma coisa que ela é produzida hoje e já vai ao ar amanhã. Produzida hoje, já vai de noite gravar, pra amanhã já tá ao [sic] ar. E isso é normal. Então, acredito que isso aí vai depender da profundidade do assunto, mas, claro, existem produções que têm que ser diárias. Produzir hoje, talvez tenha que gravar hoje, se não tiver tempo, vai até pra [sic] ao vivo (Comunicadora 2, 2025).

O relato da comunicadora 2 (2025) dialoga com o relato do Comunicador 1 (2025), quando este menciona que a redação também prepara materiais específicos para participação em premiações jornalísticas. Assim, surge o questionamento sobre até que ponto as notícias em profundidade são construídas no telejornal como recurso informativo para o seu público no cotidiano?

O Comunicador 3 (2025) destacou o fato de não haver uma meta específica a ser cumprida, mas sim uma expectativa pela entrega diária de “algum material”, seja para ser veiculado de forma breve ou não. No caso de pautas que “caem”, a substituição deve ser feita. Existem também os conteúdos não previstos, mas que podem surgir como algo de relevância a ser produzido, como exemplo, a cobertura de alguns eventos.

Assim, vai depender muito em relação ao ritmo da produção e ao nosso horário. [...]. Como o nosso jornal vai ao ar a partir das 11 horas, e acontece, vamos supor, acontece algo muito próximo a esse horário. A gente acaba priorizando um formato em que o tempo de edição seja menor para que a gente possa colocar o mais rápido possível no ar. Ou então utiliza o formato de ao vivo. Vai muito da questão mesmo de... do tempo em que falta para o nosso jornal entrar no ar. E aí tem [sic] essa conversa entre quem está na rua, quem está na produção, quem está na edição para saber a melhor forma possível para a gente tomar uma decisão rápida” (Comunicador 3).

Ao serem questionados sobre a checagem das informações, os interlocutores evidenciaram que se trata de um aspecto central no cotidiano da redação. O Comunicador 4 (2025) disse perceber avanços nessa perspectiva, haja vista que, no passado, algumas informações que chegavam à emissora iam ao ar sem checagem. Para ele, é um compromisso que se deve ter com o público telespectador, e acrescenta: “na frente da TV, estão as pessoas que realmente dão sustentabilidade para as emissoras”.

Carneiro (2022) entende que a divulgação de informações falsas pelos meios de comunicação não se trata de uma perspectiva isolada, mas na atualidade, há maior facilidade para a checagem de informações. Trata-se, portanto, de um compromisso ético do jornalismo.

Um anônimo pode não ter tanto compromisso com a apuração, mas o jornalista profissional, sim. As fake news reforçam a necessidade do “caráter pluralista da imprensa” como uma forma de se contrapor ao argumento dos disseminadores de notícias falsas de que as grandes empresas jornalísticas “escondem” as informações do público (Carneiro, 2022, p.134).

O Comunicador 1 (2025) explica como se dá o processo de checagem das informações na redação do Cariri 24 Horas. Ele afirma que esse processo acontece por etapas e, caso sejam identificadas mensagens e/ou dados equivocados, a sonora deve ser retirada da notícia.

A gente vai buscar apurar, ela passa pelo editor, depois a matéria é revisada, o repórter já sai com algumas informações também, se chegar errado, corrige, mas a.... eu não lembro da última vez que tenha acontecido isso, mas já aconteceu, derrubar sonora, porque não... não tem embasamento, essa fala ou esses dados não tem fonte e aí não tem medo não, se a informação não está correta, não vai ao ar (Comunicador 1, 2025).

O Comunicador 3 (2025) também expressou que a checagem é um dos princípios presentes na redação, mas muitas das informações tidas como verdadeiras são fornecidas pelas assessorias de imprensa, reforçando assim, mais uma vez, o poder das assessorias naquilo que é noticiado.

Há sempre uma checagem. Muitas das pautas a gente acaba recebendo de assessorias e aí a gente já tem uma quantidade legal de informações sobre aquele assunto. E aí a gente debate sobre a viabilidade e a logística para executar essa pauta e... bem, se é possível ou não executar (Comunicador 3, 2025).

Para Carneiro (2022), mesmo com a facilidade que as redações possuem em checar as informações, esse processo pode ser comprometido quando o número de jornalistas nas organizações é insuficiente, o que gera pressa, ampliando possibilidades de equívocos, podendo comprometer a credibilidade da organização jornalística. "É difícil mediar em um espaço de descrença, ou quando a produção profissional se assemelha à amadora" (Carneiro, 2022, p.134-135).

O comprometimento da credibilidade também representa um receio presente no cotidiano dos profissionais que fazem jornalismo. O Comunicador 4 (2025) expressou essa preocupação, a partir de uma atenção especial às informações divulgadas, especialmente porque elas possuem a assinatura de quem as divulga. Para este comunicador, todas as informações possuem o direito à contradição, mas a checagem pode evitar problemas para ele, enquanto profissional, e para a emissora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do acompanhamento do telejornalismo regional promovido no Cariri cearense, considerando o *corpus* da investigação, foi possível conceber que, no Cariri, o telejornalismo possui uma séria inadequação quanto à inclusão de versões e fontes significativas existentes na sociedade, no processo da produção noticiosa, apresentando uma acentuada tendência à diversidade reprimida de versões, conforme as categorias de Edward Herman (2016).

Essa característica abre caminhos para o aprofundamento do debate sobre os limites impostos aos jornalistas e às fontes, pelos ditames empresariais, pelas regras editoriais, pela implementação de técnicas características da busca pela “isenção/neutralidade”, em nome da “objetividade”, e pelos interesses privados que prejudicam a inclusão da diversidade significativa de vozes e versões dos grupos periféricos subalternizados que constituem a expressiva maioria da população desta região. Essa distorção sistemática da comunicação compromete a qualidade dos produtos jornalísticos e a contribuição do campo para o fortalecimento da democracia e, como consequência, do desenvolvimento regional sustentável.

Os resultados apresentados na tese tiveram como base uma crítica sistemática às concepções positivistas que pautam o jornalismo como uma prática objetiva, neutra, capaz de espelhar a realidade. Na pesquisa, como em Meditsch (1992); Bourdieu (1997); Alsina (2009); Vizeu (2011); Vizeu e Rocha (2011), Breed (2016) e Traquina (2020) houve destaque para a compreensão de que a produção noticiosa não é neutra. Existem diferentes características e mecanismos que interferem na construção das notícias, entre elas, as relacionadas à cultura profissional e as regras empresariais. No entanto, para além de técnicas e demandas empresariais, o jornalismo e seus atores atuam na interpretação e construção da realidade social.

A crítica à ideologia positivista da objetividade é um caminho necessário para as pesquisas que buscam compreender as nuances das práticas jornalísticas, sobretudo quando considerado que o discurso da objetividade ainda é amplamente utilizado como estratégia de manipulação. Assim, reforçamos que a visão positivista da objetividade se constitui como instrumento-base para projetos políticos, econômicos e ideológicos excludentes que limitam a função social do jornalismo, particularmente a sua capacidade em agir em prol dos interesses da coletividade, além de tensionar o cotidiano dos jornalistas e a legitimidade destes profissionais no

desempenho de sua função de interpretar e mediar a realidade social. Nos discursos e enquadramentos presentes no telejornalismo promovido no Cariri cearense, encontram-se elementos significativos para a ampliação dessa reflexão.

Os parâmetros adotados em práticas jornalísticas ditas objetivas, também fragmentam a possibilidade da real participação da pluralidade de vozes e versões sociais, reforçando posições hegemônicas, como percebido ao longo do estudo. Essa configuração possui efeitos diretos no desenvolvimento regional sustentável, considerando que para a efetivação deste processo, exige-se a superação de práticas excludentes e o diálogo integrado à pluralidade das vozes e versões sociais que compõem o território em questão.

Esse diálogo reforça a compreensão de que o jornalismo de qualidade, por sua abrangência e função social, pode favorecer a compreensão, o debate e a ação coletiva acerca dos diversos temas socioambientais, entre eles, o desenvolvimento regional sustentável no Cariri cearense e além-fronteiras. No entanto, técnicas fundadas na ideia de objetividade e práticas políticas e empresariais excludentes que tensionam o cotidiano do jornalismo pode corromper a autonomia relativa dos jornalistas, a qualidade das notícias, a função social do jornalismo e a possibilidade de qualificar o debate público e a ação pública sobre os temas de importância social. Assim, reforçamos o entendimento de que a ação jornalística não deve estar limitada às questões técnicas, políticas editoriais e demandas do mercado.

Posicionamo-nos favoráveis à compreensão de que para a promoção de um jornalismo de qualidade, é necessária a superação de barreiras que excluem a diversidade de vozes e versões sociais, inclusive o protagonismo interpretativo e opinativo dos jornalistas, que muitas vezes, de forma sutil ou explícita, são silenciados em nome de demandas acríicas que limitam suas opiniões e pautam a objetividade como algo possível no jornalismo. Reitera-se que, a objetividade, nesse contexto, apresenta-se como um instrumento de opressão, reforço à ideologia dominante e a uma visão restritiva do jornalismo.

Quando se trata do desenvolvimento regional sustentável, a exclusão da diversidade de saberes, através da limitação de vozes e versões sociais na produção noticiosa, compromete a ampliação do debate e das práticas relacionadas a esse processo o qual, fundamentalmente, deve ser pautado na participação da coletividade. Essa participação não se restringe aos grupos dominantes, os quais frequentemente são percebidos como os detentores do poder e do conhecimento. No jornalismo

regional do Cariri cearense, essa perspectiva se traduz na ampla ênfase dada às fontes que representam as estruturas consolidadas de poder.

As discussões sobre a qualidade do jornalismo vão além da qualificação da opinião pública, insere-se em âmbito do fomento ao protagonismo social na gestão de suas próprias realidades. Essa característica dialoga com autores como (Alsina, 2009; Vizeu e Rocha, 2011 e Coutinho, 2014). Nesse sentido e considerando a inserção da televisão na realidade social brasileira, particularmente na região do Cariri, o telejornalismo é um espaço primordial para o aprimoramento das discussões públicas sobre as pautas do desenvolvimento sustentável e, no contexto local e/ou regional pode favorecer, de forma contextualizada, o debate público e a atuação pública no protagonismo das estratégias que envolvem esse processo. Mas, até que ponto, a região do Cariri cearense é representada no telejornalismo regional? A pesquisa apresentou importantes indícios das limitações que caracterizam os telejornais avaliados.

Sob esta perspectiva, reafirmamos que a concentração das produções noticiosas nos municípios que são polos da economia na região, sobretudo o Triângulo CRAJUBAR, formado pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, nega a um conjunto de cidades e populações a possibilidade de se enxergarem na mídia televisiva, distanciando o telejornalismo regional de uma de suas principais características, a proximidade. Essa perspectiva também aponta questões econômicas e institucionais como elementos primários naquilo que é produzido e, mesmo quando considerado a concessão educativa, característica da TV Verde Vale, os acordos comerciais, traduzidos como “apoios culturais”, marcam uma posição de privilégio para as questões econômicas em detrimento de outras dimensões e possibilidades que podem favorecer a percepção e o debate público sobre o desenvolvimento regional sustentável.

Nesse sentido, onde estão os demais municípios do Cariri na representação noticiosa? Quais realidades importam? Até que ponto, as matérias veiculadas conseguem contemplar a diversidade regional e a partir de quais critérios? Os jornalistas dessas emissoras têm autonomia para considerar a pluralidade de vozes e versões existentes na sociedade? Essas questões abrem espaço para profundas discussões sobre a repressão organizacional ao desempenho de um jornalismo regional de qualidade capaz de integrar, ao menos que minimamente, a pluralidade dos territórios caririenses.

Esse cenário, de exclusão de espaços, vozes e versões sociais, envolve a fragmentação discursiva acerca das características regionais do Cariri cearense e limita a possibilidade de um processo de desenvolvimento regional sustentável neste território. Reiteramos ainda que apropriações fragmentadas do conceito, especialmente em espaços que promovem a construção da percepção social sobre os temas ligados ao desenvolvimento sustentável, como no caso da mídia, fragilizam e/ou excluem o potencial de fomento a esse processo, o qual só será possível a partir da ampliação das consciências sobre as características que o compõem. Assim, as pessoas terão senso crítico para propor ideias, protagonizar práticas e fiscalizar ações.

Nessa perspectiva, reafirmamos a nossa compreensão de que o telejornalismo regional, por sua proximidade com o público cidadão e pelo seu alto potencial democrático, configura-se como um instrumento central na formação de consciências para a superação de desafios que impedem o desenvolvimento regional sustentável. Assim, evidencia-se o necessário avanço na compreensão do território caririense como um espaço plural e da mídia regional, particularmente o telejornalismo, como instância de fortalecimento da democracia. Para tanto, faz-se necessário a superação dos traços de manipulações e censuras, o exercício permanente da crítica, da busca por autonomia e o aprofundamento na produção de conteúdos jornalísticos capazes de dialogar com a pluralidade de características, vozes e versões sociais regionais, bem como com as bases dos seus problemas socioambientais. Nesse contexto, são indispensáveis a ética e outros parâmetros de qualidade, entre eles, o distanciamento da ideia de objetividade que restringe a crítica jornalística e tende a uniformizar os enquadramentos jornalísticos, desconsiderando a pluralidade social e territorial do Cariri.

Assim, corroboramos com Reese (2023) ao ressaltar que no debate sobre a qualidade do jornalismo torna-se fundamental evidenciar quais práticas e condições favorecem a cultura profissional e a qualidade da imprensa e também as que reprimem a autonomia profissional e deterioram o compromisso social dos veículos de comunicação. Essa discussão coloca em evidência a relevância da avaliação do jornalismo, em seus diferentes níveis.

Também, através desse estudo, propõem-se futuras reflexões sobre até que ponto os mecanismos de manipulação passam despercebidos pela “naturalização” de estratégias de controle social. No contexto observado, percebe-se que, mesmo

quando existem vozes diferentes, habitualmente dirigem-se a uma única versão. Esse debate aponta para discussões relacionadas à autonomia dos jornalistas, às políticas editoriais, às interferências institucionais, às regras de redação e, enfim, à qualidade dos produtos veiculados.

O telejornal Cariri 24 Horas apresentou, com maior complexidade e profundidade, limitações em representar a pluralidade de versões e fontes sociais nas matérias veiculadas. Neste telejornal, foram identificadas ainda propagandas explícitas, visíveis alianças comerciais e, até mesmo, elogios ao histórico do político que conseguiu a concessão da emissora.

O telejornalismo regional, desenvolvido no contexto do Cariri cearense, demanda maior aprofundamento nas reflexões sobre a sua forma de atuação, para que assim, possa exercer, com eficácia, o seu potencial de mobilização do público cidadão para reconhecer os seus direitos, deveres e participar ativamente dos debates que envolvem o desenvolvimento regional sustentável, fortalecendo assim, a democracia e a busca por liberdade.

Também, reforçamos a percepção de Peruzzo (2005) e Araújo Pinto (2013) de que, na mídia local e regional, para além de questões tradicionais, como vínculos políticos e econômicos, há uma complexidade de fenômenos que podem ser observados. No estudo, essa compreensão foi aprofundada, e colocou em evidência temas relevantes à qualificação do telejornalismo regional do Cariri cearense. Todavia, não se trata de um instrumento conclusivo, haja vista as múltiplas possibilidades que podem ser aprofundadas com base nas reflexões estabelecidas.

Salienta-se que, embora seja uma pesquisa majoritariamente em jornalismo, o estudo apresentou características interdisciplinares que ampliam a sua relevância também para outros campos, sobretudo quando considerada a ênfase dada ao desenvolvimento regional sustentável, com base na percepção de que este processo pode ser favorecido por práticas jornalísticas éticas, orientadas pelo interesse público e distanciadas de manipulações político-econômicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ADAMS, David. Mesa 1- Cultivar a paz e educar para a convivência. In: *Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*. Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

ADVÍNCULA, Nathália Carvalho; MARTINS, Maria Clara de Oliveira; ROCHA, Heitor Costa Lima da. Limitações à diversidade significativa de versões nas notícias: a cobertura d'O Globo e do Diário de Pernambuco na eleição presidencial de 2018. In: *XXI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE*, 2019, São Luís, MA. São Paulo: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)*. Maceió: Editora Catavento, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMINO, João. *O segredo e a informação: ética e política no espaço público*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALSINA, Miguel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

ALVES BATISTA, Célio Augusto; GUIMARÃES BATISTA, Halley. *Breve história dos municípios do Cariri cearense: fatos e dados*. Fortaleza: INESP, 2020.

AMARAL, Vítor. A proximidade de uma imprensa regional à ideia de cidadania ativa. In: CORREIA, João Carlos (org.). *Ágora: jornalismo de proximidade – limites, desafios e oportunidades*. Covilhã: LabCom, Universidade da Beira Interior, 2011.

ARAGÃO, Lúcia. *Habermas: filósofo e sociólogo do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

ARAÚJO PINTO, Pâmela. Mídia regional: nem menor, nem maior, um elemento integrante do sistema midiático do Brasil. *C-Lenda – Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual*, n. 29, Universidade Federal Fluminense, 2013.

BANCO DO BRASIL. O desenvolvimento regional sustentável no Banco do Brasil. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, ano XIII, n. 4, out./nov./dez. 2004. Disponível em: <https://rpa.sede.embrapa.br/RPA/article/view/605/556> . Acesso em: 20 jul. 2022.

BANJAC, Sandra; JUAREZ MIRO, Clara; HANUSCH, Folker. Expectations of journalistic actors in the digital age: a conceptual framework. *Communication Theory*, v. 34, n. 2, p. 60–70, 2024.

BARBOSA, Marialva Carlos. A pluralidade de modelos interpretativos nas ciências humanas e o lugar da comunicação. In: MOURA, Claudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (org.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BARBOSA, Karina Gomes; VARÃO, Rafiza. Corpos ausentes: gênero e sexualidade em códigos deontológicos sobre jornalismo no Brasil. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 21, n. 1, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/101090/58401> . Acesso em: 15 nov. 2025.

BARBOZA, Eduardo Fernando Uliana; SILVA, Ana Carolina de Araújo. O jornalismo como promotor do direito à informação. In: COSTA, Edwaldo; BARBOZA, Eduardo Fernando Uliana (org.). *O poder da comunicação na era da informação*. Ponta Grossa: Atena, 2024.

BARCELOS, Rebeca de Moraes Ribeiro de; DELLAGNELO, Eloise Helena do Livramento. A teoria política do discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso circuito fora do eixo. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 21, n. 70, p. 405–424, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/QdNdQMTrGWxFT47mNSBq9WQ/?lang=pt> . Acesso em: 12 nov. 2025.

BARICHELO, Eugênia Mariano da Rocha. A autoria na elaboração de uma tese. In: MOURA, Claudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (org.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BARRETO, Mariana Mont' Alverne. TV Ceará: processo de modernização da cultura local. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 5, n. 9/10, p. 155-176, 2008. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/776/490> . Acesso em: 20 jul. 2024.

BARROS FILHO, Clóvis de. *Ética na comunicação*. São Paulo: Summus, 2003.

BAZI, Rogério. *TV Regional: trajetória e perspectivas*. Campinas: Alínea, 2001.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECKER, Beatriz. Jornalismo audiovisual de qualidade: um conceito em construção. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, ano VI, n. 2, p. 95–111, jul./dez. 2009.

BECKER, Beatriz. Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 10, p. 51-64, dez. 2005.

BECKER, Beatriz. *Televisão e telejornalismo: transições*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BECKER, Fernando. O que é construtivismo? Desenvolvimento e aprendizagem. *Série Idéias*, n. 20, São Paulo: FDE, p. 87-93, 1994. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_20_p087-093_c.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia (orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. *Lua Nova*, São Paulo, n. 71, p. 41-79, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/sqrVzP6vcvNgvzr4frCnKnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr.2025.

BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: UFSM, 2004.

BOBBIO, Norberto. *El filósofo y la política: antología*. Estudio preliminar y compilación de José Fernández Santillán; prefacio de Norberto Bobbio. Primera edición electrónica. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 2014.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é, o que não é*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOLAÑO, César. *Mercado brasileiro de televisão*. 2. ed. rev. e ampl. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe; São Paulo: EDUC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Trad. Fernando Tomaz.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão: seguido de A influência do jornalismo e os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRAGA, José Luiz. Aprender metodologia ensinando pesquisa: incidências mútuas entre metodologia pedagógica e metodologia científica. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (orgs.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados do Brasil. *Especial Concessões 1 - Entenda o que é uma concessão de rádio e de TV*. Rádio Câmara, 5 nov. 2007. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/292353-especial-concessoes-1---entenda--o-que-e-uma-concessao-de-radio-e-detv--06-08> . Acesso em: 13 abr. 2024.

BREED, Warren. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teoria e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

BROQUEN, Ximena González. El poder simbólico de los medios de comunicación. *Dikaiosyne*, n. 19, *Revista semestral de filosofía práctica*, Universidad de Los Andes, Mérida – Venezuela, jul./dez. 2007.

BUARQUE, Cristovam. O pensamento em mundo Terceiro Mundo. In: BURSZTYN, M. (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. *Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. Estudos sobre mídia regional: rádio e TV no Brasil. In: DOURADO, Jacqueline Lima et al. (orgs.). *Mídia local e regional: reflexões, desafios e perspectivas*. Teresina: EDUFPI, 2024.

CABRAL GUIMARÃES, Fausto Arselino. Fruto de uma paixão. In: ALVES BATISTA, Célio; GUIMARÃES BATISTA, Halley (orgs.). *Breve história dos municípios do Cariri cearense: fatos e dados*. Fortaleza: INESP, 2020.

CAMARGO, Cláudio. O meio é a mensagem: a globalização da mídia. In: MARTINS, Ana Luzia; LUCA, Tânia Regina (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CAMPONEZ, Carlos. Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

CANET, Grettel Valenciano. Alcances del constructivismo como paradigma en la investigación. *Wimblu: Revista de Estudios de Psicología UCR*, v. 17, n. 2, p. 151-168, jul./dez. 2022.

CARNEIRO, Cristine Gerk Pinto. Jornalismo e a falta de tempo: como a pressa na produção pode impactar o histórico papel de mediação. *Paradoxos, Uberlândia*, v. 7, n. 2, p. 124-137, jul./dez. 2022. DOI: 10.14393/par-v7n2-2022-65973.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. et al. Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. *Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 1-22, 2006. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/282671129 Contribuicoes da analise do](https://www.researchgate.net/publication/282671129_Contribuicoes_da_analise_do)

[discurso para os estudos organizacionais Discourse analysis' contributions to o rganizational studies](#). Acesso em: 20 jul. 2023.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

CARTA DA TERRA. *Carta da Terra*. Haia: Comissão da Carta da Terra, 2000.

CARVALHO DA SILVA, Rodrigo. *A transição do jornalismo: do século XIX ao século XX*. BOCC, 2010. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/silva-rodrigo-carvalho-transicao-do-jornalismo.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

CARVALHO DA SILVA, Rodrigo. *História do jornalismo: evolução e transformação*. Temática, João Pessoa, v. 8, n. 7, jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/23677/12984>. Acesso em: 10 jul. 2023.

CARVALHO, José Otamar de. Natureza das ações de governo em relação ao nordeste. In: *Desenvolvimento regional: um problema político*. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2014.

CASTAÑON, Gustavo Arja. Construtivismo e Ciências humanas. *Ciência e Cognição*, v. 5, 2005. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/pdf/v05/m22542.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2025.

CEPAL. *La Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: una oportunidad para América Latina y el Caribe – Objetivos, metas e indicadores mundiales*. Santiago de Chile: CEPAL, 2019.

CHACON, Suely Salgueiro. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Opinião x Informação, uma fraude teórica?* Comunique-se, 24 jul. 2003.

CHERENE, Marytze Barreto Bellei; PARAVIDINO, Quitéria Cristina Viana Crespo. Os desdobramentos da Rio+20 a caminho da sustentabilidade. *Perspectiva Online: Biologia & Saúde*, Campos dos Goytacazes, v. 6, n. 2, p. 10-13, 2012.

CNN Brasil. *Guerras no mundo: quantos conflitos estão ativos neste momento?* Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/guerras-no-mundo-quantos-conflitos-estao-ativos-neste-momento/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias: as construções da realidade social*. São Paulo: Ática, 2006.

COSTA, Ilton Garcia; REZENDE, Rita de Cássia. Liberdade, igualdade e democracia: o trabalho humano como liberdade e suas implicações para a democracia. *Em Tempo*, Marília, v. 18, 2019.

COUTINHO, Robério Daniel da Silva. *Jornalismo construtivista e mudanças climáticas: desafios para uma adequada representação noticiosa*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2014.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. *RuMoRes*, v. 12, n. 23, p. 56–82, 2018.

CRUZ, Renato. *TV digital no Brasil: tecnologia versus política*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

CUBERO PÉREZ, Rosário. Elementos básicos para un constructivismo social. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 23, p. 43-61, 2005.

DANTAS, Laiz Fraga. Rorty & Habermas: nota sobre duas concepções de verdade. *Argumento*, v. 10, p. 133–142, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/argum/article/view/29825>. Acesso em: 10 nov. 2025.

DE JESUS, Damásio. O jornalismo e a obrigatoriedade de formação específica. Jusbrasil, 12 jun. 2003. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/o-jornalismo-e-a-obrigatoriedade-de-formacao-especifica/136468>. Acesso em: 16 nov. 2023.

DUARTE, Jorge. Produtos e serviços de uma assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (org.). *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DUMOULIN, Annette. *Padre Cícero: santo dos pobres, santo da Igreja – revisões históricas e reconciliação*. São Paulo: Paulinas, 2017.

EMBRAPA. *Experiência da Embrapa no alinhamento da estratégia organizacional aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030*. Daniela Biaggioni Lopes [et al.]. Brasília, DF: Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas, 2022.

ESTEVES, João Pissarra. *Sociologia da comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003. 270 p. Disponível em: <https://howardaudio.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/01/n-fairclough-analysing-discourse.pdf>. Acesso em: 9 out. 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. 2. ed. London: Longman, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. Peripheral vision – discourse analysis in organization studies: the case for critical realism. *Organization Studies*, v. 26, n. 6, p. 915-939, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240279702_Peripheral_Vision_Discourse_Analysis_in_Organization_Studies_The_Case_for_Critical_Realism/link/570bd4a608aea660813b1606/download. Acesso em: 20 set. 2024.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, J. M. *Planejamento da pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEIL, Alexandre André; SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 14, n. 3, Artigo 7, Rio de Janeiro, jul./set. 2017.

FENAJ- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2021*. Brasília: FENAJ, 2022.

FERNANDES, Carla Montuori. Da mídia impressa à audiovisual: o agendamento intermediário do escândalo da Petrobras no Jornal Nacional. *Líbero*, v. 18, n. 35, p. 111-122, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2015/08/Carla-Fernandes.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FERNANDES, Carolina. *Telejornalismo regional: uma análise dos critérios de noticiabilidade utilizados no Jornal 53 diante da contribuição organizacional e social*. 2016. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/fernandes-carolina-telejornalismo-regional.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FERNANDES, Iago Vernek; PASTI, André. Territórios da mídia no Brasil: a notícia e os círculos globais, nacionais e regionais-locais de informações. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 108, p. 164–185, jul./dez. 2022. ISSN 2447-0945. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/2858/2209>. Acesso em: 7 nov. 2023.

FERREIRA, José Francisco de Carvalho. *Desenvolvimento sustentável: apontamentos sobre o conceito*. Maringá: Unidusul, 2021.

FINGER, Cristiane; SOUZA, Fábio Canatta de. Uma nova forma de ver TV no sofá ou em qualquer lugar. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 373-389, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/12320/8260>. Acesso em: 28 out. 2024.

FIRMO DA SILVA, Emerson de Castro. *Jornalismo opinativo, ética e democracia: a importância da opinião no jornalismo para o aprimoramento democrático*. Cadernos da Escola de Comunicação – UNIBRASIL, n. 1, p. 272-299, out./nov. 2003.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, Claudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (orgs.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

FRANCISCO, Papa. *Carta encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. Encíclica Laudato Si' do Papa Francisco, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 10 abr. 2022.

FRANCISCO, Papa. *Fratelli Tutti: carta encíclica sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Paulinas, 2020.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *O primeiro relatório do Clube de Roma*. Disponível em: https://ead4.fgv.br/producao/CTAE_cursos/meio_ambiente/artigos/o_primeiro_relatorio_do_clube_de_roma.pdf. Acesso em: 6 jul. 2025.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. *Atlas dos agrotóxicos: fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2023/12/01/atlas-dos-agrotoxicos>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GANS, Herbert J. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. Evanston: Northwestern University Press, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2012.

GILL, Rosalind. Análise do discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2021.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.

GOMES DE SOUZA, José Jullian. A regionalização da televisão no Ceará: um estudo sobre o processo de interiorização da TV no Cariri cearense. *Eikon: journal on semiotics and culture*, n. 11, 02 dez. 2022.

GOMES DE SOUZA, José Jullian. Historicidade da televisão no interior do Ceará: o caso de Juazeiro do Norte. *Pós-Limiar*, v. 6, 2023.

GOMES DE SOUZA, José Jullian. TV Padre Cícero: a trajetória da primeira experiência com nome de televisão em Juazeiro do Norte (CE). *Revista Dispositiva*, v. 12, n. 22, p. 202–219, jul./dez. 2023.

GOMES JÚNIOR, Francisco da Silva. Desenvolvimento sustentável: conceitos, modelos e propostas para mensurações. *Ambientale*, Arapiraca, v. 1, n. 3, 2012. Disponível em: <https://periodicosuneal.emnuvens.com.br/ambientale/article/view/87/82>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GONÇALVES, Cláudio Ubiratan. *Geografias comunitárias no Cariri cearense*. Ética, capitalismo e trabalho. Vitória. Cousa, 2022.

GOTTMANN, Jean. *A evolução do conceito de território*. Tradução de Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão de Fabrício Gallo. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-547, 2012. Texto originalmente publicado em: *Social Science Information*, v. 14, n. 3, p. 29–47, ago. 1975. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458/2012v2n3_Gottmann. Acesso em: 12 nov. 2023.

GUARESCHI, Pedrinho; DIAS, Giordano Larangeira; HARTMANN, Mariane Rigatti. Assistencialismo midiático: uma nova estratégia de legitimação social. *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 16, p. 1–18, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4242/4324>. Acesso em: 16 nov. 2024.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa* [recurso eletrônico]. Tradução de Denilson Luis Werle. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2023.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Conceitos fundamentais da geografia: território. *GEOgraphia*, Niterói, v. 25, n. 55, e61073, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073/35707>. Acesso em: 12 nov. 2025.

HERMAN, Edward. A diversidade de notícias: marginalizando a oposição. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição crítica*. Org. Lilia Moritz Schwartz e Pedro Meira Monteiro. Estabelecimento de texto e notas Mauricio Acuña e Marcelo Diego. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Em 2022, streaming estava presente em 43,4% dos domicílios com TV*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38306-em-2022-streaming-estava-presente-em-43-4-dos-domicilios-com-tv>. Acesso em: 10 out. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estados: Juazeiro do Norte*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/juazeiro-do-norte.html>. Acesso em: 26 nov. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades e Estados*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 26 nov. 2022.

IBGE. *Em 2022, streaming estava presente em 43,4% dos domicílios com TV*. Agência IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38306-em-2022-streaming-estava-presente-em-43-4-dos-domicilios-com-tv>. Acesso em: 20 abr. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Agenda 2030: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis*. Brasília: Ipea, 2024.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrFTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 já. 2021.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2001.

JESUS, Damásio de. *O jornalismo e a obrigatoriedade de formação específica*. 2002. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/o-jornalismo-e-a-obrigatoriedade-de-formacao-especifica/136468>. Acesso em: 20 ago. 2021.

JESUS, Rosane Martins de. Em busca de uma pluralidade audiovisual mediada pelo local: olhares acerca do telejornalismo regional no Piauí. In: DOURADO, Jacqueline Lima et al. (orgs.). *Mídia local e regional: reflexões, desafios e perspectivas*. Teresina: EDUFPI, 2024.

JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

KOVÁCS, Máté. A dimensão cultural do desenvolvimento: rumo à integração do conceito nas estratégias de desenvolvimento sustentável. *Revista Observatório Itaú Cultural*, São Paulo, n. 27, p. 21-33, abr.– out. 2020.

KLEIN, Naomi. *This changes everything: capitalism vs. the climate*. London: Allen Lane, 2014.

LACY, Stephen; ROSENSTIEL, Tom. *Defining and measuring quality journalism*. New Brunswick: Rutgers, 2015. Disponível em: <https://www.issuelab.org/resources/31212/31212.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

LAGO, André Aranha Corrêa do. *Conferências de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: FUNAG, 2013.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Jandir Ferrera de. Desenvolvimento regional sustentável. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 11, p. 132–143, 2021. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v11.3454>. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3454>. Acesso em: 25 mar. 2025.

LIMA, Venício A. de. As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política. *Revista Adusp*, jan. 2008. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/42/r42a02.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

LISSARDY, Gerardo. *Por que os EUA têm os piores índices de pobreza do mundo desenvolvido*. BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53562958>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LUCIZANI, Jonhey Nazario; LIMA, Jandir Ferrera de. Regionalizações brasileiras do último século. *Revista Orbis Latina*, v. 11, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/2919/2718>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MALHEIRO, Djailson Ricardo. *Geotecnopsicosfera da territorialidade sagrada do Cariri cearense: narrativas do fenômeno místico das benzas*. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2022.

MARQUES, Paulo; NEGRINI, Michele. O telejornalismo regional no interior do Rio Grande do Sul: a presença da RBS TV e do Jornal do Almoço. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 2, p. 395–409, abr./jun. 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/kM3x3tm9sqD7dywkcy6Mxpb/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 8 abr. 2024.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MAZZONI, Julio; CASTAÑON, Gustavo Arja. Construtivismo radical ou trivial? *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 230-240, jul./dez. 2014.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v8n2/12.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MEDITSCH, Eduardo. *Gêneros de discurso, conhecimento, intersubjetividade, argumentação – ferramentas para uma aproximação à fisiologia normal do jornalismo*. Comunicação apresentada no Grupo de Estudos em Jornalismo no X Congresso da Compós, 2001.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Covilhã: *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 1997. Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Pradelina Silveira da (orgs.). *Jornalismo e acontecimento*. Florianópolis: Insular, 2010.

MEDITSCH, Eduardo. *O conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MELO, Paula Reis. Noticiabilidade, enquadramento e cultura jornalística: uma discussão teórica. *Ícone*, v. 13, n. 1, jul. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/view/230582/24579>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MENEZES, Ilca Santos de. As origens e a importância do conceito de opinião pública na filosofia de Jürgen Habermas. *Intuitio*, v. 15, n. 1, e39905, 2022.

Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/intuitio/article/view/39905/27796>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KsmNcpQnt7TTB5TxGkjQBQx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 mar. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MINDICH, David T. Z. *Just the facts: how “objectivity” came to define American journalism*. New York; London: New York University Press, 1998.

MIRANDA, Amanda; VIEIRA, Livia de Souza; MÁXIMA, Maria Elisa. Comentário da semana: o papel do jornalismo como mediador do debate público. *Blog objETHOS*, 17 mar. 2014. Disponível em:

<https://objethos.wordpress.com/2014/03/17/comentario-da-semana-o-papel-do-jornalismo-como-mediador-do-debate-publico/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teoria e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

MORAES, Renato Ferreira de. *Coronelismo em versão retrofit na TV: um estudo de caso do discurso assistencialista de Luciano Huck*. 2023. 221 f. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2023.

MORAES, Renato Ferreira de; KNEIPP, Valquíria Aparecida Passos. Jornalismo rima com assistencialismo? Um estudo de caso sobre a telesolidariedade como elemento de mudança de linguagem jornalística. In: *MOVIMENTOS*. Aveiro: Ria Editorial, 2022. p. 248–267.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração sobre o direito ao desenvolvimento*. Assembleia Geral da ONU, Resolução 41/128, 4 dez. 1986. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/declaracao-do-desenvolvimento>. Acesso em: 23 mar. 2017.

NASCIMENTO, Carlos. Imprensa regional: abrir-se para o mundo. In: SAVENHAGO, Igor (org.). *Jornalismo regional: estratégias de sobrevivência em meio às transformações da imprensa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

NASCIMENTO, Diego Coelho do. *Ser-tão “metropolitano”: espacialidade e institucionalidade na Região Metropolitana do Cariri*. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2018.

NASCIMENTO, Thatiany. *Morte de Yanny: com 27 assassinatos de mulheres em 5 anos, Cariri é marcado por feminicídios*. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/morte-de-yanny-com-27-assassinatos-de-mulheres-em-5-anos-cariri-e-marcado-por-feminicidios-1.3342625>. Acesso em: 10 jan. 2025.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos e governos podem fazer para promover a paz no mundo*. Brasília: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, Anderson Felipe Santos. A formação do Cariri na produção territorial da Província do Ceará. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 157-172, dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/74824>. Acesso em: 20 jun. 2025.

OLIVEIRA, Cristiana Soares de; GOMES DA SILVA, Cristiano Cezar. Cultura, história e discurso: a construção discursiva do Nordeste turístico. *Cadernos do Tempo Presente*, São Cristóvão-SE, v. 12, n. 2, p. 34-44, jul./dez. 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>. Acesso em: 26 jan. 2025.

OLIVEIRA, Naiara Carneiro de. *O Cariri cearense da TV: um estudo de caso*. 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

PATERNOSTRO, Vera Íris. *O texto na TV: manual de telejornalismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2004.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO., 2003, Belo Horizonte: Intercom, 2003. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/99061099541813324499037281994858501101.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 13 abr. 2025.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1º sem. 2005.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Líbero*, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139–152, dez. 2009. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2014/05/Conceitos-de-comunidade-local-e-regi%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PIAGET, Jean. *A construção do real na criança*. São Paulo: Ática, 2006.

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PIAGET. *Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as estruturas vivas e o conhecimento*. Trad. Mário da Gama Kury. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: Rubim, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. Conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA, 2004.

PRADANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Entrevista: Fernando Novais; posfácio: Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRIOLLI, Gabriel. Das imagens fantasmáticas aos telões de alta definição. *Eu & Fim de Semana, Valor Econômico*, Ano II, n. 517, p. 8–9, 17–19 set. 2010.

QUEIROZ, Ivan da Silva. Região Metropolitana do Cariri Cearense, a metrópole fora do eixo. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/Dk7Yqb5khpqgMm4fcL5bjWN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2023.

RIBEIRO, Isaac de Sousa; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. A função social do jornalismo, hegemonia e crise. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, v. 11, n. 24, e023024, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/5312/4870>. Acesso em: 9 nov. 2024.

RIBEIRO, Juliana Colussi. *Jornalismo regional e construção da cidadania: o caso da Folha da Região de Araçatuba*. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação Midiática) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2005. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/ribeiro-juliana-jornalismo-regional-construcao-cidadania.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2024.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. A notícia e as referências de objetividade e intersubjetividade: ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico. *Revista Latino-americana de Jornalismo*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 13-3913, jul./dez. 2021. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – UFPB.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. Verdade e rigor no jornalismo: a intersubjetividade como referência na construção da notícia. *Estudos em Comunicação*, Covilhã, n. 2, p. 171-183, dez. 2007. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/02/pdf/Rocha-verdade-e-rigor-no-jornalismo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ROCHA, Heitor Costa Lima; ALVES, Anabela Maria Alves Gradim. Autonomia do jornalista, ética e política editorial: as implicações do enquadramento da notícia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 17, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2020v17n1p96>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teoria e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

RODRIGUES, N. S.; ALVES, C. L. B.; RODRIGUES, A. S. “Dimensão institucional do desenvolvimento sustentável: uma análise para as regiões imediatas do Ceará.” *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 136–169, jan./abr. 2024.

ROTHBERG, Danilo. Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes. *Opinião Pública*, Campinas, v.

20, n. 3, p. 407–424, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/HGq4zkXpLLHBkHWszSRfmPz/?lang=pt> . Acesso em: 13 mai. 2024.

ROTHBERG, Danilo. Jornalismo e informação para democracia: parâmetros de crítica de mídia. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). *Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo*. Covilhã: UBI, LabCom, Livros LabCom, 2010.

ROXO, Marco. Metodologia como disciplina: estratégias pedagógicas adotadas em sala de aula. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

RSF – REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS; INTERVOZES. Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias. *Repórteres sem Fronteiras América Latina*, 2017. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/oligop%C3%B3lios-de-m%C3%ADia-controlados-por-poucas-fam%C3%ADlias-rep%C3%B3rteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-0>. Acesso em: 20 maio 2021.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Sustentabilidade: uma paixão em movimento*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SALES JÚNIOR, Francisco das Chagas. A reconfiguração das práticas sociais na televisão: reflexões sobre o telejornalismo regional contemporâneo. *Revista Latino-americana de Jornalismo*, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 73-95, jan./jun. 2024. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo – UFPB.

SALES JÚNIOR, Francisco das Chagas. Geografias da televisão regionalizada: a identificação dos territórios do telejornalismo regional brasileiro. *Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 44–60, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/23818/209209219418>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SANTOS, Anderson Oramisio; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; JUNQUEIRA, Adriana Mariano Rodrigues. Relações entre aprendizagem e desenvolvimento em Piaget e Vygotsky: o construtivismo em questão. *Itinerarius Reflectionis*, Jataí-GO, v. 10, n. 2, 2015. DOI: 10.5216/rir.v10i2.32621. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/32621>. Acesso em: 5 nov. 2023.

SANTOS OLIVEIRA, Anderson Felipe. A formação do Cariri na produção territorial da Província do Ceará. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 157–172, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v16i3.74824>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/74824>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SAVENHAGO, Igor. *Jornalismo regional: estratégias de sobrevivência em meio às transformações da imprensa*. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEARLE, John R. *La construcción de la realidad social*. Barcelona: Paidós, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Ética e sustentabilidade: desafios atuais. *Revista Brasileira de Bioética*, Brasília, v. 1, n. 3, p. 289-296, 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/8082/6621>. Acesso em: 20 ago./2022.

SILVA, Carlos Hugo Carvalho; CHACON, Suely Salgueiro. Políticas públicas para o desenvolvimento regional sustentável: uma avaliação do Programa FNE Sol. *Latin American Journal of Business Management*, v. 15, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.69609/2178-4833.2024.v15.n2.a801>. Disponível em: <https://doi.org/10.69609/2178-4833.2024.v15.n2.a801>. Acesso em: 20 dez. 2025.

SILVA, Jan Alyne Barbosa; PEREIRA, Maria de Lourdes; RIBEIRO, Rodolfo Silva. O jornalista polivalente: o caso de Efrém Ribeiro. *Brazilian Journalism Research*, v. 6, n. 2, p. 160–177, 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/583>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SILVA, Robson Bastos da. Limites e possibilidades da TV regional. In: MARQUES DE MELO, José; SOUSA, Cidoval Moraes de; GOBBI, Maria Cristina (org.). *Regionalização midiática: estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

SOARES, Magali do Nascimento. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática* [recurso eletrônico]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 272 p. ISBN 978-85-79. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 8 jan. 2025.

SOARES, Murilo César. Jornalismo e democracia, além das antinomias. In: SOARES, Murilo César (org.). *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática* [recurso eletrônico]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. p. 109-132. ISBN 978-85-7983-018-1. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 13 jul. 2025.

SOARES, Murilo César. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLOSKI, John. O jornalista e a profissionalização: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016.

SOUSA, Jorge Pedro. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. 2. ed. rev. e ampliada. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396–1416, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. Repensando um método para conhecer a história das emissoras de televisão no Brasil. In: KNEIPP, Valquíria Aparecida P. (org.). *Trajetória da televisão brasileira no Rio Grande do Norte: a fase analógica*. Natal: EDUFRN, 2017.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular, 2016.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2020.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Florianópolis: Insular. 2016.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Gili, 1983.

VAN DIJK, Teun A. *Ideology: A Multidisciplinary Approach*. London: Sage, 1998.

VAN DIJK, Teun A. *Critical discourse analysis*. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (ed.). *The handbook of discourse analysis*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001. cap. 18, p. 352-371.

VAN DIJK, Teun A. *Critical discourse studies: a sociocognitive approach*. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). *Methods of critical discourse studies*. 3rd ed. London: Sage, 2015. cap. 3, p. 63-85. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/284725923_Methods_of_Critical_Discourse_Studies_3rd_edition. Acesso em: 20 jul. 2023.

VAN DIJK, Teun A. *Discourse and context: a sociocognitive approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VAN DIJK, Teun A. *El estudio del discurso*. In: VAN DIJK, Teun A. *El discurso como estructura y proceso*. Barcelona: Gedisa, 2000. cap. 1, p. 21-65. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/37726/29432>. Acesso em: 10 fev. 2024.

VAN DIJK, Teun A. *Elite discourse and racism*. Newbury Park: Sage, 1993.

VANNUCHI, Camilo; GABRIEL DE LIMA, João; GASPARIAN, Taís. Cala a boca, jornalista: intimidação e desinformação como políticas de Estado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 39, n. 113, 2025. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/240868/217289>. Acesso em: 28 ago. 2025.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIZEU, Alfredo Eurico Vizeu. A construção social da realidade e os operadores jornalísticos. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 25, dez. 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3290>. Acesso em: 3 jun. 2021.

VIZEU, Alfredo Eurico. *O lado oculto do telejornalismo*. Florianópolis: Calandra, 2005.

VIZEU, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, n. 40, p. 77-83, dez. 2009.

VIZEU, Alfredo. *Telejornalismo, audiência e ética*. 2002. Texto disponível em PDF na Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/vizeu-alfredo-telejornalismo-audiencia-etica.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

VIZEU, Alfredo Eurico; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, A. (org.). *A sociedade do telejornal*. Petrópolis: Vozes, 2008.

Vizeu, Alfredo Eurico; ROCHA, Heitor Costa Lima da. Jornalismo construtivista: algumas considerações epistemológicas. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 746-764, set./dez. 2011. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/10380>. Acesso em: 2 jun. 2018.

VIZEU, Alfredo. Considerações sobre audiência presumida. *Observatório da Imprensa*, edição 266, 2004. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/consideracoes-sobre-audiencia-presumida/>. Acesso em: 8 jan. 2025.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Do jornalismo de proximidade aos apps de conteúdo geolocalizado: novas perspectivas para a informação local. *Paradoxos*, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 135-151, jul./dez. 2020.